MARECHAL JOSÉ PESSOA

OS SEUS MÉRITOS NA FUNDAÇÃO DE BRASÍLIA E OS VALORES DE SUA MODELAR CARREIRA NO EXÉRCITO

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RESENDE

– Academia Marechal Mário Travassos –

MARECHAL JOSÉ PESSOA

OS SEUS MÉRITOS NA FUNDAÇÃO DE BRASÍLIA E OS VALORES DE SUA MODELAR CARREIRA NO EXÉRCITO

Claudio Moreira Bento

Resende, 2020

Copyright © 2020 Claudio Moreira Bento

Composição da capa:
Capitão de Mar-e-Guerra **Carlos Norberto Stumpf Bento** e
Camila Karen Costa Santos Renê.

Revisão e formatação dos originais:
Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

Digitação:
O autor e Camila Karen Costa Santos Renê.

Diagramação:
Fabio da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bento, Claudio Moreira
Marechal José Pessoa : os seus méritos na fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no exército / Claudio Moreira Bento. – 1. ed. – Brasília, DF: Academia Militar das Agulhas Negras: Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Resende, 2020.

300 P.
ISBN 978-65-993438-0-3

1. Brasília (DF) – História 2. História do Brasil 3. Pessoa, José, 1885-1959 I. Título.

20-53418 CDD-981

Índices para catálogo sistemático:
1. História do Brasil 981

Sumário

PREFÁCIO 9
Gen Ex Edson Leal Pujol, Comandante do Exército Brasileiro

APRESENTAÇÃO 11
– Explicação que se impõe –

CAPÍTULO I
O Marechal José Pessoa e a nova Capital do Brasil 15

Ideias pioneiras para transferir a Capital do Brasil do litoral para o interior 16

A transferência da Capital para o Planalto Central, a primeira ideia 17

A Comissão Cruls, nomeada pelo Presidente Marechal Floriano Peixoto 19

O Presidente Epitácio Pessoa e Brasília 21

A Comissão General Djalma Polli Coelho, nomeada pelo Presidente Marechal Eurico Dutra para demarcar o local da Nova Capital 20

A Comissão General Agnaldo Caiado de Castro, nomeada pelo Presidente Getúlio Vargas 25

A Comissão Marechal José Pessoa, de localização e de- marcação da área destinada à Nova Capital, nomeada pelo Presidente Café Filho 27

O primeiro comandante e instalador da AMAN Cel Inf Mário Travassos e Brasília 30

O Marechal José Pessoa visto pelo projetista das reformas na Escola Militar do Realengo, do Projeto da AMAN e de Vera Cruz no planalto central 34

José Pessoa, Brasília e o arquiteto Raul Penna Firme 39

O Marechal José Pessoa e a nova capital conforme o General Geraldo Knaack de Souza (transcrição) 42

Reportagem do Jornalista Alexandre Garcia sobre o esquecimento do Marechal José Pessoa na construção de Brasília e Depoimentos sobre o Marechal José Pessoa relativas à Nova Capital (transcrições) 47

A Marcha Terrestre Salvador – Brasília pelo Destacamento da 6ª Região Militar 50

Da Bahia de Thomé de Souza à Brasília de Juscelino Kubitschek 50
Revista Verde-Oliva, alusiva aos 50 anos de Brasília 52

O Marechal José Pessoa e Brasília, conforme o Coronel Ernesto Caruso 53

A criação em Brasília da Delegacia Marechal José Pessoa pela AHIMTB – justificativas 55

Donald J. Belcher (1911-2005) e sua contribuição para a construção de Brasília 56

CAPÍTULO II
O Marechal José Pessoa e suas projeções 59

Auxiliares diretos do Marechal José Pessoa 60

Relação de trabalhos do Marechal José Pessoa – O historiador José Pessoa.....61
O escritor, historiador e pensador militar – Marechal José Pessoa 64
Marechal José Pessoa, o criador de nobres tradições militares consolidadas em nosso Exército 65
O Marechal José Pessoa e a tentativa de tornar o Duque de Caxias Patrono da AMAN..... 66
A injustiça contra o Conde de Resende, o fundador da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho..... 67
José Pessoa e o seu espírito militar, forjado na Escola de Guerra de Porto Alegre 69
José Pessoa e a sua contribuição ao Ensino Militar conforme o DECEx 70
O Marechal José Pessoa visto pelo seu biógrafo..... 72
O Marechal José Pessoa no Dicionário Histórico Biográfico da Fundação Getúlio Vargas, conforme Robert Pechman (transcrição)..... 85
O nome do Marechal José Pessoa – como foi conferido a diversas instituições e ruas 90

CAPÍTULOIII

O Marechal José Pessoa, a Escola Militar do Realengo e a AMAN – "História do Espadim de Caxias" – 93
A antológica Ordem do Dia do Coronel José Pessoa na primeira entrega do Espadim de Caxias (transcrição) 96
Edições do Livro Marechal José Pessoa - A Força de um Ideal, do Cel Hiram de Freitas Câmara em 1985 no Bicentenário do Marechal e em 2011 no Bicentenário da AMAN 108
General de Divisão Edson Leal Pujol Comandante da AMAN (final de transcrição)..... 110
General de Exército José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque Homenagens da Escola Militar de Resende, a atual AMAN, em 12 de setembro de 1943..... 117
A Comemoração dos 30 anos da Declaração de Aspirantes da Turma General José Pessoa em 1979 118
Escola Militar de Rezende e a Saudação aos Aspirantes a Oficial da Turma de 1949 pelo seu Paraninfo, o General José Pessoa..... 118
A Pedra Fundamental da AMAN, conforme o Gen José Pessoa, ex-Cmt da Escola Militar (transcrição)..... 124
Um chefe que pensava no amanhã..... 128
José Pessoa - o apóstolo da fé..... 132
O Projeto Memória Marechal José Pessoa..... 137
Marechal José Pessoa, legítima expressão do Chefe Militar brasileiro..... 137
Personalidade e obra do Marechal José Pessoa 140
Comandante da Escola Militar do Realengo.....141

Inspetor da Arma de Cavalaria 142
Na Presidência do Clube Militar 143
Conclusão 144
Uma atitude – um chefe Gen Flammarion Pinto de Campos (transcrição) 147
Um luzeiro de civismo – General João Batista Peixoto (transcrição) 152
A Escola do Realengo antes e depois do Coronel José Pessoa – Cel José Britto da Silveira (Turma Gen José Pessoa - Jan de 1934, transcrição) 150
O escritor militar Marechal José Pessoa conforme o Cel Claudio Moreira Bento 157
A Projeção da obra administrativa do General Leônidas Pires Gonçalves no fortalecimento da Defesa Nacional 169
O Construtor da AMAN – General Luis Sá Affonseca 176
General Luiz Sá Affonseca (1880-1968), em 1944 174
O Marechal José Pessoa e a 1ª Grande Guerra (transcrição) 179
O livro do Capitão José Pessoa Os tanks na guerra europeia – resgate feito pelo autor 187
Tanks Renault Franceses F-17, do tipo dos adquiridos pelo Brasil após a 1ª Guerra Mundial 189
Tanks franceses, ingleses, alemães, carros-canhões e metralhadoras e defesas alemães anti-tank 195
Dedicatória do Capitão José Pessoa (transcrição) 201
Introdução 201
ÍNDICE DO LIVRO 205
Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque 209

ANEXO I

O ingresso na AMAN das 31 cadetes femininas pioneiras 215
Recepção de uma Representação das 31 Cadetes Pioneiras na FAHIMTB, em 13 Abr 2018 225
A tentativa de Revolta na Escola Preparatória e Tática do Realengo 240
Consequências para os alunos da Praia Vermelha e do Realengo envolvidos na Revolta 242

ANEXO II

A Revolta da Vacina Obrigatória na Escola da Praia Vermelha e na Escola Preparatória e Tática do Realengo 231
Desenvolvimento da Revolta da Praia Vermelha 234
O Presidente Rodrigues Alves e o Palácio do Catete 235
A tentativa de Revolta na Escola Preparatória e Tática do Realengo 240

Consequências para os alunos da Praia Vermelha e do Realengo envolvidos na Revolta 242

ANEXO III
Minidicionário acadêmico da AMAN 245

ANEXO IV
12° Regimento de Cavalaria Mecanizado (Regimento Marechal José Pessoa) Síntese Histórica 257

Posfácio 261
Gen Bda R1 Flávio Murillo Barbosa do Nascimento

Bibliografia 263

Currículo do Autor 265

PREFÁCIO

Gen Ex Edson Leal Pujol, Comandante do Exército Brasileiro

Rememorar os feitos do Marechal José Pessoa é muito mais do que um simples exercício cronológico que busca encontrar eventos ou atividades relevantes, nas quais participou durante a carreira, mas sim, significá-los, demonstrando suas inolvidáveis consequências para o Exército Brasileiro.

Einstein, o gênio da Teoria da Relatividade, já dizia que "além das aptidões e das qualidades herdadas, é a tradição que faz de nós aquilo que somos".
Nesse sentido, José Pessoa teve papel fundamental na consolidação da *traditio*[1] que hoje conduz, em passo acelerado, rumo à Era do Conhecimento, os homens e as mulheres que integram a Força Terrestre.

A obra em tela, concebida pelo Coronel de Engenharia R1 Claudio Moreira Bento, notável historiador militar, possuidor de vasta bibliografia sobre o Exército Brasileiro e suas insignes figuras, aborda com precisão e riqueza de detalhes a vida do idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em três momentos especiais. Quando Tenente, período em que participou da 1ª Guerra Mundial comandando uma fração de *Tanks*[2] do Exército Francês; no comando da Escola Militar do Realengo (EMR) e, principalmente, durante os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF), instituída pelo Congresso Nacional, mediante o Decreto nº 32.976, de 8 de junho de 1953, que definia o local onde se situaria a nova capital. Já na reserva, José Pessoa, aos 71 anos, não hesitou em reunir uma equipe de notáveis, todos voluntários e sem remuneração, e partir para

[1]Palavra latina que significa "transmissão'. Algo que é transmitido do passado para o futuro.

[2] Do inglês, significa carro de combate. Surgiu como um código criado por seus inventores, os ingleses, para disfarçar o projeto do primeiro carro de combate de seus inimigos à época, os alemães.

um Planalto Central inóspito em busca de Vera Cruz[3].

Ao autor, faço especial saudação pela iniciativa em reviver fatos tão importantes para a Instituição e para o Brasil apresentando mais uma oportunidade para que o público constate, uma vez mais, o inabalável compromisso do EB e de seus integrantes com o futuro da Nação.

Por fim, agradeço, envaidecido, o convite que me foi feito para prefaciar este livro e os convido para uma interessante viagem pela história do Brasil e de seu Exército.

Tenham todos uma ótima leitura!

[3] Nome pelo qual José Pessoa denominava a nova Capital do Brasil.

APRESENTAÇÃO

– Explicação que se impõe –

O presente livro objetiva resgatar e divulgar a enorme projeção do Marechal José Pessoa para tornar Brasília uma realidade, cuja ação até pouco omitida ao ponto de se tornar desconhecida. E também divulgar iniciativas de oficiais do Exército Brasileiro que concorreram para tornar Brasília a nova capital do Brasil.

Resgatar e divulgar testemunhos, consagradores e divulgadores dos méritos e valores do Marechal José Pessoa praticados ao longo de sua modelar carreira no Exército, para servirem de modelo e inspiração aos militares do Exército de hoje e do amanhã, e no conjunto do presente livro procurar divulgar no seio da Sociedade Brasileira a imagem do Exército, em especial suas contribuições para o Desenvolvimento do Brasil.

E atenção especial para a divulgação das escolas militares do Exército desde 1811, dedicadas à formação de oficiais do Exército, atividade a que o autor tem se dedicado como autor de cinco plaquetas sob a História da AMAN, inclusive sua oração de posse como membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e em seu álbum **Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil**, além de diversos artigos a elas relacionados, disponíveis no site www.ahimtb.org.br, inclusive a reportagem sobre a recepção pela AMAN das 33 cadetes femininas combatentes pioneiras, depois de 226 anos de formação só de oficiais do sexo masculino.

E finalizando com o linguajar usado por gerações de cadetes traduzido por seu minidicionário composto de gírias por eles utilizadas ao longo dos tempos.

Claudio Moreira Bento,
Cel Eng EM

CAPÍTULO I

MARECHAL JOSÉ PESSOA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

A FUNDAÇÃO DE BRASÍLIA

O Marechal José Pessoa e a nova Capital do Brasil

Foi omitida ou esquecida, mas não apagada a História da participação do Marechal José Pessoa para tornar Brasília uma realidade.

Em março de 1996 foi criada em Resende a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB). Criada, também, para avivar na memória nacional e de Brasília a importante participação do Marechal José Pessoa para tornar realidade a construção de Brasília. A AHIMTB criou, em Brasília, com sede no Colégio Militar de Brasília, a AHIMTB/DF – Academia Marechal José Pessoa. AHIMTB que escolheu o Marechal José Pessoa como patrono de uma de suas cadeiras. A AHIMTB/DF – Academia Marechal José Pessoa, desde 20 Dez 2011 e agora independente, continua sua cívica saga de preservar, pesquisar e divulgar a grande obra de José Pessoa e assim fazer-lhe justiça na história do Projeto da Nova Capital através de seu Projeto Vera Cruz, nome por ele escolhido para a Nova Capital.

Por muitos anos predominava na memória do Brasil a ideia de que o audaz Presidente Juscelino Kubitschek decidiu construir Brasília depois, e só depois, de ouvir uma pergunta de um corretor de seguros num comício em Jataí (Goiás) quando ainda era candidato à Presidência da República. E que, a partir de então, decidiu iniciar a construção do Brasil para que a nova capital fosse construída em menos de quatro anos. Não foi exatamente assim que Brasília foi possível ser construída pelo audaz Presidente Juscelino. Brasília só ficou pronta em três anos e dez meses porque o terreno já estava escolhido, estudado e demarcado. Sabia-se tudo sobre a topografia da área, se sabia onde e como buscar água para as obras, onde e como obter energia elétrica. Já haviam até ensaiado a construção de outras cidades no exato lugar onde a cidade definitiva seria erguida. E, mais importante: Juscelino já encontrou o lote desapropriado.

Consultando qualquer livro, dissertação ou ensaio sobre a história da mudança da capital se encontrará na bibliografia os relatórios Cruls e Belcher e do General Djalma Polli Coelho, extensos e minuciosos estudos técnicos feitos em 1892/1894 e 1954/1955. Há um terceiro conjunto de documentos, não tão conhecidos, que comprovam a tese: quando o Presidente Juscelino foi construir Brasília encontrou muita coisa já feita. Faltava só executar os projetos com alterações introduzidas por seus engenheiros e arquitetos.

A pressão política era enorme. Para construir Brasília, foi necessário montar uma estratégia que fosse desvalorizada ou esquecida a história anterior a Brasília.

Foi preciso reforçar "a ideia de uma terra virgem, sem vida, antes da construção da capital".

Mas o projeto vencedor do concurso do Plano Piloto, assim como os outros 26 concorrentes, puderam se basear nos estudos de Luiz Cruls, Donald Belcher e General Djalma Polli Coelho e da comissão lideradas pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Os estudos conduzidos pelo Marechal José Pessoa culminaram num projeto de capital, a que ele deu o nome de Vera Cruz.

A Brasília do Marechal José Pessoa foi idealizada por três profissionais da melhor qualidade, Raul Penna Firme, seu fiel escudeiro, José de Oliveira Reis e Roberto Lacombe, todos eles mestres da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.

Vera Cruz, da Comissão do Marechal, se construída seria tão moderna quanto Brasília. Teria dois eixos que se cruzavam e um lago a leste da cidade.

Antes, porém, de Vera Cruz, quatro outros projetos de nova capital do Brasil foram elaborados entre 1927 e 1955. E só em 1956 foi realizado o projeto oficial para a escolha do Plano Piloto. Desse conjunto, três escolheram o vale entre os córregos do Torto e do Riacho Fundo para construir a cidade planejada. Membros da Comissão da Localização da Nova Capital percorreram o futuro Distrito Federal ainda em 1955.

Ideias pioneiras para transferir a Capital do Brasil do litoral para o interior

A História de Brasília possui suas mais profundas raízes antes de 1778 quando o Marquês de Pombal sentiu a necessidade de interiorizar a capital do Brasil por razões de segurança. E depois, em 1789, lideranças da Inconfidência Mineira sonharam com a mudança da Nova Capital, sonho que consta ter sido visualizado por Dom Bosco.

Outra ideia que surgiu foi a de transferir a capital do Brasil para Paracatu do Príncipe em Minas Gerais, pela qual o autor da proposta na Assembleia Constituinte de 1824 desejaria homenagear o Imperador Dom Pedro I, e que esta cidade fosse chamada de Pedrália.

Em 1825, o Senador Holanda Cavalcanti[4] propôs o levantamento de um terreno localizado nas latitudes 10º e 15º para a construção da nova capital, abrangendo o espaço entre os rios São Francisco ao leste, do Maranhão ao Norte e a do Tocantins ao sul.

Em 1853, o Senador João Lustosa da Cunha Paranaguá (PI), futuro Marquês de Paranaguá, propôs a transferência da capital para Monte Alto na Bahia. O historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, embaixador do Brasil no Império Austro-Húngaro foi o primeiro a discutir a localização da capital no litoral ou no interior.

E um momento que muito impressionou, foi o sonho profético de Dom Bosco, o fundador da Ordem dos Salesianos - Giovanni Bosco, prevendo que surgiria uma rica e próspera civilização na América do Sul entre os paralelos 15º e 20º numa terra bastante larga e longa, que partia de um ponto onde se formava um lago. E então uma voz lhe disse de repente (conforme Monteiro Lobato):

"Quando vieres escavar os minerais ocultos no meio desses montes, surgirá aqui a Terra da Promessa, fluente de leite e de mel. Será uma riqueza inconcebível"[5].

A transferência da Capital para o Planalto Central, a primeira ideia

Na 1ª Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891, um retângulo pontilhado passou a representar a Nova Capital.

O artigo terceiro, com emenda do Senador Virgílio Damásio e do deputado Lauro Müller, da 1ª Constituição estabeleceu: "Fica pertencente à União no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal"[6].

[4] Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque - Visconde de Albuquerque, antepassado de José Pessoa (www.parentesco.com.br, acesso em 20 Ago 2020).

[5] Câmara, Hiram de Freitas em www.aman62.com.br (acesso em 20 Ago 2020).

[6] Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil - Título I - Da organização Federal - Disposições preliminares (www.planalto.gov.br).

O Senador pela Bahia Dr. Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913, acima) era médico e foi governador da Bahia em duas oportunidades. Era primo de Rui Barbosa. A ele coube a iniciativa no Senado da República de propor a inserção, na primeira constituição republicana, do citado item.

Abaixo, o General de Brigada Lauro Severiano Müller (1863-1926). Foi engenheiro militar, político e diplomata. Presidiu Santa Catarina em três ocasiões. Foi aluno da Escola Militar do Realengo e da Escola Superior de Guerra. Coube-lhe, na Câmara Federal, lutar para a introdução da citada área da nova capital na nova Constituição.

A Comissão Cruls, nomeada pelo Presidente Marechal Floriano Peixoto

Abaixo, o Presidente da República Marechal Floriano Vieira Peixoto (1839-1895). Em 1892, foi por ele criada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil sob a chefia do Dr. Louis Cruls, que demarcou o chamado Retângulo de Cruls, com 90km de Largura e 160km de comprimento e que foi ampliado para o norte abrangendo uma área de 77.000km².

Mais abaixo, o Dr. Louis Ferdinand Cruls (1848-1908), o demarcador do Retângulo de Cruls. Nasceu em Dies, Brebante, Bélgica, em 22 Jan 1848 e faleceu em Paris, em 21 Jun 1909, aos 61 anos. Foi astrônomo e geodesista.

Na maior parte da sua vida trabalhou no Brasil onde era conhecido como Luiz Cruls.

Contratado como adjunto do Observatório Imperial do Rio de Janeiro em 1902, recebeu a missão de explorar o Planalto Central do Brasil e chefiou a equipe que estudou a orologia, condições climáticas, higiênicas, a natureza do terreno, quantidade e qualidade da água do Planalto Central onde seria a construção da Nova Capital, a hoje Brasília.

Seis meses depois, eleito Presidente da República, o 2º Presidente da República Marechal Floriano Peixoto constituiu, em 17 de maio de 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, como todas as demais diretamente ligada ao Presidente da República, que foi chefiada por Luiz Cruls, então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.

Seu objetivo era o de estudar e demarcar a área da nova capital. A Comissão Luiz Cruls, integrada por 22 pessoas, deixou o Rio de Janeiro no dia 9 de junho de 1892.

Integrantes da Comissão Luiz Cruls em Pirenópolis, GO

Fonte: https://pirenopolis.tur.br/cultura/historia/comissaocruls

Até Uberaba, viajou pela Estrada de Ferro Mogiana; a partir de Uberaba, no Triângulo Mineiro, prosseguiu em lombo de mulas e a cavalo, percorrendo aproximadamente 4.000km. Todo o material, incluindo equipamento científico, barracas, armas e mantimentos, ocupava 206 caixas e fardos, pesando próximo de 10 toneladas, transportados por enorme quantidade de muares de carga.

Em decorrência dos trabalhos de Luiz Cruls, em 1893 o mapa político do Brasil passa a indicar o retângulo constitucional "Futuro Distrito Federal", o qual ficou conhecido como "Retângulo de Cruls".

Todas as observações da comissão Luiz Cruls foram, em 1894, publicadas em importantíssimo relatório ambiental sobre o Planalto Central (topografia, fontes de energia, clima, caracterização do solo, geologia, fauna, flora etc.).

A este respeito, alguns políticos duvidaram da realização da ideia e que haveria reação à mudança. Pelo que o Marechal Floriano Peixoto, presidente da República, teria dito que era muito fácil, sendo suficiente somente levar o cofre da República para o Planalto Central.

O Presidente Epitácio Pessoa e Brasília

O Presidente da República (1919/22) Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, tio materno do Marechal José Pessoa.

Em seu movimentado mandato, no qual ocorreram várias revoltas, inclusive a Revolta de 1922 na Escola Militar do Realengo e a dos 18 do Forte de Copacabana (05 Jul 1922), tomou algumas providências relativas à nova Capital tendo, inclusive, determinado construir uma ponte que facilitava o acesso ao citado Retângulo de Cruls.

Nesta época, o seu sobrinho, Capitão de Cavalaria José Pessoa comandava a Companhia de Carros de Assalto (blindados) e escreveu seu livro "Os Tanks na Guerra Europeia", trabalho de sua lavra que será adiante transcrito.

É possível que em conversa com o tio presidente tenha despertado para a importância de Brasília, o que revela em seu discurso de Paraninfo da Turma AMAN/1949.

A Comissão General Djalma Polli Coelho, nomeada pelo Presidente Marechal Eurico Dutra para demarcar o local da Nova Capital

Acima, o matogrossense Presidente da República Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946/51), que criou a Comissão General Djalma Polli Coelho para demarcar o local da Nova Capital do Brasil.

Ao lado, o General Djalma Polli Coelho, Chefe da 2ª Comissão de Localização da Nova Capital que retificou a escolha do Retângulo de Luiz Cruls.

O General Djalma Polli Coelho[7] nasceu em Curitiba em 17 de outubro de 1892 e faleceu no Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1954. Foi aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Era engenheiro militar e geógrafo. Dirigiu o Serviço Geográfico do Exército entre 1946 e 1951. Presidiu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

[7] IBGE | Memória | sínteses históricas | galeria de presidentes | Djalma Polli Coelho (www.memoria.ibge.gov.br. - acesso em 23 Ago 2020).

(IBGE). A sua Comissão foi criada em 1946 pelo Presidente Marechal Eurico Dutra, sob a chefia direta dele, General Polli Coelho.

Em 1946, uma nova Constituição reinsere o tema: "A Capital da União será transferida para o Planalto Central". O Presidente da República Marechal Eurico Gaspar Dutra nomeia uma comissão de funcionários públicos, técnicos, sob a presidência do General Djalma Polli Coelho, para realizar estudos de localização, a primeira posterior a de Cruls, 54 anos depois. Tão logo a Constituição de 1946 restabeleceu a mudança, o IBGE se envolveu francamente no processo. Em 1947, o Instituto promoveu duas expedições exploradoras da geografia local, por meio do Conselho Nacional de Geografia, que representava, à época, um dos dois órgãos máximos da instituição; essas duas expedições enriqueceram o conteúdo científico da comissão dirigida pelo General Djalma Polli Coelho para a localização da nova capital.

O IBGE também participaria, ainda, em um terceiro momento quando, nos anos 1955 e 1956, apoiou a Comissão José Pessoa. Algo que merece ser ressaltado é o fato de como as comissões deram continuidade ao trabalho da que a antecedia. Não obstante o longo período decorrido entre as Comissões Cruls e Polli (54 anos), ainda assim, a primeira delas foi honrada pela do General Polli. Percebe-se ter havido uma consideração ética entre ambas e, embora com metodologia, técnicas e processos diferenciados, houve reconhecimento dos aspectos positivos da comissão anterior. A continuidade e a responsabilidade assumidas por ambas contribuíram para acelerar o processo de planejamento da nova capital.

Realizados os reconhecimentos e reestudado o Relatório da primeira comissão, Polli concluiu não haver o que alterar. E, como demonstração das preocupações geopolíticas e do papel da estrutura militar em assunto de tal transcendência estatal, enfatize-se que a posição do Estado-Maior das Forças Armadas foi decisiva ao fortalecer, no fim de 1947, por ofício do General Canrobert Pereira da Costa, ao Presidente da República, a concordância com o Relatório Polli, revelando-se mais inclinado pela solução preconizada pela Comissão Cruls, em 1892, que aconselhara o Planalto de Goiás por motivos geopolíticos.

No dia 21 de agosto de 1948, a Comissão confirmou a mesma localização escolhida pela Comissão Cruls, em 1892. Haviam-se passados dois anos de trabalho da Comissão, com o apoio do engenheiro Coimbra Bueno, que fora um dos construtores de Goiânia. A decisão governamental estava refletida no texto do Presidente Eurico Gaspar Dutra:

> "A conclusão aqui encaminhada é no sentido de estabelecer a capital no Planalto Goiano, aproveitando integralmente a área

> proposta em 1892 pela comissão Cruls, em zona de confluência das bacias dos rios Amazonas, Paraná e São Francisco. Não se tem em vista, unicamente, a ideia de respeitar a tradição constitucional, mas ainda, os efeitos favoráveis sobre a economia geral da nação e sobre a estruturação geopolítica do Estado, considerando este como um todo unificado e consolidado"[8].

A partir dessa data, todos os esforços feitos pelos opositores para alterar a localização no Planalto Central não teriam êxito. Um fato de interesse é o de que se Juscelino conhecia, ou não, àquela hora, a imposição constitucional da construção de Brasília ser realizada no Planalto Central, fato de que trataremos quando abordarmos o estudo para a construção da Nova capital - Brasília.

Em 8 de janeiro de 1953, foi criada a Comissão Especial pelos Decretos nº 32 a 76, que foram alterados pelo decreto nº 33.769 de 05 Set 1953, do Presidente Getúlio Vargas, em função do qual foi convidado por este, para presidir a 3ª Comissão o seu Chefe da Casa Militar e herói da Força Expedicionária Brasileira General Aguinaldo Caiado de Castro.

[8] Citado por Câmara, Hiram de Freitas em www.aman62.com.br (acesso em 20 Ago 2020).

A Comissão General Agnaldo Caiado de Castro, nomeada pelo Presidente Getúlio Vargas

Acima, o Presidente da República Dr. Getúlio Dornelles Vargas (1930/45), que criou a Comissão General Aguinaldo Caiado de Castro.

Ao lado, em foto da Galeria de Comandantes do Regimento Sampaio, o General de Exército Aguinaldo Caiado de Castro, que comandou o Regimento Sampaio na conquista do Monte Castello, na Itália, em Fev 1945.

O General Aguinaldo Caiado de Castro, Chefe da Casa Militar do Presidente Getúlio Vargas, por curto período, presidiu a Comissão para a localização da Nova Capital do Brasil. Comissão que teve o grande mérito de contratar a Empresa Norte-Americana Donald J. Belcher & Ass., que forneceu mapas, maquetes, mosaicos, overlays e relatórios para a realização dos estudos da área, cujos valiosos trabalhos foram

de grande utilidade para a Comissão Marechal José Pessoa e para a Comissão do Presidente Juscelino que construiu Brasília.

Aguinaldo Caiado de Castro[9] nasceu no Rio de Janeiro em 02 Out 1899, onde faleceu em 07 Jul 1963, com cerca de 64 anos.

Como Coronel, comandou o Regimento Sampaio (atual 1º B I Mtz, Vila Militar, Rio de Janeiro) da FEB na conquista de Monte Castello (Itália, II GM). Foi Chefe da Casa Militar do Presidente Getúlio Vargas que o nomeou Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal.

Justiça se lhe faça. Ele teve a iniciativa de contratar a empresa aérea Cruzeiro do Sul para fazer um levantamento aerofotogramétrico da área da Nova Capital, que foi enviado à empresa Donald J. Belcher Ass. que ele já havia contratado.

Brasão do Distrito Federal

[9] http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aguinaldo-caiado- de-castro (acesso em 23 Ago 2020).

A Comissão Marechal José Pessoa, de localização e demarcação da área destinada à Nova Capital, nomeada pelo Presidente Café Filho

Acima, o Presidente da República Dr. João Fernandes Campos Café Filho, que foi o criador da Comissão Marechal José Pessoa de localização da Nova Capital e aprovou seu trabalho.

Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o chefe da Comissão de Localização e Demarcação da área destinada à Nova Capital, que foi nomeada pelo Presidente Café Filho, o qual substituiu o falecido Presidente Getúlio Vargas.

Segundo o Coronel Hiram de Freitas Câmara, biográfo do Marechal José Pessoa, em artigo na Revista DaCultura da FUNCEB[10] (transcrição):

Em 1949, após 40 anos de Oficialato, já general de exército, reverteu à reserva. Em 1954, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, o "descanso do guerreiro" foi interrompido. Seus 71 anos de idade não o impediram de aceitar o

[10] Câmara, Hiram de Freitas. O Marechal José Pessoa e Brasília. In: FUNCEB, Revista DaCultura, Rio de Janeiro, Ano XI, nº 20, (www.funceb.org.br - acesso em 20 Ago 2020).

> honroso convite do presidente Café Filho, para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil, tema do qual era um permanente estudioso. Substituía o general Aguinaldo Caiado de Castro, ex-chefe da Casa Militar do presidente Getúlio. José Pessoa havia escrito, desde 1931, artigos de fundamentação geopolítica, quando criara na Escola Militar do Realengo, a cadeira de Geografia Militar, com um forte vínculo histórico. Reportava-se aos bandeirantes, à integração nacional, assuntos que discutia com o geopolítico capitão Mário Travassos ("Aspectos Geográficos Sul-Americanos" e "Projeção Continental do Brasil").Tinha ideias muito claras sobre a vertebração do espaço brasileiro para aproximar os meios de defesa da fronteira oeste, no campo da estratégia militar, alargar a fronteira econômica do Brasil e o Planalto Central da Amazônia. Ao assumir a presidência da Comissão, José Pessoa sabia o que fazer com objetividade. E com o espírito de que era dotado, os que o conheciam sabiam que extrapolaria seus limites, não se contentando com os limites da missão imposta: avançaria por uma proposta de projeto de urbanização da capital. E podia fazê-lo, pois a mudança da capital era, para ele, um tema amadurecido, como para todos os brasileiros esclarecidos, na metade da década de 50. Desconhecer seus aspectos principais, para qualquer político ou militar, representaria uma grave falha de formação política desde que os inconfidentes mineiros o haviam colocado, indelevelmente, na pauta histórica, desde o Brasil - Colônia. A Idealização de uma Nova Metrópole interiorizada A interiorização do centro político e estratégico de um país de dimensões continentais como o Brasil era um assunto discutido desde o Brasil - Colônia. Na realidade, não se pode dizer que qualquer brasileiro que tivesse nascido, pelo menos, depois de 1789, fosse 'dono dessa ideia magna'. Por mais brilhante e criativa que fosse, nenhuma pessoa viva, no século XX, poderia afirmar, ainda que para fins retóricos, haver "*inventado*" Brasília. A interiorização do poder político e a criação de Brasília são assuntos de Estado que não poderia ter sido obra de uma só pessoa...

O Marechal José Pessoa levou para Brasília dois personagens que haviam sido essenciais para tornar realidade a então Escola Militar de Resende na década de 1940, o Marechal Mário Travassos, geopolítico brasileiro, que fora o primeiro comandante da citada Escola Militar, e o arquiteto Raul Pena Firme cujos perfis,

bem como o do Marechal José Pessoa, figuram no livro do autor desta obra, o qual consta integralmente no site www.ahimtb.org.br, intitulado **2010 - 200 anos da Academia Real Militar à Academia Militar das Agulhas Negras**[11].

O grande e decisivo lance do Marechal José Pessoa foi conseguir do Governador de Goiás, com a aprovação de sua Assembleia Legislativa, a desapropriação do Retângulo de Cruls para nele construir a Nova Capital. Desapropriação que o Presidente Café Filho se negou a decretar.

O Marechal Mário Travassos, que esteve desde capitão como secretário do Marechal José Pessoa, foi por ele levado para Brasília já como consagrado geopolítico.

A seguir, transcrevemos sua síntese biográfica obtida no site www.ahimtb.org.br da lavra deste autor em sua já citada obra na página anterior.

11 BENTO, Cláudio Moreira. Resende: AHIMTB, 2010.

O primeiro comandante e instalador da AMAN Cel Inf Mário Travassos[12] e Brasília

Ao lado, o Marechal Mário Travassos, que colaborou com o Marechal José Pessoa como geopolítico, em especial na localização da Nova Capital.

Teve a honra e o privilégio de ter sido o primeiro comandante da AMAN em Resende, o único coronel que desde 1944 figura em sua ilustre galeria de comandantes. Foi o então Coronel de Infantaria Mário Travassos, já um consagrado especialista da influência da Geografia na condução das operações militares. Inicialmente do Terreno, como um dos fatores da decisão militar. Em seguida, focalizou a Geografia Militar nas operações militares e, finalmente, abordou Geopolítica, por ele entendida como influência da Geografia na conduta da política de um país. Em 1944, ele já era um especialista em Ensino Militar do nosso Exército.

Nasceu no Rio em 20 de janeiro de 1891, onde faleceu aos 82 anos, em 20 de julho de 1973. Cursou a Escola de Guerra de Porto Alegre (1908-10), sendo declarado aspirante a oficial em 02 Jan 1911.

Instrutor da Escola Militar do Realengo, como capitão, acompanhou, em 1931, o então Coronel José Pessoa em sua viagem até Resende para escolher o local da atual AMAN. A justificativa geopolítica da localização da AMAN é da sua lavra. Em 1933, como instrutor-chefe do Curso de Infantaria da Escola Militar do Realengo, publicou na *Revista da Escola* o "Capítulo 1º - O emprego tático do terreno", de sua obra *Notas* à *margem dos exercícios táticos.* Ainda nesse ano publicou *Aspectos geográficos sul-americanos*[13].

Era a obra de Geografia Militar que o Coronel José Pessoa desejava introduzir na AMAN, como a Geografia do Soldado ou "Geobélica", preocupada em estudar as influências da Geografia nas operações militares e na forma como o então Tenente José Pessoa havia percebido em relação à sua relevância na Escola de Saint Cyr, da França, que frequentara, bem como em outras escolas europeias. Isto depois de haver combatido na Cavalaria do Exército Francês na I Guerra Mundial.

---

[12] Publicado em BENTO, Claudio Moreira. 2010 - 200 anos da criação da Academia Real Militar à Academia Militar das Agulhas Negras. Resende: AHIMTB, 2010, p. 81.

[13] TRAVASSOS, Mário. Aspectos geográficos sul-americanos. Rio de Janeiro: Im- prensa Militar, 1933.

A Cadeira de Geografia Militar criada pelo Cel José foi confiada ao Ten Cel Francisco de Paula Cidade, historiador de renome e um dos fundadores da revista A Defesa Nacional em 1913 e patrono de cadeira na FAHIMTB. Aulas aos cadetes do Realengo foram ministradas através da obra produzida por Francisco de Paula Cidade com o estímulo de Mário Travassos. Foi intitulada Notas de Geografia Sul-Americana, mandada imprimir pelo Cel José Pessoa em 1934 e reeditada em 1941 pela então Biblioteca Militar.

Em 1938 veio a lume o estudo pioneiro de Geopolítica do então Ten Cel Mário Travassos: *Dimensão Continental do Brasil,* editada para a famosa Coleção Brasiliana.

Recém promovido a Coronel, Mário Travassos foi nomeado primeiro comandante e instalador da Escola Preparatória de Fortaleza e depois nomeado comandante da Escola Militar do Realengo (1943).

Em 1944, foi distinguido para instalar e comandar a então Escola Militar de Resende, que também atendeu à aspiração sua e a do Cel José Pessoa. Escola que passou, em 1951, ao atual nome de Academia Militar das Agulhas Negras.

Então, aproveitou sua grande experiência acumulada como instrutor-chefe de Infantaria e ex-comandante da Escola Preparatória de Fortaleza e da Escola do Realengo.

Comandou a AMAN de 1º de março à 10 de novembro de 1944, quando presidiu a última cerimônia de sua instalação em Resende, balizada pela entrega à atual AMAN, por resendenses, da Bandeira Nacional e do Estandarte do Corpo de Cadetes. Bandeira que foi pela primeira vez hasteada no mastro principal.

De Resende, seguiu para a Itália para assumir a função, na FEB, de comandante do Depósito de Pessoal. Um veterano da FEB de Resende nos transmitiu que os combatentes preferiam ficar na frente de combate do que enfrentar as instruções do Coronel Travassos no Depósito de Pessoal.

Ele era muito zeloso em preservar a vida dos combatentes, pois passara pela imensa dor de ver seu filho, o Capitão de Infantaria Germano Duarte Travassos, ter de amputar uma perna após ter sido atingido em ação por um estilhaço de Artilharia. Fato que sua fé espírita ajudou a superar.

Ao retornar da Itália, foi promovido a General de Brigada, aos 55 anos, o seu maior posto na ativa. Comandou uma unidade em Ponta Grossa e depois assumiu a Diretoria Geral de Ensino do Exército. Foi quando o conhecemos, em inspeções na Escola Preparatória de Porto Alegre em 1951-52.

Entre suas realizações nesta Diretoria, registro a criação do Curso de Classificação de Pessoal, hoje encargo do Centro de Estudos de Pessoal (CEP) no Leme.

Na reserva, no posto de marechal, dedicou-se a atividades culturais ou à prática do ócio com dignidade e, mais do que isto, com utilidade social. Em 30 Jun 1953, fundou a Sociedade Pró-Livro Espírita em Braille (SPLEB) no Rio de Janeiro. Uma entidade sem fins lucrativos.

Organizador e instalador da AMAN em Resende, foi assim definido pela Grande Enciclopédia Delta Larousse (São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., edição de 1998):

> "Militar e geopolítico brasileiro (Rio, 1891, Diretor Geral de Ensino do Exército (1951-52), marechal para a reserva (1952). Em sua obra de escritor ressalta importantes aspectos geopolíticos brasileiros: Aspectos geográficos sul-americanos, 1933; Projeção Continental do Brasil, 1938, e Introdução da Geografia das Comunicações Brasileiras,1942".

Segundo o consagrado geopolítico brasileiro, acadêmico emérito, hoje patrono de cadeira na AHIMTB e ex-comandante da AMAN General Carlos de Meira Mattos, a criação dos corredores de exportação deve-se a uma ideia do Marechal Mário Travassos, conforme mencionou ao apresentar a plaqueta do autor *Inspirações geopolíticas das ações de Portugal e do Brasil no Prata e suas projeções no Rio Grande do Sul 1680-1900*[14].

Em 1947, publicou o livro TRAVASSOS, Mário. Projeção Continental do Brasil. São Paulo: Nacional, 1935.

A AHIMTB homenageou o Marechal Mário Travassos dando o seu nome à sua Delegacia em Campinas/SP. Havia uma ideia antiga entre ex-alunos da AMAN que a nova Biblioteca da AMAN levasse o seu nome, como a antiga foi rebatizada de Marechal José Pessoa.

No Boletim nº 1 da AMAN, em sua inauguração, ele assim se expressou:

> **"**É para nós grande honra assinar o Boletim n° 1 da Escola Militar de Resende. Conhecedor, até os seus últimos pormenores, das origens da Nova Escola Militar, que datam do ano de 1931, nunca pensei que pudesse ver realizado o sonho do então Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, tão cedo concretizado,

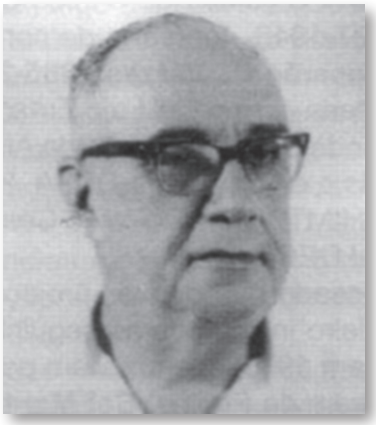
[14] BENTO, Claudio Moreira. Inspirações geopolíticas das ações de Portugal e do Brasil no Prata e suas projeções no Rio Grande do Sul 1680-1900. Resende: AH- IMTB, 2001. Também publicado em www.ahimtb.org.br (acesso em 24 Ago 2020)

graças ao espírito dinâmico, à capacidade técnica e a experiência do Exmo Sr. General Luiz Sá Affonseca, e viesse me tocar a missão de insuflar vida à majestosa realidade que é hoje a Escola Militar de Resende.

É preciso que as massas de concreto armado e revestimento de mármore de nossa Escola criem alma e falem hoje e sempre do grande momento em que definitivamente os processos de formação dos oficiais do Exército Brasileiro devem ser consolidados de forma a marcar época".

Medalha comemorativa da fundação da Escola Militar de Resende, ano 1944, com efígies de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, medindo 7 cm de diâmetro, cunhada na Casa da Moeda em bronze.

O Marechal José Pessoa visto pelo projetista das reformas na Escola Militar do Realengo, do Projeto da AMAN[15] e de Vera Cruz no planalto central



Ao lado, Raul Penna Firme, Arquiteto e Urbanista, nascido em 25 de maio de 1900 e falecido a 17 de abril de 1974. Foi arquiteto do então Estado da Guanabara e Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A visão de Raul Penna Firme sobre o Marechal José Pessoa

Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (falecido) e suas realizações. Idealizador e Patrocinador dos Projetos da Academia Militar das Agulhas Negras.

1 - HISTÓRICO: Dentre a pleiade de oficiais e profissionais que o acompanharam desde o início dos seus planos de obras, consideradas utópicas pelos observadores da época, eu, pessoalmente, fui talvez o seu mais íntimo e modesto colaborador por ele, durante anos a fio.

Na ocasião, ele era o Coronel Comandante da Escola Militar do Realengo, e muito conceituado, eu estava iniciando os primórdios da minha carreira profissional (engenheiro arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro). Fui premiado com a Grande Medalha de Ouro (prêmio escolar) no fim do curso e mais a nomeação para um cargo - Censor de Fachadas na Prefeitura do Distrito Federal, ao tempo do Presidente Washington Luiz Pereira de Souza.

2 - PREÂMBULO: Já no governo provisório e revolucionário do Sr. Getúlio Vargas, como comandante da antiga Escola Militar eu tive a felicidade de conhecê-lo, por intermédio do ilustre e erudito Marechal Mário Travassos, recentemente falecido (1973); naquela época, capitão Travassos, oficial de sua confiança, não me lembro se também o chefe do seu gabinete. O Coronel Pessoa, como era conhecido, era impecável nas suas atitudes e na farda.

Muitas reformas e obras de acréscimo, como preparativas, foram feitas na

15 BENTO, Claudio Moreira. 2010 - 200 anos da Academia Real Militar à Academia Militar das Agulhas Negras. Resende: AHIMTB, 2010, p. 76.

Escola do Realengo, sob a minha orientação técnica, com projetos e soluções de obras a fim de manter e educar os cadetes em nível elevado já pelos hábitos de conforto, já pelo aprimoramento que devem ter os jovens servidores da pátria quando foram transferidos para as impecáveis instalações da futura Escola que ele desejava que fosse um exemplo para todo o mundo.

Serviços, reuniões, viagens (uma delas foi feita até o Pico das Agulhas Negras, a cavalo, onde ele plantou um pinheiro histórico). Atas e comemorações simbolizaram o batismo da nova Academia.

As iniciativas sempre se renovaram de modo concreto para os estudos e trabalhos, mas sem os recursos financeiros necessários e adequados. Economias rigorosas nos gastos da manutenção dos trabalhos escolares, compra de cavalos, diretamente na fonte e por concorrência no Rio Grande do Sul, estudada por técnicos a racionalização da alimentação, despesas com fardamentos mais adequados, propiciavam verbas extras que ele aplicava nas obras sem solicitar créditos especiais do Governo. Toda esta ginástica facilitou melhoramentos para as instalações da Escola, manobras especiais para o corpo de cadetes. A contribuição profissional espontânea, com modesta remuneração, soma-se ao ensejo de obras de grande emergência num prédio precário e muito avariado pelo tempo: baias, pavilhões de armas refeitório, cozinha, serviços sanitários; cassino de cadetes e oficiais; picadeiro para equitação, (ele era da Arma de Cavalaria e a prezava com dignidade). Construiu também conjuntos esportivos, assim como todas as obras de saneamento.

Durante todo este tempo, que durou alguns anos, foi surgindo a imperiosa necessidade da grandiosa Escola, já nesta conjuntura bem acolhida pelas autoridades. Começaram os debates para se conseguir o montante financeiro para a vultosa construção que deveria, segundo os seus planos, tomar como modelo a "West Point Academy" dos Estados Unidos da América do Norte.

3 - PREPARATIVOS: Daí em diante havia uma intensa solicitação por ele junto aos órgãos técnicos para a nova Escola à altura da grandeza do Brasil, dizia ele, ocupando-se da ideia em todos os seus pensamentos e conversas. A nova Escola Militar, a grande cogitação do Coronel Pessoa, Comandante da Escola. O Coronel comandante, de acordo com os seus superiores, me pagava uma mínima taxa honorária profissional que não correspondia à justa remuneração. Contudo, o entusiasmo pelo empreendimento, a falta de verba e a sua prova de confiança sempre depositada nos meus trabalhos nunca deram oportunidade ao nosso desânimo. Seguem-se a nomeação de várias comissões de oficiais do Estado-Maior, do Ministério e da Escola Militar para tratar do assunto.

Faltava, agora, a presunção do local mais propício e mais adequado e que ocupasse uma das regiões próximas ao Distrito Federal para receber o grande monumento escolar.

A política dominante não conseguia extravasar os umbrais do seu patriotismo. Era muito sensível a qualquer injunção mal-intencionada. Reagia com a retirada. Estava sempre interessado em resolver da melhor maneira possível uma Escola condigna para a formação de oficiais das armas de terra. O Presidente Getúlio Vargas dava-lhe muito prestígio e o admirava.

4 - A REALIZAÇÃO: A Escola seria antes uma cidade universitária integrada na vida brasileira, tanto quanto possível auto-suficiente. Seriam desapropriadas várias fazendas que lhe dariam a manutenção. Todos os professores e instrutores foram solicitados a colaborar com as suas normas e programas. A Revolução de São Paulo nesta fase inicial dos trabalhos ocasionou algumas peripécias que retardaram a iniciativa, mas ele nunca perdeu o entusiasmo que o impulsionava.

Surgiu um local em Resende, no sítio do Horto Florestal do Ministério da Agricultura, que seria o ponto focal de uma vasta região com todas as características normalizadas pela comissão nomeada pelo Sr. Coronel Comandante José Pessoa no sentido de opinar antes da decisão da escolha.

Neste ínterim, foi solicitada à Embaixada Americana uma cópia das plantas da West Point Academy, que se obteve com todos os detalhes e pormenores. Aceita a escolha de Resende, houve várias visitas ao local para se constatar a viabilidade de soluções, que se enquadrassem perfeitamente nas exigências da Comissão:

- terreno variado para exercícios e manobras;
- bom clima;
- proximidade do Itatiaia (Agulhas Negras);
- o rio Paraíba;
- a cidade de Resende para o problema social da comunidade escolar;
- terrenos de propriedade do governo;
- boa água potável; e
- proximidade relativa do Distrito Federal.

Faltavam agora, somente, estudos da urbanização da Cidade Universitária e os edifícios programados.

5 - PRIMEIRA FASE: O Coronel Comandante, assessorado pelo seu estado maior e conselho administrativo, abriu um concurso administrativo entre vários

profissionais para os primeiros estudos do anteprojeto da Academia, segundo um programa constante do Edital de concorrência.

O meu trabalho foi o escolhido pela Comissão encarregada de opinar. Juntos, alguns documentos comprobatórios: a planta aerofotogramétrica, a planta geral e o ofício da aceitação. Todas as providências preliminares, inclusive a ordem para a execução do projeto definitiva mediante o pagamento dos honorários estipulados em 75$00 (Setenta e cinco contos), moeda da época, pagos em parcelas de 25$000 (Vinte e cinco contos) de acordo com o andamento dos trabalhos, o que foi feito e, em seguida, aprovado pelas autoridades superiores (Presidente da República e Ministro da Guerra). Só depois desta aprovação é que ficou batizada com todas as bençãos de Deus com o nome orográfico de ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, dizia ele, para que ficasse perpetuada a grande obra na terra brasileira. O General Pessoa, de saudosa memória, deixou o brilhante Comando da Escola Militar do Realengo e o projeto da nova Escola passou para o Arquivo e lá ficou durante anos sem solução de continuidade, por falta de verba, ou quiçá, de iniciativa.

Ele nunca foi convidado para promover ou participar da execução das obras. Tempos depois, terceiros interessados tentaram desviar a localização, sendo realizadas pesquisas infrutíferas em Campinas, Petrópolis, Rio Grande do Sul etc.

Até que, enfim, anos depois de estratificação, a necessidade da concretização se fez sentir e durante a gestão do General Manoel Rabelo, Diretor de Engenharia do Ministério da Guerra e já falecido, foi tomada a iniciativa da realização da obra no mesmo local em Resende, de acordo com o seu projeto por direito adquirido. Não havia mais dúvida quanto ao local escolhido, ficando decidida a soberania do seu plano em toda a sua plenitude. Organizada a seguir a Comissão Construtora da nova Escola Militar, fui admitido como Arquiteto-Chefe da Seção do Planejamento, por aprovação da Comissão.

Os escritórios administrativos e técnicos foram sediados em Resende, no próprio canteiro de obras. As chefias de serviços couberam aos órgãos de Engenharia do Ministério da Guerra: Serviço Geográfico do Exército, oficiais da arma de Engenharia próprias. Algumas empreiteiras tiveram seus trabalhos de construção bem fiscalizados e a cidade de Resende andou sempre apoiando os responsáveis pela construção. A estrada de rodagem Rio-São Paulo foi desviada para a frente da Escola no eixo Rio-São Paulo.

O Marechal José Pessoa na Comissão da Capital do Brasil em Goiás, a convite dele e do presidente (continuação da transcrição)

Foi feita pela Comissão a escolha do plano piloto que recebeu o nome de VERA CRUZ. Nesta conjuntura, eu me separei dele; não sem antes deixar indelével a figura impávida do militar disciplinado pio vivo do verdadeiro patriotismo; é o que posso testemunhar (final de transcrição).

José Pessoa, Brasília e o arquiteto Raul Penna Firme

O grande auxiliar que teve o Marechal José Pessoa foi, conforme o texto anterior, o arquiteto Raul Penna Firme e esta é a razão deste título. Conforme o jornal Correio Brasiliense, de 04/06/2011:

> A Brasília de (José) Pessoa foi idealizada por três profissionais da melhor qualidade, Raul Penna Firme, José de Oliveira Reis e Roberto Lacombe, todos eles professores da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Vera Cruz, se construída, seria tão geometricamente moderna quanto Brasília. Teria dois eixos que se cruzavam e um lago a leste da cidade.

Em 2019, o autor produziu, com o patrocínio da FHE- POUPEx, o livro **Brasil - Pensadores Militares Terrestres 1631-1990**[16], que se encontra disponível no site www.ahimtb.org.br, o qual abordou o Marechal José Pessoa como pensador militar terrestre brasileiro às p. 137/148, nas quais o autor sintetizou o seu precioso legado, destacando que a História da hoje Academia Militar tem duas fases: antes e depois do Marechal José Pessoa.

O último livro do Marechal José Pessoa teve por título **Nova Metrópole do Brasil - relatório geral de sua localização (**Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1958).

Obra ora reeditada pela Biblioteca do Exército. Neste relatório alentado e muito ilustrado, ele traduziu o parecer da Comissão de Localização de Mudança de Nova Capital, cujo nome para ele deveria ser Vera Cruz, ao invés de Brasília, como viria a ser consagrado quatro anos depois.

O Marechal José Pessoa considerava a mudança da Capital do Brasil como a solução do problema geopolítico nº 2 do Brasil.

Segundo o historiador militar General Umberto Peregrino, ex-Ajudante de Ordens do Marechal José Pessoa:

> "Marechal José Pessoa e sua Comissão ligam-se à construção de Brasília por duas razões.
> "1º - A iniciativa que sua Comissão tomou, foi decisiva para tornar

16 BENTO, Cláudio Moreira. Brasil - Pensadores Militares Terrestres 1631-1990. Barra Mansa, RJ: Irmãos Drumond, 2019.

> Brasília uma realidade em tão pouco tempo. Elas respaldaram o ânimo indomável do Presidente Juscelino.
>
> 2º - O Plano Piloto de Brasília de Lúcio Costa, coincidiu em linhas gerais com o da Comissão José Pessoa. Esta idealizou uma cidade em forma de Cruz (Vera Cruz) e Lúcio Costa, uma cidade em forma de avião"17.

Os trabalhos da Comissão Marechal José Pessoa tiveram início em dezembro de 1954, com o Presidente Getúlio Vargas, já falecido em agosto de 1954, e agora sendo presidente da República o seu vice-presidente Café Filho que o nomeou.

O Plano Inicial contemplava o trânsito das rodovias que davam acesso à área do projeto da Nova Capital, bem como as grandes rodovias do Brasil que permitiam a ligação com a mesma.Foram importantes os trabalhos, mapas e maquetes feitos pela Empresa Ronald J. Belcher Ass. para possibilitar os estudos da área pela Comissão José Pessoa.

Esta empresa, a pedido do Marechal José Pessoa, apontou cinco sítios para ser construída a Nova Capital. Sítios Verde, Castanho, Azul, Amarelo e Vermelho. E em seu Relatório o Marechal José Pessoa comentou que os dados da citada Empresa Americana foram decisivos para a escolha do local onde seria construída Brasília.

Mas havia a necessidade de ser delimitada a área do atual Distrito Federal. Para tal, o Marechal José Pessoa empregou técnicos da Comissão para realizarem estudos e concluírem pela indicação da área desejada para o Distrito Federal traçando seus limites incluindo os rios Preto e Descoberto entre os paralelos 15º-30' e 16º-3' com uma área de 5.850km².

Depois de acurados estudos a Comissão Marechal José Pessoa colocou em votação em 15 de abril de 1955 qual dos sítios seria o escolhido para localizar a Nova Capital. Foi vencedor o sítio castanho, localizado no Retângulo de Cruls que incluía parte do terreno do município do Planaltina, que é banhado pelos rios Torto, Paranoá, Bananal e Gama, e cortado pela rodovia Planaltina - Anápolis.

O Marechal José Pessoa não se satisfez só com a escolha do local para a Nova Capital. Tratou da melhoria da região com autoridades locais e federais.

Com vistas a proteger o sítio escolhido da especulação imobiliária solicitou ao governador de Goiás que declarasse desapropriada a área escolhida para a

17 Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, Edição Especial, Set/Out 1995, Centená- rio de Nascimento do Marechal José Pessoa.

Nova Capital. A solicitação do Marechal José Pessoa de desapropriação foi confirmada pela Assembleia Legislativa de Goiás pela Lei Estadual nº1071, de 11 Mai 1955, Lei que ficou conhecida como Lei Marechal José Pessoa.

O Marechal José Pessoa, consciente da relevância da solução do problema geopolítico nº 2 do Brasil, ou seja, a transferência da Capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, propôs seu nome como Vera Cruz; o primeiro nome do Brasil após seu Descobrimento.

A subcomissão de planejamento urbanístico criada pelo Marechal José Pessoa foi formada pelo Arquiteto Raul Penna Firme, que com ele havia projetado a atual Academia Militar das Agulhas Negras, e mais Roberto Lacombe e José de Oliveira Reis. Eles realizaram o planejamento de uma avenida monumental tendo como moldura áreas verdes com grandes prédios nas suas laterais, uma barragem no Rio Paranoá, parques e jardins geológicos e botânicos.

Projetos que seguramente serviram de orientação para execução de projetos para a construção de Brasília, sob a liderança do Presidente Juscelino Kubitschek.

O Presidente Café Filho, em 9 de dezembro de 1955, homologou as decisões da Comissão Marechal José Pessoa, autorizando o prosseguimento da missão. No início de 1956, o Marechal José Pessoa, aos 71 anos, foi exonerado da missão.

O Marechal José Pessoa e a nova capital conforme o General Geraldo Knaack de Souza (transcrição)[18]

General Geraldo Knaack de Souza em seu artigo intitulado "O Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e a nova Capital" na Revista do Clube Militar – Edição Especial de 1995, dedicada ao Marechal, escreveu abordando o Relatório Final do mesmo e revelando muitos nomes ligados à localização da Nova Capital. Tal artigo está transcrito a seguir.

A mudança da capital estava sendo encarada mais concretamente desde 1953, quando a lei n° 1803, de 05 de janeiro de 1953, autorizou o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da Nova Capital da República, e o decreto nº 32.976, de 08 de junho de 1953, criou a Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF), reformulada pelo decreto n° 36.598, de 11 de dezembro de 1954, quando o Marechal José Pessoa assumiu a chefia da mesma.

Foram dois anos de árduos trabalhos, no ritmo que lhes sabia imprimir Marechal José Pessoa. Em novembro de 1956, o Marechal entregou o trabalho que denominou Nova Metrópole do Brasil - (Relatório Geral de sua localização). É uma alentada descrição de tudo o que fez Comissão de Localização da Nova Capital Federal CLNCF sob sua presidência. Vejamos alguns trechos daquele trabalho.

Velho partidário da mudança da capital Federal, já em discurso de Paraninfo da turma de Aspirantes a Oficial de 1949, na Academia Militar das Agulhas Negras, obra esta de nosso pensamento e de grata recordação, estávamos aqueles jovens para sua eventual responsabilidade diante da solução de certos problemas, como o da construção da Nova Capital da Política do Brasil, no Planalto Central, dada a marcada influência que exercerá nos destinos da nacionalidade a solução dessa questão secular.

Da solução desse problema, útil para a grandeza e salvaguarda da nossa nacionalidade, vantagens inegáveis nos advirão, quais sejam: aproximar todos os Estados pela ação radial do governo central; acelerar, na direção do altiplano dos sertões brasileiros, a marcha lenta da nossa civilização, encastelada no litoral há

[18] Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, Edição Especial, 1985, Centenário de Nascimento do Marechal José Pessoa, p. 17/20

quatrocentos anos; resguardar a nossa Capital, hoje tão vulnerável à borda do oceano, para ponto menos exposto, no coração do país, sem falar nos reflexos econômico-financeiros altamente compensadores.

Por outro lado, a nova localização da Capital facilitaria, também, a complexa solução de outro magno problema, pois dali estenderíamos os braços aos irmãos da hiléia amazônica, que vivem naquelas paragens ainda esquecidos da ajuda material e moral dos governos.

Fiel a esse pensamento, que pulsava em nosso coração desde velhos tempos, levamos para a direção de nossa espinhosa incumbência a firme determinação de colocar a solução do grande problema em tal altura que não lhe fosse mais permitido estacionar ou recuar em sua já longa caminhada.

E, assim, felizmente, sucedeu.Tínhamos, como base de partida da tarefa, estudado sobejamente tudo o que nos caíra às mãos sobre esse assunto, particularmente os notórios trabalhos do General Djalma Polli Coelho, de saudosa memória, que exerceu, com tanto brilho, a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército e a chefia da primeira Comissão de Localização da Nova Capital; como também o que se encontra no magistral "Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil", publicado em 1894, que, como bem disse o emérito militar acima citado: "permanece, como principal documento entre todos os que possuímos, a possibilidade de localizar a nova Capital do Brasil naquele mesmo lugar em que o pressentimento ou intuição geopolítica dos homens da Independência e do Império já a havia situado..."; afora o substancioso 'Relatório Técnico' da firma Donald J. Belcher and Associates Incorporated, contratada pela Comissão General Aguinaldo Caiado de Castro, para proceder aos estudos de fotoanálise e de interpretação, necessários à seleção dos sítios mais favoráveis para a localização da nova Capital, na área delimitada pelo Congresso no Planalto Central, que excelentes esclarecimentos trouxe para os nossos estudos, investigações e conclusões.

A todos esses trabalhos se juntam os atuais, constantes deste Relatório, e que ficarão nos arquivos como documentos dos mais substanciosos, referentes à concretização da mudança da Capital para o interior.

Assim, após longo tempo de laboriosas viagens de estudos e indagações no Planalto Central (trabalhos de campo), nas bibliotecas e por toda parte, os membros da Comissão, reunidos solenemente em assembléia, depois de pesar tudo quanto havíamos feito, com a maior isenção de ânimo, desprendimento e fervor patriótico, afinal decidiram sobre o sítio para localização da nova Capital no Planalto Goiano. Como bem sentenciou, aliás, Polli Coelho:

> Foi a própria natureza quem deu ao planalto goiano os privilégios que nunca, em mais de século, deixaram de impressionar os nossos homens de governo e de inteligência, quando eles trataram da necessidade de interiorizar a Capital do Império ou da República'. Assim, pois, todos concluímos pela escolha do Planalto Goiano, que faz a junção tríplice das nossas bacias principais e pode, sem favor, ser chamado o "Planalto da Unidade Nacional".

É oportuno esclarecer que a nova Metrópole não deveria ficar às margens de um rio navegável ou ao lado de uma fonte de matérias-primas, por não se tratar de erguer uma cidade industrial ou comercial, mas tão somente uma cidade governamental, de 500 mil habitantes, que proporcionasse ao governo tranquilidade para meditar e administrar com acerto a Nação. Foram igualmente realizados os estudos preliminares de urbanismo da futura Metrópole, ideia precursora de que surgiu o Primeiro Plano Piloto da Cidade Capital, traçado na carta ampliada de 1/5000, pela Subcomissão de arquitetos: Raul Penna Firme, Roberto Lacombe e o engenheiro José de Oliveira Reis, este último Diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal e todos Professores da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, cujo plano está descrito na 2ª parte desta obra.

Foi também traçado o Plano de energia hidrelétrica, lançando-se mão da Cachoeira de Paranoá, situada às portas da futura Capital, e executado pelo engenheiro eletricista General João de Saldanha da Gama, em colaboração com o Professor Ernani da Mota Rezende, da Escola Nacional de Engenharia.

Foram levantadas, pela Geofoto Ltda., pelos engenheiros Edson de Alencar Cabral e Placidino Machado Facundes, mediante contrato, as plantas aerofotogramétricas da área urbana da futura Capital, em escalas 1/1000 e 1/2000, fiscalizadas pelos engenheiros geógrafos Coronel Augusto Séra da Silva e Tenente-Coronel Manoel Correa Dias Costa, ambos do Serviço Geográfico do Exército, tendo em vista auxiliar o planejamento e construção da cidade, preocupação constante dos fundadores, para facilitar a tarefa dos seus construtores. Mais ainda, foram efetuados os primeiros estudos de água e dos coletores gerais dos esgotos do sítio da nova urbe, pelo engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho.

Ademais, com a cooperação do governo de Goiás, construímos, sob a direção do engenheiro Bernardo Sayão de Carvalho Araújo, vice-governador de Goiás, assistido tecnicamente pelos engenheiros aeronáuticos Brigadeiro-do-Ar Júlio Américo dos Reis e Major-Aviador Aroldo Coimbra Veloso, nos arredores da futura Capital, o Aeroporto de Vera Cruz (designação dada ao primeiro

nome recebido pela Capital), com pista de dois quilômetros e 700 metros, ligando, diretamente, o ambiente dos serviços de campo ao Rio de Janeiro, realização essa que melhorou amplamente as possibilidades dos serviços no planalto. Ainda mais, a Meteorologia da Comissão foi confiada ao engenheiro Francisco Xavier Rodrigues de Souza, de benemérita lembrança, que era Diretor do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, o qual chegou a aparelhar uma Estação de 1ª Classe, destinada a servir o território do novo Distrito Federal e que, muito contrário ao seu gosto, não a pôde instalar.

Tivemos, finalmente, entendimento pessoal com o General[19] Ernesto Dornelles (1897-1964), Ministro da Agricultura, que prontamente nomeou uma Comissão de Técnicos daquele Ministério, a fim de realizar estudo para zoneamento agrícola e plano de reflorestamento do futuro Distrito Federal, a qual deixamos ativamente empenhada nesse afã.

É questão pacífica considerar a mudança da Capital um problema de geopolítica (aceitemos a expressão) e, assim, nos seja permitido fazer algumas considerações sobre o seu aspecto militar, pois, implicitamente, há também na mudança o problema da segurança, ainda mesmo que em face do progresso da ciência bélica. Se a escolha cuidadosa da localização do sítio da futura Capital obedeceu a uma situação local, topográfica, satisfazendo os dados técnicos necessários, tais como solo, subsolo e clima, a escolha de sua posição com esmero equivalente teve significado amplo, transcendente, pois foi uma questão de política e de estratégia. Sua solução, portanto, envolveu toda a área geográfica do país, quiçá do continente – "em função dos objetivos políticos que se deseja alcançar".

Assim sendo, a nossa futura Capital, pelos privilégios da sua localização, ocupa posição excepcional, própria às suas atividades de "governar e unificar". Mesmo considerando sob o ponto de vista de 'interiorização' da Capital, o local escolhido justifica-se por ser um ponto que se aproxima, ainda mais, do exterior do país (facilidade de pluralidade dos transportes modernos) e da grande área marítima, controle do comércio e das comunicações mundiais, da qual se torna acessível a cidade de Belém do Pará, provavelmente, porto que será do Brasil Central e da futura Capital brasileira.

Foi, como bem viu o Marechal Mário Travassos, ilustre membro da nossa Subcomissão de Geografia e História, pois são palavras suas:

> "A nova Capital está voltada para o Atlântico Norte, o Oceano dos três mares chaves (direções) - Caraíbas (Canal), Me-

[19] General já na Reserva Remunerada do EB, conforme o CPDOC/FGV. Não confundi-lo com o seu pai, o General Ernesto Francisco Dornelles.

diterrâneo e Ártico", sem, entretanto, perdermos as vantagens das relações e comércio internacionais que já usufruímos da posição geográfica dos nossos portos, em relação ao Atlântico Sul. "Os fundamentos da Nova Capital estavam lançados. O governo que foi instalado no País teve o trabalho de realizá-lo. Mais uma vez o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque ligava seu nome a mais um grande empreendimento e, naquela oportunidade, a um indiscutível marco da nossa evolução política. Esta, iniciada em Dezembro de 1954, teve seu fim no início de 1956, realizando em cerca de um ano em 1955 todo o seu histórico trabalho. Depois de decorridos cinco anos de Nova Capital, com o nome de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960"[20] (final de transcrição).

[20] Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, Edição Especial, 1985, Centenário de Nascimento do Marechal José Pessoa, p. 17/20.

Reportagem do Jornalista Alexandre Garcia sobre o esquecimento do Marechal José Pessoa na construção de Brasília e Depoimentos sobre o Marechal José Pessoa relativos à Nova Capital[21] (transcrições)

Isso antes de JK e Lúcio Costa.

"No início da década de 50, Getúlio nomeou uma comissão para dar parecer sobre a instalação da Nova Capital. O presidente Café Filho foi quem recebeu o resultado. A cidade planejada com os mínimos detalhes, as tesourinhas, água, esgoto, lago Paranoá seria chamada de Vera Cruz.

Coroando a série sobre planejamento do DF, o reconhecimento e a revelação do precursor do planejamento da Capital do Brasil: Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, até agora esquecido pela História de Brasília." - Alexandre Garcia, Jornalista.

Rafael Mônaco, Jornalista: "Bem ao centro como já havia demarcado a missão Cruls no fim do século XIX, um quadrilátero dentro de Goiás, indicava as distâncias até as capitais estaduais. O Marechal José Pessoa batizou o que seria a futura capital de Vera Cruz. De qualquer forma, o Marechal José Pessoa foi apagado dessa História, injustamente. Em março de 1956, o Marechal José Pessoa apresentou sua renúncia ao Presidente JK. Ele discordava da pressa em

[21] Conforme http://appae.blogspot.com/2007/09/o-marechal-jos-pessoa-cavalcanti- de.html (acesso em 24 Ago 2020).

fazer uma cidade cujo planejamento ainda não estava concluído. José Pessoa escreveu "Como pensar na venda de lotes, se ainda não foi aprovado o projeto urbanístico da cidade?" Brasília nem existia e José Pessoa já estava preocupado com o que se tornou um dos maiores problemas da Capital do país que ainda não foi solucionado. A ocupação urbana sem ordem, sem cuidados ambientais, sem planejamento e sem controle".

Cláudio Queiroz, Professor de Arquitetura e de projetos da UnB: - "O Marechal José Pessoa é um dos Tiradentes da História de Brasília, é uma dessas pessoas que sem ele talvez o processo tivesse sido cortado e postergado a um outro momento. Porque ele desempenhou um período fundamental da implantação da Nova Capital e da perspectiva de realização efetiva, quero dizer, de tornar real".

E ainda: "O pioneiro Ernesto Silva participou disso tudo. Ele foi nomeado pelo Marechal Pessoa para ser secretário da Comissão da Nova Capital. Juntos eles vieram para cá em fevereiro de 1955. Foi a primeira visita ao local onde depois Juscelino construiria Brasília".

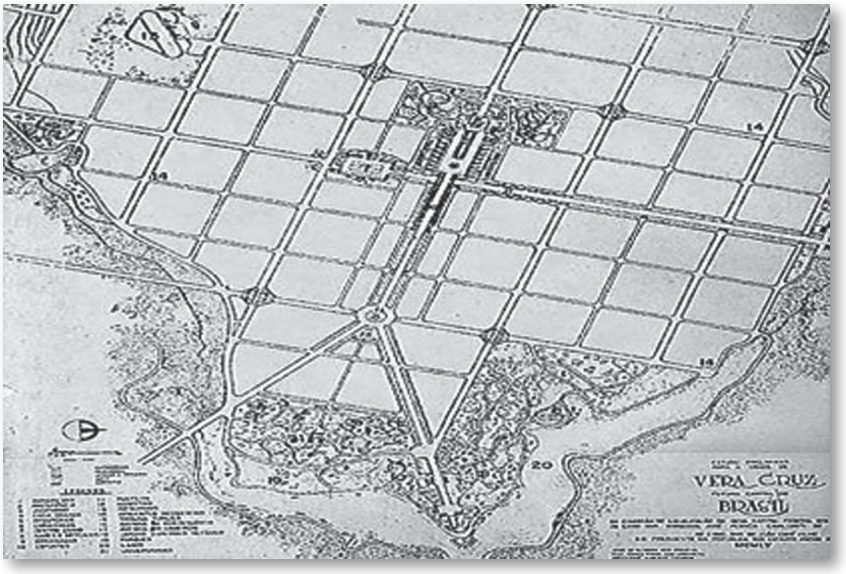
Ernesto Silva, Pioneiro: - "Ele era um administrador nato. Um homem seríssimo, companheiro respeitado das Forças Armadas e da Classe Civil também. E ele prosseguiu ferozmente, pode-se dizer, porque ele era amante do trabalho".

Cláudio Queiroz diz ainda que as influências e as referências dos dois eram parecidas e isso pode justificar a semelhança dos projetos: "Se Brasília não tivesse sido já tombada como patrimônio cultural da humanidade, talvez a gente pudesse fazer o registro e material da história que antecede a realização dessa capital".

Alexandre Garcia: - "Antes de Lúcio Costa ganhar qualquer concurso, antes mesmo de Oscar Niemeyer desenhar as cúpulas do Congresso Nacional, o Marechal José Pessoa concluiu um estudo minucioso quando o Café Filho era o Presidente em exercício.

O Marechal José Pessoa criou, por exemplo, a rede de esgotos da Nova Capital. Foi ele quem programou que a água viria do São Bartolomeu e a energia do Rio Corumbá. O Marechal José Pessoa também desenhou rodovias, ferrovias e fez todos os orçamentos.

Quando JK decidiu construir Brasília, os alicerces todos já existiam.



O Marechal José Pessoa traçou esse esboço. Um desenho da Nova Capital Vera Cruz.

Quadras residenciais alinhadas desse jeito. Nos cruzamentos, tesourinhas. No projeto, a cidade é cortada por uma grande via e acaba nessa bifurcação. Ao fundo para emoldurar a Nova Capital, Marechal pensou num lago. Tudo isso pode até parecer uma grande coincidência, mas o projeto do Marechal José Pessoa é como se fosse o rascunho do trabalho final apresentado por Lúcio Costa, anos depois.

Um talentoso e genial profeta: O Marechal José Pessoa, agora, conhecido dos brasileiros".

A Marcha Terrestre Salvador – Brasília pelo Destacamento da 6ª Região Militar

E de Salvador - a 1ª Capital do Brasil, veio uma mensagem para a Nova Capital trazida por uma tropa do Exército para ser entregue ao Presidente Juscelino e comandada por um ex-cadete da Turma AMAN/1949 - Turma Marechal José Pessoa, o então Capitão de Infantaria Lauro Magalhães Castro Amorim.

Este, relatou a sua marcha terrestre de Salvador a Brasília - a ser inaugurada, e o relato foi publicado pelo autor na Revista do Instituto de História do Distrito Federal, Ano VI, nº 6, Brasília, p. 37/49, sob o título "Marcha Terrestre Salvador-Brasília por destacamento da 6ª Região Militar", para participar da inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960. Este Destacamento trouxe, da primeira capital do Brasil - Salvador, uma mensagem à nova capital, a seguir transcrita:

DA BAHIA DE THOMÉ DE SOUZA À BRASÍLIA DE JUSCELINO KUBITSCHEK

"Daqui desta cidade, que foi a primeira Capital do Brasil, mandamos a V. Excia, nesta hora em que se instala a Nova Capital, esta palavra de fé nos destinos da nação. Aqui nascemos para orgulho de todos nós. A descoberta fora um pouco mais abaixo, e aí se plantou em solo baiano - em solo brasileiro, vale dito - a primeira Cruz de Cristo. Pouco tempo depois, porém, era a cidade subindo a escarpa, cá dentro na Baía de Todos os Santos. E se construíram as primeiras casas e se levantou a primeira igreja com pedra de cantaria vinda de Portugal. E se abriu a primeira escola e se elevou o primeiro forte e se constituiu o primeiro governo. Dali para cá, são quatrocentos e poucos anos de trabalho, de desbravamento, de bandeirismo, de busca, de construção, de lutas e de esperança. A civilização implantada no litoral foi ganhando o interior. Bandeiras e mais bandeiras saíram de São Paulo e da Bahia, desbravando a terra inóspita e ponteando de vilas e currais o sertão maravilhoso. E mandava daqui, 'desta baya' dizer, em agosto de 1549, o padre Nóbrega ao seu provincial padre Simão Rodrigues:

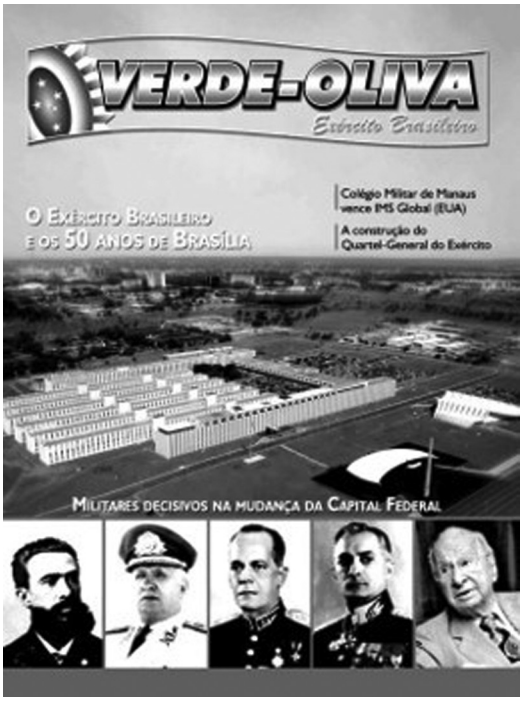
> 'Eu trabalhei por escolher um lugar para o nosso Colégio dentro da cerca e somente achei um que lá vai por mostra a Sua Alteza, o qual tem muitos inconvenientes porque fica muito junto da Sé, e duas igrejas juntas, não é bom, e é pequeno, porque onde

> se há de fazer a casa não tem mais x (sic) braças posto que tenha ao cumprido da costa 40. E não tem onde se possa fazer horta, nem outra coisa por ser tudo costa mui íngreme e com muita sujeição da cidade. E portanto, a todos nos parece muito melhor um teso que está logo além da cerca, para a parte donde se há de estender a cidade de maneira que ante de muitos anos podemos ficar no meio... O mesmo dizemos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, diz-lhe a Bahia, à hora da instalação da Nova Capital do Brasil, sonho que vem do nascer da República. A 'cerca' da civilização, do progresso, não chegou ao planalto central; mas, dentro em pouco, Brasília estará ao 'meio'. Esta é a esperança da Bahia de Thomé de Souza na Brasília de Vossa Excelência. Cidade de Salvador, 21 de abril de 1960. Juracy Montenegro Magalhães, Governador do Estado da Bahia; Heitor Dias, Prefeito da Cidade de Salvador e Gen João de Almeida Freitas, Comandante da 6ª Região Militar22 (Final da transcrição).

Lamentavelmente, o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque não viveu para ver o grande momento da inauguração de Brasília (a sua Vera Cruz), para a qual tanto concorrera como Presidente da Comissão de Localização e Construção da Nova Capital. Evento que concretizava a solução do problema geopolítico nº 2 do Brasil. Por muitos anos a sua participação na construção de Brasília, foi omitida ou ignorada. E a Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil/Agulhas Negras orgulha-se de, em 15 Jun 1998, haver criado sua Delegacia em Brasília, sediada no Colégio Militar de Brasília e sob a Presidência do historiador militar Gen Div Arnaldo Serafim bem como haver dado nome à mesma de "Marechal José Pessoa" e assim iniciado o processo de justiçahistórica, na voz da História do Brasil e de Brasília, no sentido de resgatar a enorme projeção geopolítica da Comissão Marechal José Pessoa. História é Verdade e Justiça!

22 Bento, Cláudio Moreira. In: Revista do Instituto de História do Distrito Federal, Ano VI, nº 6, Brasília, p. 37/49.

Revista Verde-Oliva, alusiva aos 50 anos de Brasília



Em 2010, o Exército, através de seu Centro de Comunicação Social, publicou sua Revista Verde-Oliva cuja capa reproduzimos.

Acima, a capa da Revista Verde-Oliva, alusiva aos 50 anos de Brasília abordando o assunto O Exército Brasileiro e os 50 anos de Brasília, e destacando os cinco presidentes de Comissões para a localização da Nova Capital em Brasília dos quais três militares.

O Marechal José Pessoa e Brasília, conforme o Coronel Ernesto Caruso

Em 2010, segundo apuramos no blog https://nacaomestica.org/blog, o Coronel Ernesto Caruso publicou artigo intitulado "Marechal José Pessoa e Brasília"[23] (transcrição):

"A construção de Brasília é a consolidação do desbravamento dos Bandeirantes, da exitosa ocupação militar da fronteira e da marcha para o oeste, a coincidir o centro do poder ao centro geográfico do território brasileiro. Concretização do pensamento estratégico do passado focado nas questões de defesa, que afastando a sede de governo do litoral, o preservava das ações já vividas por ocasião das invasões estrangeiras, bem como nas necessidades de crescimento e desenvolvimento do interior em busca de maior equilíbrio regional e ocupação dos vazios demográficos. Uma lição para a ocupação da Amazônia. Passados cinquenta anos da sua inauguração, comemorações à parte e exaltação à vontade férrea do seu construtor, presidente da República, Juscelino Kubitschek, dos seus arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, não se pode olvidar a participação de alguns militares desde a inserção do registro constitucional de 1891, no seu Art. 3º (Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal), emenda apresentada pelo engenheiro militar Lauro Sodré, a nomeação pelo Marechal Floriano Peixoto da comissão presidida por Luiz Cruls que a demarcou, a criação da Comissão de Localização da Nova Capital Federal por Getúlio Vargas, presidida pelo Gen Aguinaldo Caiado de Castro, que posteriormente é substituído pelo Marechal José Pessoa, já sob a presidência da República de Café Filho.

Como registra a História, José Pessoa e seu ajudante de ordens, Capitão Ernesto Silva, reconheceram a área, resultando desse trabalho, rico e minucioso estudo, com sugestão de nome e esboço com as formas que lá estão edificadas no concreto, nas vias e nas super quadras, apresentado de forma pormenorizada na reportagem do jornalista Alexandre Garcia. As minúcias engrandecem a obra, e o destacam como "precursor do planejamento de Brasília", inspirador do projeto vencedor, posto em prática, e esquecido como genial autor. Suficiente comparar e comprovar. O abastecimento das águas advindas do Rio S. Bartolomeu, rede de esgoto, da energia gerada a partir do Rio Corumbá, loteamento, quadras, "tesourinhas", orçamentos, o "eixão" e o lago, hoje Paranoá, requinte

[23] https://nacaomestica.org/blog (acesso em 24 Ago 2020).

de beleza, aprimoramento da natureza, moldura de mansões, cenário de pinturas e fotos, presença humana, praia, banho de sol, lanchas, jetski, em uma cidade, que (será ?) não lhe devota um monumento, uma placa, um nome. O marechal José Pessoa é uma das pessoas que, sem ele, talvez o processo tivesse sido cortado e postergado a um outro momento, porque ele desempenhou um período fundamental da implantação da nova capital e da perspectiva da realização efetiva, quero dizer, de tornar real. (professor da UNB, Arquiteto Cláudio Queiroz). Nos telejornais, com assistência fiel e audiência elevada não vi referências ao nome do insigne militar, mas que merece sem dúvida a nossa continência e o respeito da sociedade ao seu trabalho, como cidadão e soldado. Ernesto Caruso, 21/04/2010" (final da transcrição).

A criação em Brasília da Delegacia Marechal José Pessoa pela AHIMTB – justificativas

O Marechal José Pessoa foi consagrado patrono de cadeira da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, por nós fundada em 20 de março de 1996, em Resende, no aniversário do início do ensino acadêmico na AMAN. Tivemos a honra de ser o seu primeiro acadêmico ocupante. Mais tarde, a AHIMTB criou em Brasília, sediada no Colégio Militar de Brasília, a Delegacia da AHIMTB - Delegacia Marechal José Pessoa, para pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a obra do Marechal, relativamente a Brasília, e que vinha sendo omitida e silenciada.

Hoje, ele e o Presidente Juscelino são patronos de cadeira na AHIMTB. Pois Juscelino, como médico Militar da Polícia Militar de Minas na resistência à Revolução de 32, no túnel ferroviário que dava acesso à cidade de Cruzeiro, elaborou relatório dos fatos ali ocorridos. E no Museu da Polícia Militar de Minas, em sua Academia Militar, que visitamos, ele abriga farto material sobre a atuação militar do Cel Médico da PMMG Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Donald J. Belcher (1911-2005) e sua contribuição para a construção de Brasília

Donald J. Belcher, acima, entra na História de Brasília, em função da projeção e utilidade dos trabalhos da empresa que leva seu nome, contratada pela Comissão General Aguinaldo Caiado de Castro, estiveram nos trabalhos da Comissão Marechal José Pessoa e na construção de Brasília pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

CAPÍTULO II

MARECHAL JOSÉ PESSOA

MÉRITOS E VALORES DE SUA MODELAR CARREIRA NO EXÉRCITO

O Marechal José Pessoa e suas projeções

Em 2019, a Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil com o Patrocínio da FHE - POUPEx publicou, do autor, o livro pioneiro **Brasil - Pensadores Militares Terrestres 1631/1990**[24] que assim abordou o Pensador Militar Terrestre Marechal José Pessoa (transcrição).

"Foi pensador militar fecundo e introdutor dos tanques de guerra no Exército Brasileiro, depois de cursar o curso de blindados na França. Sua mais marcante atuação como pensador militar foi a de modernizar o ensino na Escola Militar de Realengo e idealizar a Academia Militar das Agulhas Negras e suas mais caras tradições, e assim desenvolver expressivamente a Doutrina do Exército.

A condição de Patrono de Cadeira à qual o Marechal José Pessoa foi elevado na Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) deve-se, dentre as múltiplas, variadas e notáveis projeções de sua imortal vida e obra de soldado brasileiro, às suas projeções como escritor e historiador militar e como criador de nobres tradições militares consolidadas em nosso Exército e, em especial, as de nossa Academia Militar das Agulhas Negras, da qual ele foi idealizador e cuja concretização foi um compromisso assumido e resgatado pela Revolução de 30.

O Marechal José Pessoa considerou essa obra a maior realização de sua utilíssima vida, conforme declarou, ao passar o último dia de sua vida militar na AMAN. As projeções de José Pessoa, como escritor, historiador, geopolítico e tradicionalista ou simbolista militar do nosso Exército, são pouco divulgadas ou enfatizadas, mas foram fundamentais e, diria, até essenciais para que o marechal comunicasse a públicos mais amplos as suas ideias e ideais e os mantivesse preservados à disposição, a qualquer tempo, da posteridade, através do seu pensamento escrito ou consagrado nas nobres tradições militares que criou em nosso Exército. Muito do simbolismo das tradições militares que introduziu na Academia Militar das Agulhas Negras teriam se perdido ou se turvado na letra fria dos regulamentos e da linguagem oficial castrense, se o marechal José Pes-

[24] BENTO, Cláudio Moreira, Coronel. Pensadores Militares Terrestres (1631-1990). Barra Mansa, RJ: Editora Irmãos Drumond, 2019.

soa não tivesse imortalizado suas criações, bem como as motivações cívicas que presidiram suas criações em artigos na Imprensa (final da transcrição).

E ele assim procedeu em toda a vida relativamente à AMAN e às suas tradições, bem como em outros campos de seu interesse: Escotismo, Polo, Blindados, Chefes da Cavalaria Brasileira, Ensino Militar, Estradas Estratégicas, Geopolítica, Geografia Militar e finalmente a Nova Capital do Brasil. Assuntos sobre os quais a sua produção literária foi expressiva e, a maioria, de grande atualidade. E não se limitou à Imprensa Militar, tendo utilizado os jornais **O Globo** e em especial o **Correio da Manhã**. Este, o seu predileto, além de expressar seu pensamento em Ordens do Dia nos diversos comandos que exerceu. Umberto Peregrino, um grande diretor da BIBLIEx, também intérprete e testemunha da vida e obra do Marechal José Pessoa e seu ex-Ajudante de Ordens, em artigo "Dimensões do Marechal José Pessoa" na Revista do Clube Militar - Edição Especial 1980 enfatizou o gosto do marechal pelas letras e o seu apreço à inteligência, ou melhor, possuir como auxiliares diretos, soldados notáveis e também escritores, historiadores, geógrafos militares e geopolíticos.

Auxiliares diretos do Marechal José Pessoa

No projeto da AMAN, ele contou com o concurso do geógrafo militar e geopolítico Cap Mário Travassos, que viria a ser o primeiro comandante da mesma AMAN.

Como Inspetor de Cavalaria, teve como Ajudante de Ordens o então Tenente Nelson Werneck Sodré, já crítico literário de O Estado de São Paulo, antes de suas vinculações ideológicas com o marxismo, fatos bem conhecidos.

Foi substituído por Umberto Peregrino, escritor e historiador de vocação que, à frente da BIBLIEx, estimulou o surgimento de novas vocações de escritores militares, por convidar estes a produzir livros, os quais ele editava.

Outro auxiliar que se consagrou na vida cultural foi o então tenente Manuel Cavalcanti Proença.

Segundo Umberto Peregrino, diariamente o Marechal José Pessoa escrevia (à noite) sobre assuntos de serviço ou problemas nacionais, entregando pela manhã os seus manuscritos para que seu Ajudante de Ordens, os revisasse e os submetesse à sua aprovação antes do destino final.

O General Umberto Peregrino foi consagrado patrono em vida da AHIMTB.

Relação de trabalhos do Marechal José Pessoa[25]

O historiador José Pessoa

O seu primeiro livro como historiador militar teve como título: Os tanks na guerra europeia, 1914-18 (Rio de Janeiro: Cia. Albuquerque Neves, 1922). Parte do texto deste trabalho está resgatado ao final deste ensaio. História do uso de carros de combate, assunto que cursara na França e também porque combatera, durante a 1ª Guerra Mundial, em unidade francesa de Cavalaria que possuía carros de combate. Ele seria pioneiro no Brasil no assunto Blindados. Com este livro, ele divulgou no Brasil a introdução da nova e poderosa arma de guerra, o carro de combate, que surgira na Batalha do Somme, em 1916.

Na Revista da Escola Militar (REM), atual Revista Agulhas Negras, publicação que ele estimulou e dotou de verba especial, reconhecendo sua importância, ele publicou:

A pedra fundamental da Escola Militar das Agulhas Negras (REM, nº Especial, 1938);

História do Espadim de Caxias, do Brasão das Armas, do Corpo de Cadetes e dos Uniformes Históricos da Escola Militar (REM, nº 42, Nov 1939). Neste trabalho, ele traduz os simbolismos que presidiram as tradições que introduziu na Escola Militar do Realengo;

Pantheon de Caxias - Regresso das cinzas do Duque da Vitória à sua terra natal (sem referências);

Projeto da Capela monumental do Duque de Caxias (REM, nº 45, Out 1940). Neste artigo, manifestou seu sonho de estar faltando o Fecho de Ouro nas modernas instalações da AMAN, ou seja, um Pantheon para abrigar as cinzas do Duque de Caxias e de sua esposa;

Reflexões sobre a formação do Corpo de Oficiais (REM, nº 58, p. 38);

Conceitos expedidos como presidente da Comissão Executiva da Nova Escola Militar (REM, nº Especial, Jun 1933);

Projeto de uma Escola de Cavalaria em Pirassununga (REM, nº 45, Out 1940). Em seu lugar, foi construída a Academia da Força Aérea em 1986, ano seguinte ao de seu centenário de nascimento. E era comandada por seu filho, de mesmo nome. Construída sobre enorme área que ele havia conseguido para sua Escola de Cavalaria. Aliás, ele pensava longe e grande – Chefes da Cavala-

25 **Nota do revisor**: em recente reedição pela BIBLIEx, merece destaque a obra AL- BUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de, Marechal. Nova Metrópole do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1958.

ria[26]. Este foi o seu 2º livro. Ele abrangeu o levantamento dos principais chefes da Cavalaria Brasileira, incluindo iconografia, a qual traduziu numa série de quadros que há muito ornamentam o Curso de Cavalaria da AMAN. Galeria enriquecida com pintura existente na Biblioteca da AMAN, que foi substituída pelo original que foi trazido do Arquivo Nacional no centenário da morte do General Osorio na AMAN.

O Clube Militar e a Sociedade Hípica da Lagoa devem em muito à sua visão, no que se refere às suas atuais sedes, por ele conseguidas, para não se falar na imensa área da AMAN e da área onde se ergueu Brasília, cuja desapropriação ele conseguiu com o Governador de Goiás, em razão de não ter conseguido com o Presidente Café Filho.

Na Revista do Clube Militar (RCM)

– Vitória dos Montes Guararapes (RCM nº 94, 1949, p. 18), onde focaliza a epopeia dos Guararapes, que consagrou seu conterrâneo André Vidal de Negreiros, cujos restos mortais se encontram na Igreja do Parque Nacional dos Guararapes, para onde foram trasladados pelo então General João Batista Mascarenhas de Morais quando comandava a Defesa Territorial do Nordeste na 2ª Guerra Mundial, antes de assumir o comando da FEB;

– Contra as ofensivas imperialistas dos trusts[27];

– Vitória (RCM nº 87, 1948, p. 19);

– Pedra Fundamental da AMAN (RCM nº 271, 1958). Pedra fundamental que foi descoberta em 1978, estando completamente deteriorada a sua caixa de metal e seu conteúdo, por ter sido atingida por um lençol d'água. Antes da ampliação da AMAN, o local onde foi encontrada foi balizado por um marco de cimento na forma de um esplendor. Hoje sob prédio no novo ao Conjunto Principal; e

– Pedra Fundamental da AMAN (RCM nº 272, 1958, p. 6).

Na Revista Nação Armada (RNA)

– Grandes chefes da Cavalaria (RNA, n° 12, Nov 1940);

– Os tanks na guerra europeia - o triunfo da motomecanização. (RNA nº 18, Mai 1941); e

– Resende e a Escola Militar das Agulhas Negras (RNA, nº 41, Ago 1941).

26 Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1941.

27 Não foram encontradas referências a este trabalho do então Gen José Pessoa.

Na Revista Militar Brasileira (RMB), atual Revista do Exército

– O problema da formação do Corpo de Oficiais e os nossos institutos de Ensino Militar (RMB, 1942).

Merece registro entre suas numerosas Ordens do Dia, a do dia 17 de dezembro de 1932, no Largo do Machado, no Rio, alusiva à 1ª entrega de espadins, onde ele inicia com estas antológicas considerações:

> "Cadetes, defrontando a estátua do Marechal de Exército Luiz Alves de Lima e Silva, aquele que em vida foi o maior dos generais sul-americanos, acabais de prestar o juramento de recebimento de vosso espadim - arma distintivo que reproduz o saber glorioso do invicto soldado que com atos de sublimada grandeza, esmaltou com refulgência inigualável as páginas gloriosas da história nacional, marcando-a com traços imperecíveis e assinalando o seu nome como o do cidadão que melhor a serviu e mais a estremeceu..."

O escritor, historiador e pensador militar Marechal José Pessoa

O Marechal José Pessoa, como escritor, produziu diversos trabalhos: o primeiro foi no célebre Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército em 1916 sobre "O papel social do Escotismo".

Na Revista A Defesa Nacional (ADN)

As vantagens do Polo no Exército (ADN nº 270, Nov 1936).

Na Revista do Exército (REB)

Rio São Francisco - problemas e soluções (REB, 1942). Defendia o Rio da Unidade Nacional como podendo servir de ligação do Norte-Nordeste com o Sul-Sudeste e Centro-Oeste na hipótese de interdição do litoral pelo Nazismo. E em realidade sua visão e conselho se confirmaram; Estrada do Norte (REB, nº 13, Dez 1940), preconizava o uso mais intenso dos rios Araguaia-Tocantins como estrada do Norte do Brasil.Em 1958, ele publicaria o seu terceiro e último livro, que teve por título: Nova Metrópole do Brasil - relatório geral de sua localização. (Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1958).

Neste relatório, alentado e muito ilustrado, ele traduziu o parecer da Comissão de Localização e de Mudança da Nova Capital, cujo nome para ele deveria ser Vera Cruz ao invés de Brasília, como viria a ser consagrada quatro anos mais tarde. Em menos de um ano, em 1955, ele apresentou um projeto de Plano Piloto para a Nova Capital Vera Cruz. A História de Brasília vinha silenciando e até omitindo a sua participação relevante da Comissão da Nova Capital que o Marechal José Pessoa presidiu, cuja solução ele considerava o problema geopolítico brasileiro nº 2, ao lado do nº 1 - a redivisão do Brasil em unidades harmônicas, hoje uma utopia.

Para Umberto Peregrino, o Marechal José Pessoa e a sua Comissão ligam-se indelévelmente à História de Brasília por duas razões:

1ª - As iniciativas que sua Comissão tomou foram decisivas para tornar Brasília realidade em tão pouco tempo. Elas respaldaram 'o ânimo indomável do presidente Juscelino'; e

2ª - O Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa, coincidiu em linhas gerais com o da Comissão José Pessoa. Esta idealizou uma cidade em forma de cruz (a Vera Cruz) e Lúcio Costa em forma de avião.

Marechal José Pessoa, o criador de nobres tradições militares consolidadas em nosso Exército

Antes da 1ª Guerra Mundial, o então Tenente José Pessoa foi distinguido para estagiar no Exército da França, em Saint Cyr, o equivalente à nossa AMAN, no Centro de Estudos de Carros de Combate e no 503° Regimento de Cavalaria francesa, unidade de elite que dispunha de carros de combate onde José Pessoa, na paz e depois na guerra, adquiriu preciosa experiência que transferiu para o nosso Exército. Ali, segundo o Gen Aurélio de Lyra Tavares, o Tenente José Pessoa teve motivações para alimentar o seu espírito de soldado reformador e criador de tradições militares entre as quais ressaltamos:

– Introdução da tradição do Polo no Exército, em 13 de maio de 1923, numa disputa dos atuais regimentos Dragões da Independência e Andrade Neves;

– Escolha do General Osorio como patrono da Cavalaria, sendo o primeiro a assim tratar e consagrar Osorio em "Chefes da Cavalaria Brasileira" (opus cit.);

– Ao assumir o comando da Escola Militar do Realengo, tendo nela introduzido profundas reformas em seu ensino militar, consolidadas em Resende, e as seguintes tradições:

– Criação do Espadim dos Cadetes como arma privativa dos mesmos e cópia fiel em escala do sabre invicto de seis campanhas do Duque de Caxias, o qual se encontra no IHGB desde 1925;

– Restabelecimento do título monárquico de Cadete, abolido com a República, mas agora com o sentido de companheiro mais jovem do oficial; e

– Criação do Brasão da Escola Militar tendo nele, já estampada, a silhueta das Agulhas Negras, local para onde a Escola Militar iria se transferir 12 anos mais tarde. No fundo dourado, por detrás das Agulhas Negras, ele simbolizava o sol que brilhava em Itororó, o momento maior de Caxias como líder de combate;

Criação do Corpo de Cadetes e o seu respectivo Estandarte, que foi entregue solenemente pelo presidente da República Getúlio Vargas, antigo aluno da Escola Preparatória Tática do Rio Pardo (maio de 1900 - 1903). Ato imortalizado em pintura na Biblioteca da AMAN;

Criação dos Uniformes Históricos dos cadetes, como elo entre os exércitos do Império e da República, simbolizando um só Exército. Outra medida com este espírito de unidade foi usar, simbolicamente, para chegar à Escola do Realengo, a antiga carruagem (caleça) que fora usada pelo comandante da Escola na Praia Vermelha, o Marechal Polidoro Fonseca Quintanilha Jordão, que se destacara no comando da Escola no Império; e

Introdução da cadeira de Geografia Militar no Realengo, no sentido de Geopolítica ou de Geografia do Soldado, com vistas aos Estudos de Situação, a mais profunda abordagem do fator da Decisão Terreno, nos mais variados escalões considerados. Encargos para o qual convidou o Jovem Turco, co-fundador de A Defesa Nacional, Capitão de Infantaria Francisco de Paula Cidade, nosso Patrono de cadeira no IHGB e que produziu as valiosas Notas de Geografia Militar Sul-Americana, cuja primeira edição o Cel José Pessoa patrocinou com recursos da Escola Militar. E a segunda foi pela BIBLIEx. Do Realengo, a Geografia Militar foi introduzida na ECEME pelo Capitão Paula Cidade. Este era o espírito da Geografia Militar trazido por ele da França. Enfim, estudar o fator da Decisão Militar Terreno.

O Marechal José Pessoa e a tentativa de tornar o Duque de Caxias Patrono da AMAN

Não conseguiu o Marechal tornar o Duque de Caxias patrono da AMAN, ainda que fosse concretizado o seu sonho de servir como fecho final das majestosas instalações da AMAN a construção de um Pantheon para abrigar as relíquias de Caxias e os seus restos mortais e também os de sua esposa - a Duquesa de Caxias. Ideal assim expresso por José Pessoa:

> O monumento a Caxias deve ser retirado para um sítio de plena quietude para que se torne um recanto sagrado e possa ser visitado com recolhimento por todos os que desejarem render homenagem ao gênio, ao patriotismo e à glória do Duque de Caxias.

E sobre a tumba da Duquesa de Caxias está a homenagem do patrono do Exército ao seu grande e único amor:

Nenhum dos atos com que costumam exaltar-me, nenhum, deixou de ser sugerido e inspirado por ela ou por lembrança dela (Bento, 2010, p. 72).

Talvez aí o Marechal estivesse, de forma inconsciente, prestando homenagem à sua esposa e grande companheira, a inglesa D. Blanche Mary.

Segundo seu biógrafo, o acadêmico da AHIMTB Cel Hiram de Freitas Câmara, em Marechal José Pessoa - A força de um ideal. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985:

> "D. Blanche Mary contribuiu de modo decisivo para os êxitos alcançados pelo Marechal José Pessoa. Ela deixara o conforto de um bairro elegante londrino, tendo como pai um bem sucedido comerciante da classe média alta, para acompanhar o marido na deserta e então atrasada São Luiz Gonzaga, nas Missões. Os mais de dois séculos de ensino militar acadêmico terrestre no Brasil são balizados pelo Antes e o Depois do Marechal José Pessoa, tal a marca indelével de sua atuação histórica."

Outra tradição firmada que só conseguiu ver triunfar em 1951 foi a atual denominação de Academia Militar das Agulhas Negras, depois de cerca de sete anos com o nome de Escola Militar de Resende.

A injustiça contra o Conde de Resende, o fundador da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho

Nesta luta justa, foi cometida uma grave injustiça contra o Conde de Resende, o fundador do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior civil no Brasil, ao fundar, na Casa do Trem, em 1792, aniversário da Rainha D. Maria I e sob a égide do Regente Dom João, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, destinada a formar no Brasil-Colônia oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros Militares e Civis. E, historicamente, a raiz histórica do ensino militar acadêmico no Brasil e também nas Américas. Conde de Resende, que em 1801 fundou Resende, onde desde 1944 funciona a AMAN.

Diz uma tradição castrense que o chefe nunca erra; que às vezes se equivoca e que quando isto acontece é por culpa única e exclusiva do subordinado.

Alguém lhe informara que o Conde de Resende fora quem assinara a sentença de morte de Tiradentes e que pegaria mal à Escola Militar levar o nome de quem sentenciou Tiradentes à morte.

Em realidade, quem condenou Tiradentes à morte foi um Tribunal Civil. A sentença foi assinada abrandada pela rainha D. Maria I, a Piedosa, que perdera a razão em decorrência da morte de um filho (Príncipe da Beira) e do marido. E não foi comutada pelo Regente Dom João, que poderia tê-lo feito. O Conde de Resende propiciou a assistência de um advogado e uma véstia branca com recursos da Santa Casa do Rio, da qual era Provedor. Em nome desta falsa culpa foi tentado

mudar o nome da cidade de Resende, só se conseguindo o da Estação Resende para Estação Agulhas Negras.

Esta injustiça contra o Conde de Resende consta da obra de Itamar Bopp (Cem anos de cidade 1848-1948. Resende, RJ: s/d), obra histórica sobre a AMAN recém editada. História é verdade e justiça! Aqui ficamos à vontade para promovê-las. Pois o Conde de Resende é patrono da cadeira nº 2 da Academia Resendense de História e o Marechal José Pessoa é o patrono de cadeira da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, ambas sediadas em Resende.

Existe, pelo autor, amplo resgate da obra do Conde de Resende, traduzida na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (IHGB), alusiva ao Bicentenário da Inconfidência Mineira (v. 153, nº 375, abr/jun 1992, p. 32/43) em artigo "O Conde de Resende, o fundador do Ensino Militar Acadêmico nas Américas, do Ensino Superior Civil no Brasil e criador do município e cidade de Resende".

Ambos, o Conde de Resende e o Marechal José Pessoa, são hoje culminâncias na História do Ensino Militar no Exército, desde 1792. Confirmar é obra de simples verificação e raciocínio.

O Marechal José Pessoa foi consagrado como patrono da cadeira 22 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) por suas projeções, que demonstramos, como historiador e pensador militar, escritor e geopolítico, e sobretudo como um tradicionalista ou simbolista militar brasileiro.

Pois o acadêmico General Aurélio Lyra Tavares, paraibano como ele, amigo e patrono em vida de uma cadeira na Academia de História Militar Terrestre do Brasil, assim o definiu no artigo "José Pessoa o Chefe que pensava no amanhã do Exército e do Brasil", texto que é reproduzido nesta obra.

O Marechal José Pessoa foi sempre, como soldado, um entusiasta dos grandes valores simbólicos (tradições) e materiais que alimentam a chama da carreira das Armas pelo culto dos heróis do passado, como fonte de inspiração do verdadeiro Espírito Militar, o que se observa no traço característico das pregações que dirigia aos seus subordinados para educá-los na linha do Dever e do Civismo personificados nos exemplos dos grandes chefes, a começar pela figura de Caxias, cujo invicto sabre lhe serviria de símbolo para moldar o espírito dos futuros cadetes do Brasil na Academia Militar das Agulhas Negras, a grande obra que o imortalizou.

José Pessoa e o seu espírito militar, forjado na Escola de Guerra de Porto Alegre

O Marechal José Pessoa forjou seu espírito de soldado na esquecida, mas grandiosa, Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-1911), dentro do espírito do Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do equivocado bacharelismo militar (1874-1905), para o profissionalismo militar, o qual José Pessoa consolidaria, no Regulamento de 1944 na AMAN.

Em realidade foi a Escola de Guerra de Porto Alegre, no Casarão da Várzea - o celeiro de chefes que consolidaram a Reforma Militar de 1897-1945, conforme demonstra o livro **História do Casarão da Várzea 1885-2008,** atual caserna do CMPA, prefaciado pelo grande ex-comandante da AMAN, o então Gen Bda Marco Antônio de Farias, ex-Diretor da DEPA e atual Ministro do STM. E texto das abas de autoria do falecido acadêmico emérito da AHIMTB, Gen Ex Paulo César de Castro, então chefe do DEP (atual DECEx). Obra de autoria dos historiadores militares coronéis Claudio Moreira Bento e Luiz Ernani Caminha Giorgis e disponível para ser baixada no site www.ahimtb.org.br.

Ao leitor interessado nas demais projeções da vida e obra deste grande brasileiro indicamos as seguintes obras, editadas em seu centenário em 1985, que ampliam nossa abordagem:

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa – A força de um ideal. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985. Contém depoimentos de testemunhas e subsídios ao final;

FONTES, Arivaldo Silveira, Cel Prof. Posses de Acadêmicos na AHIMTB 1996/97, Cadeira 22. Brasília: SENAI,1978. p.129-140;

Revista do Clube Militar – Edição Especial Mar José Pessoa, set/out. 1985, com Artigos dos generais José Pessoa (reprodução), Aurélio de Lyra Tavares, Sylvio Frota, Tasso Vilar de Aquino, Geraldo Knaack de Souza, Umberto Peregrino, Flamarion Pinto de Campos, João Baptista Peixoto e Cel Claudio Moreira Bento; e

Site www.ahimtb.org.br, da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil.

Tudo isso dentro do princípio "O homem é eterno enquanto sua obra for lembrada ou permanecer"!

Sua mais marcante atuação como pensador militar foi a de modernizar o ensino na Escola Militar do Realengo e idealizar a Academia Militar das Agulhas Negras com suas mais caras tradições, e assim desenvolver expressivamente a Doutrina do Exército.

José Pessoa e a sua contribuição ao Ensino Militar conforme o DECEx

Conforme o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx) no artigo "Contribuição do Marechal José Pessoa para o Ensino Militar", publicado no Portal de Educação: https://portaldeeducacao.eb.mil.br/ (transcrição):

"O Coronel José Pessoa, durante o comando da Escola do Realengo, com o apoio do Ministro da Guerra, o então General Leite de Castro, impôs reformas visando mudar hábitos e costumes com o objetivo de formar uma elite institucional, pretendendo assimestabelecer uma nova cultura no ensino militar. Movido por esse novo ideal de formação militar, entendeu ser necessário criar um ambiente escolar favorável aos estímulos educacionais adequados ao novo perfil do militar. Assim, valorizou atividades na área da educação física, da cultura geral científica e do profissionalismo, além de empreender a instalação de um rigoroso processo de seleção dos candidatos ao oficialato; a concessão do título de Cadete a todos os alunos da Escola Militar; a criação, em 25 de agosto de 1931, do Corpo de Cadetes como corporação de elite, hierarquizada, e que reunia todos os alunos da Escola numa entidade altamente disciplinadora; a separação do cadete punido do soldado punido; a criação dos uniformes históricos do cadete, apoiado nos desenhos do Álbum de Uniformes do Exército Brasileiro, como elo entre o Exército do passado com o do presente e com isso fardar o Cadete de modo inconfundível; a criação do Espadim de Caxias, cópia fiel em escala da espada de Campanha do Duque, como o próprio símbolo da honra militar e arma distinta e privativa do Cadete do Exército; e a criação do Estandarte e do Brasão do Corpo de Cadetes. Foi no rumo dessas mudanças, de um novo perfil, que José Pessoa começou a perceber a necessidade de um novo local para sediar a antiga Escola Militar de Realengo, um local que pudesse proporcionar aos militares um isolamento da agitação política que o centro do Rio de Janeiro vivia à época. Era o início do projeto de criação da Academia Militar das Agulhas Negras, que foi concretizado em 1944, em Resende. Durante o comando da Escola Militar de Realengo, em 1933 foi promovido a general-de-brigada. Após o comando da Escola, de 1935 a 1938, atuou contra o Levante Comunista, em 1935, no Rio de Janeiro, e em março de 1938, quatro meses após o advento do Estado Novo, recebeu outra missão de comando. Inicialmente cogitado para um posto em Belo Horizonte, acabou nomeado comandante da 9ª Região Militar em Mato Grosso, promovendo intenso combate ao banditismo

que então alastrava no Estado. No início de 1939, foi nomeado Inspetor da Arma de Cavalaria, que tratou de modernizar, dotando-a de novos regulamentos.

Promovido a General-de-Divisão em maio de 1940, como embaixador extraordinário, viajou em 1943 ao Paraguai para posse do presidente daquela nação e posteriormente ocupou o cargo de Inspetor de Cavalaria até 1945.

Eleito Presidente do Clube Militar em maio de 1944, assumiu o cargo em junho e nele permaneceu até junho de 1946. Adido militar em Londres de 1946 a 1947, retornou ao Brasil e, em abril de 1948, participou da fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). A Campanha do Petróleo como ficou conhecida, desembocou no estabelecimento do monopólio estatal em 1953 e na consequente criação da Petrobras em 1954.

Em julho de 1948, foi nomeado para o Comando da Zona Militar Sul (antecedente do III Exército), abrangendo tropas sediadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 12 de setembro de 1949, foi transferido para a reserva no posto de General-de-Exército. Promovido a Marechal em janeiro de 1953, foi convidado em 1954 pelo Presidente Café Filho para ocupar a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, encarregada de examinar as condições gerais de instalação da cidade a ser construída.

Por todas estas realizações na área do Ensino Militar e seus feitos históricos na sua trajetória de vida militar, pode-se perceber que o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque teve uma grande participação histórica na formação do militar do Exército Brasileiro, evidenciadas na busca em reestruturar o Ensino militar, vislumbrando a necessidade de um novo Perfil, numa época conturbada. Os registros de seus feitos no ensino nos revelam o elevado grau de preocupação com a formação do Oficial do Exército para com a Instituição Exército Brasileiro que foi por meio de seu compromisso, competência e determinação com o Exército Brasileiro que hoje os oficiais ostentam com orgulho a origem de sua formação profissional: a Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, o berço da formação do militar de ontem e de hoje" (final de transcrição).

O Marechal José Pessoa visto pelo seu biógrafo

Seu biógrafo, o historiador militar Cel Hiram de Freitas Câmara em artigo[28] Marechal José Pessoa na Revista da FUNCEB assim analisou o Marechal (transcrição):

"Suas qualidades multifacetadas de empreendedorismo, valorizadas pelo senso de disciplina, pelo método criterioso de trabalho, pela honestidade e pela responsabilidade foram os principais fatores do êxito que marcaram a sua vida militar. Destemido tenente, foi reconhecido em seus méritos, por seus comandantes do Exército Francês, pelo qual combateu na I Guerra Mundial; como capitão, foi autor do primeiro livro sobre blindados na América, no esforço pioneiro e audacioso de estimular a introdução de blindados na América do Sul, além de assumir o cargo de comandante da primeira unidade de carros de combate do subcontinente. Como general, terá sido responsável maior por trazer o sopro da modernização à Artilharia de Costa, em acordo com a doutrina militar de sua época e por fixar as bases da criação da Artilharia Antiaérea. E de forma intensa, em longa e frutífera liderança, como Inspetor da Arma a qual pertencera, elevara ao nível de excelência, dentre as unidades congêneres de todos os países da América, a Cavalaria. Em 1949, após 40 anos de Oficialato, já general de exército, reverteu à reserva. Em 1954, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, o "descanso do guerreiro" foi interrompido. Seus 71 anos de idade não o impediram de aceitar o honroso convite do presidente Café Filho, para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil, tema do qual era um permanente estudioso. Substituía o general Aguinaldo Caiado de Castro, ex-chefe da Casa Militar do presidente Getúlio. José Pessoa havia escrito, desde 1931, artigos de fundamentação geopolítica, quando criarana Escola Militar do Realengo, a cadeira de Geografia Militar, com um forte vínculo histórico. Reportava-se aos bandeirantes, à integração nacional, assuntos que discutia com o geopolítico capitão Mário Travassos (**Aspectos Geográficos Sul Americanos" e "Projeção Continental do Brasil).** Tinha ideias muito claras sobre o espaço brasileiro para aproximar os meios de defesa da fronteira oeste, no campo da estratégia militar, alargar a fronteira econômica do Brasil e o Planalto Central da Amazônia. Ao assumir a presidência da Comissão, José Pessoa sabia o que fazer com objetividade. E com o espírito de que era dotado, os que o conheciam sabiam que extrapolaria seus limites, não se contentando

28 Câmara, Hiram de Freitas. O marechal José Pessoa e Brasília. In: Revista Da Cultura, FUNCEB, Rio de Janeiro, Ano XII, Nº 20, agosto de 2012, pág. 32.

com os limites da missão imposta: avançaria por uma proposta de projeto de urbanização da capital. E podia fazê-lo, pois a mudança da capital era, para ele, um tema amadurecido, como para todos os brasileiros esclarecidos, na metade da década de 50. Presume-se que desde a Presidência de seu tio materno Epitácio Pessoa 1919 -1922 que ele, como Capitão comandante da primeira tropa blindada do Brasil e talvez da América Sul, tenha conversado com seu tio presidente sobre a interiorização da capital para o Planalto Central no "Retângulo de Cruls." Desconhecer seus aspectos principais, para qualquer político ou militar, representaria uma grave falha de formação política desde que os inconfidentes mineiros o haviam colocado, indelevelmente, na pauta histórica, desde o Brasil-Colônia. A Idealização de uma Nova Metrópole interiorizada, a interiorização do centro político e estratégico de um país de dimensões continentais como o Brasil era um assunto discutido desde o Brasil-Colônia. Na realidade, não se pode dizer que qualquer brasileiro que tivesse nascido, pelo menos, depois de 1789, fosse "dono dessa ideia magna". Por mais brilhante e criativa que fosse, nenhuma pessoa viva, no século XX, poderia afirmar, ainda que para fins retóricos, haver "inventado" Brasília.

A interiorização do poder político e a criação de Brasília são assuntos de Estado que não poderia ter sido obra de uma só pessoa, de um inventor, senão como um excesso retórico. Essa idealização de uma nova capital, a partir do Estado, encontra referências oficiais desde o Século XVIII, pois, em 1751, o marquês de Pombal já manifestara ser possível a transferência da capital do Brasil, então uma colônia portuguesa, para o interior. Muitas outras manifestações oficiais demarcam a importância do tema. Segundo súmula histórica do Arquivo Público de Brasília, o italiano Francesco Tosi Colombina, cartógrafo, engenheiro militar, geógrafo, explorador a serviço do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, oitavo conde dos Arcos e último vice-rei do Brasil, mandou elaborar a primeira carta geográfica da região de Goiás e realçou o valor estratégico do Planalto Central. A preocupação com a fronteira oeste e com a decorrente interiorização sempre conduziu o pensamento estratégico e geopolítico português, em face das colônias espanholas. Tendo tomado posse da Capitania de Mato Grosso, em 1772, o capitão general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres exerceu o cargo até 1778 e, durante seu governo, ergueu, entre outros, o Forte de Coimbra, o Real Forte Príncipe da Beira, fundou Albuquerque (atual cidade Corumbá), Vila Maria (atual Cáceres), Casalvasco (atual Vila Bela da Santíssima Trindade) além de Salinas e Corixa Grande. Na verdade, D. Luís de Cáceres instalou uma verdadeira linha de defesa territorial, coordenada pelo poder político-militar português, e o fez aproveitando-se da

fertilidade do solo no local, com o advento do ciclo da indústria extrativa e dos abundantes recursos hídricos. Dessa forma, Portugal assegurou por muitos anos o domínio luso na área estratégica de Este, diante dos domínios da Coroa espanhola na América do Sul. Cáceres consolidou o poder relativo na área, assegurando o domínio da posse, dando força ao estamento diplomático nas questões de fronteira, fortalecendo a defesa e favorecendo o incremento econômico da fronteira, com o que configuraria crescente e importante participação de brasileiros colonos, em atendimento aos interesses político e econômico, além dos da defesa. Essa tendência, implantada a partir da notável e incansável ação de D. Luís de Cáceres, apontava, como processo lógico, uma gradual atração do poder político ao centro do imenso território. Nesse quadro, em 1789, não seria uma novidade absoluta que homens inteligentes e informados, como os inconfidentes mineiros, liderados por Tiradentes, e vislumbrando vantagens políticas e estratégicas dedefesa e demografia, planejassem instalar a nova capital de um Brasil republicano, em São João Del Rei. De um ou outro modo, a vinda da família real portuguesa para o Brasil fortalecia a ideia - em grande parte por razões geopolíticas de aproveitamento da continentalidade do espaço geográfico do Brasil - presente no pensamento de D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, ministro dos Negócios da Guerra e principal conselheiro do regente D. João, em 1808. Naqueles difíceis anos napoleônicos, no afã de demonstrar ao regente o novo peso geopolítico que o Império Português assumia em relação ao mundo, a partir da vasta ex-colônia ascendida a Reino-Unido, o conde, já importante na vinda da família real para o Brasil, teve a oportunidade, na experiência da luta contra as forças francesas do general Jean Andoche Junot, na Guiana Francesa, de provar a imensa dificuldade de deslocar tropas do Leste litorâneo para o Norte do Brasil. Àquela altura, já não seria, pois, extemporâneo que José Bonifácio levasse às Cortes em Lisboa, em 1810, a proposta de interiorização mais profunda, na direção de oeste, no Planalto Central, baseada em questões de segurança sem menosprezar razões econômicas e políticas. Além disso, o conselheiro e chanceler paulista Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira vai propor, na condição de autor, a Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo, aplicável em grande parte às outras províncias do Brasil. Essa obra foi apresentada a D. João, em 1810. Quando trata de uma nova capital para o Brasil, Oliveira inclina-se por centrar sua atenção nas condições de sua localização, definindo ser o espaço selecionado, necessariamente são, ameno, aprazível e isento de confuso tropel de gente indistintamente acumulada, preocupando-se, pois, de modo pioneiro, com a demografia e a urbanização. Três anos depois, o grande jornalista Hipólito José da Costa, em seu "Correio Brasilien-

se", preocupou-se com a hidrografia, apontando a necessidade de a capital estar no centro do Brasil, próxima às cabeceiras de grandes rios. Já próximo à Independência, em 20 de outubro de 1821, José Bonifácio de Andrada e Silva apresentou às Cortes de Lisboa outra proposta nas Instruções dos Deputados Paulistas à Corte, no interior do Brasil, definindo mais precisamente o lócus da nova capital, na latitude de 15º, aproximadamente. Tais eram as atenções com a interiorização que, em 1822, após a Independência, um deputado paulista, Paulo Ferreira Menezes Palmiro, propôs uma província central que seria criada para a construção da capital definitiva do Império. A ideia abrange, a cada dia, círculos maiores de adesão com interesses diversos, como neste caso, transferir a Corte, do Rio de Janeiro para a Comarca de Paracatu do Príncipe, Minas Gerais, em que o autor, na Assembleia Constituinte de 1824, desejando homenagear o monarca, pretende que a cidade se chame Pedraria; contrapôs-se, também, homenageando o Imperador: Petrópolis. E aí, pela primeira vez, surge um nome para homenagear o Brasil: Brasília. Levaria sete anos para que outro deputado, o paraense João Cândido de Deus e Silva, encaminhasse um projeto implicando a escolha de um ponto central do País para sediar a futura capital. No ano seguinte, o senador pernambucano Holanda Cavalcanti propõe o levantamento de um terreno para a construção da nova capital. Localiza a região entre as latitudes de 10 e 15º, compreendendo o espaço entre as bacias de três rios: a do São Francisco a leste, a do Maranhão ao Norte e a do Tocantins ao sul. As lutas internas da regência no País pós Independência iluminaram, na prática, a realidade da precária vertebração do território nacional, dificultando a integração e a atração a um centro unificador e integrador; também tornaram mais nítido estar a Coroa desleixada em relação ao centro geopolítico do Império. O assunto assumia relevância política, já com nítido interesse econômico por parte das lideranças políticas do centro geográfico brasileiro. Em 1853, o Senador João Lustosa da Cunha Paranaguá (PI), futuro marquês de Paranaguá, apresentou projeto visando transferir a capital do Império para Monte Alto, Bahia, próximo à divisa com Minas Gerais. Em julho 1877, o futuro Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador e embaixador do Brasil no Império austro-húngaro, decide explorar, como o fizeram os bandeirantes. Viaja, em lombo de burro ao Planalto Central, estabelecendo-se na vila de Formosa. Por mais de quarenta anos, defendeu a interiorização. O estudo de Varnhagen é importante e é o primeiro a discutir os efeitos da maritimidade e da continentalidade em relação à localização ("Questão da Capital: Marítima ou no Interior"). Um momento emblemático, na história de Brasília, é o sonho de Dom Bosco. Em sonho profético, Giovanni Bosco, padre fundador da Ordem dos Salesianos, co-

nhecido como D. Bosco, no Brasil, prevê que surgirá uma rica e próspera civilização na América do Sul, entre os paralelos 15º e 20º: "Entre os graus 15 e 20, existia um seio de terra bastante largo e longo, que partia de um ponto onde se formava um lago. E então uma voz me disse, repentinamente: Quando vieres escavar os minerais ocultos no meio destes montes, surgirá aqui a Terra da Promissão, fluente de leite e mel. Será uma riqueza inconcebível" (tradução de Monteiro Lobato). Proclamada a República, sua 1ª Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e mantida até a de 1946, um retângulo pontilhado passou a representar a nova capital do Brasil no mapa político que, em suas escolas primárias, os mais experientes na vida hão de ter observado. Em seu Artigo Terceiro (Emenda do senador Virgílio Damásio e do deputado Lauro Müller), essa Primeira Constituição da República estatuía: "Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km2, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal". Seis meses depois, eleito Presidente da República, o 2º Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto constituiu, em 17 de maio 1892, a "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil", como todas as demais, diretamente ligada ao Presidente da República, foi chefiada pelo engenheiro e astrônomo belga Luiz Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Seu objetivo era o de "estudar e demarcar a área da nova capital". Para honrar este primeiro passo concreto para a construção de Brasília, transcreve-se: "A Comissão, constituída por 22 membros, partiu do Rio de Janeiro no dia 9 de junho de 1892. Até Uberaba, viajou pela Estrada de Ferro Mogiana; dali em diante, prosseguiu em lombo de mula e cavalo, percorrendo aproximadamente 4.000 km. Todo o material, incluindo equipamento científico, barracas, armas e mantimentos, ocupava 206 caixas e fardos, pesando 9.640 k, transportados por burros de carga." Em decorrência dos trabalhos de Luiz Cruls, em 1893, o mapa político do Brasil passa a indicar o retângulo constitucional, "Futuro Distrito Federal", o qual ficou conhecido como "Quadrilátero Cruls"; todas as suas observações e conclusões foram, no ano seguinte, publicadas em importantíssimo relatório sobre o Planalto Central (topografia, fontes de energia, clima, caracterização do solo, geologia, fauna, flora), um verdadeiro estudo ambiental. A continuidade dos trabalhos passa à Comissão de Estudos da Nova Capital da União. As preocupações com o domínio do "hinterland" foram aguçadas quando da conquista do Acre e da tentativa de criação de um enclave, conhecido como o episódio da República do Acre ou República de Galvez; mais tarde, com a tentativa do domínio sobre a base física e geológica do Acre, por uma espécie de organização não governamental antecipada - o Bolivian Syndicate - que ameaça a soberania

da área em 1899 e cuja tentativa dura até 1902; o mesmo também sucederá, em 1914, quando o ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, participando da Expedição Roosevelt-Rondon, repousou a ponta de seu "big stick" no solo de São Luís de Cáceres, o suficiente para reforçar, à época, a atenção com que o Estado brasileiro deveria observar o precário controle sobre a Amazônia Brasileira e a necessária atração da fronteira amazônica para o centro político, de modo a evitar o risco crescente de perda total de controle nacional sobre áreas sensíveis. Demonstrando politicamente a necessidade de integração das diversas regiões, outras preocupações existiam e estrategicamente chamavam a atenção para a falta de uma articulação territorial, que permitisse deslocamentos de forças capazes de combater ameaças. Da posse dessa nova consciência, decorreria uma mais equilibrada distribuição das unidades militares interiorizadas, caracterizando uma estratégia de presença, com o que, crescentemente, se valorizariam as ligações com o interior produtivo. Ainda na República Velha, preocupações também de outra ordem decorreriam das marchas da Coluna Miguel Costa-Prestes, percorrendo o imenso território brasileiro, ida e volta, sudoeste-nordeste-sudoeste. O Brasil avançava seus peões no tabuleiro na direção do oeste, o que fazia com que a aproximação do poder central em direção ao centro geográfico, tão enfatizada nos estudos geopolíticos de Everaldo Backheuser, Mário Travassos, Brigadeiro Lysias Rodrigues, fosse uma questão de tempo. Nesse sentido, os deputados federais Americano do Brasil e Rodrigues Machado, em 7 de dezembro de 1921, propuseram o lançamento da pedra fundamental da futura capital no Planalto Central, sugerindo o início imediato da construção. No Centenário da Independência do Brasil, ocorreu a solenidade, em área próxima de Planaltina, que hoje é uma divisão administrativa do Distrito Federal; e definiu um dos marcos da concretização das aspirações de interiorização da capital. Em 16 de julho de 1934, foi promulgada a segunda Constituição da República. Nela, mantinham-se o texto da Primeira Carta, em seu artigo 4º, das Disposições Transitórias: "Será transferida a Capital da União para o ponto central do Brasil". Um fato que chama a atenção de quem acompanha a leitura do processo histórico da criação de Brasília é a razão pela qual, durante todo o período ditatorial de Getúlio Vargas (1937 a 1945), o governo tenha deixado fora de sua pauta o tema da transferência da capital, na Constituição de 1937; o engenheiro, ex-senador e ex-governador de Goiás, Dr. Coimbra Bueno, em 1939, tentou reativar o assunto com o presidente. Como resultado, Getúlio, parecendo atendê-lo, criou uma campanha: Marcha para o Oeste, pela qual estimulava o avanço da fronteira econômica para oeste, mas sem estabelecer qualquer compromisso com a transferência da capital. E o que parece contraditório

é que o ambiente mundial era o da 2ª Guerra Mundial, durante o qual seria de se esperar que as razões de segurança externa prevalecessem, estimulando que a capital fosse para o interior. Em 1945, assume o presidente Eurico Gaspar Dutra, que, por experiência vivida, bem sabia da necessidade de afastar a capital do litoral, após haver conduzido o esforço de guerra durante o conflito global contra o nazifascismo, e que conhecia bem a escassez de articulação para o interior, desde que combatera a Coluna Miguel Costa - Prestes e compreendia de sobejo o quanto o Brasil ganharia, também economicamente, com a nova capital no Planalto Central. Eram argumentos geopolíticos e estratégicos suficientes para adotar a sua posição. O reforço do parecer do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), manifestado em 1945, confirmava essa posição de Dutra, que vinha, desde 1936, sustentando a defesa da transferência da capital para o centro geopolítico do Brasil. Em 1946, uma nova Constituição reinsere o tema: A Capital da União será transferida para o Planalto Central. O Marechal Dutra nomeia uma comissão de funcionários públicos, técnicos, sob a presidência do marechal Djalma Polli Coelho, para realizar estudos de localização, a primeira posterior a de Cruls, 54 anos depois. Tão logo a Constituição de 1946 restabeleceu a mudança, o IBGE se envolveu francamente no processo. Em 1947, o Instituto promoveu duas expedições exploradoras da geografia local, por meio do Conselho Nacional de Geografia, que representava, à época, um dos dois órgãos máximos da instituição; essas duas expedições enriqueceram o conteúdo científico da comissão dirigida pelo general Djalma Polli Coelho, ao localizar a nova capital. O IBGE também participaria, ainda, em um terceiro momento quando, nos anos 1955 e 1956, apoiou a Comissão José Pessoa. Algo que merece ser ressaltado é o fato de como as comissões deram continuidade ao trabalho da que a antecedia; não obstante o longo período decorrido entre as Comissões Cruls e Polli - 54 anos, ainda assim, a primeira delas foi honrada pela do general Polli. Percebe-se ter havido uma consideração ética entre ambas e, embora com metodologia, técnicas e processos diferenciados, houve reconhecimento dos aspectos positivos da comissão anterior. A continuidade e a responsabilidade assumidas por ambas contribuíram para acelerar o processo de planejamento da nova capital. Realizados os reconhecimentos e reestudado o Relatório da primeira comissão, Polli concluiu não haver o que alterar. E, como demonstração das preocupações geopolíticas e do papel da estrutura militar em assunto de tal transcendência estatal, enfatize-se que a posição do Estado-Maior das Forças Armadas foi decisiva ao fortalecer, no fim de 1947, por ofício do general Canrobert Pereira da Costa, ao presidente da República, a concordância com o Relatório Polli, revelando-se mais inclinado pela solução preconizada

pela Comissão Cruls, em 1892, que aconselhara o Planalto de Goiás, por motivos geopolíticos. No dia 21 de agosto de 1948, a Comissão confirmou a mesma localização escolhida pela Comissão Cruls, em 1892. Haviam se passado dois anos de trabalho da Comissão, com o apoio do engenheiro Coimbra Bueno, que fora um dos construtores de Goiânia. A decisão governamental estava refletida no texto do presidente Dutra:

> "A conclusão aqui encaminhada é no sentido de estabelecer a capital no Planalto Goiano, aproveitando integralmente a área proposta em 1892 pela Comissão Cruls, em zona de confluência das bacias dos rios Amazonas, Paraná e São Francisco. Não se tem em vista, unicamente, a ideia de respeitar a tradição constitucional, mas ainda, os efeitos favoráveis sobre a economia geral da nação e sobre a estruturação geopolítica do Estado, considerando este como um todo unificado e consolidado".

A partir dessa data, todos os esforços feitos pelos opositores para alterar a localização no Planalto Central não teriam êxito. Um fato de interesse é o de que se Juscelino conhecia, ou não, àquela hora, a imposição constitucional de a construção de Brasília ser realizada no Planalto Central, fato de que trataremos quando abordarmos o estudo para a construção de Brasília. Convidado pelo presidente Café Filho, o Marechal Pessoa lidera a Comissão de Localização da Nova Capital, na trilha aberta por Cruls, a Comissão Caiado de Castro. Aprovado pelo Congresso o Projeto de Lei N° 1.803/ 1953, autorizando a definição do local onde se situaria a nova capital, o presidente Getúlio Vargas, em seu segundo governo, criava a Comissão de Planejamento e Coordenação de Mudança da Capital Federal, logo substituída, por força da Lei nº. 1803/53, pela Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil, constante do Decreto nº 32.976, de 8 de junho de 1953. A comissão foi presidida pelo chefe da Casa Militar do presidente Getúlio, o general de Exército Aguinaldo Caiado de Castro, natural de Goiás, que se dedicou à missão com as restrições de tempo que a função ministerial lhe impunha. Ainda assim, pode coordenar a realização do essencial levantamento aerofotogramétrico, sem o qual o trabalho de José Pessoa, que o sucederia, teria sido muito retardado e assim, em decorrência, à futura construção.

A Comissão José Pessoa - Café Filho, vice-presidente da República, assumiu a Presidência, sucedendo a Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Nesta oportunidade, convidou o general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque para pre-

sidir a Comissão de Planejamento e Coordenação de Mudança da Nova Capital Federal, depois Comissão de Localização e Construção da Nova Capital do Brasil. A Comissão teria, por missão examinar as condições gerais de instalação da cidade a ser construída. Com a aerofotogrametria legada pela Comissão Caiado de Castro, e aperfeiçoada pela nova comissão, a "Pequena Cruzada", como o marechal apelidara sua equipe, cumpriu, em tempo reduzido e intenso labor, a missão de localização, não de um, mas, por iniciativa segura de José Pessoa, de cinco sítios. Para assessorá-lo, foi convidado um grupo de personalidades que com ele haviam participado de muitas atividades produtivas, destacando-se, aqui, entre outros: o arquiteto Raul Penna Firme, o arquiteto da AMAN, que viria a ter enorme relevância para o objetivo deste artigo, o marechal Mário Travassos, o advogado Dr. Marcelo Pessoa e o médico Dr. Ernesto Silva, que à época era capitão da reserva e que fora ajudante de ordens do marechal. Visava ele, e obteve, esse desiderato de dificultar qualquer tentativa de especulação imobiliária, obtendo ainda a desapropriação desses sítios, junto ao governador de Goiás, Dr. José Ludovico; esse fato foi considerado pelos observadores mais atentos como a mais importante de suas muitas iniciativas; não para sua comissão, mas para a construção e muito mais ainda para a própria evolução da metrópole. A esse propósito cumpre lembrar que, muito além da missão imposta, Pessoa antecipou ainda excelentes propostas de urbanização da nova capital, com a riquíssima contribuição do arquiteto Raul Penna Firme. É muito oportuno visitar o texto de Paulo Timm, economista, ex-diretor da Codeplan, que testemunhou aquele momento histórico e destacou o papel de José Pessoa, Raul Penna Firme, Ernesto Silva, Coimbra Bueno e toda a comissão. É uma homenagem justa, não só a José Pessoa, mas também àqueles a quem contagiou, com seu entusiasmo e patriotismo: "A partir de outubro de 1954, José Pessoa, Coimbra Bueno - como diretor técnico - e Ernesto Silva, como assessor, foram os principais vultos do início da epopeia. A 27 de abril de 1955, José Pessoa propõe ao então presidente Café Filho a definição do sítio, onde hoje está localizado o Plano Piloto, para imediata desapropriação, mas só o conseguiu por iniciativa do então governador de Goiás, Juca Ludovico, mediante Lei Estadual número 1.071/53, de 30 de abril de 1953. Coordena com Nereu Ramos, no exercício da Presidência da República, e transforma a referida comissão em Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital". Só em 1956, em razão de divergências com Juscelino, esse verdadeiro herói da nova capital se retira do movimento mudancista, passando à história como o grande elo entre a fase dos estudos e a das ações concretas na edificação de Brasília: seu assessor, Ernesto Silva, permaneceria mais quatro meses à frente da Comissão, quando ela cede

lugar à criação da Nova Capital, em setembro de 1956, passa a ser seu presidente e, desde então até hoje, outro de seus vultos históricos. "A grande iniciativa, porém, que permitiu sair das intenções para a construção de Brasília foi à decisão de contratar um levantamento aerofotogramétrico de todo o chamado Retângulo do Congresso" - uma superfície de 52.000 km2 - à Cruzeiro do Sul, junto com a foto interpretação feita pela empresa Donald Belcher. Daí sairia a decisão para a escolha do sítio, onde deveria localizar-se a nova capital. Esses estudos - concluídos no início de 1955 e hoje depositados na Codeplan - consideram oportuna e elogiável a reedição do Relatório Belcher, apontando cinco localidades apropriadas, a saber: Sítio Verde, Sítio Castanho, Sítio Azul, Sítio Amarelo e Sítio Vermelho. Sítio Verde: localizado na sede do município de Planaltina e beneficiado pelas cabeceiras do rio São Bartolomeu. Cortado pela estrada Planaltina - Anápolis e situado dentro da área do chamado "Quadrilátero Cruls"; Sítio Castanho: justaposto ao Sítio Verde e compreendendo uma área do território de Planaltina, banhado pelos rios Torto, Paranoá, Bananal e Gama, cortado pela estrada Planaltina - Anápolis e também situado dentro do retângulo demarcado por Cruls, em 1892; Sítio Azul: estabelecido nas proximidades e a leste da cidade de Anápolis; Sítio Amarelo: cortado pela estrada de ferro e situado em uma região que envolve as sedes dos municípios goianos de Leopoldo Bulhões, Silvânia e Anápolis; Sítio Vermelho: a oeste da cidade de Unaí, a uma distância de 65 km da sede do município, banhado pelo rio São Marcos "Restava, ainda, uma última questão para a seleção do sítio da obra"; "Acompanhando a metodologia elaborada pelo engenheiro Raul Penna Firme, agregado à Subcomissão de Avaliação do Relatório Belcher, daria a seguinte classificação dos sítios: 1º lugar: Sítio Castanho, com 867 pontos; 2º lugar: Sítio Verde, com 800 pontos; 3º lugar: Sítio Vermelho, com 774 pontos; 4º lugar: Sítio Azul, com 684 pontos; 5º lugar: Sítio Amarelo, com 646 pontos. "Graças a esses exaustivos trabalhos, que arrancaram de Belcher a afirmação exclamada de que a iniciativa do Brasil é a primeira na História" a basear a sua localização "em fatores econômicos e científicos", bem como nas condições de "clima e beleza" da região, a Comissão de Localização (José Pessoa) encontra-se então em condições de dar o seu veredicto sobre o sítio mais apropriado à nova capital, no dia 9 de maio de 1955: um território de 5.800 km2, com limites de latitudes entre os paralelos 15º e 30' e 16º e 30', envolvendo os sítios "Castanho" e "Verde" seria o novo limite do Distrito Federal, na forma da lei". Dada a importância do fato que se segue, vale registrá-lo: A Questão das Desapropriações. "José Pessoa, preocupado com os efeitos do anúncio sobre os especuladores, leva ao Presidente Café Filho proposta de desapropriação imediata e urgente da área". "Era dia 27 de abril de 1955 e o

País vivia dias ainda conturbados com a morte de Vargas. Recorrendo a Temístocles Cavalcanti, seu consultor, o presidente Café Filho desautoriza a medida. Não se dando por vencido, José Pessoa, com o inestimável apoio de Coimbra Bueno e Ernesto Silva, desloca-se para o Estado de Goiás onde a campanha mudancista sempre tivera maior fôlego e obtém do governador, a 1º de maio de 1955, o envio à Assembleia Legislativa de pedido de autorização para a desapropriação da área da futura capital, a título de utilidade pública. Esse "decreto histórico" foi assinado, também, pelos secretários Sebastião Camargo, Peixoto da Silveira, José Feliciário, Ivani Alves, Ângelo Millazzo e Jayme Câmara, todos verdadeiros heróis da epopeia brasiliense". Papel do Marechal José Pessoa e da Comissão que presidiu quanto à Urbanização de Brasília. O Marechal José Pessoa teve essencial participação na localização e preparação da construção de Brasília. Ultrapassando a questão de situá-la com êxito no espaço geográfico constitucionalmente prescrito, avançou além dos limites inicialmente impostos e perseguiu novo objetivo: a desapropriação dos sítios selecionados. Evitou, assim, por muitos anos, a desmedida exploração imobiliária e fundiária. Neste esforço, destacou-se uma equipe de excelência sob sua orientação, em que ressaltam as figuras de Ernesto Silva, Mario Travassos, Raul Penna Firme, Bernardo Sayão, Coimbra Bueno e Marcelo Pessoa. A esse grupo, composto de mais de cem profissionais, servidores públicos - sem pertencer a ricas autarquias e que nada recebiam além de seus salários normais e diárias de pousada e alimentação, quando necessário -, Brasília muito deve e poucos reconhecem tal merecimento, pois o brilho de seu trabalho ficou oculto por muito tempo, pela espessa camada de poeira dos interesses políticos corporativos eideológicos que, aos poucos, vai sendo suspensa, por um ainda suave sopro de justiça. Não limitaria na localização o seu empenho, o que era próprio de sua personalidade. Haveria, ainda, de deixar marcas profundas na urbanização de Brasília. Nesse aspecto, não se podem, sob risco de injustiças, creditar-lhe todas as glórias. Outros as dividiram com o Marechal e devem ser reconhecidos. Em especial, o arquiteto Raul Penna Firme. Não é, também, justo, atribuírem-se ao Marechal todas as ideias do projeto constante do Relatório Anual.

Ao marechal, devem-se creditar:

– a visão geopolítica de integração nacional, de projeção do centro do Brasil para a Amazônia, e o estímulo à projeção continental do Brasil, preconizada na teoria de Mário Travassos;

– a consolidação da visão geopolítica, bem definida no Relatório da Comissão presidida por José Pessoa, missão totalmente cumprida em 1958, quando não aceitou prosseguir na presidência. Assim manifestou o Marechal a visão

geopolítica que já trouxera de vinte e sete anos antes, de sua interlocução com o então capitão Mário Travassos, que viria a ser um dos mais destacados geopolíticos brasileiros:

> "Velho partidário da mudança da Capital Federal, já em discurso de paraninfo da Turma de Aspirantes a Oficial de 1949, na Academia Militar das Agulhas Negras, obra esta de nosso pensamento e de grata recordação, alertávamos àqueles jovens para sua eventual responsabilidade diante da solução de certos problemas, como o da construção da nova capital política do Brasil, no Planalto Central, dada a marcada influência que exercerá nos destinos da nacionalidade a solução dessa questão secular. Da solução desse problema, útil para a grandeza e salvaguarda de nossa nacionalidade, vantagens inegáveis nos advirão, quais sejam: - aproximar todos os Estados pela ação radial do governo central; acelerar, na direção do altiplano dos sertões brasileiros, a marcha lenta de nossa civilização, encastelada no litoral, há 400 anos; resguardar nossa capital, hoje tão vulnerável, à borda do oceano, para ponto menos exposto, no coração do País, sem falar nos reflexos econômico-financeiros, altamente compensadores. Por outro lado, a nova localização da capital facilitaria também a complexa solução de outro magno problema, pois dali estenderíamos os braços aos irmãos da Hileia Amazônica que vivem naquelas paragens, ainda esquecidos da ajuda material e moral dos governos; - a visão histórica, a interpretação de suas linhas gerais, com significados políticos, econômicos, psicossociais; - a proposta de eixos ortogonais, como desenho geral da capital, a lembrar uma cruz, como capital de um país de predominante população cristã; daí denominar, em sua proposta de projeto, a capital, com o primeiro nome do Brasil: Vera Cruz; o eixo correspondente à trava maior da cruz denominar-se-ia Avenida da Independência, ligando a área de chegada de visitantes de todos os pontos do mundo à área de concentração da sede do governo, representando a ideia de que todos os estrangeiros que trafegassem pela longa avenida levariam na cabeça a mensagem de que estava chegando à capital de um país independente; e a trava horizontal, por sua vez, seria demarcada na direção geral de Santos a Potosi, como base do direcionamento da cruz: a esta avenida dar-se-ia o nome de Avenida dos Bandeirantes". A forte interação do passado

histórico ao futuro, tal como o registram as denominações históricas dos logradouros, que viu no projeto definitivo os conjuntos alfa-numéricos ou da história "pós-alvorada" dos "novos tempos" (lembrar do Palácio da Alvorada). Ao arquiteto Penna Firme, devem-se brilhantes criações urbanísticas que, mais que no projeto definitivo, lá estão, em Brasília, concretas, sem que lhe sejam atribuídos os créditos. Essa proposta consta de alentado relatório denominado "Nova Metrópole do Brasil" que foi, à época, encaminhado ao presidente Juscelino após eleito e tem sido apresentado em vídeo na Internet (youtube - gravação de um programa do jornalista Alexandre Garcia). É um arrojado e bem completo plano, composto pelos mais importantes planejamentos prévios para a construção. Tendo chegado ao Planalto com toda a rusticidade do cerrado não "domado", utilizando aeronaves da Força Expedicionária Brasileira, aterrando em campos de pouso rudimentares abertos por precursores militares, plenos do significado histórico que lhes inseria o marechal José Pessoa e com as inovações urbanísticas importantes, geradas da concepção do arquiteto Raul Penna Firme" (final de transcrição)".

O Marechal José Pessoa no Dicionário Histórico Biográfico da Fundação Getúlio Vargas, conforme Robert Pechman

(transcrição)[29]

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Cabaceiras (PB) no dia 12 de setembro de 1885, filho de Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Era sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e irmão de João Pessoa, presidente da Paraíba de 1928 a 1930 e candidato à vice-presidência da República pela Aliança Liberal em 1930; de Cândido Pessoa, deputado federal pelo Distrito Federal de 1934 a 1937, e de Epitácio Pessoa, comandante militar da Revolução de 1930 em Minas Gerais.

Fez seus primeiros estudos na cidade da Paraíba, hoje João Pessoa.

Assentou praça em 1903 no 2º Batalhão de Infantaria, em Recife, seguindo depois para a Escola Preparatória e de Tática, em Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Transferiu-se em 1909 para a Escola Militar de Porto Alegre, de onde saiu aspirante-a-oficial.

Foi promovido a segundo-tenente em 1913 e, em 1918, a primeiro-tenente. Nesse meio tempo, foi professor de esgrima em diversas corporações militares e instrutor em academias de tiro na Bahia e em São Paulo, onde contribuiu para convencer a juventude paulista a aceitar o serviço militar obrigatório. Esteve à disposição do Ministério da Justiça, servindo na Brigada Policial do Distrito Federal, foi ajudante-de-ordens e assistente do comando da divisão de operações enviada a Mato Grosso para pacificar o estado em 1917 e, finalmente, serviu como ajudante-de-ordens e assistente do inspetor da 10ª Região Militar, na Bahia.

Em 1918, último ano da Primeira Guerra Mundial, viajou para a França, onde estagiou na Escola Militar de Saint-Cyr e chegou ainda a participar de combates na guerra, comandando um pelotão de soldados franceses do 4º Regimento de Dragões. Pelos serviços prestados nessa ocasião, foi diversas vezes citado em ordens do dia das forças francesas e promovido a capitão, por atos de bravura, em janeiro de 1919.

Permanecendo na Europa, fez parte da comissão de compras de material bélico e frequentou o curso prático de artilharia de assalto no Centro de Estudos

29 www.cpdoc.fgv.br (acesso em 28 Ago 2020).

de Carros de Combate, na França, em 1920. No mesmo ano, foi nomeado em comissão especial para acompanhar os reis da Bélgica, Alberto e Elisabeth, em sua viagem ao Brasil e de volta à Bélgica.

Retornando ao Brasil ainda em 1920, aplicou os conhecimentos adquiridos na França na organização da primeira unidade de tanques do Exército brasileiro, permanecendo no comando dessa companhia até 1923, quando foi promovido a major. Em seguida, assumiu o posto de subcomandante da Escola Militar do Rio de Janeiro.

Foi ainda fiscal e comandante interino do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (os Dragões da Independência), além de ter reorganizado e comandado o 3º Regimento de Cavalaria Independente, no Rio Grande do Sul, antes de ser promovido a tenente-coronel em 1927.

No ano seguinte, comandou a 2ª Brigada de Cavalaria e, em 1929, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Cavalaria, sendo promovido ao posto de coronel.

Em 3 de outubro de 1930, eclodiu no Rio Grande do Sul e em outros estados o movimento revolucionário chefiado por Getúlio Vargas. No dia 24 do mesmo mês, quando os revoltosos gaúchos, depois de sucessivas vitórias, se encontravam às portas do estado de São Paulo, a alta hierarquia militar da capital da República, antecipando à ação revolucionária, decidiu intimar o presidente Washington Luís a desistir de qualquer reação e renunciar. Washington Luís recusou-se a deixar o cargo e a abandonar o palácio Guanabara, mas as tropas legalistas não apresentaram resistência: o batalhão de polícia que guardava o palácio fez saber que não reagiria se o Exército mandasse ocupá-lo. Desse modo, o 3º Regimento de Infantaria e um batalhão de civis, sob o comando do coronel José Pessoa, tomaram o palácio Guanabara. Finalmente, cedendo às pressões, Washington Luís foi conduzido, preso, para o forte de Copacabana.

Após um breve período como comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, José Pessoa assumiu, ainda em 1930, o comando da Escola Militar do Realengo. Lá inspirado em sua experiência europeia, operou uma transformação radical do ensino militar, reformando as instalações da escola e tentando estabelecer uma doutrina de formação do corpo de oficiais brasileiros. Para tanto, procurou atrair para a escola instrutores que possuíssem o curso de estado-maior, introduzido no Exército pela Missão Militar Francesa de 1920/40, trazida ao Brasil para fornecer uma instrução profissional mais adequada para a oficialidade.

Sua figura nesta época foi descrita por Nelson Werneck Sodré, então aluno da Escola Militar e mais tarde seu ajudante-de-ordens:

> "O coronel Pessoa era oficial a respeito de quem as opiniões divergiam muito [...]. Era, realmente, caprichoso no fardar-se, pincenez sempre no nariz...[...]. Na Escola Militar, foi grande comandante, marcou época"[30].

José Pessoa foi também o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras, que só veio a ser fundada em 1944, chegando a pretender o lançamento de sua pedra fundamental em 1933, o que não ocorreu. Através dela, pretendia dotar o Exército de uma escola de formação moderna, mas ainda segundo Nelson Werneck Sodré seu projeto foi desfigurado, restando apenas do que planejara a localização do novo estabelecimento, em Resende (RJ). Convidado a participar dos planos de construção recusou-se.

Em 1933, foi promovido a general-de-brigada e enfrentou, em 1934, um movimento de rebeldia dos cadetes do estabelecimento que comandava. Inconformado com a solução dada para o caso, demitiu-se do comando da escola, sendo nomeado em seguida inspetor e comandante do Distrito de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, no Distrito Federal.

No desempenho desse cargo, teve sob suas ordens a primeira missão norte-americana de artilharia de costa, composta de um general e vários oficiais superiores. Essa missão operou profunda modificação técnica e profissional nos quadros dessa arma.

Em dezembro de 1935, no Rio de Janeiro esteve presente à reunião dos generais convocada em razão do Levante Comunista ocorrido em novembro daquele ano. Essa reunião tinha por finalidade o exame da situação do país em face do levante, bem como a discussão sobre a suficiência das leis repressivas existentes para punir os insurretos. José Pessoa discordou da maioria dos presentes, considerando irrelevante a discussão das leis existentes ou de uma nova legislação para punir os crimes cometidos, uma vez que o assunto era da competência de juristas, e não dos generais do Exército. A seu ver, a reunião devia limitar-se a hipotecar o apoio dos generais ao ministro da Guerra para que este, agindo junto aos poderes competentes, reivindicasse severa punição aos crimes praticados e a promulgação de uma nova lei, mais repressiva, para salvaguardar a nação.

Como os demais participantes da reunião - presidida pelo próprio ministro da Guerra, general João Gomes Ribeiro Filho - prestou total apoio ao mi-

[30] Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biogra- fico/jose-pessoa-cavalcanti-de-albuquerque (acesso em 28 Ago 2020).

nistro para que este conseguisse no menor prazo possível a punição para os implicados no levante. Ao fim da reunião, o ministro da Guerra encaminhou ao presidente da República o esboço de um projeto de lei segundo o qual ficava decretado que os oficiais envolvidos na revolta não só estariam sujeitos às penalidades previstas como seriam também expulsos das fileiras do Exército.

Em junho de 1937, quando se ampliou debate sobre a sucessão presidencial, a corrente militar que se opunha à realização de eleições procurou cercear os passos dos militares neutros ou favoráveis ao pleito. Em razão disso, e sob o pretexto de uma reunião "conspiratória" realizada na casa do general José Pessoa, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, então inspetor da Região Sul, acusou de "inimigos do regime" o próprio general José Pessoa e mais o general Valdomiro Coelho de Lima. José Pessoa escreveu diretamente a Getúlio Vargas, desmentindo Góis Monteiro e tentou mover um processo contra o acusador. Na sequência dos acontecimentos, porém, a situação acabou favorecendo os partidários da supressão das eleições, que receberam o apoio do governo, e os postos de comando acabaram sob o controle de generais favoráveis à solução ditatorial.

Em decorrência disso, o general Pessoa ficou [...], adido à Casa na Presidência da República. Só em 1938, quatro meses após o advento do Estado Novo, recebeu outra comissão.

Inicialmente cogitado para um posto Belo Horizonte, acabou nomeado Cmt da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, assim afastado do centro de decisões. Ainda segundo Werneck Sodré, "servir em Mato Grosso era considerado castigo".

Promoveu intenso combate ao banditismo que então grassava em Mato Grosso, numa verdadeira campanha militar contra bandos armados que assolavam o suldessa campanha, apreenderam-se milhares de munições pertencentes ao Exército que haviam sido roubadas dos depósitos do governo. No início de 1939, foi nomeado inspetor da Arma de Cavalaria, que tratou de morfinizar, dotando-a de novos regulamentos. Promovido a General-de-Divisão em maio de 1940, ocupou o cargo de inspetor de Cavalaria até 1945. E ao mesmo tempo, viajou em 1943 ao Paraguai como embaixador extraordinário à posse do presidente daquela nação. Ainda em 1943, integrou a comissão que elaborou o anteprojeto de defesa dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, bem como dos portos fluviais de Mato Grosso e do Rio São Francisco, como parte do esforço de guerra brasileiro previsto nos acordos militares entre o Brasil e os Estados Unidos, e passou a integrar a Comissão de Promoções do Exército. Eleito presidente do Clube Militar em maio 1944, assumiu o cargo em junho e nele permaneceu até junho de 1946. Sua gestão atravessou o fim do Estado Novo, e se mostrou adequada à atmosfera política de restauração dos princípios de-

mocráticos. Por ocasião do retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB) enviada à Itália, organizou comitês de recepção para os ex-combatentes e em outubro de 1945 contribuiu para a queda de Vargas ao içar uma proclamação contra o continuísmo (queremismo) e contra a nomeação de Benjamim Vargas, irmão do presidente, para Chefia da Polícia do Distrito Federal. Adido militar em Londres de 1946 a 1947 retornou ao Brasil e, em abril de 1948, participou da fundação do Centro de Estudos do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), juntamente com Artur Bernardes e generais Estevão Leitão de Carvalho e Caetano Horta Barbosa. Em torno do CEDPEN se articularam de modo amplo estudantes, jornalistas, militares, professores e homens públicos, e em pouco tempo o centro se tornou o núcleo de uma campanha de mobilização da opinião pública em favor da solução nacionalista para a questão do Petróleo. A Campanha do Petróleo como ficou conhecida, desembocou no estabelecimento do monopólio estatal (1953) e na consequente criação da Petrobras (1954). Em julho de 1948, foi nomeado para o comando da Zona Militar Sul (antecedente do III Exército), abrangendo tropas sediadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 12 de setembro de 1949, foi transferido para a reserva no posto de general de Exército.

Promovido a marechal em janeiro de 1953, foi convidado em 1954 pelo presidente Café Filho para ocupar a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, encarregada de examinar as condições gerais de criação da cidade a ser construída. José Pessoa criou uma série de subcomissões técnicas especializadas, que apresentaram em 1955 o resultado de seus estudos num relatório que foi integralmente aprovado. Em seguida, Café Filho homologou a escolha do sítio da Nova Capital e delimitou a área do futuro Distrito Federal, determinando que a comissão encaminhasse o estudo de todos os problemas correlatos à mudança. A comissão encerrou seus trabalhos em 1956.

José Pessoa publicou alguns livros técnicos, conferências e relatórios, destacando-se "Os tanques na guerra europeia", publicado pouco depois de seu retorno da Europa, que recebeu parecer extremamente favorável do Estado-Maior do Exército. Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1959.

O arquivo de José Pessoa encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (final de transcrição).

O nome do Marechal José Pessoa – como foi conferido a diversas instituições e ruas

Em 1955, o Governo de Goiás deu seu nome à lei - Lei Marechal José Pessoa, que desapropriou a área do Distrito Federal.

Em Resende é nome do Memorial Marechal José Pessoa, na AMAN, tendo à sua frente seu monumento em Bronze. E é nome do Instituto Marechal José Pessoa, entidade com atribuição de formular estratégias com atribuição de formular estratégias visando ao desenvolvimento sustentável de Resende, nome de uma rua e de uma praça em Resende e patrono de cadeiras na Academia de História Militar Terrestre do Brasil, com sede na AMAN e na Academia Resendense de História.É Patrono da Turma de 1934 da Escola Militar do Realengo e da Turma AMAN 1949.

É denominação histórica do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado - Regimento José Pessoa, sediado em Jaguarão-RS (ver Anexo IV - História do Regimento José Pessoa).

Em sua cidade natal, Cabaceiras-PB, é considerado um dos seus quatro filhos ilustres. Em João Pessoa-PB existe rua com o nome de Capitão José Pessoa e em Boqueirão-PB existe a Escola EEEF Marechal José Pessoa. Seu arquivo está na Fundação Getúlio Vargas a qual, em seu Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro, 2ª edição, o focaliza.

Desde cadete, passamos a admirar e estudar a vida e a obra do Marechal José Pessoa como o idealizador da nova Escola Militar de Resende que foi consagrada, em 1951, com o nome de Academia Militar das Agulhas Negras.

CAPÍTULO III

O MARECHAL JOSÉ PESSOA E AS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Marechal José Pessoa, a Escola Militar do Realengo e a AMAN – "História do Espadim de Caxias" –

O Marechal José Pessoa foi o introdutor em 1931, como Comandante da Escola Militar do Realengo, do Espadim de Caxias, cuja História ele abordou na Revista da Escola Militar nº 42, p. 50, em artigo que a seguir reproduzimos e por ele escrito há cerca de 80 anos. Foi a sua providência que mais me impressionou como cadete.

General José Pessoa, Ex-Comandante da Escola Militar
(transcrição)[31]:

"O espadim do Corpo de Cadetes, ainda quase sem história, pela sua apoucada existência, nem por isso devemos olvidar-lhe os fatos que, hoje, sabidos, mais tarde será difícil reconstituí-los.

Haja vista o exemplo do histórico da nossa lendária Escola Real Militar da qual mal se sabe ter sido fundada por Dom João.

A reforma que sofreu a Escola Militar na gestão de 1931-34, trouxe, no seu programa, além de um plano de ensino e da evolução dos métodos de instrução e apurada escolha de professores e instrutores, a reivindicação do Corpo de Cadetes e, com este, o esmero na seleção física, moral e intelectual dos candidatos ao oficialato e a necessidade de fardar-se os seus elementos de modo inconfundível, como é habito ver-se nos exércitos organizados. Com este pensamento surgiu o atual uniforme tradicional, em que se procurou restabelecer, embora respeitando as linhas gerais dos uniformes contemporâneos, os liames históricos dos uniformes do Cadete da Escola Militar, notadamente pelos atributos e emblemas de nossa indumentária, tudo enquadrado nos severos princípios da heráldica.

Apesar desse uniforme tão sugestivo e belo, como os espartanos que não podiam ver os seus soldados senão armados com a espada e a lança e, como elementos de defesa, o escudo e a couraça, nós, também, não podíamos contemplar o jovem cadete, futuro chefe do Exército, sem o porte de uma arma que lhe caracterizasse essa responsabilidade. Assim, não tardou a ideia a concretizar-se e o Corpo de Cadetes a receber a peça complementar do seu uniforme, que se tornou o seu maior atributo, o espadim - miniatura do sabre do marechal de

31 Boletim Interno da Escola Militar do Realengo nº 297, de 16 Dez 1932.

campo Luiz Alves de Lima e Silva - que foi o pilar que sustentou o império, a espada de Caxias que é a espada do Brasil.

Tornou-se, então, o cadete, como o único militar distinguido com a honra de trazer à cinta o sabre de Caxias - patrono da Escola Militar, a expressão mais viva das virtudes do soldado brasileiro. E os seus espadins, constituindo assim um conjunto de elevado teor moral, deveriam ficar ligados à vida dos seus detentores, através do tempo, por uma ficha histórica de cada uma dessas armas.

Não houve discordância da feliz inspiração, pois todos sentiram que essa homenagem e esse símbolo fariam Caxias, o Duque da Vitoria, pairar no seio dos Cadetes do Brasil, como Napoleão entre os cadetes da Escola de Saint-Cyr. Sabem os jovens militares que, na lâmina do seu espadim, estão gravados o nome augusto do seu patrono, o Brasão d'Armas da sua tradicional Escola e é onde ainda se espelha, refulgente, o sol de Itororó. Esse conjunto simbólico representa um talismã, guiando-os para uma vida de grandes sucessos, de amor ao Exército e de fidelidade à sua Pátria.

Porfiadas 'démarches' foram, então, realizadas para concretizar a feliz ideia. Ignorávamos, até então, o paradeiro daquela relíquia histórica. Para isso acorreu-se em indagações a todos os recantos, aos museus e aos lugares onde são guardados os nossos troféus, sem ser encontrada. Afinal, com a preciosa colaboração do dr. Max Fleiuss, fomos encontrá-la, entre outras armas gloriosas, nas coleções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E, ainda com o auxílio do ilustre secretario perpétuo daquela nobre instituição, conseguimos a licença necessária para ser copiada a arma que é a nossa mais preciosa relíquia militar. Assim, para ali foi mandado um hábil desenhista que copiou fielmente, em rigorosa escala, todos os detalhes daquele rico troféu, magnificamente artesanado em aço e bronze.

Concluído esse trabalho, foi ele apresentado ao General Leite de Castro, então Ministro da Guerra, que recebeu com entusiasmo a ideia e logo aprovou-a e concedeu o crédito necessário à confecção desses espadins. Foram, então, os respectivos desenhos remetidos ao saudoso Coronel José Duarte Pinto, naquela época chefe da Missão Militar na Europa que, com grande desvelo, desobrigou-se da missão de que o havia encarregado a Escola Militar.

Em outubro de 1932 chegaram ao Brasil os referidos espadins que foram entregues à Escola Militar, examinados por uma comissão e, em consequência, incluídos em carga, pelo Boletim Escolar, número 288, de 6 de dezembro de 1932 e, preenchida essa formalidade regulamentar, imediatamente foram organizadas as 'Instruções para o recebimento e o uso do espadim'. Essas instruções, entre outras determinações, criaram o juramento do espadim, uma ficha com

o seu histórico, assinada pelos seus detentores e, finalmente, a honrosa homenagem de, sempre que o ex-detentor de um espadim distinguir-se em sua vida pública, por um gesto de sacrifício ou serviço excepcional, de real valor para o Exército ou para o Brasil, ou de benefício para a humanidade, seu espadim deve ser retirado da circulação e recolhido ao museu da Escola, com a ficha respectiva, nela escrita, em letras vermelhas, o motivo da ação praticada.

Essa alta distinção, aliás, já foi concedida, em reunião do Corpo docente e discente, sob a presidência do Comandante da Escola, ao então aspirante, tenente Humberto Pinheiro de Vasconcelos que, heroicamente, no 3º Batalhão de Caçadores na capital do Espírito Santo, para salvar a vida dos seus comandados, a quem ministrava uma instrução, perdeu a mão, despedaçada pela explosão de uma granada, dando assim, com o seu nobre gesto, um exemplo de coragem e abnegação, engrandecendo ainda o nome da Escola em que acabara de se educar. Aprovadas as Instruções aludidas, foi organizado um cerimonial para a primeira entrega dos espadins ao Corpo de Cadetes, o qual constou de duas solenidades, uma de recepção, realizada na manhã de 15 de dezembro de 1932, no interior da Escola do Realengo, em presença do pavilhão nacional, do estandarte do Corpo de Cadetes e da oficialidade, enquadrados pelas forças da Escola, em formatura. A passagem mais significativa dessa cerimônia foi, justamente, o momento em que o Comando da Escola terminava a leitura do compromisso, pronunciando as últimas silabas do juramento, respondendo os cadetes, simultaneamente, em vibrante voz:

> "Recebo o sabre de Caxias como o próprio símbolo da honra militar".

A outra cerimônia foi levada a efeito no dia seguinte, 16, com o solene juramento do espadim também com uma formatura geral do Corpo de Cadetes, em uniforme de parada, a qual teve lugar na praça Duque de Caxias, em torno da estátua do inolvidável soldado. Com esse fim desceu a Escola para esta capital e, ao chegar àquele logradouro, que se achava engalanado e com a sua estátua ornamentada de flores naturais, acercou-se dela, tomando disposição para a cerimônia. Foi então que, em presença do Chefe do Governo Provisório, Ministros, Generais, Adidos militares estrangeiros e delegações de oficiais dos corpos da guarnição, teve início a tocante cerimônia do juramento do espadim, executando as bandas o antigo toque de alvorada, o mesmo que nos campos do Paraguai, despertava os nossos gloriosos regimentos, terminando com o toque de "apresentar armas". Quando profundo era o silêncio da grande assistência, ouviu-se

a voz de um oficial, lendo, com vibração, as palavras sacramentais do juramento, no que era acompanhado pelos cadetes, que tinham os olhos fixos no semblante austero do seu patrono e pareciam iluminados pela famosa estrela que guiou sempre aquele guerreiro, de vitória em vitória, e que, certamente, há de guiar as novas gerações através dos caminhos ásperos da vida. Nesse instante, ecoou o troar dos canhões e o rufar surdo dos tambores, anunciando a criação da nova arma, representativa das virtudes dos nossos antigos combatentes.

Seguiu-se a leitura do Boletim do Comando da Escola, número 297, de 16 de dezembro, cujo teor é assim concebido (transcrição):

A antológica Ordem do Dia do Coronel José Pessoa na primeira entrega do Espadim de Caxias[32]

(transcrição)

"Cadetes!

Defrontando a estátua do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, aquele que em vida foi o maior dos generais sul-americanos - acabais de prestar o compromisso do recebimento do vosso espadim - arma distintivo que reproduz o sabre glorioso do invicto soldado, que com atos de sublimada grandeza esmaltou com refulgência inigualável as páginas gloriosas da história nacional, marcando-as de traços imperecíveis e assinalando o seu nome como o do cidadão que melhor serviu a Pátria e mais a estremeceu.

Vosso patrono e vosso guia, aqui não podíeis faltar hoje, a render-lhe as vossas homenagens, quando cingis, pela primeira vez, aos vossos uniformes, o sabre glorioso que, em sua destra mão, mostrou sempre aos nossos soldados intemeratos, o caminho da vitória!

Ante o bronze majestoso que a gratidão do povo erigiu em testemunho de reconhecimento a serviços que crescem de valor com o correr dos anos, vindes, cumprindo dever que ufana e dignifica, pagar o tributo de vossa admiração ao legendário soldado que, de cadete como vós, culminou a hierarquia militar e nas dignidades honorificas, integrado na sua profissão, por ela sempre enfeitiçado e, passo a passo, ascendeu na sua carreira, pelo seu valor, pela sua coragem e pelo seu acendrado patriotismo!

A espada que foi esteio de um regime, que em rudes prélios cimentou a uni-

32 BI da Escola Militar do Realengo nº 297, de 16 Dez 1932.

dade nacional e, em terras estranhas, acutilou bravamente os inimigos do Brasil, tendes hoje a honra e a rara fortuna de a cingirdes à cinta, outorgada ao Corpo de Cadetes o encargo de guardar aquele sabre glorioso que reflete, no brilho espelhante do seu aço, a constância no dever e que nunca a ferrugem da deslealdade, de leve sequer maculou, em meio século de intenso batalhar em prol da ordem e do prestigio desta terra estremecida, a que ele serviu com inexcedível dedicação e bem alto a elevou no conceito das nações!

Na homenagem que aqui prestais - vossos espadins em continência, não reverenciais somente o vulto homérico do general nunca vencido, que enriqueceu de imarcescíveis louros o Exército Brasileiro e iluminou de fulgências gloriosas uma época da vida nacional!

Saudais, também, esse passado venerando de glórias e de virtudes, que é o orgulho do nosso povo, escrínio precioso de lições de nobre civismo e onde o nome imortal do legendário Duque de Caxias esplende, aureolado, em meio de uma coorte de gigantes, batalhadores devotados de um Brasil forte e generoso, que se alçou na plana maior das primeiras nações do mundo, admirado pelo seu progresso e pela sua cultura.

E, particularmente para vós cadetes, que sois as ridentes esperanças do Exército do Brasil - as armas que abateis, apontadas para o solo sagrado da Pátria, rendendo preito sincero de admiração ao grande soldado que foi o símbolo augusto das nossas virtudes militares, juram pela vossa eterna fidelidade aos ditames da honra e do dever, e pela rigorosa observância aos exemplos que nos legou o primeiro dos generais de nossa Pátria, cuja vida será o vosso modelo e cujo nome venerando será o clarim vibrante a acender os vossos entusiasmos nas lutas sem tréguas pelo bem e pela grandeza do Brasil!" (final de transcrição).

A manhã era sublime de luz e o espetáculo não podia ser mais imponente e transbordante de ardente brilho o entusiasmo patriótico. A tropa imóvel - envolta pela vegetação umbrosa do parque e à sombra das seculares palmeiras que ali montam guarda àquele grande monumento - ouvia silenciosa a exaltação desse Boletim e sobre ela como que caía, vinda do céu, a benção de Nossa Senhora da Glória que ali, de cima do altar de sua igreja, contemplava aquela cerimônia cívica de aspecto quase divinal.

Ao terminar a leitura do Boletim, soaram os acordes do Hino Nacional, tocado pelas bandas de música, dando fim à cerimônia. Logo se seguiram as vozes de comando, recompondo a formatura geral e o desfile em continência à estátua do famoso soldado que foi, tão justamente, cognominado "o gládio da Pátria".

Assim terminaram as solenidades desse fato de tanta significação para a Escola Militar e para o histórico do Corpo de Cadetes que, certamente, entre

outros, não poderá esquecer jamais tal acontecimento. Não temos dúvidas que as novas gerações, educadas sob o signo de Caxias, estão fadadas a mudar os hábitos e destino do Exército, formando uma mentalidade homogênea de chefes que, a exemplo dos seus antepassados, não permitirão o esquecimento das nossas nobres tradições.

Justo é reconhecer, entretanto, que, se aqueles cabos de guerra tiveram os seus cabelos alvejados no fogo das batalhas, espalmando as estradas das fronteiras com as patas dos seus cavalos, muitos dos atuais chefes têm abnegadamente envelhecido, organizando e instruindo um novo Exército, labutando pela educação da mocidade, enfrentando as balas traiçoeiras das sucessivas revoltas que têm agitado a vida do país e ainda sofrendo amargas injustiças e ingratidões, mas resignados sabem se elevar por sobre a fraqueza dos homens.

Contudo, lembremo-nos de que Caxias, cuja vida foi uma contínua lição de patriotismo, de bravura e de dignidade moral, sucumbiu ralado de desgostos, saturado de opróbios, também injustificados. Mas, é verdade que a sua despedida foi, sem dúvida, significativa e mais duradoura, escolhendo aqueles humildes soldados rasos que, por determinação de sua última vontade, tiveram o privilégio de carregar os despojos do grande chefe à última morada. Gesto este com que ele respondeu aos marechais, aos príncipes, aos nobres e aos políticos. Que o seu exemplo derradeiro nos sirva de lição e nos alente em todas as horas para que perseveremos no trabalho anônimo e silencioso em prol da grandeza do nosso Exército.

Promovido a oficial general em 18 de julho de 1841,Caxias adquiriu seu sabre histórico de general, com o qual lideraria o Exército em seis campanhas vitoriosas, quatro internas (Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e duas externas, Guerra contra Oribe e Rosas (1851/52) e Guerra do Paraguai (1865/70), merecendo este seu histórico sabre a consagração simbólica, mas não técnica, como ato de justiça na voz da História do Brasil, de Espada Invicta. Pois tecnicamente, segundo o acadêmico Ten Cel Antônio Gonçalves Meira, sabre e espada possuem características técnicas diversas[33]. A espada de oficial não-general que usara como pacificador do Maranhão é hoje patrimônio do Museu do Exército. Das mãos de seu possuidor ao seu atual relicário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) - o sabre de Caxias, hoje expressiva relíquia da Nacionalidade, percorreu interessantes caminhos. Foi doado em testamento pelo Duque de Caxias ao

33 Nota do revisor: básicamente, o sabre é curvo/convexo e possui fio somente de um lado. A espada, geralmente, é reta e pode ou não cortar dos dois lados.

Brigadeiro João de Souza da Fonseca Costa que, como 1º Tenente, fora o Ajudante-de-Ordens de Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas de 1851-52 e, mais tarde, como coronel, fora Chefe do seu Estado-Maior na Campanha da Tríplice Aliança (1866-68).

Sobre esse oficial, assim se expressou o Marquês de Caxias na Ordem do Dia de 14 Jun 1869, antes de retornar vitorioso do Paraguai:

> "Prestou-me como chefe de meu Estado-Maior a mais dedicada cooperação em tudo quanto tem dependido de seu alto emprego, não só na condução regular de todos os negócios de meu serviço político a seu cargo, como nas batalhas e combates a que tem assistido sempre a meu lado, recebendo e transmitindo as minhas ordens e expondo-se com sangue frio e abnegação aos riscos e perigos decorrentes".

Este sabre de campanha foi localizado em 1925 pelo Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, o maior biógrafo de Caxias. Ele se encontrava em poder de descendente direto do Brigadeiro Fonseca da Costa, o Capitão-de-Corveta Caetano Taylor da Fonseca Costa. Este oficial de Marinha, em gesto que se reveste de nobreza e patriotismo, decidiu, em 1925, doar a valiosa relíquia, através do Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 19 de novembro de 1931, assumiu o comando da Escola Militar do Realengo o então Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, oficial de escol, de cuja brilhante folha de serviços são destaques: Instrutor Militar da Escola de Direito do Largo de São Francisco - São Paulo (1916); estagiário da Escola Militar de Saint Cyr - França - (1917-1918); combatente voluntário do 4º Regimento de Dragões de Cavalaria - França; e introdutor dos blindados no Brasil, ao organizar e comandar a Companhia de Carros de Assalto e, o idealizador da AMAN e de suas mais caras tradições.

Na Escola Militar ele criou diversas tradições como os uniformes históricos dos cadetes como elo de ligação dos exércitos do Império e da República do Brasil. Criados os uniformes históricos dos cadetes, julgou o Coronel José Pessoa que devessem eles ser complementados por uma arma privativa do posto de cadete. Idealizou então, com sua equipe, que esta arma seria uma fiel miniatura da espada invicta usada em campanha pelo Duque de Caxias. Desde então ficou decidido ser o cadete, o único integrante do Exército a ter a honra e o privilégio de cingir à cinta a espada de Caxias: "Como a síntese e a expressão mais viva e

sublime das virtudes militares do soldado".

E do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ela saiu três vezes. A primeira, em cerimônia na Escola do Realengo, para ser colocada ao lado da espada de San Martin, trazida por cadetes argentinos, e a segunda e a terceira vez transportada do IHGB e com o aval de seu grande presidente e amigo da AMAN e do Exército, Professor Pedro Calmon, por uma Guarda de Honra e Segurança comandada pelo autor e integrada por Cadetes do último ano.

Espada histórica que esteve presente na AMAN nas cerimônias que ali tiveram lugar, evocativas dos centenários de falecimentos do General Osorio, patrono da Arma de Cavalaria e do Duque de Caxias, patrono do Exército e que o Marechal Jose Pessoa sonhou que fosse o Patrono da Academia Militar das Agulhas Negras. Assunto "Espadim de Caxias" que, decorridos 39 anos, foi resgatado em artigos do então Tenente-Coronel Claudio Moreira Bento, publicados na Revista **A Defesa Nacional** nº 114, jul/set 1978, p. 61/68, no **Letras em Marcha** nº 88, Ago 1978 (encarte) e na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 326, p. 03-105, Jan-Mar 1980. Em 2011, no Bicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras então comandada pelo General de Brigada Edson Leal Pujol, atual Comandante do Exército, foi publicada a obra institucional **Academia militar - dois séculos formando oficiais do Exército**[34]**,** na qual, às páginas p.107/108, focaliza o comando do Marechal Pessoa, de 19 de novembro de 1930 a 28 de abril de 1934, e faz o segundo registro sobre o mais tarde Marechal José Pessoa.

Esta obra, apresentada pelo comandante da AMAN, o então General de Brigada Edson Leal Pujol, prefaciada pelo Comandante do Exército, General de Exército Enzo Martins Peri e coordenada pelo Cel Carlos Roberto Peres, teve como assessores históricos os coronéis Claudio Moreira Bento, historiador militar, Heyno Evangelista Araújo Filho e Ernildo Heitor Agostini Filho e registra na Ordem do Dia (transcrição):

"Dotado de ideias próprias nos campos do ensino e da administração, deu ênfase ao regime escolar e seu valor para a fixação, no aluno militar, das atitudes e dos interesses psicológicos apropria dos e necessários à carreira.

Sua ação foi dirigida, direta e nitidamente, para a maneira do aluno viver, para a criação do ambiente que julgava necessário e indispensável aos estímulos

educacionais adequados à formação do futuro oficial.

A sua primeira Ordem do Dia mostrava a diretiva que pretendia dar aos seus trabalhos:

'Reuni a necessária documentação para fundamentar a remodelação integral por que passará a Escola Militar: West-Point, Saint-Cyr, Sandhurst serão os moldes de onde sairão as linhas gerais da reforma dos processos de vossa formação militar'.

A formação do oficial brasileiro, em seu primeiro lance na Escola Militar, terá como base a educação física, como meio a cultura geral científica e como fim a mais rigorosa formação profissional. E de considerar-se a escolha de novo local para a Escola, em que a par do clima apropriado à vida intensa dos alunos, se lhe assegure meio social condigno"(final de transcrição).

Ele tinha por objetivo reestruturar o ensino da Escola Militar do Realengo, desdobrando a sua atuação em três planos distintos: o físico, o moral e o social.

No físico, reorganizou a Escola administrativamente, construiu o Departamento de Educação Física e o de Equitação, reformou o refeitório, os dormitórios, os banheiros e a biblioteca, instalou salas de divertimento e de estar e inaugurou a sala dʼArmas.

No moral, procurou criar, no aluno, conceitos de honra e valor militares, refundindo-lhes critérios de disciplina militar que conduziam à mística do oficialato.

E, no social, estimulou a convivência em ambiente selecionado, condenando os hábitos de boêmia estudantile de frequência a locais inadequados.

Após estruturar uma nova formação para o oficial do Exército Brasileiro, criando uma nova mentalidade, buscou afastá-lo das principais influências decorrentes das atividades políticas desenvolvidas na Capital Federal e que punha em risco toda a atividade de ensino. Assim, foi idealizada a construção de uma nova Escola Militar, em Resende, fora da Capital Federal.

Mesmo após seu comando, o General José Pessoa atuou de forma decisiva até a construção da Escola Militar de Resende, que foi iniciada em 1938.

A construção da Nova Escola Militar foi uma promessa da Revolução de outubro de 1930. Decorridos poucos dias da vitoriosa Revolução o então Cel José Pessoa assumiu o Comando da Escola Militar do Realengo com a missão de construir a Nova Escola Militar.

Em 1985, no Centenário do Marechal José Pessoa, o General Umberto Peregrino em Artigo na **Revista do Clube Militar,** Edição Especial, Set/Out 1985, sobre o Marechal José Pessoa, escreveu o artigo "Dimensões do Marechal José Pessoa". Nele descreveu como era a Escola Militar antes e depois do

Cel de Cavalaria José Pessoa assumir o comando da Escola Militar do Realengo. O General Umberto Peregrino, grande e marcante Diretor da BIBLIEx, fora Ajudante de Ordens do Marechal e sobre ele escreveu na citada Revista (transcrição)[35]:

"Até fins de 1931, o comando da Escola era posto de general. O último fora precisamente o General Constâncio Deschamps Cavalcanti, militar ao estilo físico esbelto e empertigado. No apresentar-se, guardava aquele ar superior; nenhum sorriso, simpatia nenhuma. Certamente temido, pois que o regime da Escola Militar que comandava era de extremo rigor reiúno. Não passava, então, a nossa Escola Militar, quanto às instalações, de um impróprio casarão qualquer, e o regime imposto aos alunos tinha, por sua vez, muito mais de simples quartel do que de escola.

Ao entrar, porém, do ano de 1931, sob os renovadores auspícios da revolução vitoriosa de outubro de 1930, a Escola Militar do Realengo iria ter novo Comandante. Na hierarquia perdia pontos. Agora entregava-se a Escola Militar a um Coronel,

Pois muito bem, agora à frente da Escola Militar do Realengo o Cel José Pessoa ostentava, naquele momento histórico, a suprema credencial de ser irmão de João Pessoa, a cujo assassinato, quando Presidente da Paraíba, ocasionou, de certo, a vibração popular que incendiou o Nordeste e lavrou pelo Brasil inteiro em outubro de 1930. O Cel José Pessoa participara diretamente da ação final de 24 de outubro no cumprimento da missão militar decisiva, emanada da Junta Militar presidida pelo General Tasso Fragoso. Coube ao Cel José Pessoa, por determinação do General Malan d'Angrone, assumir o comando do 3º RI, aquartelado no antigo prédio da Escola da Praia Vermelha. E como o Regimento se mantivesse fiel ao Governo de Washington Luís, José Pessoa imediatamente organizou uma unidade de voluntários civis, com a qual substituiu o Regimento legalista. E então, cumprindo determinação do Gen Malan (este tinha como Ajudante-de-Ordens nada menos que o Tenente Aurélio de Lyra Tavares), ele cercou e ocupou o Palácio Guanabara. Essa operação teria contribuído decisivamente para que o Movimento Revolucionário se completasse no Rio de Janeiro, sem derramamento de sangue.

Quanto ao Cel José Pessoa, a verdade é que na distribuição de posições, quando a Revolução vitoriosa se inaugurava no Poder, poderia escolher a que bem entendesse na alta administração do país. Escolheu o comando da Escola Militar do Realengo.

Não era um posto militarmente poderoso, mas apenas honroso. E quanto à sua vida particular representava confinar-se num subúrbio distante e alojar-se

numa residência modesta, qual era a casa reservada à residência do Comandante, localizada à beira da Estrada Real de Santa Cruz.

Devemos concluir que essa opção do Cel José Pessoa teve uma razão idealista. Ele tinha um projeto para a Escola Militar. Conhecia-lhe o padrão pobre de meios e de substâncias. Ele tinha vivência direta da Escola, fora seu Subcomandante em 1927. Tinha ideias próprias formadas ao longo das suas experiências no estrangeiro e das suas reflexões pessoais. Aportava, destarte, ao Realengo, como portador de uma almejada e escolhida missão.

Seu gigantesco trabalho havia de desenvolver-se em duas etapas nítidas: uma imediata, urgente - a reforma da Escola que assumia; outra, em longo prazo, a elaboração do Projeto e a instalação daquela que viria a ser a Academia das Agulhas Negras.

Os alunos do Realengo, em verdade, experimentaram desde logo a ação transformadora do Cel José Pessoa. Ele começaria pelas instalações. E, então, o antigo prédio foi imediatamente reformado, recebendo o pavilhão principal um pavimento superior em toda a extensão da fachada, o que importou em desaparecer o sobradinho central, supremo luxo da fachada. O capinzal fronteiro cedeu lugar a instalações apropriadas à educação física e às competições esportivas. Surgiram uma biblioteca organizada e condignamente instalada, um salão de projeções, e a Sociedade Acadêmica teve, também, instalação condigna, onde não faltaram tapetes e poltronas confortáveis. Melhoraram os alojamentos, transformou-se o rancho (refeitório), as salas de aula abriram-se, fartamente iluminadas nas horas de estudo. A barbearia deixou de ser a tendinha obscura onde convivia um comércio que oferecia uns doces, deles roxos - de batata, deles amarelos - de abóbora, além de meias, perfumes baratos, cadernos, tudo.

Quanto ao uniforme, a reforma seria radical. Desapareceria o cáqui, de uso pelos alunos até no centro da cidade, pois somente em julho, depois do "carro de fogo", ocorria a distribuição do 'flanela verde'. O 'branco' constituía prêmio ao aproveitamento excepcional. E o uniforme 'garance' (1º uniforme) permanecia trancado nos armários dos capitães, de onde só era retirado para distribuição geral em véspera de parada. Contudo, por vezes, algum aluno era visto sair, tarde da noite, envergando o garance. Já se sabia, ia a alguma festa e havia retirado o 'garance' sob cautela, experimentando uns quantos, até surgir o que se lhe ajustasse.

Pois bem, esse uniforme pobre e incaracterístico, distribuído retardatariamente, foi substituído por um modelo que consagrava as cores, as linhas e as insígnias da tradição imperial, em 1852. Incorporava-se, também, o espadim simbólico, miniatura da espada de Caxias.

Ao mesmo tempo restabeleceu-se oficialmente a categoria militar do cadete. E foram criados o brasão d'armas e o estandarte do Corpo de Cadetes, desenhados sob as inspirações da heráldica, ao passo que o brasão, por causa da localização já definida, de uma nova Escola, incorporava o perfil das Agulhas Negras. Seguramente foi esta a primeira fixação oficial a respeito da futura Academia.

Novos regulamentos passaram a reger a vida escolar. A disciplina teve outra formulação, fazendo-se maior apelo às reações inteligentes do que à repressão física.

O ensino recebeu modificações para melhor atender à realidade da formação dos cadetes. Dentro desse critério, estabeleceu-se a dosagem de certas matérias segundo a Arma, criaram-se as aulas de Geografia Militar e de Emprego das Armas, esta a cargo de um oficial de Estado-Maior da respectiva Arma, e aquela sob a regência do então Cap Paula Cidade, a quem tanto o Exército ficaria devendo quanto ao levantamento da sua História.

Os cadetes, que até então não passavam de seres bravios, cultivando a arrogância, a valentia, além do Don juanismo hebdomadário, adquirem prestígio social, como reflexo da nova aparência, através dos novos uniformes, da nova posição que lhes era conferida, retirando-os da condição de soldados de uma categoria singular, mas que na prática eram nivelados ao soldado comum, a ponto de cumprirem penas disciplinares nos regimentos e fortalezas e à tropa serem remetidos quando desligados.

Convém registrar que desligamentos ocorriam em alta dose, todos os anos, por força do chamado 'carro de fogo', aquele exame do meio do ano a que eram submetidos os 'bichos'. Representava um verdadeiro pesadelo para o cadete do 1º ano, mas depurava a Escola, em cujo seio só se mantinham os que demonstravam real aproveitamento.

Esse era, porém, um tempo em que havia multidão de jovens estudantes interessados na carreira das armas, e que disputavam o ingresso na Escola Militar, submetendo-se a exame vestibular famoso, no Brasil inteiro, pelo rigor seletivo.

O novo Comandante acabaria com esse exame eliminatório, o chamado 'carro de fogo'. Foi providência inspirada na preocupação de incutir no cadete o máximo de consciência da sua responsabilidade.

Todavia, com José Pessoa a Escola do Realengo não se descaracterizaria quanto aos seus hábitos de vida, que eram francamente saudáveis porque marcados por saboroso toque humano. Era de ver, por exemplo, toda tarde, após o jantar, a clássica saída dos cadetes no Realengo.

Bonito a cadetada desembocando atropeladamente no portão principal da Escola! Alguns cadetes traziam sacos de roupa, trouxas ou apenas peças soltas

e se dirigiam para o grupo das lavadeiras, acocoradas, sempre no mesmo lugar, na frente do edifício.

Do grupo das lavadeiras constavam também molecotes embrulhados em imensas túnicas dos próprios clientes, umas poucas mocinhas e as senhoras, que certamente já andavam por ali quando novas. Talvez não tivessem tanta idade como lutas e privações. Conheciam capitães, majores... Tratavam os cadetes com autoridade, o que não impedia que ouvissem deles, com derretida condescendência, os mais pesados gracejos. Roda animada aquela! As lavadeirinhas só teriam por defesa a exagerada concorrência... Mas é incerto que cogitassem de defender-se...

Embora houvessem acabado de jantar, muitos cadetes se detinham nos vendedores de laranjas, ao longo do oitão da Escola, ou entravam no Sans-Souci. Este restaurante, de nome psicológico, lembrando a Escola Militar da França, fazia o fácil conforto gastronômico dos cadetes. 'Bife a cavalo', eis a sua infatigável especialidade. Às tardes, enchia-se dos que desprezavam a bóia reiúna. Nos sábados e domingos, regalava os 'laranjeiras' endinheirados.

Havia ainda outros rumos para cadetes na rua: o do Correio, onde duas pequenas estavam pontualmente postadas à janela alta, sempre dispostas a conceder olhares a quantos cadetes se acercassem.Um grupo buscava a Estação para comprar jornais, enquanto alguns pegavam o primeiro trem rumo a Bangu, onde possuíam namoradas. Havia também os que simplesmente se punham a caminhar pelas ruas, em pequenos grupos, conversando, como havia ainda os que se davam a longas excursões solitárias por estradas ermas, que eram quase todas as que derivavam em prolongamento das ruas do Realengo.

E havia até a turma, escassa, é verdade, que se encaminhava à igreja, em cuja sacristia a "Conferência de S. Maurício" se reunia, semanalmente.

Nenhum aparato nem eloquência naquelas pias reuniões. O principal assunto eram os pobres do Realengo, cujo amparo competia a cada irmão. Prestava-se conta do trabalho feito, tratava-se dos auxílios conseguidos e a conseguir.Vinham notícias da febre de um, das melhoras de outro, do enterro de um terceiro. Às quintas-feiras esses hábitos sofriam radical alteração, porque era dia de retreta. Os cadetes, à saída, depois do jantar, já encontravam a banda de música da Escola arrumada em frente ao portão principal. E eram, na verdade, bem poucos os que, nesses dias, não se deixavam ficar por ali, sentados no meio-fio ou mesmo no chão puro, ouvindo o programa musical, sempre de elevado nível.

Grande banda a da Escola Militar, grande banda! Tanto sabia puxar os cadetes nas formaturas memoráveis, como sabia sensibilizá-los naquelas tardes do

Realengo.

Destaco a dignidade de certo ritual de todos os dias: oapear, diante da Escola, do Comandante, Cel José Pessoa, de certacaleça preta, tirada por dois cavalos escuros, na qual se deslocava de casa até a Escola. Era uma caleça semelhante às que se postavam na Estação da Estrada de Ferro, fazendo corridas de aluguel para pontos afastados.

Havia lendas ligando-a à morte do Cel Polidoro Quintanilha Jordão. O Comandante José Pessoa a restaurou e passou a usá-la regularmente. Só ocupava o automóvel oficial para descer à cidade. Quando se deslocava no Realengo era na caleça. E dela apeava, infalivelmente, com impressionante dignidade, diante do portão principal da Escola, em cujo recinto penetrava a passos pausados, correspondendo à continência da guarda formada, enquanto a corneta estrugia o toque de Comandante.

José Pessoa distinguia-se famosamente pelo apuro no fardar-se. Impressionava a apresentação daquele coronel de Cavalaria, de cujas botas Malherbe, a perfeição elegante, não se apartava. Quanto aos uniformes, não os usava que não fossem talhados pelo Sciamarella, o artista máximo da indumentária militar, professando na rua Rodrigo Silva. O quepe da Cavalaria, nitidamente distinto do quepe das outras Armas, por causa da cinta branca que o caracterizava, tornava-se ainda mais vistoso quando usado pelo Cel José Pessoa, pois lhe realçava a cabeça harmoniosamente recortada e a pele trigueira de um trigueiro como não o possuiria o mais belo beduíno da poesia de Seleneh de Medeiros. Pose ninguém teria igual. E era uma pose que jamais se surpreenderia relaxada. Era uma pose vaidosa, com base na consciência dos dotes físicos, da elegância consagrada, da importância oficial.

A obra que José Pessoa se propusera empreender estavana nova Escola a ser construída sob o modelo que idealizara e que, desde logo, entrou a planejar. Ninguém se enganasse: a futura Academia Militar se tornaria realidade, pois que seu projeto vinha de um idealista e homem de ação. E eis, assim, a sua localização estudada e daí eleita a região de Campos Elíseos, em Resende.

As providências executivas também seriam postas em marcha. A primeira, de natureza pública, foi associada às manobras de fim de ano, em 1933, programadas em torno de tema tático que se desenvolveria na região de Resende: teriam, como ato final, a concentração dos cadetes no jardim do 'Castelo', e ali, precisamente, seria lançada a Pedra Fundamental da Nova Escola.

Memoráveis manobras, cujo realismo se tornou agudo pela intervenção de chuvas torrenciais que empaparam as estradas precárias, no vale do Paraíba, determinando que ficassem para trás as cozinhas de campanha, tracionadas a

muares. Mesmo assim, ao cabo de uma semana, os cadetes haviam armado e desmontado alguns acampamentos, haviam cumprido as suas marchas, os seus combates simulados, haviam efetuado a transposição, sobre ponte de balsas, do rio Paraíba, haviam esvaziado as prateleiras de todas as bodegas ao longo das estradas.

Mas a cerimônia da Pedra Fundamental não teria execução. Às 19 horas da véspera chegou a José Pessoa, em Resende, um telegrama do Ministro Espírito Santo Cardoso, no qual era recomendada a suspensão da cerimônia, sob a alegação de que ainda não havia 'nenhum ato oficial sobre a Academia Militar'.

Aos cadetes a notícia chegou vagamente. Todavia, já estavam eles reunidos no sítio aprazado, ao qual acorreram também convidados civis e militares.

O idealista fervoroso e empreendedor, diante de tão contundente desautorização da sua iniciativa, teve comportamento exemplar. Podemos, entretanto, avaliar com que dificuldade há de ter transposto as reações emocionais a que se viu submetido no momento em que foi atingido pela afrontosa proibição ministerial!

Mas deu a competente resposta através de telegrama sereno e objetivo, no qual demonstrava ter agido no pleno exercício de atribuições específicas que lhe haviam sido conferidas e que o lançamento da 'pedra fundamental' era providência oportuna e lógica naquelas circunstâncias.

A demissão solicitada nesse documento não foi aceita; porém, dificuldades continuaram a se suceder sob instigações de má vontade.

E foi assim que, logo no ano seguinte (1934), ocorreu penoso incidente com os cadetes, e o General José Pessoa deixa o comando da Escola Militar do Realengo. Isso equivaleu também ao abandono do Projeto da construção da Nova Escola, em Resende.

Não se suponha, entretanto, que o idealizador da Academia das Agulhas Negras se limitou a sonhar o seu sonho. Em verdade, o Gen José Pessoa havia providenciado o anteprojeto através de Concurso autorizado pelo Ministro da Guerra (22 Out 1931). Na apuração prevaleceram dois concorrentes, classificando-se em 1º lugar o Projeto do arquiteto Raul Penna Firme, a cuja competência técnica e inspiração criativa o Gen José Pessoa se afeiçoaria para o resto da vida.

Vale registrar que, ao aproximar-se de Penna Firme, o Gen José Pessoa já passou a valer-se dele para projetar as reformas que empreendeu nas instalações da Escola do Realengo. E Penna Firme era de fato um jovem valor na arquitetura brasileira, até contemplado com Medalha de Ouro no Curso da Escola Nacional de Belas-Artes. Daí por diante iria participar de toda a obra de José

Pessoa, inclusive na 'Comissão de Demarcação da Nova Capital', em cuja presidência o General seria colocado em 1954.Quanto, porém, à Academia das Agulhas Negras, o fato é que Penna Firme se impregnou do sentimento quase místico que guiava o seu idealizador.

O afastamento de José Pessoa deveria importar, como de fato importou, na paralisação de tudo a respeito da Nova Escola. Nada foi feito por três anos, isto é, até 1937, quando a ideia veio a ser retomada. No ano seguinte teria início a construção, sob projeto que guardava fidelidade, em linhas gerais, à idealização original, de 1931.

Sete anos duraram as obras. Inauguração da Nova Escola, em 20 de março de 1944, sob a denominação: Escola Militar de Resende. Nesse ano, porém, ainda funcionou" (final de transcrição).

Edições do Livro Marechal José Pessoa – A Força de um Ideal, do Cel Hiram de Freitas Câmara em 1985 no Bicentenário do Marechal e em 2011 no Bicentenário da AMAN

Em 1985, centenário do nascimento do Marechal José Pessoa, a Comissão Memória Marechal José Pessoa, de iniciativa do Exército, com a Participação da Fundação Getúlio Vargas, Casa Rui Barbosa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Arquivo Histórico do Exército, esta integrada inclusive pelo Cel Hiram de Freitas Câmara, foi estudada a fundo a vida e obra do Marechal José Pessoa. Trabalhos de que muito se aproveitou o Cel Hiram de Freitas Câmara para consagrar-se como o biógrafo do Marechal em seu livro **Marechal José Pessoa – A Força de um Ideal**, publicado pela Biblioteca do Exército Editora e reeditado em 2011, bicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras.

Na página ao lado, quadro existente no Museu Marechal José Pessoa na AMAN, o qual serviu para a capa do livro do Cel Hiram e que retrata o seu uniforme de Coronel da Arma de Cavalaria. No quepe uma faixa branca. Suas botas "malherbe" estavam sempre brilhando; soube-se mais tarde que eram lustradas por sua dedicada esposa.

Abaixo, edições do Livro Marechal José Pessoa - A Força de um Ideal, do Cel Hiram de Freitas Câmara em 1985 no Bicentenário do Marechal e em 2011 no Bicentenário da AMAN.

A edição de 2011 contou com a Apresentação do comandante da AMAN, o então General de Divisão Edson Leal Pujol, atual Comandante do Exército, que assim escreveu (transcrição):

"A data de 23 de abril de 2011 é de grande significado para o Exército Brasileiro: a comemoração do bicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Portanto, é uma oportunidade ímpar para

se relembrar de fatos relevantes e reverenciar personagens que tiveram participação marcante na história da formação do oficial do Exército Brasileiro.

Inserida no contexto das comemorações, a BIBLIEx oportunamente nos contempla com a reedição do livro Marechal José Pessoa - A Força de um Ideal, de autoria do Coronel Hiram de Freitas Câmara, lançado em 1985 por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Além do breve histórico da AMAN, o Coronel Hiram aborda com abrangência e propriedade dois tópicos que merecem destaque: os acontecimentos mais notáveis da vida do Marechal José Pessoa, permeando os fatos históricos da primeira metade do século XX, e o processo de transformação do ensino de formação do oficial do Exército iniciado pelo então coronel

de Cavalaria, ao assumir o comando da Escola Militar, em 1931, e concluído com a construção de uma nova escola de formação de oficiais.

Por intermédio de capítulos concatenados de forma harmônica, o autor comprova a capacidade inovadora do Marechal José Pessoa desde a implantação de uma mística apoiada na figura do Duque de Caxias, passando pela construção da Escola Militar de Rezende e, tendo como ápice, a mudança de denominação para Aca- demia Militar das Agulhas Negras.

Este excelente livro, mais que a biografia de um vulto histórico, é pleno de exemplos de culto às tradições e aos valores da profissão militar que, de acordo com a grafia da época, certamente, despertará o interesse dos militares em geral. No caso dos que servem na Academia Militar das Agulhas Negras, é obra de leitura obrigatória, por ser valioso instrumento em prol do processo de formação da juventude militar que hoje porta o 'Sabre de Caxias' - símbolo da própria honra militar".

General de Divisão Edson Leal Pujol
Comandante da AMAN
(final de transcrição)

General de Divisão Carlos de Meira Mattos em sua apresentação, repetição da feita na 1ª edição, assim apresenta o livro de seu ex-Ajudante de Ordens (transcrição):

"As ideias projetam-se na razão direta da força com que são concebidas e vão atingir o ponto onde as envia o cérebro "Honoré de Balzac".

Nada mais significativo para se comemorar a efeméride de uma figura histórica ilustre do que a publicação de um livro biográfico. Este prêmio recebe agora a memória do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, por ocasião do centenário de seu nascimento, através deste livro de autoria do Tenente-Coronel Hiram de Freitas Câmara.

O então Capitão Hiram, meu ajudante de ordens na Academia Militar das Agulhas Negras no ano de 1970, começou a entusiasmar-se pela figura do General José Pessoa quando ainda cadete. Espírito inclinado às letras e às artes, membro do grupo que dirigiu a Sociedade Acadêmica Militar, redator da revista, o Cadete Hiram sentiu a presença constante desse grande chefe militar em tudo que se referia à Academia, assim como na criação dos vínculos históricos do cadete com o passado do Exército e também no que se referia aos seus padrões de comportamento.

Voltando à Academia, agora como capitão meu ajudante de ordens, pôde aprofundar-se no levantamento histórico do importante papel que o General José Pessoa desempenhou, com entusiasmo insopitável, com ardor patriótico, com tenacidade insuperável, na criação de uma Academia à altura de nosso progresso - alma e corpo do principal núcleo do Exército, o Corpo de Cadetes.

Eis a origem deste livro que a Biblioteca do Exército lança agora para comemorar o centenário do Marechal José Pessoa.

Mereceu-o, de sobejo, o ilustre Marechal José Pessoa, que, entre tantas funções desempenhadas com o destaque de sua personalidade ímpar, deixou, entretanto, o seu nome gravado, demaneira inolvidável, como comandante da Escola Militar do Realengo e idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras.

Empolgou-se verdadeiramente com o comando de nossa escola de formação dos futuros oficiais do Exército Brasileiro. Seu entusiasmo criador, nesse comando e nas suas projeções vindouras, encontrou o campo fértil para expandir-se numa meta de inovação que se transformou no polo de formação de um novo Exército, moderno na sua mentalidade, na sua projeção social, na sua eficiência profissional.

Quando nomeado comandante da Escola do Realengo trazia na sua bagagem de experiência militar o mérito de ter combatido nas fileiras do Exército francês, nosso aliado, na Primeira Guerra Mundial. Combateu integrado às mais modernas unidades do Exército francês - as unidades de Carro de Combate - a nova arma que se inaugurava nos campos de batalha. Regressara ao Brasil com o espírito retemperado numa guerra de grandes e com seus conhecimentos atualizados no que havia de mais moderno na tática terrestre. No Brasil foi o pioneiro na introdução de carros de combate no Exército. Recorda-nos o Tenente-Coronel Hiram no seu livro que a linha divisória entre a Escola Militar do Realengo de antes e de depois do comando do então Coronel José Pessoa despontou no dia mesmo de sua posse, a 15 de janeiro de 1931. Escola em férias, poucos oficiais e pouquíssimos cadetes assistiram à cerimônia, no Gabinete do Comando. O ato de transmissão de comando transcorreu rotineiro e modorrento até a leitura da primeira ordem do dia do novo comandante. A partir daí, as palavras se transfiguram, revelam a força do ideal de quem as escreveu, a começar pelo vocativo inicial - 'Cadetes!' Suas palavras fogem à rotina do trato quarteleiro. Assumem o alcance de uma mensagem missionária que ali começava, para o comandante e para os cadetes. E assim foi.

Sob o comando do Coronel e depois General José Pessoa, a Escola do Realengo se transforma, por dentro e por fora. Deixa de ser simples quartel para ser

educandário. O cadete ganha novo uniforme, lembrando as mais caras tradições do Exército, passa a portar o espadim de Caxias, símbolo da honra militar, conquista uma posição na sociedade carioca. Paralelamente é submetido a rigoroso sistema de formação profissional em que as exigências de ordem moral e ética e as exigências de estudo científico e adestramento militar buscam elevados padrões de eficiência.

É o próprio Coronel José Pessoa quem traduz os objetivos dessa transformação pela qual lutou com tanto ardor patriótico: As novas gerações, educadas sob o signo de Caxias, estão fadadas a mudar de hábitos e a construir o destino de grandeza do Exército, formando uma mentalidade homogênea de chefes que, a exemplo de seus antepassados, não permitirão o esquecimento das nossas nobres tradições militares.

Mas, no entender do General José Pessoa, o 'Cadete de Caxias' teria que ser formado em um ambiente com instalações condignas. As reformas que mandou fazer no velho quartel de Realengo não satisfaziam à sua imagem ideal. Queria uma Academia, uma construção nova, imponente, funcional, afastada do burburinho político do Rio de Janeiro, onde o cadete fosse preservado das conspirações em que fora envolvido tantas vezes, na Praia Vermelha e no próprio Realengo.

Sonhava completar sua obra inovadora, iniciada em Realengo, construindo a sua academia militar.

Em 1934, deixou o comando da Escola Militar sem ver realizado, nem bem encaminhado, este seu forte anseio. Mas, como diz o Tenente-Coronel Hiram, 'deixou o comando da Escola Militar tendo revestido o organismo escolar com sua alma'.

Nomeado presidente da Comissão Executiva da Nova Escola Militar antes de sair do comando de Realengo, o General José Pessoa procurou incansavelmente acelerar o planejamento e a burocracia. Com sua pequena comissão, apelidada de 'Pequena Cruzada', saiu à procura de um arquiteto que traduzisse a sua aspiração e de um local que satisfizesse às suas exigências. Viajou por Petrópolis, Teresópolis, Pinheiros-SP e São João D'el-Rei e acabou optando por Resende, ao lado da majestosa Serra da Mantiqueira e do imponente maciço das Agulhas Negras. Era o pano de fundo grandioso que serviria para projetar a sua academia!

Ainda no comando da Escola Militar, havia colocado a 'sua pedra fundamental' na Fazenda do Castelo, em Resende. Ao deixar o comando do Realengo vê seus planos se esboroarem, sua comissão ser desfeita. Mas continua lutando - é a força de um ideal. Em 1937, o Exército resolve reativar o projeto. Reanima-se o General José Pessoa.

É recriada a comissão para a construção. O Arquiteto Chefe Dr. Raul Penna Firme, é o mesmo que fora escolhido pelo General José Pessoa e que pertencera à primeira comissão. Em junho de 1938, recebe o General José Pessoa o convite do General Manoel Rabelo, Diretor de Engenharia, para presidir a nova comissão. Não aceita a presidência da comissão, mas concorda com uma posição de consultor.

A partir daí as coisas caminham depressa. Em 1938 é lançada oficialmente a pedra fundamental com a presença do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra. Nessa ocasião, usando da palavra, o Coronel Duque Estrada, professor da Escola Militar, presta significativa homenagem ao General José Pessoa:

'...sonhou vê-la exaltada à altura de sua missão, digna de um Exército de que é o fundamento, a razão de ser e trabalho. Buscou e rebuscou, pediu e rogou, escolheu Resende, idealizou o seu projeto, iludiu-se e desiludiu-se. Não executou, mas não importa, porque a semente ficou: e em pensamento, por certo, dirá nessa hora, como digo: Bem haja quem a semente cultivou'.

Em 1944, as novas edificações de Resende abrem suas portas aos novos cadetes. Batizada por Aviso Ministerial de 'Escola Militar de Resende', isto causou nova decepção ao seu idealizador, que havia sugerido o nome imponente de Academia Militar das Agulhas Negras. Continuaria sua luta pela mudança de nome. O idealista, como diz Angel Genivet, 'deve fugir das soluções prosaicas, olhar somente de frente, ir ao fim de sua meta'.

Em 1952, por ocasião do 140º aniversário da criação da Escola de Formação de Oficiais do Exército, na Casa do Trem, na Cidade do Rio de Janeiro, da qual o educandário de Resende era sucessor, o Presidente da República assinava decreto atendendo à penúltima reivindicação desse incansável batalhador - dando-lhe o nome de Academia Militar das Agulhas Negras. O General José Pessoa deixou registrado nos seus escritos que 'foi este um dos dias mais felizes de minha vida'.

Em 1959, falecia o idealizador e criador de nossa Academia Militar sem ver realizado seu último desejo - a construção, ali, ao lado do majestoso edifício principal, do Pantheon de Caxias. Entendia o General José Pessoa que a obra majestosa da Academia sem o Pantheon do Patrono do Exército, era uma obra inacabada. Faltava-lhe o seu fecho de ouro.

Muito teríamos a registrar da vida fértil de realizações profissionais deste grande soldado. Mas, pensamos estar dando especial destaque à sua personalidade ímpar, concentrando-nos no grande ideal de sua vida - legar ao Exército uma Academia Militar à altura das mais modernas do mundo. Este ideal, ele alcançou - como ele sonhou e em vida o viu realizado.

O Exército Brasileiro deve-lhe este serviço inestimável. Nossa juventude militar o tem como símbolo. Nossos oficiais carregam na sua formação a força de seu ideal.

Reverenciar sua memória, como o faz o Tenente-Coronel Hiram através de seu precioso livro, é tornar-se credor de nossa gratidão e admiração.

A leitura do livro do Tenente-Coronel Hiram para nós, militares, vale como bálsamo de fé e confiança.

Quero lembrar, também, como preito de justiça ao companheiro Coronel Aldílio Sarmento Xavier, prematuramente roubado de nosso convívio, que a ele muito se deve a realização desta homenagem ao Marechal José Pessoa. Diretor que era da Biblioteca do Exército, acolheu a ideia deste livro com aquele espírito agudo, sensível, em que se misturavam cultura e civismo.

Feliz do Exército que tem chefes como o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, capaz de inspirar homenagem como essa" (final de transcrição).

O Brigadeiro do Ar José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque escreveu:

"Ao prefaciar esta obra, sinto-me à vontade em apresentar o autor deste livro, Tenente-Coronel Hiram Câmara, bem como tecer comentários sobre o seu trabalho, pois minha tarefa fica isenta de qualquer parcela de subjetividade, considerando que nossa apresentação foi feita por meio de seus trabalhos de pesquisa sobre o Marechal José Pessoa, meu pai. Para o autor, uma personalidade que deixou marcas indeléveis no Exército e nas gerações que o conheceram, cujo ideal buscou acelerar a formação de uma consciência nacional de respeito e de amor à história, às raízes do Exército Brasileiro e aos nossos grandes vultos do passado, como forma de se constituir as bases de uma grande pátria.

Para mim, seus ideais resumem-se na feliz citação de Rui Barbosa, por quem o Marechal Pessoa nutria profunda admiração e respeito: 'A Pátria não é ninguém, são todos. Não é uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo. É o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da liberdade'.

Nesse sentido, apesar de o Marechal Pessoa ter por alvo o Exército, sua mensagem foi ouvida e compreendida muito além dos quartéis, permanecendo latente por anos, até que o autor deste trabalho foi reencontrá-lo. Ao procurar as origens da Academia Militar das Agulhas Negras e de nossa Capital Federal, redescobriu o seu principal idealizador, da qual procurou registrar o perfil histórico de um militar estoico e disciplinador, cuja erudição permitiu sonhar e propor uma instituição modelar e atualizada para a formação dos oficiais do Exército Brasileiro.Os seus méritos e virtudes teriam de ser exaltados pela pena e pelo estilo de um biógrafo ilustre que, embora não o tenha conhecido bem de

perto, passou a dedicar-lhe uma profunda admiração. Nisso consiste o principal valor histórico desta obra como repositório de informações sobre quem foi e o que fez, pelo Exército e pelo Brasil, o Marechal José Pessoa, um espírito modelar de chefe de família, cidadão e de soldado, digno, sob todos os aspectos, de ser cultuado pela memória nacional.

Em meu nome e no de meus familiares, aqui registro a nossa gratidão, na certeza de que o homenageado, homem que não se sentia à vontade com tais demonstrações, acaba de receber o maior e único prêmio de suas poucas ambições pessoais.

Ao autor, portanto, meus cumprimentos pelo trabalho e meus agradecimentos pela deferência que me foi concedida.

Ao Exército, meus cumprimentos ao soldado que ora se integra à galeria dos seus vultos históricos.

Ao prefaciar esta obra, sinto-me à vontade em apresentar o autor deste livro, Tenente-Coronel Hiram de Freitas Câmara" (final de transcrição).

Livro sobre José Pessoa cuja edição de 2011 foi prefaciado pelo General Ramiro Monteiro de Castro, ex-comandante da AMAN, que foi o primeiro comandante formado nas Agulhas Negras. Transcrevo o Prefácio a seguir:

"Convidado pelo autor para prefaciar a 2ª edição de Marechal José Pessoa: a Força de um Ideal, sinto-me honrado por participar de evento tão importante ligado àquele grande chefe. Trata-se da mais completa publicação sobre a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na qual foram reunidos, notadamente ideias, aplicadas na principal reforma do ensino de formação de oficiais no século XX, e atos do biografado, utilizados para a construção de uma das mais modernas academias militares do mundo.

O Marechal Pessoa foi um modelo de chefe de família, de cidadão e de soldado, digno, sob todos os aspectos, de ser cultuado pela memória nacional.

Duas diretrizes nortearam sua conduta: a formação do futuro oficial, a qual deveria buscar o equilíbrio ponderado entre a formação moral, a intelectual e a técnico-profissional, e o afastamento do núcleo gerador de oficiais da ativa dos grandes centros do poder político. Na aplicação de tais condutas muito se utilizou de sua experiência durante o período em que estagiou na França, aspecto relevante nas tomadas de decisão.

Em 15 de janeiro de 1931, ao assumir o comando da Escola Militar do Realengo, em sua primeira ordem do dia, externou o propósito de reformar a Escola e de construir uma nova Academia fora da Capital Federal que atendesse às seguintes condições: '[...] a par de clima apropriado à vida intensa dos alunos, se lhes assegure meio social condigno, instalações que proporcionem aos alunos

o conforto necessário, organização material como modelar instituto de ensino e recursos materiais para garantir o máximo de rendimento ao ensino militar'.

A execução dessas providências deveria ser enfrentada como a conquista de um verdadeiro ideal. Com as medidas de aprimoramento moral, intelectual e profissional adotadas, executou reforma material da Escola Militar do Realengo onde pudesse formar, em ambiente adequado, os instrutores, que se constituiriam nos multiplicadores de uma nova mentalidade na nova Escola que desejava construir.

Depois de rigoroso planejamento e construção, em sua localização prevista desde 1931, em 11 de março de 1944, sob o comando do Coronel Mário Travassos, foi inaugurada a Escola Militar de Resende, que seria, em 1951, denominada Academia Militar das Agulhas Negras - concretização da grande aspiração do Marechal José Pessoa.

O novo comandante pronunciou as seguintes palavras em sua ordem do dia:

> 'Cadetes! Entrai na nova Escola Militar.
> Dela só deveis sair com honra, como o exigem as velhas tradições de Realengo. Que as Agulhas Negras, esse marco geográfico inconfundível, já estampado no brasão de Armas da Escola Militar, vos inspirem no cumprimento do vosso papel de pioneiro!'

Já José Pessoa, em seu discurso de despedida do Serviço ativo, na AMAN, afirmou:

'A vida do Marechal Duque de Caxias deve ser vosso guia e vosso exemplo pela messe interminável de virtudes que nos legou e que são o apanágio de sua glória e o tornaram o maior soldado da nossa Pátria'.

Vinte anos depois da abertura de seus portões, a contribuição da AMAN na Revolução de 31 de março de 1964 foi ponderável para a solução pacífica da crise que envolvia o País.

De 1981 a 1984, foram promovidas a reformulação do ensino acadêmico e a restauração do grandioso patrimônio, de monumentais construções e instalações da Academia, com apoio irrestrito do Ministro do Exército, General de Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque. Para melhor atender às necessidades da Força Terrestre, as instalações da Academia foram ampliadas, propiciando a formação de um maior número de aspirantes a oficial.

Aconselho que este precioso livro seja consultado permanentemente pelos cadetes e pelo Comandante da AMAN, para uso e manutenção dos detalhes da

organização e símbolos de nossa Academia, visando à sua apresentação original, de forma a melhor aproveitá-lo em todas as suas características.

A Academia Militar das Agulhas Negras é realmente, como disse seu grande idealizador: 'O maior sonho de todos os sonhos de um chefe militar!

General de Exército José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

Homenagens da Escola Militar de Resende, a atual AMAN, em 12 de setembro de 1943

Quem descreveu como ela ocorreu foi o seu biógrafo e hoje acadêmico da FAHIMTB, Cel Hiram Freitas Câmara, ocupante da Cadeira Especial General Carlos de Meira Mattos na então FAHIMTB, em seu livro **Marechal José Pessoa - A Força de um Ideal,** em suas edições de 1985 no centenário de José Pessoa, e em 2011 no Bicentenário da AMAN.

A descrição a seguir, feita pelo autor, encontra-se no site www.ahimtb.org.br.

A Comemoração dos 30 anos da Declaração de Aspirantes da Turma General José Pessoa em 1979[34]

A turma General José Pessoa comemorou em 1979 seus 30 anos de Declaração de Aspirantes ou de Formatura e publicou Revista alusiva e fotos de seus integrantes como cadetes em 1949, e dos mesmos em 1979. E, inclusive a expressiva e histórica oração de seu Paraninfo ainda em vida - o General José Pessoa, que no mesmo ato se despedia da então ainda Escola Militar de Resende, que mudaria seu nome dois anos depois para Academia Militar das Agulhas Negras, cuja síntese histórica o autor abordou, como seu historiador, em pelo menos quatro publicações, conforme se conclui do site www.ahimtb.org.br. Em 1994, na plaqueta: **1994 - AMAN - Jubileu de ouro em Resende**; em 2001, na plaqueta: **Resende na História Militar (1744-2001);** em 2004: **Os 60 anos da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende;** e, em 2010: **2010 - Os 200 anos da criação da Academia Real à AMAN**.

Este assunto foi tema do discurso de Posse do Tenente-Coronel Claudio Moreira Bento no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1978, quando o mesmo foi recebido em nome daquela instituição pelo Professor General Jonas de Moraes Correia Filho, o autor da Canção do Engenheiro.

Nesta ocasião, o General Clovis Jacy Burmann, cadete da Turma AMAN 1949, era o Comandante do Corpo de Cadetes.

A seguir, a bela oração de seu ilustre Paraninfo, o General José Pessoa, para se sentir de certa forma o que ele pensava sobre o Brasil há 66 anos, e o que foi realizado de seus sonhos até então (transcrição).

ESCOLA MILITAR DE REZENDE E A SAUDAÇÃO AOS ASPIRANTES A OFICIAL DA TURMA DE 1949 PELO SEU PARANINFO, O General JOSÉ PESSOA

Meus jovens Aspirantes

Com redobrada confiança nas novas gerações, volto ao aconchego da Escola da Mocidade, que irradia alegria e excita o amor à Pátria, para apresentar as minhas despedidas e formular os votos de felicidade aos queridos paraninfados.

No Tribunal da História registram-se, ora gerações benfazejas, de espírito

34 Comemoração descrita pelo autor e publicada no site www.ahimtb.com.br (acesso em 24 Ago 2020),

construtor, ora gerações maléficas, ora ainda as que, pelas suas qualidades, constituem radiosa esperança.

Entre as primeiras, podemos situar, como exemplo, os heróis da epopeia bandeirante, desbravadores que operaram o reconhecimento e a penetração do nosso "hinterland", os fundadores da Nacionalidade - Raposo, Fernão Dias, Bartolomeu Bueno, Borba Gato, Cabral Leme e tantos outros sertanistas que, durante cerca de dois séculos, descendo os rios que conduzem ao interior ou embrenhando-se pelo mato a dentro à caça do índio ou à conquista do ouro e das pedras preciosas, abriram caminhos pelas asperezas dos sertões desconhecidos e, do movimento de expansão geográfica, fizeram recuar o meridiano de Tordesilhas, dilatando as fronteiras e triplicando a área territorial do Brasil.

Quem contemplar hoje o mapa do Brasil, com seus contornos caprichosos e sua linha de fronteiras, fixada de maneira definitiva, poderá avaliar o grande esforço e a pertinácia da plêiade de estadistas, militares e diplomatas que, durante séculos, escreveram os tratados e desenharam com todos os seus detalhes a carta que serve de roteiro à nossa grandeza. Como geração medíocre, e mesmo prejudicial, temos, para exemplo, a atual, dobrada ao peso da intolerância, da voracidade e da ambição, hipócrita à religião católica, desamorosa aos próprios destinos do país.

Afinal, resta-nos a confiança nas novas gerações, na vossa geração, que, selecionada e educada por outros métodos e em outra Escola, há certamente de firmar, como as gerações heroicas de que falamos, marco glorioso em nossa formação histórica.

Aos moços de hoje, de cujo entusiasmo e idealismo tanto espera a Nação, confiamos o aperfeiçoamento dos nossos costumes, a solução dos nossos problemas econômicos e políticos, entre os quais a exploração definitiva do nosso petróleo, o aproveitamento sempre crescente da força hidráulica e o amparo à nossa riqueza carbonífera, a renovação e aparelhamento das Forças Armadas, o fomento à produção e o combate à miséria e à fome, a construção de eixos rodoviários pavimentados, ligando as regiões geográficas do país, além de quatro outras, como o da construção da Nova Capital política do Brasil no Planalto Central, que marcada influência exerce nos destinos da Nacionalidade.

Da solução deste último problema, útil para a grandeza e salvaguarda da nossa coletividade, reais vantagens nos advirão: aproximar todos os Estados da ação radial e pronta do Governo Central; acelerar, na direção do altiplano dos sertões brasileiros, a marcha lenta da nossa civilização, encastelada no litoral há mais de 400 anos; resguardar a nossa capital, hoje tão exposta, à borda do oceano, para ponto mais abrigado, no coração do país, sem falar nas vantagens econômico-financeiras altamente compensadoras.

Por outro lado, a nova localização da capital facilitaria também a complexa solução de outro magno problema, qual seja a conquista do rio Amazonas, pois estenderíamos os braços aos irmãos que vivem naquelas paragens, quase sempre com a maior parte das suas terras encharcadas pelas avalanches das torrentes desencadeadas pelo degelo dos Andes, engrossando o caudal imenso.

De fato, tanto a cultura do famoso vale quanto a presença dos seus rebanhos sobre a planície aluvional são intermitentes, pois, embora cortada por uma rede de grandes rios profundos, margeados de campos e vegetações, a semeadura só é possível no momento fugitivo da vazante; a terra, quase inacessível, parece sem dono, pela distância que a separa dos centros civilizados e pela pequena densidade demográfica, e não seria exagero compará-la aos escassos grupos humanos das zonas desérticas.

Para que uma geração de homens fortes seja capaz de dominar o Amazonas como outros fizeram com a Niágara, os quais a sub-jugaram e hoje a fazem trabalhar submissa a serviço da Humanidade, muitos anos de espera se fazem necessários.

Não há dúvida de que a nossa grande conquista virá também um dia.

Ante, porém, as enormes dificuldades, a solução, como alguém já disse, depende, inicialmente, do desenvolvimento de uma população densa no Planalto Central e as vizinhas terras firmes do Baixo Amazônico, a fim de que seja garantida, com segurança, a marcha dominadora sobre a vastidão da terra anfíbia.

Estou certo de que vós sereis o intérprete da cruzada que há de construir a Nova Capital, como primeiro fator da solução do ciclópico problema do rio Amazonas.

Meus camaradas: Não tenhamos dúvidas de que estamos diante de um novo conflito ideológico entre duas mentalidades opostas, o que poderá resultar numa 3ª Guerra Mundial.

O Brasil precisa despertar e agir com previdência: as suas fronteiras necessitam, com urgência, de meios de defesa e o Exército, de reformas fundamentais, pois, apesar dos grandes dispêndios e modificações militares operadas nesses últimos anos, isso não foi bastante para concretizar os problemas fundamentais da Defesa Nacional.

É fato que o perigo da guerra diminuiu recentemente; contudo, os chefes dos Estados-Maiores das nações signatárias do Pacto do Atlântico já receberam e estudam as suas missões em tomo do plano conjunto da defesa da Europa Ocidental.

No nosso Continente, os 150 milhões de latino-americanos, que, da vez passada, sofreram as consequências do bloqueio e estiveram às portas da invasão,

se quiserem ter o direito de opinar sobre a sua vida e o seu futuro, devem, desde já, organizar a defesa comum, de acordo com a segurança das Américas. A força está na união.

No caso particular do nosso país, a nossa riqueza de matérias-primas básicas nada nos ajudará se formos pobres de armas para nos defender. Hoje, o nosso Exército é a mocidade viril toda inteira.

Não há só este Chefe, este Corpo de Oficiais: são todos os brasileiros irmanados, prontos a defender a Pátria e dar a sua inteligência e o seu sangue pela sua sobrevivência.

Nada de militarismo latente, de sombra de sabre a se projetar ameaçadoramente sobre a nação; todos confiam na energia invencível da gente moça e a vossa turma, certamente, conduzirá o Exército ao pináculo dos seus destinos e da sua glória e deverá se inspirar na conduta dos nossos chefes do passado, nas suas lições e nos seus exemplos, pois foi sob a proteção tutelar daquela legião de grandes chefes do Exército do segundo Império, a começar pelo maior de todos – o Duque de Caxias – e seguindo-se com os legendários Osorio, Porto Alegre, Câmara e outros, que salvamos a nossa unidade e o nosso destino.

Aqueles valentes e inolvidáveis soldados, que palpitam imortais na consagração de nosso povo, cidadãos que tinham no coração o sentimento das nobres ações e o amor apaixonado ao país, todos deram suas energias e seu sangue pela defesa e o bem-estar da coletividade brasileira e encheram de exemplos fulgurantes as páginas da História Política e Militar da nossa Pátria. Daí, serem apontados como padrão de honradez e civismo.Eles não tinham outra paixão na vida, senão a de servir à Pátria, dizer a verdade e praticar a Justiça; por isso, foram grandes, venerados e respeitados por todos.

Não me furto ainda em vos relembrar a sublime apoteose da conduta dos generais da Revolução Farroupilha, quando, lutando quase dez anos por um ideal de Liberdade, cobertos de louros em refregas memoráveis, espontaneamente depuseram as armas e concertaram a paz numa união sagrada entre brasileiros, dizendo ao estrangeiro, que espreitava e ameaçava os nossos confins:

"O primeiro soldado de vossas tropas que atravessar a fronteira fornecerá o sangue com que será assinada a paz de Piratini com os imperiais".

E assim sucedeu. . .

Ao Exército, estas lições e esses exemplos não podem ser esquecidos e devem ser relembrados aos moços como palavras de aviso e de um sagrado testamento que deverá estar sempre vivo no coração e na memória para:

"Servir à juventude como um incitador de bravuras, quando a Pátria em perigo, e como um estimulador de brios, quando a Pátria em desalento".

A vós, que sonhais vencer o inimigo, tornar mais brilhantes os feitos dos nossos antepassados, pensar constantemente no Brasil, cabe escolher hora e meios de assegurar-lhe o triunfo, se quiserdes ver a vossa geração também acatada e coberta com as bênçãos dos nossos compatriotas, pois só assim mantereis o brilho da vossa espada, a honra da vossa farda, as glórias da nossa Bandeira.

Agora, com a vossa mocidade idealista e cheia de desprendimentos, sentindo bater no peito os corações ardentes, parti para vossas guarnições, para vossas casernas, percorrendo os reluzentes itinerários de marcha dos nossos ancestrais, levando o espírito encorajado pela fé nos destinos da Pátria.

Meus jovens irmãos: sede fiel ao vosso ideal e ide para a glória.

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque - General de Exército" **Nota do autor:** O General José Pessoa não se referiu à epopeia de Guararapes, assunto que era de projeção local e foi despertado pelo General Castelo Branco como comandante do então IV Exército, em seus estudos de História Militar Crítica da área sob seu comando, com vistas aos planejamentos de defesa da mesma, cabendo-lhe a iniciativa mais tarde, como Presidente da República, desapropriar a área onde tiveram lugar as Batalhas dos Guararapes. Eventos consagrados pelo Presidente Médici, ao ali decidir erigir o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, sob o estímulo sucessivo dos comandantes do IV Exército, Generais de Exército Alfredo Souto Malan (28 Mai 68/23 Set 69) e Arthur Duarte Candal da Fonseca (23 Set 69/05 Jun 71) cabendo a este autor, como missão deles recebida, de coordenar o Projeto, Construção e Inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, local onde foi lançado o primeiro livro do autor **As batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar**[35]**,** prefaciado pelo Gen Ex Arthur Duarte Candal da Fonseca. Evento perenizado pelo Ministro do Exército Zenildo Zoroastro de Lucena ao conseguir que a data de 19 de abril, da Primeira Batalha dos Guararapes, fosse considerado como o Dia do Exército, pelo Decreto do Presidente Itamar Franco, também assinado pelo Ministro do Exército, de 24 de março de 1994, conforme registra a 4ª capa da 2ª edição do livro sobre as Batalhas, publicado em 2004, em comemoração aos 356 anos da 1ª Batalha, com o patrocínio da FHE-POUPEx, na Presidência do General Clovis Jacy Burmann, da turma General José Pessoa.

O presente artigo resultou da digitalização para disponibilizá-lo na Internet, em Livros e Plaquetas, no site da então FAHIMTB (www.ahimtb.org.br), do discurso do General José Pessoa para a turma da AMAN de 1949, constante de

35 Livro já em sua 3ª edição: BENTO, Cláudio Moreira. As Batalhas dos Guararapes. Barra Mansa: Irmãos Drumond, 2018, 3ª ed. (Patrocínio FHE-POUPEx).

Revista da Turma publicada em 1979, comemorativa dos 30 anos de formatura. Matéria também aproveitada no O Guararapes nº 40/FAHIMTB/AHIMTB/ Resende - Academia Marechal Mário Travassos, de abril de 2015 intitulado: "O pensamento do Marechal José Pessoa sobre a AMAN, o Exército e o Brasil", que também foi digitalizado e colocado em Livros e Plaquetas, no citado site.

O Clube Militar, no centenário do Marechal José Pessoa em 1985, como homenagem a seu ex-presidente de 1944/46, coincidindo com a Participação da FEB na Itália, a cujo comando foi candidato vencido, publicou edição especial dedicada ao centenário do Marechal José Pessoa. Entre os diversos artigos publicados na citada edição, da qual participaram o próprio Marechal com a reprodução de seu artigo da Revista da Escola Militar intitulado "A Pedra Fundamental da Escola Militar das Agulhas Negras", e mais os do General Aurélio de Lyra Tavares, Ex-Ministro do Exército; Gen Ex Sylvio Couto Coelho da Frota (idem); Gen Div Tasso Villar de Aquino, Presidente do Clube Militar, e que cursara a Escola Militar no comando do Cel José Pessoa; o General Geraldo Knaack de Souza; o General Umberto Peregrino; o General Flamarion Pinto de Campos; o General João Batista Peixoto; Cel José Britto da Silveira, da Turma Gen José Pessoa do Realengo/1934; e o autor.

Trabalhos que aqui serão abordados para caracterizar a obra do Marechal, a começar com seu artigo a Pedra Fundamental da Escola Militar das Agulhas Negras.

A Pedra Fundamental da AMAN, conforme o Gen José Pessoa, ex-Cmt da Escola Militar

(transcrição)[36]

"Iluminando o cérebro dos homens, foi assentada, no dia 29 do mês próximo findo, nas terras de Rezende, no sopé da grandiosa serrania do Itatiaia, em cujos píncaros alcantilados - as Agulhas Negras - confinam as lindes de três dos nossos grandes Estados, a primeira pedra da futura Escola Militar.

Deitando-a, no seio generoso daquela terra privilegiada, queremos todos que as demais que sobre ela se altearem, surgindo em meio do rico cenário que lhe moldura a natureza exuberante, patenteiem, na grandiosidade da obra que ali se erguer, a força de uma ideia que lutou, resistindo mais de sete anos com tenacidade e na certeza de chegar à meta triunfante. Essa linda vitória, que alcançamos após porfiado labor, aquele pedaço de granito deixa assinalada, reproduzindo, na sua rijeza e na coesão dos seus elementos, a energia dos que lavoraram com ingentes esforços, o plano daquela obra que será, um dia, documento imperecível da sinceridade daqueles que vivem a nossa época, sonhando um Brasil pujante e glorioso, no esplendor e na grandeza que os fados lhe teceram.

Estilha[37] arrancada à montanha altaneira que sobranceia em derredor, aquele fragmento de pedra, ali não o colocamos só como marco final duma longa jornada, vingada com sucesso; antes o deixamos, e quase é esse o nosso pensamento, como indicador do início de uma segunda etapa, talvez mais ativa e mais fatigante, a culminar no termo da construção da futura Escola Militar - obra ciclópica que se fará padrão de glória do governo, como são os monumentos que marcam na história a existência das dinastias egípcias!

A realização dessa ideia, cuja possibilidade já se nos deixa muito próxima, mercê do apoio interessado que a ela vem prestando a alta administração da Guerra, acumula em seu favor farta soma de autorizados pareceres opinativos pelo afastamento da nossa Escola Militar da Capital do país, retirando a mocidade do contacto das agitações políticas e das seduções altamente prejudiciais dos grandes centros, para deixá-la assistida de mestres dedicados e em um meio tranquilo, de recursos abundantes para os seus trabalhos, toda ela devotada ao único objetivo de sua perfeita e integral preparação profissional.

---

36 Revista do Clube Militar, Edição Especial Centenário de Nascimento do Marechal José Pessoa, Set/Out 1985, p. 6.

37 Dicionário on line de português: "Lasca de madeira ou pedra; cavaco; fragmento, pedaço" (https://www.dicio.com.br/estilha/); (acesso em 31 Ago 2020).

Tentativas para a consecução de tão elevado objetivo falharam por causas várias e a elas sobrelevou sempre a carência absoluta da instalação indicada ao fim em vista, isto é, a construção respondendo aos requisitos mais simples de capacidade quanto ao alojamento, ensino e local apropriado ao recreio dos jovens patrícios que se alistam candidatos ao oficialato do Exército. E, à míngua delas, ainda hoje, o nosso primeiro instituto de formação de oficiais se acolhe em região inadequada, em edificação datando de mais de meio século, apressadamente acrescida de construções que a alongam, deixando-a encerrada entre habitações particulares, sem respiradouros e liberdade para os internados e sem campo de instrução, até para exercícios mesmo primários das diversas armas do seu curso.

À nossa ida para o comando da Escola Militar, após a revolução de 1930, dispusemo-nos a resolver o problema fundamental da formação e instrução do nosso corpo de oficiais, iniciando pelo lançamento da ideia da construção dum estabelecimento militar e pedagógico à altura de educar moral, física e intelectualmente as novas gerações de brasileiros. Para isso, com a colaboração duma pleiade de brilhantes oficiais que levamos para a Escola do Realengo, concretizamos a ideia daquele grande empreendimento, esboçada na escolha duma região e local para receber as instalações; elaboração dum projeto arquitetônico dessas instalações e, finalmente, alvitre de uma modalidade de financiamento para as construções. Além disso, preparamos, para a futura Escola, um plano de ensino e uma completa legislação do que havia de mais perfeito nos estabelecimentos congêneres dos grandes Exércitos, fruto de experiência milenária das nações cultas, tudo adaptado à nossa raça, aos nossos costumes e ao nosso clima.

O município de Resende, que foi escolhido para sede da Escola, responde, sob todos os títulos, aos requisitos que deve preencher uma região que se destine a um estabelecimento de formação militar.

Sua posição local é traduzida:

a) por sua situação intermediária entre a capital da República e São Paulo que, a par de ser o nosso mais adiantado centro industrial, é a chave para o sul de Mato Grosso e para os Estados meridionais do Brasil;

b) pela facilidade de comunicação com Minas Gerais, de onde se abrem os rumos para o centro e o Norte do país, e com o litoral, representado por Angra dos Reis, cuja importância naval é de todos conhecida, circunstâncias estas que emprestam ao município de Resende valor militar inconfundível apesar de que apenas esboçado através da atividade desenvolvida pela nossa aviação, circunstância que parece constituir ambiente

propício ao desenvolvimento do espírito militar e sentimento patriótico dos futuros oficiais;

c) enfim, aquela região, pela amenidade do seu clima, sem variação brusca de temperatura; pela pureza das suas águas potáveis; pela importância dos seus rios; pelo modelado do terreno; pelo seu ar puro e seco e pela sua perfeita salubridade oferece condições sem par à instalação dum estabelecimento dessa ordem;

d) é verdade que não é um recanto histórico, rodeado de lendas das nossas lutas guerreiras, como era de desejar, mas nenhum outro o ultrapassa, satisfazendo a todas as condições da nobre finalidade e ainda em presença do nosso maior acidente geográfico, - o trato mais elevado das terras brasileiras. Contudo, o caudaloso Paraíba, que banha essas terras, se não viu, outrora, o desfilar das gloriosas caravelas que levaram pelo mundo a civilização, guiou e assistiu a marcha arrojada daquele "espantoso ondular das bandeiras", levando a cabo a obra ciclópica do desbravamento e colonização das regiões mais centrais do Brasil. Evoca, portanto, a bravura, a energia e a tenacidade dos nossos antepassados, - a epopeia bandeirante. E a Escola Militar, ali construída com a solidez das fundações dos castelos romanos, emergindo do esplendor da Natureza, num cenário tão portentoso, será um símbolo da grandeza do Brasil e da missão histórica confiada às futuras gerações;

e) Assim, o projeto da nova Escola Militar, que ali se assentará por força imperiosa da necessidade, resultou de pacientes e porfiados estudos que, realizados de 1931 a 1934 e retomados e modificados pela Diretoria de Engenharia, nesses últimos meses e, esteado nas modernas exigências pedagógicas e militares, nos preceitos arquitetônicos e de higiene, certamente previu o desenvolvimento do país, as suas possibilidades no porvir e o inevitável crescimento do Exército a cujos desígnios a nova Escola deve corresponder; e

f) pena é que, tendo o Ministério da Guerra e o Estado-Maior do Exército homologado e aprovado todos os estudos realizados naquela época pela primitiva Comissão Executiva da Nova Escola, inclusive a escolha da região e projeto arquitetônico que ora serve de ideia diretriz da organização do atual, hoje se visse a Diretoria de Engenharia inclinada a escolher, em vez da última, a primitiva das duas áreas que foram objeto de estudos para receber os edifícios da Escola, sendo aquela vizinha e afastada do local agora escolhido somente quinhen-

> tos metros e que, além duma posição ideal, a cavaleiro do Paraíba e da cidade de Rezende, ainda se encerra em vastos terrenos de topografia variada, propícios à aplicação de todas as armas, apresentando, também, o subsolo seco, os campos drenados e afastados de qualquer perigo das enchentes dos cursos d'água circunvizinhos. Mas, infelizmente, o longo tempo em que ficaram interrompidos os trabalhos para a solução desse magno problema, permitiu que uma companhia de judeus se apossasse de uma parte desses terrenos, certamente fadados a destinos mais elevados.

Contudo, será esta uma obra que a geração presente construirá para o Brasil futuro, confiante no seu engrandecimento e no seu progresso, impregnado da segurança de que os seus filhos o "conduzirão ao lugar de honra que lhe cabe no concerto universal".

Parte desse pugilo de devotados batalhadores, que se enfileiraram na cruzada pela construção duma Escola Militar ao nível da Nação, de par com a sua grandeza, as suas tradições e os seus foros de cultura - ufanamo-nos da ventura que nos reserva a fortuna de poder comungar com as alegrias do Exército no momento do lançamento da pedra fundamental da futura Escola de formação denossa oficialidade de terra. E deixamos em relevo que, nessa hora inesquecível da nossa existência vemos, palpitante de alegria, a brilhante mocidade da Escola Militar que, indo de Realengo a Rezende ali chegou, vibrante de santo entusiasmo, para ajudar a fincar a primeira estaca para a construção da futura casa dos cadetes do Brasil!

Bem sabemos nós que todos os que se acercam daquele marco inaugural, orgulhosos de emprestarem o seu concurso à grande obra da construção da Escola Militar, nela não terão, como cadetes, os dias gloriosos de sua existência - que os edifícios que dali emergirem servirão a abrigar, por certo, outras gerações de brasileiros. E daí toda a radiante beleza do seu concurso à realização dessa ideia, nele se não podendo vislumbrar um rastilho de interesse pessoal porque sobram provas de respeito e de amor pelo Exército a que pertencemos, ao qual damos a nossa dedicação e todo o nosso apoio, para que se lhe conceda a Escola padrão, em que se forje a mentalidade homogênea dos seus quadros de oficiais, para a defesa e orgulho da Nação.

Ela preencherá, ainda, uma grande finalidade qual a de ficar em condições de poder estabelecer um cordial intercâmbio cultural, com a permuta de delegações de cadetes de estabelecimentos congêneres dos países americanos, que muito concorrerá para estreitar ainda mais a nossa solidariedade continental.

Desse Templo do Saber, ali lançamos à terra a sua pedra fundamental, com o coração aljofrando das esperanças de que, sobre ela, outras se disporão, sem tardança, para que se levante, ao lado da imensa e abrupta muralha de Itatiaia, a mais alta montanha do Brasil e da parte oriental da América do Sul, - o monumento da Escola Militar das Agulhas Negras".

Um chefe que pensava no amanhã

O General de Exército Aurélio de Lyra Tavares, paraibano como o Marechal José Pessoa e com intimidade com o marechal sobre ele escreveu seu depoimento[38]: De Aurélio de Lyra Tavares (da Academia Brasileira de Letras, transcrição):

"A Escola Preparatoria e de Tática do Realengo na qual o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque iniciou a sua carreira militar, teve uma influência decisiva na formação do seu espírito de soldado profissional. Ela foi, aliás, um dos pontos de apoio do benemérito trabalho renovador promovido pelo General Hermes da Fonseca para salvar o Exército do clima de apatia e desinteresse pelos assuntos especificamente militares, a que eram relegados os quartéis e as escolas, a começar pela da Praia Vermelha, cujos cadetes foram induzidos, por militares políticos, a depor o Governo para salvar a República.

Tudo iria mudar, em proveito da disciplina, da modernização e do preparo militar do Exército, com o programa de reformas, para revitalizá-lo, depois do longo interregno que vinha desde a Campanha do Paraguai, graças ao grande soldado que foi Hermes da Fonseca. Ele atuou, sucessivamente, como Comandante do 4º Distrito Militar, Ministro da Guerra e Presidente da República, promovendo as grandes manobras militares de Santa Cruz (1805 a 1906) e o estágio de oficiais, devidamente selecionados, nas escolas e unidades da tropa dos principais Exércitos europeus.

Foi nesse grande surto de renovação do nosso Exército que surgiu a figura do Tenente José Pessoa, escolhido, pelos seus méritos e virtudes militares, de acordo com o plano estabelecido, para fazer um estágio na França, tanto na Academia Militar de Saint-Cyr, como no 5039º Regimento de Cavalaria, que era uma unidade de elite do Exército francês, além de cursar a Escola de Carros de Combate, sediada em Versalhes.

38 Revista do Clube Militar, Edição Especial Centenário de Nascimento do Marechal

Revista do Clube Militar, Edição Especial Centenário de Nascimento do Marechal José Pessoa, Set/Out 1985, p. 8/9.

Com esse início de carreira, no ambiente de preparação militar com que os traços eternos da França ressurgiam, inflamados pelo ardor patriótico dos seus grandes valores intelectuais, inconformados com a derrota que lhes impuseram os alemães na Guerra de 1870, o mesmo ano em que as forças militares do Brasil haviam regressado, vitoriosas, da Guerra do Paraguai, o jovem tenente da Cavalaria brasileira, ao mesmo tempo em que reacendia a chama do seu espírito de soldado, começava a cultivar as ligações da amizade franco-brasileira, que se tornariam mais sólidas com a deflagração da Primeira Grande Guerra.

Dela o Brasil participou, como represália às agressões da Alemanha, em perfeita solidariedade com a França, para a qual enviou, além de uma Divisão Naval sob o Comando do Almirante Pedro Max Frontin, um Hospital de Sangue, instalado em Paris e equipado por médicos brasileiros, além de haverem combatido nas fileiras do Exército francês alguns oficiais brasileiros que nele estagiavam. Entre estes figurou, com destaque, o Tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. O destino fez com que ele recebesse, naquela Primeira Grande Guerra, o seu batismo de fogo.

Foi essa, por isso mesmo, uma página de glória com que ficou marcada, desde o seu início, a carreira militar do meu ilustre conterrâneo, como combatente da Guerra de 1914-1918, numa unidade nova, como era a de carros de assalto, que lhe permitira trazer, de volta ao Brasil, já condecorado com a Cruz de Combate da Guerra Europeia, uma experiência preciosa para a atualização do nosso equipamento militar. Tudo isso eu recordo aqui, ao ensejo das comemorações do centenário do nascimento do Marechal José Pessoa, para lembrar o papel pioneiro que ele representou na reorganização do nosso Exército, iniciada no Ministério Calógeras, como Comandante da Companhia de Carros de Combate, uma unidade inteiramente nova, à frente da qual ele revelaria as suas qualidades de chefe e de guia dos seus homens, aos quais sabia impor a sua autoridade pelo exemplo.

Entusiasta das virtudes guerreiras da Cavalaria, que era a sua Arma, ele foi dos que mais lutaram para que ela tivesse como Patrono, a exemplo do que se fazia na França, o Chefe Militar de Cavalaria mais destacado na Guerra do Paraguai, não tendo qualquer dúvida, apesar das opiniões divergentes, em fixar-se na figura legendária de Osorio, em que concentrava todo o seu culto de cavalariano.

Lembro-me de ouvi-lo falar, mais de uma vez, nesse assunto, que muito o empolgava, na época em que surgiram no Exército as discussões sobre os Patronos das Armas, um assunto pelo qual muito me interessei quanto à Arma de Engenharia.

Recordo, a propósito, que o Coronel José de Lima Figueiredo, ao reeditar o seu livro Grandes soldados do Brasil, nele transcreveu uma carta do General José Pessoa, datada de 25 de fevereiro de 1944, a respeito desse assunto, defendendo a escolha do nome de Osorio, com a sua autoridade incontestável.

Na sua carta, o General José Pessoa alega, com sobejas razões, ter a Inspetoria de Cavalaria inaugurado, ao tempo em que ele a dirigia, 'no seu salão nobre, uma galeria dos nossos grandes chefes, com a presença do Ministro da Guerra, sendo dado, então, a Osorio, o título de Patrono da Cavalaria'.

Ao registrar a referida carta do General José Pessoa, o Coronel Lima Figueiredo lembra que 'nas edições anteriores do seu livro aparece como Patrono da Cavalaria o General Andrade Neves, relutando, por isso, em escolher entre Osorio e Andrade Neves por colocar o herói de Avaí mais perto de Caxias'.

Declara, porém, que, ao receber a carta do General José Pessoa, resolveu 'colocar Osorio como Patrono de Arma das Cargas, que imortalizara Murat, atendendo ao que foi exposto pelo digno Inspetor da Arma de Cavalaria'.

Esse título de Patrono da Arma de Cavalaria, em que já era tido, no Exército, o General Osorio, quando oficialmente reconhecido pelo decreto-lei nº 51429 de 13 de março de 1962, teve, sem dúvida, o General José Pessoa como verdadeiro e mais inflamado precursor da ideia que, afinal, efetivara, quando na direção da Inspetoria de Cavalaria.

Era sempre, como soldado, um entusiasta dos grandes valores simbólicos e materiais que alimentam a chama da carreira das armas, pelo culto aos heróis do passado, como fonte de inspiração do verdadeiro espírito militar, o que se observa no traço característico das pregações que ele dirigia aos seus subordinados, para educá-los na linha do dever e do civismo, personificados nos exemplos dos grandes chefes, a começar pela figura de Caxias, cujo sabre lhe serviria de símbolo para moldar o espírito dos futuros cadetes do Brasil, na Academia Militar, a grande obra que o imortalizou. Formado nas tradições do Exército francês, onde conheceu a Escola Militar de Saumur, o grande Centro de Instrução da sua Arma de Cavalaria, muitas vezes ele me comunicava, também, o seu entusiasmo pela criação, em Pirassununga, de um modelo idêntico, no Brasil, dentro da ideia de que era imprescindível criarem-se, para a instrução do nosso Exército, a exemplo da França, os Centros de Instrução das diferentes Armas, cada qual em área apropriada para a permanente atualização dos materiais e dos processos de combate, dispondo de uma direção de elite, uma Unidade Escola e uma biblioteca especializada.

Era como ele via a estrutura de apoio necessário às experiências doutrinárias do Estado-Maior do Exército que, ao contrário, ficarão limitadas aos estudos

teóricos e às manobras eventuais, sem qualquer base permanente que assegure a atualização das atividades das diferentes Armas, como ocorre nos grandes Exércitos modernos.

Para o General José Pessoa, pensando sempre em termos de evolução e de grandeza do Exército, voltado para o futuro, no amplo contexto do território, assim como Resende realizava a localização ideal para a Academia Militar, Pirassununga preenchia todas as condições para a sede de um futuro Centro de Instrução de Cavalaria.

O absurdo era manter-se, nos estreitos limites da Vila Militar e do Campo de Gericinó, o grande arcabouço da organização dos exercícios da Escola de Aperfeiçoamento nas mesmas condições criadas ao tempo da Missão Militar francesa, sem condições de espaço para cumprir os seus encargos, quando já estávamos em marcha para o 'Brasil de Brasília' e o Exército teria que descomprimir-se e alargar-se pelo território, com a descentralização racionalmente estabelecida.

Esses assuntos, muito presentes às minhas conversas com o General José Pessoa, iriam refletir-se, mais tarde, no meu espírito, quando Ministro do Exército, para tudo fazer em benefício da criação dos Centros de Instrução das Armas. Era também uma ideia sonhada pelo grande Chefe, com a experiência trazida da França. E era como pensavam os próprios oficiais da Missão Francesa, como solução a ser preparada para o futuro. Por tudo isso, muito lamento que nem sequer tenham tido início os Centros de Instrução das Armas, como elementos essenciais ao Estado-Maior do Exército, na sua permanente e principal tarefa de atualização da doutrina.

É por isso que muito lamento não ter podido realizar aquela ideia, que me vinha desde o tempo do General José Pessoa, para a qual consegui, como Ministro, os recursos necessários, mas não obtive a compreensão geral de sua magna importância para o Exército, que foi, afinal, o grande prejudicado" (final de transcrição).

José Pessoa – o apóstolo da fé

O General de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota, antigo Ministro do Exército, escreveu o seguinte artigo (transcrição).

"A história dos povos - na soberba sentença de Carlyle - é, no fundo, a história dos seus grandes homens. Eles, quer por façanhas portentosas, quer por decisões ingratas, influem de modo incisivo nos destinos de suas Pátrias. Identificados com a nação, exultam nas suas auroras resplandecentes de êxitos e prosperidade, agigantando-se, no entanto, em grandeza e ardor patriótico, na amargura dos tenebrosos dias de infortúnio, de penúria e de ruína.

São lídimos condutores de homens... das multidões, às quais transmitem suas convicções e personalidade, arrastando-as rumo aos seus objetivos.

Genuínos líderes, a natureza orna-os, ao nascerem, com duas raríssimas virtudes: Carisma - o dom, ungido pela força divina, de fascinarem seus semelhantes - e Fé, a crença arraigada e infinita em algo que se aspira e defende.

Eles - os grandes homens - fazem a história; perante eles se curvam as multidões que, inebriadas pelo seu fascínio e dominadas pelo poder sugestivo de suas palavras, tornam-se obedientes aos seus desígnios.

A memória dos séculos preserva copioso exemplário desta asserção, esboroando o ridículo sofisma ideológico de que a história é feita pelas massas populares. Adotar tal leviandade seria admitir, tacitamente, que o mérito de criar obras-primas, universalmente famosas, não deve ser atribuído aos geniais artistas que, guiados pela inspiração, extasiaram a humanidade, mas sim, a rudes buris e pincéis por eles tão habilmente manejados.

Estas apreciações afloraram-nos na mente, quando lucubrávamos, no silêncio da noite, em pesquisas sobre a vida do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que foi vulto proeminente nessa constelação dos Grandes Homens - entes superiores, fadados à liderança. Investigando, perfuramos a neblina do passado, recuamos um século e detivemo-nos lá no agreste sertão paraibano, no dia 12 de setembro de 1885, no vale do Tapera, em Cabaceiras, onde soavam vagidos do recém-nascido que seria um dos maiores Chefes da Cavalaria Brasileira e ínclito cidadão de sua Pátria.

O destino, em longa e luminosa trajetória, alçou-o, do berço das margens do rio sertanejo, às altíssimas pontas de rocha do maciço de Itatiaia que, erodidas e enegrecidas pelo tempo, destacam-se no horizonte de Resende, recortadas no azul do firmamento - as Agulhas Negras - hoje, pedestais de sua glória! Pretendemos seguir esse luzente trajeto, realçando os eventos mais notáveis, visto que mencioná-los todos é matéria para alentada biografia, cuja doação à posteridade

os historiadores brasileiros, em particular, os militares, têm o dever moral de fazer.

Todavia, aconselha o historiador inglês citado, antes de se estudar a vida de um homem é preciso indagar no que ele acredita. "Responder a essa pergunta é dar-nos a alma da história do homem ou da nação".

No que acreditava o Marechal José Pessoa?

A resposta, bem nítida, foi por ele dada na Escola Militar de Resende, num ambiente de profunda emoção, no dia 12 de setembro de 1949, ao deixar o serviço ativo do Exército. Ali, com fervor religioso, contrito ante a magnitude de sua obra, sublimada pelo cenário quase nativo da Mantiqueira e o silêncio do Corpo de Cadetes, reunido para ouvi-lo, recitou as sete afirmações de seu Credo com a voz serena e forte que lhe era habitual.

Iniciou tratando do homem, ascendeu ao Exército e, ao aludir à Nação, definiu seu ideal superior:

'Creio na grandeza e na pujança de nossa Pátria!'

Sua crença não tinha limites, fosse à exaltação criadora, fosse à pertinácia da vitória de seus objetivos. Era, por isso, um homem de Fé, porquanto a Fé impõe o superlativo do crer.

Foi um idealista que, nascido no século do materialismo, cultuou e irradiou os valores espirituais, não se deixando embair pelas falazes teses marxistas, circunstâncias que engrandeceram suas convicções.

Via no dualismo - Matéria e Espírito - a predominância absoluta do Espírito que deveria alicerçar a educação da juventude, para que os homens tivessem ideais e colocassem-nos acima dos interesses pessoais; abafassem, com grandeza de comportamento, o egoísmo e usassem da honra o conceito de Alfred de Vigny – "A honra é o poder viril... tão poderosa e sempre bela qualquer que seja sua fonte... A vergonha de sentir-lhe a falta é tudo para nós".

Ainda jovem tenente, incorporou-se à corrente de pensamento que almejava implantar o Serviço Militar Obrigatório nas Forças Armadas, movimento de grandioso alcance cívico e sentido de defesa nacional, cuja difusão, orientada por Olavo Bilac, alcançou e emocionou distantes povoados fronteiriços.

Integrando a gloriosa Cavalaria francesa esteve, durante a primeira conflagração mundial, nos campos de batalha europeus, recebendo como galardão - por sua destacada atuação no 'combat à outrance', que neles se travou - a Cruz de Combate da Guerra Europeia.

Desempenhou, com sucesso pleno, todas as missões fora da esfera militar, desde aquela julgada mui simples - porém árdua e perigosa - de pacificador do sertão nordestino, até a da imponente Presidência da Comissão de Planejamento e Localização da Nova Capital, no planalto Central.

Exerceu com liderança e tino administrativo absoluto vários cargos militares. Realçamos, entre eles, o de comandante da 9ª Região Militar, em que, servindo-se de sua experiência, restaurou a tranquilidade pública no interior do Estado de Mato Grosso, ao determinar, sob sua responsabilidade pessoal, a perseguição e extinção - a ferro e fogo - dos grupos de bandidos que infestavam o sul mato-grossense.Excepcional atuação teve como Inspetor da Arma de Cavalaria, quando percorreu todas as unidades de sua Arma de origem e mandou supri-las de suas necessidades vitais, aprontando-as para suas belas e difíceis intervenções na batalha. Então, exaltava com entusiasmo a Cavalaria, afirmando que fora, era e seria sempre a vanguardeira da glória dos exércitos. Concentrava suas observações nos oficiais mais jovens, em particular nos capitães, entre os quais distinguia um para receber, como mérito pela apresentação de sua tropa e lembrança sua, um livro - por ele rubricado - narrando os feitos heroicos dos grandes Chefes da Arma de Osorio.

Era um grande líder!... Sim, era um grande líder...

Em todos os seus comandos e na Presidência do Clube Militar, no trato com seus subordinados - por palavras e atos - demonstrou ver com extrema lucidez que a valorização do homem é a laje basilar do engrandecimento do Brasil - seu ideal supremo.

Aos seus contemporâneos, pelo pouco que dissemos de suas obras e feitos meritórios, já sobejam razões para incluí-lo entre "aqueles que por obras valorosas se vão da lei da morte libertando", na extensão do conceito camoniano.

Entretanto, será a posteridade que, através da História, pela justiça e serenidade do julgar, infalivelmente o imortalizará.

Visando a assegurar essa consagração nós, que fomos seu cadete, espicaçaremos a memória a fim de que narre - em largos traços, embora - o trabalho ciclópico desse Grande Homem no seu magnífico comando da Escola Militar do Realengo, modificando a mentalidade de uma geração e tornando-a duradoura pelas convicções que a firmaram.

Longe, naqueles vetustos pavilhões do Realengo, iniciou a sua doutrinação para formar o soldado brasileiro à imagem do Duque de Caxias e dilatar a Fé no futuro do Brasil.

Sabia, pela comprovação histórica, da qual o pequeno exército francês da pastora Joana D'Arc é a mais significativa afirmação, que os exércitos fortes são os que têm alma, onde refulge um ideal - a ideia santificada, colocada pelos homens no altar do tempo, na esperança de vê-la realizada e, pela qual, fazem todos os sacrifícios até o da própria vida.

Não pode haver, portanto, ideal sem Fé, porque a esperança é a Fé que se alonga pelo tempo infinito.

Esta Fé, responsável pelos ideais vivos, que era a de Caxias e sua, também, o Marechal José Pessoa agasalhou definitivamente na alma dos seus cadetes, muitos dos quais com ela tombaram nas frígidas encostas dos Apeninos.

Fortalecia-a sempre ao perlustrar a Escola, falando-lhes das virtudes dos grandes soldados da nossa história e exaltava-a pelo simbolismo, a que tão sensível é o nosso homem. Trouxe-lhes, por isso, o espadim - miniatura da espada de Caxias - e os uniformes das tropas brasileiras que lutaram no Prata, na década dos anos 50 do século passado.

Eram símbolos, dirão os indiferentes. Mas o que há de mais belo, mais nobre, mais poderoso do que um símbolo, quando se interpreta e vive a mensagem que ele encerra?

Considerava a Escola do Realengo - de muros altos, cadeados nos portões, sentinelas ao redor - mais adequada para um presídio do que para alojar o cadete de Caxias. O dever, disse-nos certa vez, é o único censor da liberdade do soldado. Notando as janelas e portas protegidas por telas de arame para evitar os enxames de mosquitos que, de noite, martirizavam os alunos, opinou: atacaram o efeito sem eliminar a causa. A seguir, mandou sanear Realengo e retirar as telas.Movido pela força irresistível de sua Fé idealizou, já naquela época, uma Academia que seria como um palácio ducal - visto que Caxias ali teria seu Panteão - para alojar o Corpo de Cadetes.

Falar da luta que manteve, durante trezes anos, para vê-la edificada e em pleno funcionamento, é assunto para extensas laudas, que ultrapassariam os limites deste trabalho. Contudo, podemos dizer que lhe coube o mérito de arraigar, nas vertentes da Mantiqueira, o Templo da Pátria, a Academia da Igualdade de onde saíram, a partir de 1944, as gerações dos cadetes de Caxias, cujas almas, desde Realengo, ele inflou de Fé e sentimentos puros.

Cem anos já transcorreram do nascimento do Marechal José Pessoa, havendo mais de um quarto de século da sua morte, e ele continua bem vivo na lembrança dos seus Cadetes.

Vimo-lo, pela primeira vez, numa manhã brumosa de Realengo, nos dias iniciais do seu comando, em 1931. Elegantemente fardado, quepe azul da Cavalaria, botas de cano alto reluzentes, esporas brilhantes, caminhava pelo pátio da Escola numa das habituais visitas às suas dependências. Entrava constantemente nos alojamentos das Armas e dissertava, em cada uma delas, sobre as façanhas de seus chefes do passado, indo buscá-las sempre nas lutas externas. Fazia, deste modo, com a paciência de um catequista e as convicções e persistência de um idealista, que era, a impregnação lenta de seus ideais e de sua Fé na mente do Cadete.

Criou o Corpo de Cadetes, valorizando os alunos. Reformou o ensino e atualizou a administração.

Seu entusiasmo pela instrução era grande, bem caracterizado pela assistência que dispensava aos exercícios das Armas e pelos brilho e pompa que imprimiu aos desfiles semanais.

A paixão por sua Arma levou-o a participar, em 1932, de uma 'Caçada à raposa', exercício a cavalo, de cunho recreativo, com que o curso de Cavalaria festejava o encerramento do ano letivo. Foi com orgulho que vimos à nossa frente, no largo galope de seu corcel de crinas esvoaçantes, o comandante da Escola Militar do Realengo; orgulho que, deslizando pelo entusiasmo, atingiu a admiração, quando o General - que desempenhava as atribuições de árbitro - erguendo-se na sela, elevou o braço, indicando a 'raposa', deu o brado de 'caça livre', libertando a arrancada... e o furacão partiu... Era a perseguição...

Nesse momento, talvez lhe coubesse a referência do capitão Esmerard ao bravo marechal francês Ney, seu comandante: '... est um demi-dieu sur le cheval...'. (é um semi-deus no cavalo).

Para nós, seus contemporâneos, particularmente aqueles que foram seus Cadetes, ele já é Legenda há muitos anos. Os pósteros, quando lerem suas biografias - que imperativamente surgirão - verificando, pela dissecação dos fatos, a visão antecipada desse Grande Homem, cujas ações repercutiriam no futuro; quando reconhecerem a penetração de seu raciocínio, apontando a juventude como a força propulsora das nações e, finalmente, quando se vergarem ante a realidade de que só as forças morais sustentam as grandes causas, levam a decisivas vitórias e resistem aos cataclismos sociais, compreenderão por que o Marechal José Pessoa unificou espiritualmente o Corpo de Cadetes, esculpindo, na alma de cada um deles, a imagem de Caxias, trabalho hercúleo - de missionário e soldado - que realizou, com o cinzel da perseverança e o buril da persuasão, em jovens vindos dos mais afastados rincões, de condições mesológicas diversas, e criados sob mentalidades e credos díspares, para que os nossos guerreiros tivessem, no futuro, os propósitos e as virtudes dos gregos das Termópilas, primorosamente definidos pelo poeta Simónides, na inscrição existente naquele desfiladeiro da Tessália.

A posteridade, assim esclarecida, submissa à grandiosidade da obra do Marechal José Pessoa, pronunciará, em êxtase, a exclamação histórica - sinônima de perplexidade máxima - proferida por um rei francês diante do esquife de um homem superior:

'Como ele é grande! Ainda é maior morto do que vivo!'"

(final de transcrição)

O Projeto Memória Marechal José Pessoa

O Gen Div Tasso Villar de Aquino Presidente do Clube Militar assim depôs sobre seu comandante na Escola Militar do Realengo (transcrição)[39].

"Atendimento à convocação. Atendi prontamente à convocação que me foi transmitida pelo Ten Cel Hiram Câmara para colaborar no Projeto Memória Marechal José Pessoa, feliz iniciativa do Exército com a participação ilustre da Fundação Getúlio Vargas, Casa de Rui Barbosa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Arquivo Histórico do Exército, para comemorar o centenário de nascimento do preclaro Chefe Militar.

Fi-lo por três motivos, principalmente:

sentimento de respeito à sua memória e de gratidão pela influência benéfica que o seu exemplo exerceu na minha formação militar;

o fato de integrar a Turma de Aspirantes 'General José Pessoa', que ingressou na Escola Militar do Realengo em abril de 1931, poucos meses após o então Cel José Pessoa haver assumido o comando da Escola, e foi declarada aspirante em janeiro de 1934, ainda sob o seu edificante comando; ser, atualmente, Presidente do Clube Militar, função que o Marechal José Pessoa exerceu e dignificou de 1944 a 1946, deixando, também, no Clube Militar, registrados de forma indelével o idealismo e a extraordinária capacidade de realizador que caracterizou seus atos, atitudes e obras permanentes.

Marechal José Pessoa, legítima expressão do Chefe Militar brasileiro

O Marechal José Pessoa foi exemplo perfeito do Chefe Militar brasileiro.

• soldado e cidadão prestante - educado e instruído para servir à Nação e ao povo brasileiros como um todo, na paz e na guerra.

Oriundo do povo, o autêntico Chefe Militar brasileiro reúne, além das características próprias de chefia, aquelas que são mais marcantes no povo brasileiro:

• amor à liberdade responsável;

[39] Revista do Clube Militar, Edição Especial Centenário de Nascimento do Marechal José Pessoa, Set/Out 1985, p. 13/16.

• jovialidade;
• sentimento cristão e democrático;
– espírito de solidariedade humana. No cumprimento normal do dever de Servir, alguns se destacam pela grandeza, elevação e amplidão com que cumprem esse dever, ultrapassando, com suas ações, o universo profissional e estendendo a toda a Nação os benefícios do dever cumprido com sublimidade.

No século passado - o da nossa Independência, o dos primeiros passos do Brasil como Nação livre e soberana.

– Luiz Alves de Lima, Marechal do Exército e Duque de Caxias, e Manuel Luiz Osorio, Marechal do Exército e Marquês de Herval, foram os paradigmas, nunca excedidos, do Chefe Militar brasileiro – soldado e cidadão prestante - a serviço da Nação e do povo brasileiros.

Caxias e Osorio, totalmente distintos no temperamento e na formação, igualam-se na grandeza das atitudes e das ações, sempre a serviço do Brasil.

Caxias, combatente dos 20 aos 66 anos de idade, o maior Cabo de Guerra do continente americano, em pé de igualdade com os maiores do mundo em todas as épocas; General nunca vencido, foi a mais autêntica expressão da simplicidade na grandeza, da desambição pelo poder, do desprendimento, do espírito de união e de concórdia. Passou à História como o Pacificador.

Conhecer a vida retilínea de Caxias, desde o momento em que, como jovem Tenente porta-bandeira do Batalhão do Imperador, recebe, em 1822, a primeira bandeira do Brasil Independente das mãos do próprio Imperador, até a sua morte na quietude da Fazenda Santa Mônica, em 1880, é conhecer 58 anos da própria História do Brasil.

Ao descrever os instantes finais de Caxias, Affonso de Carvalho, seu biógrafo, exclamou: "Brasileiros! Está morrendo o maior dos seus Generais".

E a seguir: "Em lugar de um clarim, é o sino da Igreja que se ouve, pedindo oração. É que Caxias não perece como um guerreiro, morre como um santo".

Conhecer a história da vida de Caxias, é, também, convencer-se de que a sua insuperável ação guerreira foi toda voltada para a união de irmãos temporariamente separados, para a pacificação e para a paz, sob constante apelo à proteção Divina, que nunca lhe faltou.No Maranhão, como jovem Coronel e Presidente da Província, incumbido de restabelecer a ordem e a paz, lança em forma de apelo:

> "Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que, por desgraça, entre vós existem. Deveis conhecer as necessidades e as vantagens da paz, condição de riqueza e prosperidade dos povos, e, confiando na Divina Providência,

> que tantas vezes nos tem salvo, espero achar em vós tudo o que for mister para o triunfo da nossa santa causa".

No Rio Grande do Sul, anos depois, como jovem General, Presidente da Província e Comandante-em-Chefe das tropas em operações para pacificar o Rio Grande rebelado há mais de dez anos, proclama:

> "Rio-grandenses! Sua Majestade o Imperador, confiando-me a Província e Comando-em-Chefe do bravo Exército Brasileiro, recomendou-me que estabelecesse a paz nesta Província do Império, como restabeleci no Maranhão, em São Paulo e em Minas; a Divina Providência, que de mim tem feito um instrumento de paz para a terra em que nasci, fará que eu possa satisfazer os ardentes desejos do magnânimo monarca e do Brasil todo. Rio-grandenses! Segui-me, ajudai-me, e a paz coroará os nossos esforços!"

Quanto a Osorio, ouçamos Rui Barbosa, como intérprete do sentimento do povo baiano na homenagem ao Legendário, então Senador do Império, em Salvador:

> 'No grande soldado, não aplaudimos senão o grande cidadão. Sua farda é cívica. Sua farda não o discrimina do povo: confunde-o com ele, de onde surgiu, onde se tem constelado de glórias e onde os seus triunfos, como este, representam a espontaneidade íntima da Nação, que estremece por ele. Por isso, porque a sua heroicidade não é heroicidade falsa, egoísta das mediocridades vaidosas ou das ambições malfazejas, mas a intrepidez, a generosidade, a singeleza, o ardor, a abnegação do patriotismo - por isso o nome dele chegou a ser, neste país, um símbolo, e ainda em vida principiou-lhe a glorificação da lenda'.

Eis alguns pensamentos do próprio Osorio, que refletem a grandeza de sua personalidade ímpar:

– Na Proclamação do Passo da Pátria, como Comandante-em-Chefe do Exército Brasileiro na Guerra da Tríplice Aliança:
"O inimigo vencido, desarmado e pacífico deve ser sagrado para um exército composto de homens de honra e coração".

– Ao repelir força paraguaia inimiga em Tuiuty:
"Eia, camaradas! Aqui só há Deus e as nossas armas".

– Ao receber a espada de ouro e o retrato a óleo em Porto Alegre, ofertados pelos companheiros do Exército que lutaram no Paraguai, e pelo comércio:

> "Meu maior desgosto é ver a Pátria em luta e achar-me num campo de batalha. Para mim a data mais feliz seria aquela em que soubessem festejar os povos - os civilizados, pelo menos - a sua confraternização, queimando os seus arsenais".

Do final do século passado a este século, as maiores expressões de Chefe Militar brasileiro - soldado e cidadão prestante - foram ou são, pela ordem cronológica, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca, Cândido Rondon, Leitão de Carvalho, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Eurico Dutra, Mascarenhas de Morais, Castelo Branco e Garrastazú Médici.

Personalidade e obra do Marechal José Pessoa

O Marechal José Pessoa pertence à estirpe dos Chefes Militares brasileiros de que Caxias e Osorio são paradigmas.

Um dos traços marcantes na sua invulgar personalidade desde a juventude, é o repúdio à indisciplina, à desobediência inconsequente, à desorganização e à desordem, ao envolvimento solerte e espúrio.

Nasceu, por certo, esse sentimento, como observa judiciosamente o Ten Cel Hiram Câmara no seu trabalho sobre o Marechal José Pessoa, da constatação do envolvimento da juventude militar da Escola Militar da Praia Vermelha, explorada criminosamente no seu ideal por politiqueiros profissionais, de que resultou imolação de vidas inocentes, preciosas e esperançosas.

Era, então, aluno da Escola Militar Prática do Realengo e tinha 17 anos de idade.

Esse sentimento acompanhou-o ao longo da edificante existência. Consolidou-se e fortaleceu-se através dos anos.

São acontecimentos marcantes na vida do Marechal José Pessoa, como jovem oficial da nobre Arma de Cavalaria:

– participação na luta contra o cangaço, que infelicitava e aterrorizava o interior do seu Estado natal - a Paraíba;

– participação decisiva na campanha comandada pela figura exponencial de Bilac, pela instituição do serviço militar obrigatório. Era, então, instrutor militar na Faculdade de Direito de São Paulo, difundindo sadio sentimento de brasilidade naquela mocidade de elite, como ele idealista, impressionando-a e influindo beneficamente na sua formação intelectual e moral, pela exemplar e

digna conduta, pela elegância no trajar, nos gestos, no falar, nas atitudes, jamais permitindo a si próprio qualquer descuido comprometedor; e

– o estágio na Academia Militar francesa de Saint-Cyr, e a consequente participação na I Guerra Mundial integrando Regimentos de Cavalaria do Exército francês nos campos de batalha da França e da Bélgica, tendo sido agraciado com a Cruz de Combate;

– precursor do emprego de blindados no Brasil, com base na valiosa experiência adquirida em ação na I Guerra Mundial e, posteriormente, já capitão, comandante da primeira Unidade blindada organizada no Brasil.

Nesse comando, deu início à extraordinária ação como administrador, reformador de material e de mentalidade, idealizador e impulsionador lúcido e seguro de grandes obras materiais e subjetivas, inatingíveis pela ação comum de pessoas sem a energia interior e o idealismo realizador que caracterizavam as suas ações.

Creio, entretanto, que o apogeu da vocação de Servir do Marechal José Pessoa foi atingido no desempenho das três últimas funções que lhe foram confiadas como Chefe Militar na ativa:

– Comandante da Escola Militar do Realengo;
– Inspetor da Arma de Cavalaria; e
– Presidente do Clube Militar.

Comandante da Escola Militar do Realengo

O Exército de hoje, consciente de seus deveres constitucionais, instruído e bem aparelhado para cumpri-los, muito resultante da imorredoura ação) do Marechal José Pessoa como Comandante da Escola Militar do Realengo.

Resultante da extraordinária transformação material da velha Escola, mas, sobretudo, da mentalidade. A proceder, da elevação do nível cultural, social e moral dos futuros oficiais à altura do nobre encargo que lhes está reservado, de educadores e condutores de jovens livres e conscientes.

Tenho, ainda, presentes, ensinamentos como os que se seguem e que transmitidos diretamente pelo Comandante aos cadetes, nas paradas semanais no 1º pátio da Escola, por ele presididas:

"Ao corpo de Oficiais cabe o dever de aceitar o Exército como a Nação pode tê-lo, mas o dever ainda maior de redobrar esforços para colocá-lo à altura da sua elevada missão' e 'O Exército sofre, direta ou indiretamente todas as deficiências da Nação e da nacionalidade. É, porém, da própria natureza da instituição corrigi-las tanto como exaltar suas virtudes".

Em tempo incrivelmente curto, conseguiu o então Coronel e depois General José Pessoa modificar inteiramente as condições materiais da Escola, assegurando aos cadetes ambiente higiênico, asseado, limpo; áreas para a prática de esporte; salas de estudo silenciosas, bem iluminadas e bem aparelhadas; locais de recreação e reunião para palestras; e, muito mais importante que isto, transformar mentalidade, hábitos, costumes, através de medidas nunca imaginadas pelos comandantes que o precederam e que deram dignidade e responsabilidade consciente ao cadete, futuro oficial.

Entre essas medidas, destacam-se:

– almoço de cerimônia aos sábados na Escola, antes do licenciamento semanal, em uniforme de passeio, mesas presididas pelos oficiais instrutores e da direção da Escola, inclusive o Comandante, ao som da orquestra da excelente banda de música da Escola, executando números selecionados de música erudita;

– adoção de novo e histórico uniforme;

– instituição do espadim de Caxias, réplica da espada invicta do grande Cabo de Guerra, usado, com reverência e orgulho, como símbolo da honra e da dignidade militares;

– designação oficial de cadete, substituindo a denominação de aluno;

– instituição de novo estandarte, com o perfil do imponente monumento orográfico das Agulhas Negras, expressão de força e grandeza, que domina a área em que seria erguida a Academia Militar das Agulhas Negras, hoje uma realidade; e

– crédito na palavra do cadete, tratado com respeito, como homem de responsabilidade e honra.

Completando essas providências, a mais sublime de todas - o Projeto da Academia Militar das Agulhas Negras - cuja maquete ficou exposta permanentemente, provocando entusiasmo e admiração de todos.

À execução desse projeto dedicou o Marechal José Pessôa toda a sua energia e esforço da necessidade de um estabelecimento de ensino militar de formação de oficiais dentro das diretrizes básicas citadas pelo Ten Cel Hiram Câmara:

"A preparação do futuro oficial deveria buscar o equilíbrio ponderado entre a formação moral, a intelectual e a técnico-profissional'; e 'o núcleo gerador de oficiais da ativa deveria estar afastado dos grandes centros do poder político".

Inspetor da Arma de Cavalaria

Transformou a Arma do Legendário Osorio (Marquês do Herval), de Andrade Neves (Barão do Triunfo), de Marquês de Souza (Conde de Porto Ale-

gre), de Câmara (Visconde de Pelotas), de José de Abreu (Barão do Cerro Largo), de Menna Barreto (Barão de São Gabriel), de Vitorino Monteiro (Barão de São Borja), na mais bem montada, bem equipada e melhor Arma do Exército.

As inspeções às Unidades de Cavalaria, rigorosas, detalhadas e frequentes eram aulas de bom emprego da Arma, e de boa utilização do cavalo, do arreamento, do material e do armamento.

Era um Mestre no emprego da Cavalaria, pela experiência adquirida no campo de batalha e na vida arregimentada.

Na Presidência do Clube Militar

Foi fecunda a sua Administração e plena de providências e medidas permanentes em benefício da assistência ao quadro social, ao fortalecimento das relações entre os oficiais das Forças Armadas, ao apoio e estímulo aos empregados do Clube, à melhoria da situação material e financeira do Clube, à correção de falhas administrativas.

Na sua Administração foram introduzidas profundas modificações na escrituração, organização, métodos de trabalho nas repartições do Clube Militar, exigindo-se assiduidade, pontualidade e bom desempenho no exercício das atribuições, em clima de entendimento, responsabilidade, compreensão e solidariedade. Procedeu-se à normalização da situação financeira do Clube através de medidas enérgicas e seguras de correção de distorções, controle de gastos e exigência no cumprimento de obrigações contratuais.

Trabalhou-se na elaboração de novo Estatuto, com vistas à atualização e melhor atendimento às atividades do Clube. Dedicou-se especial atenção às atividades culturais e sociais, realizaram-se os primeiros estudos, foram tomadas as primeiras providências e estabelecidos os primeiros contatos com as autoridades estaduais para a implantação da Sede Desportiva do Clube Militar na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Ao lado dessas medidas administrativas de alcance, numerosas providências de grande repercussão e salutar efeito foram tomadas. Entre estas:

– a admissão dos ministros do Superior Tribunal Militar, auditores e promotores da Justiça Militar no quadro social do Clube Militar;

– a nomeação de uma Comissão, sob a presidência do Presidente do Clube, para tomar efetivas medidas de apoio do Clube Militar à FEB e ao Grupo de Caça na Itália; de divulgação dos seus grandes feitos; de participação, quando do regresso vitorioso da FEB, na memorável recepção que lhe tributou o povo brasileiro; e

– posteriormente, de apoio aos ex-combatentes em todo o território nacional.

Em homenagem à FEB e ao seu ilustre comandante, o então General Mascarenhas de Morais, foi realizada requintada e seleta reunião de gala, inaugurada placa de bronze comemorativa dos feitos da FEB no saguão de entrada do Clube Militar e outorgado o título de Presidente de Honra do Clube Militar ao General Mascarenhas de Moraes; e

– as sessões solenes em comemoração ao centenário de nascimento do Barão do Rio Branco e da Pacificação Farroupilha, com inauguração de placas de bronze alusivas.

Todos esses atos, iniciativas, medidas e providências, concebidas e impulsionadas diretamente pelo Marechal José Pessoa como Presidente do Clube Militar, dão testemunho da notável expressão humana que ele foi, da sua grandeza d'alma, do respeito reverente que nutria pelas ações nobres e pelos feitos de valor.

Conclusão

A extraordinária força interior que comandou a ação dos grandes Chefes Militares brasileiros, a serviço do Brasil, aqui citados, é a mesma que impulsionou os notáveis feitos dos grandes vultos civis da nossa Pátria: José Bonifácio, Pedro II, Visconde do Rio Branco, Barão do Rio Branco, João Evangelista de Souza (Barão de Mauá), Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Santos Dumont, Carlos Gomes etc.

O militar, entretanto, ao ingressar nas Forças Armadas, faz voto de renúncia, no seguinte juramento:

> "Cumprir com fidelidade as ordens dos superiores a que estiver subordinado, tratar com afeição aos irmãos de Arma e com bondade aos subordinados, e dedicar-se inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderá com o sacrifício da própria vida".

O juramento é para ser cumprido. Na forma de fazê-lo, cada militar, na sua atividade quotidiana, é observado de perto pelos superiores, pelos pares e pelos subordinados; estes últimos são, normalmente, os mais rigorosos no julgamento.

O sagrado compromisso assumido com convicção e consciência no início da carreira terá, depois, de ter a aceitação e a participação da família (esposa e filhos) na vida de renúncia que ao chefe de família é imposta. Em compensação, desfruta o militar:

– do privilégio de exercer a profissão em sadio ambiente de trabalho sério e responsável e em clima de companheirismo, solidariedade e compreensão, com o apoio da altamente respeina pujança dos seus insuperáveis recursos naturais, na grandeza e valor de sua gente; sentindo e compreendendo o Brasil no contato direto com a sua geografia, a sua ecologia, os fatores de natureza econômica e social;

– da satisfação de se sentir parte de uma instituição séria, cuja finalidade precípua é servir à Nação na paz e na guerra, assegurando, na paz, condições de trabalho construtivo e participando do esforço de desenvolvimento nacional nas áreas econômica, cultural, social, cívica e moral. Na guerra, lutando denodada e intransigentemente em defesa da integridade e inviolabilidade do nosso território, da nossa soberania e independência, da nossa maneira de pensar, de sentir e de agir como povo cristão e democrata; e

– do privilégio de usufruir de um sistema de ensino do mais alto padrão, equipado com estabelecimentos de todos os níveis, que asseguram sólida e objetiva formação profissional e cultural, aperfeiçoamento, especialização, consolidação e atualização de conhecimentos, durante toda a carreira, obrigatoriamente.

Esses estabelecimentos de ensino vão dos colégios militares e escolas preparatórias às escolas de formação de oficiais e sargentos. De especializações como a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o Instituto Militar de Engenharia, o Centro de Estudos do Pessoal, além de intensa atividade de pesquisa e industrial de caráter bélico, de alto nível científico e tecnológico, com a participação da indústria civil.

Do que aqui se procurou expor sobre as características do Chefe Militar brasileiro, de que o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi alta expressão, fica, por certo, a convicção de que no ambiente brasileiro, no ambiente de um país nascido à sombra e sob a proteção da Cruz, em que os sentimentos de liberdade e o cristão são dominantes na sua gente, em que os Chefes Militares são educados e instruídos para servir à Nação, a prepotência, a tirania e o despotismo não encontram guarida.

Eis porque o Clube Militar, com alto espírito cívico e sentimento de gratidão, participa orgulhosa e jubilosamente das justas homenagens que o Exército tributa a um de seus mais insignes Chefes, e fará realizar sessão solene na data do

centenário de nascimento do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque - 12 de setembro de 1985 - e dedicará a Revista de setembro deste ano inteiramente a trabalhos abalizados sobre a sua marcante personalidade e à sua obra imperecível" (final de transcrição).

Uma atitude – um chefe

Gen Flammarion Pinto de Campos (transcrição)[40]

A Escola Militar do Realengo, em memorável sessão solene e na palavra do saudoso e querido poeta Goulart de Andrade, era "aviário canoro e forja de caracteres"!

Com o advento da revolução de 1930, teve a felicidade de receber como seu novo Comandante o Coronel de Cavalaria José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, idealista por excelência!

Sonhou, disse-o bastas vezes a companheiros seus, dirigir a juventude militar do Exército Brasileiro e a hora chegou quando, a 15 de janeiro de 1931, assumiu o Comando da Escola Militar do Realengo. Os alunos estavam em férias desde outubro de 1930 e assim continuaram até fins de março.

Ao retornarem à Escola, já foram encontrando novidades para melhor: a alimentação fora totalmente modificada e balanceada a ração, para atender ao desgaste normal a que era submetido um aluno da Escola Militar; os banheiros renovados e cuidados com desvelo; as camas de ferro mudadas para "camas patente"; enfim, nova vida para aqueles que eram considerados apenas, como praça de pré, e até, quando punidos com prisão, recolhidos aos xadrezes dos Corpos de Tropa da 1ª Região Militar.

Agora, novos ares começaram a ser respirados. Na primeira formatura, o objetivo do Comando e o destaque do valor da juventude ali estavam presentes! Ânimo geral apoderou-se de quem ouviu palavras tão cadenciadas, candentes, explícitas e sinceras.

E a vida escolar continuou merecendo todo o carinho do Cel Pessoa!

Uma particularidade importante deve ser relembrada. O Cel Pessoa, em Ordem do Dia, talvez ao arrepio do regulamento e sem querer feri-lo, retira a guarda do quartel, para incentivar seus comandados a portarem-se condignamente. Malgrado seu e de muitos alunos, essa medida não teve o acolhimento devido e, até amargurado, pelo seu espírito altruísta e de homem probo, o Comandante restabeleceu a guarda da Escola...

Criou-se, por iniciativa desse Chefe, por decreto de 25 de agosto de 1931, a designação Cadete, em substituição à de Aluno.

---

40 Revista do Clube Militar, Edição Especial Centenário de Nascimento do Marechal José Pessoa, Set/Out 1985, p. 31/32.

O novo plano de uniformes, de linhas tradicionais, incluindo o espadim, criado naquela oportunidade, cópia fiel reduzida do Sabre de Caxias, o Patrono do Exército.

Instalou-se, na Escola, o Cassino dos Cadetes, que teve como seu primeiro Diretor o então Presidente da Sociedade Acadêmica Militar (Cadete Flammarion Pinto de Campos), por ter sido eleito por voto direto de seus colegas.

E o tempo passou... Distribuiu-se, dos novos uniformes, apenas o branco: calça e túnica brancas, cinto azul-turquesa, sapatos pretos de verniz e quepe azul-marinho. Estas três últimas peçasserviam também para o uniforme azul.

Certa feita, o Cadete Eloy Menezes, que integrava o quadro de futebol do Vasco da Gama, num sábado, foi lá para treinar.

Após o treino e o banho no vestiário, fardava-se, ocasião em que foi visto por alguém da imprensa. Na ligeira reportagem publicada, foi feita uma referência ao Eloy, que fora assinalado, depois do jogo, 'Vestindo o seu Filho de Maria" (sic), apelido que davam ao uniforme dos Cadetes, pela semelhança com o traje adotado pelas jovens católicas que participavam das atividades de sua paróquia, consistindo de vestido todo branco, com uma fita azul-turquesa, com medalha, ao pescoço.

Os cadetes não admitiam o apelido, que vinha revestido de tom pejorativo, e consideraram a publicação no jornal altamente descortês.

Na saída semanal, aos sábados, às 12 horas, os Cadetes, como de costume, vinham "fazer a Avenida", isto é, postar-se na beira da calçada da Avenida Rio Branco, entre a rua do Ouvidor e a Galeria Cruzeiro (hoje Edifício Avenida Central), para verem o desfile das jovens que, normalmente, aos sábados, faziam ali o seu passeio, insinuantes, cheias de charme.

Alguém, que lera no jornal a reportagem sobre o Eloy e o seu uniforme, aborrecido, começou a espalhar a notícia e a combinar uma desforra a essa afronta. Em pouco tempo, um número razoável de colegas já se achava reunido e aguardando outros, na Galeria Cruzeiro, de onde partiriam para o revide.

Eis que, passando por ali um jovem bem apessoado, de braços dados com duas lindas jovens, talvez por chacota, ironia ou coisa parecida, à pergunta de uma, retruca: "- Esses são os Filhos de Maria!" Bastou isso para que, com a rapidez de um felino, o Cadete Antonio Pereira Lyra, que estava ali e ouvira a resposta, alcançasse o jovem, dando-lhe um violento soco, fazendo-o cair por terra, desacordado. O rapaz estirado no chão, as jovens põem-se a gritar desesperadamente. Junta gente e o Lyra pede aos colegas solidários, que não deixem o povo aproximar-se. Aparece, então, o Capitão Cyro Riopardense de Rezende, que assunta o caso e pede calma aos Cadetes. Uma ambulância leva o jovem. O Cap Cyro, sabedor de

tudo, conversa com o Secretário da Escola, que ali chegara com o 4º Delegado Auxiliar, o Dr. Salgado Filho. Combina-se, antes de um ato menos compatível com o Cadete, um entendimento com o dono do jornal. Marca-se um encontro em sua residência. Os Cadetes redigem uma nota que começa:

"O... se sente na dura e dolorosa contingência de se retratar perante o público, ante os conceitos desairosos emitidos contra os Cadetes..."

E os oficiais acima, com o Dr. Salgado Filho e três Cadetes, seguiram para Ipanema, para o encontro aprazado. Em lá chegando, não se encontrou o responsável pelo jornal. O Dr. Salgado Filho, agastado, deixa-lhe um recado.

Isto era sábado à noite. O domingo passou em agitação na Escola, entre confabulações mil!

Na segunda-feira, em grande expectativa, aguardavam os Cadetes os acontecimentos. Eis que, às 7 horas, entra na Escola o responsável pelo jornal. É levado ao Comandante, Cel JoséPessoa, que fora preparado para receber aquela visita. Após os primeiros contatos, o Diretor do jornal procura explicar sua situação e pede a uma pessoa para que consiga, dos Cadetes, a modificação na nota que recebera por intermédio do Dr. Salgado Filho, a fim de amenizar a sua dureza. O Comandante, de imediato, determina ao Secretário que fizesse vir à sua presença, imediatamente, o Cadete Flammarion, Presidente da Sociedade Acadêmica Militar. Isto feito, apresenta-se o Cadete, que recebe de suas mãos a nota, com as seguintes palavras: "- Cadete, reúna seus colegas na sala que mandei abrir, para ler-lhes esta nota e saber deles se consentem em modificá-la, conforme desejo do Diretor do jornal, Dr...".

Num átimo, desceu o Cadete as escadas, adentrou-se na sala repleta. Abre a sessão, diz o motivo, que todos ali já sabiam, lê a nota e põe em discussão. Não foi longo o discutir. Posto o assunto em votação, por unanimidade, os Cadetes votam pela publicação na íntegra, da nota que fora redigida e que acabara de ser lida.

Volta o Cadete na mesma velocidade. Penetra, com a licença devida, no Gabinete do Comandante, devolve-lhe o papel, com o resultado da consulta!

Aí, então, eleva-se o Chefe, que tanto já vinha dignificando os seus pupilos, "os Cadetes", como ele dizia de boca cheia e, voltando-se para o Diretor do jornal, entrega-lhe a nota e diz: "- Peço-lhe que a publique na íntegra ou eu não me responsabilizarei pelo que possa acontecer! Eu estou com os meus Cadetes!"

O Cadete pediu licença, retirou-se e voltou à sala para dar o resultado da missão. Delírio verdadeiro entre todos e pelo Chefe que tinham!

Esse insigne Chefe, se já era grande o seu prestígio na Escola, elevou-se às culminâncias com essa atitude que tomou!

Um luzeiro de civismo

General João Batista Peixoto (transcrição)[41]

Na galeria dos chefes militares de nossa geração, que foram também autênticos líderes, figura com destaque o insigne Marechal no centenário de seu nascimento, relembrando alguns fatos de sua luminosa existência.

O primeiro deles se relaciona com a Escola Militar, cujo comando ele exerceu, quando era Coronel, no começo da década de 1930.

Naquela ocasião, o vetusto estabelecimento de ensino militar, sediado em Realengo, era muito pobre. Os cadetes dormiam em camas de ferro e colchões de capim. Não possuíam armário para guardar seus uniformes, suas roupas, seus calçados, nem seus livros e cadernos, que eram depositados em um rústico caixão de madeira, alcunhado de "arataca". A iluminação do prédio era tão precária que, à noite, não havia praticamente lugar para se estudar, a não ser em uma extensa mesa no centro de cada alojamento-dormitório. Quando vínhamos à cidade, viajávamos em vagões de madeira tracionados por locomotiva a carvão.Este quadro refletia a própria situação do Brasil.

Havia muita pobreza por toda parte e a porcentagem de analfabetos era muito elevada.

O país continuava sendo predominantemente agrícola e tudo era importado praticamente à custa da exportação de café. Apesar de tantas dificuldades, o Cel José Pessoa conseguiu, em pouco tempo, transformar radicalmente a Escola Militar. Passamos a dormir em cama "Patente" e colchão de crina, assim como a fazer as refeições em mesas de seis lugares num amplo refeitório. Cada cadete recebeu um armário para guardar seus objetos de uso pessoal. Foi adotado o atual uniforme, do qual faz parte uma fiel reprodução do sabre de Caxias. O pavilhão da fachada foi acrescido de mais um segundo pavimento, em toda sua extensão.

A mais expressiva modificação ocorreu, entretanto, no campo psicossocial, principalmente no âmbito da moral, no qual era dispensado grande realce à formação do caráter que o futuro oficial do Exército deveria possuir.

A influência da personalidade do eminente Marechal foi tão penetrante so-

41 Revista do Clube Militar, Edição Especial Centenário de Nascimento do Marechal José Pessoa, Set/Out 1985, p. 33/34.

bre aqueles que tiveram a ventura de estar sob seu comando naquela época, que quase todos conservaram, pelo resto da vida, os traços marcantes de sua formação cívica, colhidos através de palavras e atitudes do modelar chefe e líder. Sua obra na Escola Militar não ficou somente nisso. Ele foi, também, o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras, criada em 19 de novembro de 1943, pelo Presidente Vargas, com a denominação inicial de Escola Militar de Resende, e na qual ele viria a receber justa e comovente homenagem, por ocasião de sua despedida do serviço ativo. Outra grande obra à qual seu nome esteve vinculado foi a construção de Brasília.

No final da década de 1950, os temas de desenvolvimento econômico e social dominavam a opinião pública brasileira, tornando-se o desenvolvimento e a emancipação econômica do país não somente meta de governos mas, também, um grande objetivo a ser alcançado por toda a nação. O ritmo de desenvolvimento foi intensificado fortemente no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), através de um ambicioso "Programa de metas" - 31 ao todo - distribuídas em seis setores básicos - tendo, como meta síntese, a construção da nova capital.

O Marechal José Pessoa já estava na reserva, quando foi nomeado por Getúlio Vargas (no período de 21.1.51 a 24.8.54) para Presidente da Comissão encarregada de efetuar pormenorizado estudo sobre a mudança da capital.

A transferência da metrópole brasileira para o interior do território nacional era um imperativo da geopolítica, que viria a contribuir substancialmente para reduzir os contrastes regionais e sociais, resultantes de fatores geográficos e históricos imponderáveis, e que vinham prejudicando o desenvolvimento do país. A ideia de se estabelecer a capital no interior era muito antiga. Todas as Constituições da República, de 1891 a 1946, consubstanciaram em seus dispositivos a necessidade da transferência da sede administrativa do Brasil. Mas, foi somente depois da posse do Presidente Juscelino que começou a ser posta em execução.

A elaboração do projeto que serviu de base para a mudança da capital coube ao engenheiro urbanista Lúcio Costa, cujo "Plano piloto" foi aprovado em concurso por uma Comissão presidida pelo arquiteto Oscar Niemeyer (1954).

Todavia, a escolha do local em que deveria ser construída a futura metrópole, assim como a área do futuro Distrito Federal, já haviam sido demarcadas pela Comissão presidida pelo Marechal José Pessoa, no desempenho dos encargos de proceder a estudos definitivos recomendados pelo Congresso em janeiro de 1953.

No começo de agosto de 1955, graças a honroso convite que recebemos do General Danton Garrastazu Teixeira, fizemos parte de uma comitiva que foi ao

Planalto Central, para conhecer, in loco, a sede da futura metrópole federal que, na ocasião, já havia sido denominada Vera Cruz, com aplauso de vários mestres da literatura e da história brasileiras. Fizemos a viagem em um avião Lockheed da FAB, pilotado pelo Capitão Nelson da Gama. Chegamos a Goiânia às 11 horas da manhã e pouco depois partimos para Vera Cruz. Haviam acabado de construir ali, dentro de um extenso cerrado silvestre, uma rústica pista para aviões de cruzeiro, que fomos os primeiros a utilizar.

Logo após a nossa chegada, içamos a bandeira nacional no topo de um mastro de eucalipto, colocado precisamente no centro de uma área já nivelada, local este onde ulteriormente foi erigido um cruzeiro, sobre pequena elevação, no entrosamento de majestosas avenidas brasilienses. Depois de passarmos algumas horas naquele distante e vazio local, regressamos a Goiânia, animados da esperança de ainda ver a nova capital instalada naquela região tão bem escolhida. Na capital goiana, fomos fidalgamente recebidos pelo Governador José Ludovico (final de transcrição).

A Escola do Realengo antes e depois do Coronel José Pessoa

Cel José Britto da Silveira

(Turma Gen José Pessoa - Jan de 1934, transcrição)[42]

Para quem, na década de 1920, desembarcasse no Realengo, encontraria ao transpor a "cancela" da Estação, uma fila de "caleças", próprias para corridas de aluguel, à espera de passageiros que se destinassem aos pontos mais afastados, Piraquara, Vila Nova ou Murundu. Teria que notar, por outro lado, ao fundo da praça fronteira à Estação, atravessando-a de ponta a ponta, no sentido da largura - um pavilhão enorme com muitas janelas; bem ao centro do mesmo, havia uma parte assobradada onde se instalava o Gabinete do Comando - eis, pois, o edifício da Escola Militar do Realengo, ou mais precisamente, a fachada da própria Escola.

Construção pobre e acachapada, ela se constituía de três pátios onde se localizavam: salas de aula, cinema, biblioteca e serviços burocráticos no primeiro pátio: alojamentos e reservas de armamento no segundo e terceiro pátios; neste último, ainda, o "rancho", posto médico e áreas desportivas rudimentares.

42 Revista do Clube Militar, Edição Especial Centenário de Nascimento do Marechal José Pessoa, Set/Out 1985, p. 35/37.

Os alojamentos eram cobertos por telhas francesas, sustidas por armações metálicas; as camas, dispostas em três fileiras, sendo a do meio interrompida para ceder lugar a duas mesas compridas justapostas, com quatro bancos inteiriços de cada lado, tudo de madeira. Grupos de armários individuais (5) espaçados ao longo das paredes; nos intervalos, correspondendo às janelas para o interior dos pátios, baús de madeira (aratacas), da gíria escolar, pois os armários, ao início de cada ano, não chegavam para todos os "bichos". Os alojamentos das Armas não eram muito diferentes, mas localizavam-se nas galerias existentes entre o segundo e terceiro pátios. Eram ocupados por alunos do último ano - Engenheiros, Artilheiros, Cavalarianos; os Infantes, normalmente mais numerosos, ocupavam alojamentos semelhantes no terceiro pátio. Do lado oposto, neste pátio, ficavam o "rancho", a cozinha e, contíguo, o refeitório dos oficiais; na mesma ala, na extremidade oposta, a Sociedade Acadêmica e, fechando a Escola pelos fundos, o Serviço de Saúde com a enfermaria no segundo piso.

Os pátios eram todos de chão batido e serviam como locais de formatura da tropa dos alojamentos respectivos, e o primeiro pátio para a formatura geral - neste, existia bem no centro, num poste de quatro metros, o relógio, único ponto luminoso à noite; e, no terceiro pátio, ficavam as instalações desportivas modestas - campos de vôlei e basquetebol cimentados e cercados por grades baixas de madeira; duas ou três "paralelas" e um pórtico rústico.

Todo o edifício da Escola se estendia por uns 400 a 500 metros ao longo da via - férrea, a uns vinte metros de distância dos trilhos; os alojamentos deste lado recebiam diretamente o impacto da passagem dos trens, quase de hora em hora, nos dois sentidos, durante as vinte e quatro horas, dia e noite. A grande praça, à frente da Escola, contava com algumas alamedas de acesso, com calçamento de "pés-de-moleque" (pequenas pedras irregulares); fora das alamedas, o capinzal imperava; no lado oposto, o Picadeiro e ao lado esquerdo, ocupando quase toda a quadra, a Fábrica de Cartuchos de Realengo. Os parques de material de Engenharia e Artilharia bem como as baias, ficavam na Estrada Real de Santa Cruz onde também se localizava a Companhia Extra, incluindo a Banda de Música.

A iluminação era muito precária - algumas lâmpadas nos passadiços - nos alojamentos os compridos pingentes sobre as mesas permitiam o estudo para aqueles mais fervorosos, assim mesmo, só até a hora do "Silêncio", quando os alojamentos ficavam na penumbra sob luz colorida, azul ou verde. Quem pretendesse estudar após o silêncio teria que usar o artifício de preparar uma extensão elétrica, por conta própria, e utilizar uma mesa tipo "tabuleiro de baiana" fora do alojamento. As salas de aula não eram abertas à noite - local adequado para estudo. As camas eram de tubos de ferro, o enxergão de lâminas do mesmo metal que se cruzavam à guisa de molas; o colchão era de capim e depois de um ano parecia mais uma "lâmina gilete".

Nas extremidades do alojamento, junto à porta de entrada ou saída, - espelhos retangulares destinados a corrigir o uniforme, ao sair, e fazer ginástica como aquecimento antes do banho, ou ainda, melhorar o "Jogo de Massas" no afã de "cavar muque". Os sanitários, lavatórios, banheiros, mictórios se localizavam em blocos separados nos dois cantos dos pátios.

Em suma, "as instalações do Realengo mantiveram-se restritas a um quadro de sobriedade, por vezes vizinho da pobreza. Tudo nele era modesto: salas de aula, alojamentos, refeitórios, meios auxiliares de ensino".

Com a vitória da revolução de 1930 e, em seu nome, uma nova fase surgiu para a Escola Militar, por via da qual ocorreriam mudanças de certo porte e significação. No comando, o Coronel José Pessoa chegou com as credenciais de sua ação revolucionária e seus laços de família: sobrinho de Epitácio Pessoa, ex-presidente da República e irmão de João Pessoa, prestigioso chefe político paraibano, assassinado quando governava o seu Estado na fase da agitação política que precedeu o movimento armado de 1930. Nos quadros da Administração Militar, o Coronel José Pessoa poderia escolher o que quisesse naquela ocasião. Preferiu o Realengo e dedicou-se de corpo e alma à reforma da Escola Militar e ao lançamento da ideia da nova Escola, aquela que viria a ser a Escola Militar de Resende - hoje Academia Militar das Agulhas Negras - um sonho que ele acalentava em suas preocupações idealistas e que viu afinal realizado graças a sua flama de inovador.Em sua ordem do dia de 15 de janeiro de 1931, dirigindo-se aos alunos, declarou:

> "West Point, Saint-Cyr, Sandhurst serão os moldes de onde sairão as linhas gerais da reforma dos processos de nossa formação militar".

Sua ação dirigiu-se nítida para a maneira do aluno viver, para a criação do ambiente que julgava indispensável às estimulações educacionais adequadas à formação do oficial.

As instalações da Escola foram imediatamente transformadas; por toda extensão da fachada o pavilhão principal recebeu um pavimento superior, o que fez desaparecer o Sobrado central com "aspecto de poleiro". A biblioteca foi reorganizada e condignamente instalada. Surgiu um salão de projeções; o refeitório, modernizado em todos os detalhes, até com balcão para orquestra, o que impôs, desde logo, o almoço solene aos sábados, em uniforme de passeio; o cassino dos cadetes com os troféus esportivos conquistados, os bronzes evocativos de vitórias, os presentes ofertados à Escola. O Pavilhão Nacional e o Estandarte do Corpo de Cadetes (recém-criado) passaram a ter guarida no

próprio Cassino, decorado com fino mobiliário e peças raras ornamentadas. A remodelação dos dormitórios e seus adendos foi completa com camas "patente" e colchões de crina.

A orientação científica do desenvolvimento físico do cadete, a cargo de um Departamento específico impôs, desde logo, a construção de um estádio completo para a prática desportiva. Anfiteatro para conferências, sala especial para sabatinas, remodelação das demais salas de aula existentes, dos laboratórios e do Museu da Escola, à altura dos esforços educacionais que se processavam. Técnicos especializados foram chamados a colaborar na solução dos difíceis problemas criados pela má distribuição da iluminação nas dependências escolares. O ensino recebeu modificações: foram criadas as aulas de Geografia Militar e Emprego das Armas, esta a cargo de um oficial de Estado-Maior da respectiva Arma; novo regime escolar, dosagem nova das matérias tinham em vista "fixar no aluno atitudes e interesses psicológicos apropriados e necessários ao futuro oficial". "A criação do Corpo de Cadetes foi o ponto alto para dar suporte à mística da carreira militar e do oficialato". O Estandarte do Corpo de Cadetes, o Brasão das Armas da Escola, que já incorporava o perfil das Agulhas Negras, futura localização da nova Escola, e o espadim de Caxias. Pelo dec. 20.307 de 20 Ago 1931, foi conferido o nome de cadete ao aluno da Escola Militar; único militar que tem a honra insigne de trazer, à cinta, o glorioso Sabre de Caxias. O uniforme seria também substituído: fugiu à linha discreta do fardamento que se assemelhava ao dos praças de pré. A adoção do novo modelo que consagrava as bastoneas cores, linhas e insígnias da tradição imperial de 1852, incorporando o espadim simbólico, miniatura do Sabre de Caxias. Os novos uniformes provocaram grande impacto no povo carioca, acostumado a ver e admirar o colorido do uniforme ("garance" de então) somente nas paradas do dia Sete de setembro, na cidade.

"Recebo o Sabre de Caxias como o próprio símbolo de honra militar", momento de intensa vibração dos cadetes. Grata recordação para este memorialista, um dos que prestaram o compromisso, naquela manhã ensolarada do dia 16 de dezembro de 1932, sexta-feira, no Largo do Machado, diante da estátua equestre do Patrono do Exército. Vale ressaltar que com a mudança do uniforme visava-se, evidentemente, distinguir e separar o cadete e lhe conferir dignidade e importância, tornando-o inconfundível.

A par da preocupação de melhorar o mais possível as condições de vida e trabalho da velha Escola do Realengo, que considero transição preparatória à remodelação definitiva da Escola Militar - cuido, com afinco, de nossa Academia Militar das Agulhas Negras, obra à qual me dedicarei até consumir o

último alento das minhas energias de cidadão e de soldado" (Ordem do Dia de 20 Dez 1932). Perseguindo o seu objetivo maior, concluído o projeto da AMAN, José Pessoa idealizou lançar a pedra fundamental em outubro de 1933 na Fazenda Castelo, onde teve início a cidade de Resende. Este ato coincidira com o término das grandes manobras anuais da Escola Militar do Realengo que aconteciam na região de Bulhões e que, ali naquele local, teriam o seu epílogo. Os preparativos para a solenidade estavam prontos, aguardavam-se apenas as autoridades e comitivas, vindas do Rio de Janeiro; naquele dia 28 de outubro, às 15:00 horas, um telegrama sucinto do Ministro da Guerra, General Jesuíno Espírito Santo Cardoso, sugeria que "a solenidade fosse adiada para outra oportunidade", alegando motivos administrativos, "inexistência de ato oficial sobre a futura Academia". Decepção e desgosto envolveram o semblante do grande idealista. Aquele que recebera, há cerca de dois anos, o comando da Escola com "carta branca", cercado de todo prestígio, iria empalidecer o brilho de sua estrada. No ano seguinte, 1934, após grave incidente disciplinar com os cadetes, "aqueles por quem tudo fizera" deixa merencoriamente o comando da Escola. "Na sua queda foi digno e sobranceiro"; absorvido pelo seu ideal, não teve olhar para ver as mutações porque foi passando o Governo da Revolução de 30. O ambiente nacional, em 1934, já estava trabalhado e carregado da trepidação das ideologias de esquerda. Era um cavalheiro "sanspeur et sans reproche", em meio ao vendaval dos interesses e das paixões em curso. Na história da Escola Militar seu nome deve ser colocado na galeria dos que marcaram época, imprimindo à fisionomia escolar novos contornos. O General José Pessoa era o chefe militar predestinado para ligar seu nome, pelos tempos afora, a essa obra admirável que é a Academia Militar das Agulhas Negras.

Com a saída do General José Pessoa do comando da Escola do Realengo, Resende entrou em compasso de espera; somente em 23 de junho de 1938 teve lugar o lançamento da pedra fundamental, com a presença do Presidente Getúlio Vargas. A nova Escola instalou-se em 1944; houve um período de dualidade - no Realengo, ficaram os segundo e terceiro anistas. O Dec. Lei de 19 nov. de 1943 que cria Resende, declara extinta a Escola do Realengo; todavia, esta sobreviveria até o fim do ano letivo de 1944. Vale notar que somente em 1955, por decreto de 23 de julho, a Escola de Resende, passou a ser denominada Academia Militar das Agulhas Negras, sonho sempre acalentado pelo General José Pessoa; a proposta do nome de Academia Militar data do comando do Gen Manoel de Azambuja Brilhante, que fora o Capitão Comandante do Esquadrão de Cavalaria na Escola Militar do Realengo, ao tempo do Coronel José Pessoa.

Termina a Era do Realengo que começa em 1913 e vai até 1944: aquela Es-

cola, que timbrou na reação à formação bacharelesca do militar, deve todo o seu prestígio na história do Exército, por ter sido onde se refletiam as preocupações do Ministro Mallet de Sousa, tomariam corpo as reformulações do Ministro Hermes da Fonseca, os impulsos renovadores da Missão Indígena e o pensamento adulto da Missão Francesa. Da Escola do Realengo, saíram sucessivas gerações de oficiais, ávidos de afirmação, dotados de acentuado espírito militar, extremamente dedicados ao labor profissional. Basta lembrar que foi esta oficialidade de carreira, de alto padrão, que marcou a vitória das Armas do Brasil, na Itália, enquadrando a Força Expedicionária Brasileira.

O escritor militar Marechal José Pessoa conforme o Cel Claudio Moreira Bento

O autor que, seguramente, é o único sobrevivente dos articulistas da Revista do Clube Militar, escreveu levantando, creio que em caráter pioneiro, a obra do escritor Marechal José Pessoa em artigo a seguir transcrito[43]:

O artigo citado, dentre os múltiplos aspectos da singular personalidade do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, destacou pioneiramente aspectos do escritor, historiador e simbolista militar e também geopolítico. Faceta pouco conhecida, mas fundamental, para que o Marechal José Pessoa comunicasse a públicos mais amplos as suas ideias e ideais e os mantivesse vivos para os pósteros, através de seu pensamento militar escrito.

Muito do simbolismo que introduziu na Academia Militar das Agulhas, AMAN, relativo ao Espadim de Caxias, uniformes históricos, brasão, Corpo de Cadetes e estandarte, o espírito daquele teria se perdido ou se turvado na letra fria dos regulamentos, se seu idealizador não os tivesse imortalizado pela Mídia militar ou civil os ideais que motivaram suas criações.

E assim ele procedeu toda a vida, em torno de seus campos de interesse profissional ou patriótico: Escotismo, Blindados, Polo, Academia Militar de Resende, Ensino Militar, Estradas Estratégicas, Chefes de Cavalaria e Nova Capital. Inúmeros foram os seus artigos pelos jornais O Globo e Correio da Manhã

43 Revista do Clube Militar, Edição Especial Centenário de Nascimento do Marechal José Pessoa, Set/Out 1985, p. 38/39.

abordando problemas vários. Em 1916, ainda durante a I Guerra Mundial, ele publicou no Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército o artigo "Papel social do Escotismo". Foi o único sobre este enfoque nesta histórica publicação.

Em 1927, publicou em A Defesa Nacional, "As vantagens do polo no Exército" (n° 160, Abr 1927, p. 114). Como subcomandante do 1º RCC, numa interinidade como seu comandante, introduziu, em 13 de maio de 1923, o Polo no Exército, num jogo entre o 1° RCC (atual Dragões da Independência) e o 15° RCI (atual Regimento Andrade Neves) no qual o último sagrou-se vencedor. Esta competição, inseriu-se num quadro de confronto entre duas escolas de equitação: a francesa (Jácome e Armando Jorge) e a alemã (Lima Mendes e Euclides Figueiredo).

Em 1936, ainda em A Defesa Nacional, escreveu "Olimpíadas na Diretoria de Artilharia de Costa" (nº 270, Nov, p. 489/491). Seu derradeiro artigo nesta revista foi "A carga de despedida" (n° 376, Set 1945, p. 121/124).

Na Revista Militar Brasileira ele escreveu em 1942 "Rio São Francisco seus problemas e suas soluções". Artigo em que defendia que o rio da Unidade Nacional poderia novamente servir de ligação fluvial entre o Norte-Nordeste com o Sudeste-Sul-Centro-Oeste, na hipótese de interdição do Atlântico pelos submarinos nazistas.

Este fato ocorreu e o São Francisco foi uma ligação alternativa precária, mas não isolou o Nordeste do Sudeste ou do Centro do Poder.

Na mesma revista escreveu, em 1942 "O problema da formação do corpo de oficiais e os nossos institutos de ensino militar".Mas foi a revista Nação Armada que recebeu a maior colaboração deste ilustre chefe: "A grande estrada do Nordeste - seu objetivo político, econômico e militar" (n° 6, Mai 1933/34, p. 11/14); "Grandes chefes da Cavalaria" (n° 12, Nov 1940, p. 9/14); "Estrada do Norte - Araguaia Tocantins" (n° 13, Dez 1940, p. 20/24); "Os tanks na guerra europeia - o triunfo da moto mecanização" (n° 18, Mai 1941, p. 20/22) e, finalmente, "Resende e a Escola Militar das Agulhas Negras" (n° 21, Ago 1941, p. 137/138).

O Marechal José Pessoa aí aparece entre os mais assíduos escritores militares que foram grandes suportes da corrente de pensamento militar brasileiro que, fazia cerca de meio século, vinha lutando pelo contínuo progresso do Exército e do Brasil: Afonso de Carvalho, Ignácio José Veríssimo, João Batista Magalhães, Tristão de Alencar Araripe, Carlos Sudá de Andrade (professor de História do CMRJ), Francisco de Paula Cidade, Lima Figueiredo e José Camerino.

Na Revista da Escola Militar, cujo nome atual é Agulhas Negras, ele publicou "A pedra fundamental da Escola Militar", em 1931, e "O Espadim de Caxias, o Brasão de Armas, o Corpo de Cadetes e os Uniformes Históricos da Escola Militar", em 1939.

No último, ele traduziu todas as ideias e simbolismos ligados aos mesmos.

Fez isto sob o argumento de que não viesse a ocorrer o mesmo que com a Academia Real Militar criada em 1810 por D. João que, em 1938 "que apenas sabia-se que havia existido".

Como Presidente do Clube Militar, o Marechal José Pessoa escreveu em sua revista, em 1944, o artigo "Caxias". Era um dos seus personagens prediletos, com o qual impregnou a AMAN, à semelhança do que observou em Saint-Cyr, na França, em relação a Napoleão, quando serviu na 1ª Guerra Mundial, no Exército da França, como tenente, comandando voluntários turcos[44].

O Marechal José Pessoa possuía grande apreço pela Geopolítica e pela Geografia militar sul-americana. A primeira, como instrumento auxiliar na ocupação racional do espaço brasileiro. E coube-lhe, no final de sua vida, contribuir significativamente na solução, segundo o Brigadeiro Lysias A. Rodrigues[45], do problema geopolítico n° 2 do Brasil - a construção da Nova Capital. A segunda, como instrumento fundamental, ao lado da História Militar, no delineamento da tática e estratégias que deviam formar a Doutrina Militar Terrestre Brasileira, segundo conselho da Missão Militar Francesa, que repetia a visão de Caxias, em 1861, e de Floriano Peixoto, em 1895. Dentro deste último contexto foi que introduziu a Geografia Militar na Escola Militar, em 1931. Convidou para ministrar a matéria o mais tarde General Francisco de Paula Cidade, autor do clássico Notas de Geografia Militar Sul-Americana, cuja primeira edição veio a lume com o apoio do Marechal José Pessoa. Enfim, uma Geografia Militar comprometida com o planejamento e condução de operações militares táticas e estratégicas no continente e não uma Geografia baseada em altos levantamentos estratégicos de áreas, mais da competência hoje do Serviço Nacional de Informações e em apoio à Doutrina da Escola Superior de Guerra.

Enfim, uma Geografia Militar ou Geobélica preocupada com aspectos ligados a operações militares, ou a Geografia do Soldado e não a do administrador público e privado ao nível estratégico.

Ao convidar Paula Cidade para introduzir a Geografia Militar na dimensão que acabo de referir, o fez com este convite gentil: "Capitão Cidade, venha ajudar-me a carregar minha cruz".

Em 1921, ao término da I Guerra Mundial, o então Capitão José Pessoa editou Os tanks na guerra europeia 1914-18 (Rio de Janeiro: Albuquerque e

44 **Nota do revisor**: na verdade, combatentes do norte da África, não turcos, mas assim genericamente chamados.

45 RODRIGUES, Lysias A. Geopolitica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

Neves, 1921). Abordava assunto novo no Brasil e do qual foi pioneiro entre nós.

Posteriormente, quando Inspetor de Cavalaria, pesquisou os chefes de sua Arma e editou livro sob o título - Chefes da Cavalaria Brasileira (Rio: Imprensa Militar, 1941).

Procedeu a um levantamento iconográfico, do qual resultou uma galeria fotográfica desses ilustres chefes brasileiros que, desde 1945, decoram paredes do Curso de Cavalaria da AMAN. Foi nesta função que conseguiu consagrar o General Osorio como patrono da Cavalaria.

Como Presidente da Comissão de Localização e Planejamento da Nova Capital do Brasil de 1954-58 editou Nova Metrópole do Brasil - relatório geral de sua localização (Rio: Imprensa Militar, 1958).

Por este relatório constata-se como foi relevante o trabalho do Marechal Pessoa para a implantação de Brasília em tão pouco tempo, e onde ele um grande pioneiro omitido e assim esquecido. Constatar isto é obra de simples verificação de sua obra citada e do que foi feito em Brasília, com apoio no seu trabalho e no do seu fiel escudeiro - o arquiteto Raul Penna Firme. Mas, confio na justiça do Tribunal da História!

"O Homem é eterno enquanto sua obra for lembrada ou permanece."

Posteriormente, quando Inspetor de Cavalaria, pesquisou os chefes de sua Arma e editou livro sob o título - Chefes da Cavalaria Brasileira (Rio: Imprensa Militar, 1941).

Temos convicção de que isto ocorre com o patriota e idealista Marechal José Pessoa. Chefe ilustre que, com frequência, tendo mil motivos para justificar-se de não realizar suas criações, arranjou mil para fazê-las. E mais, que a perenidade eternidade de sua obra será ajudada pelos seus escritos, aqui abalizados, para o pesquisador do futuro mais facilmente encontrá-los. E em especial na Era Digital.

Com vistas ao sesquicentenário da AMAN em 1961 foi feito um levantamento do Registro Histórico da Escola/Academia, de 1811 a 1957. E dele extraímos o relativo ao comando do Coronel José Pessoa na Escola Militar do Realengo, de 15 Jan 1931 a 13 Mar 1934.

15 Jan 1931

Assume o Comando da Escola Militar o Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

29 Jan 1931

Em cumprimento ao disposto no Aviso nº 3, de 21 JAN-31, o Corpo de Alunos da Escola Militar passou a ter a seguinte organização: Infantaria - 1 BC;

Cavalaria - 1 Esquadrão, 1 Pelotão de Metralhadoras e órgãos do RC; Artilharia - 1 Bateria e órgãos do Grupo; Engenharia - 1 Cia Mista, 1 secção correspondendo a cada especialidade.

Pelo mesmo Aviso, foi organizado o Departamento de Educação Física.

03 Mar 1931

Foi aprovado ajuste com uma firma civil, que se com prometia a fornecer refeições preparadas e a prover o Rancho de um mobiliário completo e condigno.

04 Mar 1931

Foi organizada a sala D'Armas da Escola Militar.

15 Mar 1931

O Cmt da Escola Militar baixou as "Diretivas para a preparação de monitores", que regulam o emprego dos alunos do 3º ano na preparação de seus colegas dos 1º e 2º anos, nos primeiros meses de ensino prático.

31 Mar 1931

O Fluminense Foot Ball Club ofereceu à Sala d'Armas da Escola Militar, duas armaduras que ornavam seu "gimnasium".

1º Abr 1931

Autorizado pelo aviso nº 2 l, de 2 Jan 31, o Cmt da Escola Militar baixou instruções referentes à organização e funcionamento da Formação Administrativa - que passou a compreender: Contadoria - pagadoria, serviço bancário,secção de compras; Almoxarifado - almoxarifado, secção de oficinas e transportes, secção do parque das armas; Serviço de subsistência - Rancho, forragens, cassino e cantina.

No Serviço Bancário, seria aberta uma conta corrente para cada um dos cadetes, onde seriam creditadas todas as importâncias que lhes pertencessem, conta essa movimentada de acordo com as normas estabelecidas nas citadas Instruções. O Bol da Escola nº 136, publica instruções complementares para o serviço Bancário.

22 Abr 1931

A Escola Militar recebeu a visita do General Huntzinger, Chefe da Missão Militar Francesa.

30 Abr 1931

Pelo Aviso nº 341, dessa data foi aprovado o novo plano de uniformes dos alunos da Escola Militar.

06 Mai 1931

Em Boletim Escolar nº 105, foi público a decisão do Ministro da Guerra em adiantar a importância de: 537:000$000 para custeio das obras das baias e das de adaptação do edifício da Escola Militar.

09 Mai 1931

Foram inauguradas a "Sala d'Armas" e a de bilhares e jogos de salão.

12 Mai 1931

O Boletim Escolar nº 110, dá uma notícia sobre o Plano de uniformes. Pelo plano em apreciação, verifica-se que:

– O uniforme dos cadetes se tornou excêntrico ao plano de uniformes do Exército, escapando assim a qualquer semelhança com os uniformes das Armas ou Serviços;

– reapareceram nos uniformes as charlateiras de palma e palmatória azul turquesa, o espadim e o emblema simbólico para a cobertura; do mesmo modo a cor azul turquesa retomou marcado relevo nos uniformes dos cadetes;

– para ligar os uniformes do Cadete ao Exército do passado, tão bem como o ligamos ao da Escola Militar de ontem, foi adotada a barretina de 1852 e, como distintivos de ano os antigos cordões com palmatórias e borlas, usados durante o regime imperial; e

– Anexo ao plano de uniformes, e com este formando sistema, também foram previstos o Brasão d'Armas da Escola Militar e o Pavilhão do Corpo de Cadetes.

Naquele se estampa o perfil estilizado das Agulhas Negras do Itatiaia, a massa orográfica, que por sua altitude e posição, bem simboliza a grandeza e unidade da Pátria; neste, em campo azul turquesa, a tradição mais viva do Corpo de Cadetes, se espelha o Brasão d'Armas da Escola Militar.

19 Mai 1931

Foi entregue à Escola Militar a reprodução à óleo do retrato do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, trabalho do pintor militar J. R. Ferreira.

1º Jun 1931

Foi inaugurado o sistema de iluminação elétrica dos pátios internos da Escola.

20 Ago 1931

Por Decreto nº 20.307 dessa data, é criado o Corpo de Cadetes, constituído pelos alunos da Escola Militar, ficando pelo mesmo ato instituído o Estandarte do Corpo de Cadetes.

25 Ago 1931

Foram inaugurados o "Cassino dos Cadetes" e o "Cassino de Oficiais".

07 Out 1931

O Boletim Escolar nº 236 "baixa novas instruções para a disputa da taça "Colégio Militar Del México".

21 Out 1931

No Boletim Escolar nº 248 dessa data, é publicado o Decreto nº 20.438 de 24 Set 31, aprovando o Plano de Uniformes do Corpo de Cadetes da Escola Militar.

O Plano guarda as mesmas características já indicadas no Boletim Escolar nº 110, de 12 Mai 31.

Anexo ao Plano consta a descriminação do Brasão de Armas da Escola Militar e do Estandarte do Corpo de Cadetes.

Os Cadetes passaram a ter a seguinte categoria de uniformes: de passeio, de gala, e internos.

22 Out 1931

O Boletim Escolar nº 249 regula o processo de escolha do Porta Estandarte do Corpo de Cadetes.

12 Jan 1932

Em Boletim Escolar dessa data, foi público o despacho do Ministro da Guerra, de 31 Dez 31, aprovando os estatutos para regular o funcionamento da Comissão Executiva da Nova Escola Militar.

15 Jan 1932

O Conselho de Administração do Estabelecimento aprovou a proposta para a execução do projeto de construção da Nova Escola Militar, de autoria do engenheiro arquiteto Dr. Raul Penna Firme.

25 Jan 1932

Foi público em Boletim Escolar nº 21, que a entrega do Espadim do Corpo de Cadetes, reprodução simbólica da espada do Duque de Caxias, seria feita pelo Chefe do Governo Provisório da República.

18 Fev 1932

Por Decreto nº 21061 dessa data, foi aprovado o plano de uniformes da Banda de Música da Escola Militar.

14 Mar 1932

Por despacho dessa data, foi permitido aos alunos da Escola Militar, o uso no seu uniforme, da medalha "Duque de Caxias" com a respectiva fita, ou a barrete azul turquesa, aos que fizeram jus a esse prêmio.

23 Mar 1932

Pelo Decreto nº 21.196 dessa data foi instituída a "Medalha Mallet", destinada a galardoar como prêmio, o campeão de pontaria de cada ano, na Bateria da Escola Militar.

27 Mai 1932

Foi criado o Gabinete de Modelos Úteis.

12 Jul 1932

Com o Boletim Escolar nº 165, é distribuído, para execução, o Regulamento Interno do Corpo de Cadetes.

25 Ago 1932

Pelo engenheiro arquiteto Dr. Raul Penna Firme, foi entregue a maquete, em gesso, e na escala de 1/1.000, do projeto de construção da nova "Escola Militar", em Resende, Estado do Rio de Janeiro.

11 Nov 1932

Foi público em Boletim Escolar nº 268, a aceitação do projeto de parque para a futura "Academia Militar das Agulhas Negras", em Resende, Estado do Rio de Janeiro, de autoria do arquiteto paisagista Arsene Puttemans.

18 Nov 1932

Pelo Conselho de Administração foi aprovada a execução das seguintes obras: construção de uma sala de estudos; aumento da sala de armas; mudança do "bar

dos cadetes, transformando o atual em vestíbulo principal de entrada; abertura para leste, de uma grande porta; mudança da atual sala de vestir e banheiros para o fundo da sala de jogos; mudança desta última sala para uma sala maior; abertura no lanternim do telhado da Biblioteca e em toda a extensão do salão, de vitrais para a iluminação natural.

15 Dez 1932

Em solenidade especial, foi realizada a entrega de espadins aos cadetes da Escola Militar.

16 Dez 1932

Perante a estátua do Marechal Duque de Caxias, no Largo do Machado, e pela primeira vez, foi realizado o Compromisso do Espadim, pelos cadetes da Escola Militar.

17 Dez 1932

O Decreto nº 22.234 dessa data, regula a promoção a 2º Tenente dos cadetes classificados nos três primeiros lugares na lista de merecimento geral.

24 Jan 1933

Foram adquiridas as telas a óleo "General Andrade Neves - Barão do Triunfo", de 2,70 x 2,10 m; e "Princesa Izabel".

04 Abr 1933

Por Decreto nº 22.609 dessa data, é modificado o Regulamento da Escola Militar.

11 Mai 1933

Por Decreto nº 22.704 dessa data, foi desdobrada a 5ª aula, do 3º ano da Escola Militar, em duas, a saber: 5ª aula - História Militar; 7ª aula - Geografia Militar.

29 Mai 1933

Foi adquirida a tela a óleo "Barão do Rio Branco", de 2,70 x 2,10 m, bem como uma estátua equestre (miniatura), em bronze, do Marechal Duque de Caxias.

03 Jun 1933

Foi organizada a Secção de Equitação, tendo o Boletim Escolar nº 127, dessa data, publicado as instruções para seu funcionamento.

1º Jul 1933

Foi colocado no Cassino dos Cadetes, o "busto em bronze", do Imperador D. Pedro II, oferta da Firma "Avina & Irmãos".

13 Jul 1933

Pelo Decreto nº 22937 desta data, foi autorizado o uso das medalhas "Conde de Anadia" e "Conde de Resende", instituídas em 1922, pelo Instituto dos Docentes Militares, e conferidas anualmente, aos dois alunos das Escolas Militar e Naval, classificados em 1º lugar ao término dos cursos das citadas Escolas.

08 Ago 1933

Foram adquiridas as telas a óleo "D. João VI", de 0,80 X 0,60 m; e "Reconhecimento de Humaitá", de 2,65 x 1,50 m.

11 Out 1933

A Escola Militar recebeu a honrosa visita do General Agostin Justo, Presidente da República Argentina.

Como retribuição ao oferecimento de uma reprodução da espada de San Martin, a Escola Militar ofereceu ao Colégio Militar Argentino uma tela do General Manoel Luiz Osorio, Marquês do Herval.

17 Out 1933

São aprovadas diretivas para execução de manobras escolares em Resende, Estado do Rio de Janeiro, entre 19 Out e 01 Nov, tudo do ano em curso.

17 Jan 1934

Foi feita a inauguração, no Cassino dos cadetes, de uma tela a óleo, em busto, do industrial Henrique Lage, em testemunho de apreço e gratidão as atenções que tem dispensado aos cadetes.

Sobre a moldura do quadro estava aposta uma chapa de prata, com a seguinte inscrição: "O Corpo de Cadetes, em sinal de reconhecimento a seu grande amigo senhor HENRIQUE LAGE, Presidente da Cia Nacional de Navegação Costeira - Realengo - 17 - I - 934".

Ao homenageado foi ofertado uma "bela e rica caixa de prata cinzelada, em cuja tampa se encontrava abaixo do Brasão d'Armas da Escola, em ouro cinzelado, à seguinte inscrição: "O Corpo de Cadetes do Brasil, ao seu grande amigo, HENRIQUE LAGE - 17 - I – 934".

13 Mar 1934

Por Decreto nº 23.994, dessa data, foi aprovado o novo Regulamento da Escola Militar do Realengo. Definido pelo artigo 12º, ser a Escola um internato destinado a ministrar aos cadetes, como candidatos a oficial, num curso de quatro anos, os conhecimentos fundamentais indispensáveis aos oficiais das armas e o ensino militar necessário ao desempenho das funções de Tenente nos quadros das armas, e ainda as noções que lhes permitam cumprir ulteriormente o papel de Capitão.

Os processos de recrutamento e de educação (física, moral, intelectual e profissional), previstos nesse regulamento, visavam somente permitir o acesso ao oficialato àqueles que revelarem qualidades indispensáveis aos instrutores e aos bons comandantes de Unidades elementares, em combate, cujos comandos caibam a oficiais subalternos.

O Ensino Fundamental, o Fundamental Especializado e o Miitar Teórico, tinham a seguinte repartição pelos quatro anos do curso: 1º ano - Geometria Analítica, Cálculo diferencial e integral; Física experimental, precedida de noções de mecânica, Noções de Meteorologia; Geometria Descritiva e planos cotados, Noções de sombras e de perspectiva, Desenho correspondente; Noções de sociologia, de Direito Constitucional, Administrativo e Internacional público, Rudimentos de Economia Política; 2º ano - ensino fundamental comum: Mecânica racional, precedida de Cálculo vetorial; Química. Ensino militar: Legislação e Administração militares. Prática do processo militar; Topografia; noções de telegrafia e telefonia com fio. Noções de rádio-técnica geral; 3º ano - ensino fundamental especializado*:* curso elementar de resistência dos materiais, precedido de noções de grafostática e Estabilidade das construções; noções de concreto armado (somente para os cadetes de Engenharia). Ensino Militar: Noções sobre o emprego das Armas; Geografia Militar; História Militar; Fortificação permanente (comportando um complemento especial para os cadetes de Artilharia); Aplicações da Física, da Química e da Mecânica à arte da guerra; Balística (com um complemento especial para os cadetes de Artilharia e Aviação); Tática de Aviação (somente para os cadetes de Aviação); e 4º ano - Ensino Fundamental Especializado: curso elementar de estradas de ferro e de rodagem (somente para os cadetes de Engenharia). Ensino Militar: noções sobre o emprego das Armas (continuação); Tática das Armas (continuação para a Aviação, separadamente para cada Arma - Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Aviação); emprego tático da Engenharia (somente para os cadetes de Engenharia); História Militar (continuação); Fortificação permanente (continuação); fortificação de campanha; Aplicações da Física, da Química e da Mecânica à arte da guerra (continuação).

Em 30 de setembro de 1943, o General José Pessoa visitou pela última vez a Escola Militar do Realengo, a qual comandara de 1931/34 e onde idealizara e projetara a atual Academia Militar das Agulhas Negras, sendo recebido pelo seu então comandante, o Cel Mário Travassos, que fundaria a atual AMAN em Resende. Na ocasião, ao despedir-se, o General José Pessoa proferiu as seguintes palavras, registradas no Boletim Interno da Escola:

"Estamos na hora solene das despedidas, quando os corações se confrangem na antecipação da saudade que virá, saudade dos que se foram e dos que se vão. Convívios que se interrompem, palestras que não se realizam, hábitos que se modificam, camaradagens que ficam na lembrança, perdurando no espaço e no tempo. Como um contraste, compensando o aborrecido da tristeza, o conforto de uma esperança na antevisão do que a imaginação criou. Tudo isso é o que sentimos no momento que vivemos nesse dealbar de manhã. Há 43 anos passados, aos 28 dias do mês que corre (28 Set 1915) ingressei, pela primeira vez, nesse Pátio, sob a emoção que provocam as coisas desconhecidas. Aqui estive iniciando a formação de meu espírito de Soldado, daqui parti, aqui voltei (como Comandante) e fiquei contribuindo com carinho, com desprendimento, com firmeza e confiança, para a educação de gerações, que me mandaram outras gerações.

O papel do professor militar, com seu sentido de permanência e elo de ligação, na situação singular de mestre da formação de seus futuros Chefes, é apresentado em toda sua grandeza:

Com grata satisfação vi da Escola do Realengo saírem os que orientara, para sem inveja, antes com orgulho, revê-los. Atos edificantes, festivos, comovedores, com significações várias, os tenho presenciado neste mesmo velho retângulo, de fisionomia que não muda. O ideal, o espírito de missão. Tantas vezes senti confranger-se o coração e os olhos se me umedeceram, ao verem cenas que não se esquecem, marcantes na sua simplicidade, ricos de colorido, exuberante em seus detalhes. Mas nenhuma como a de hoje me comoveu tanto. É que a significação de fatos de rotina, de exaltação de homens ou datas, é alguma coisa bem mais que isto. Despedimo-nos de vós outros que ides iniciar a vida da Escola Militar de Resende, continuadora em novos moldes, que deverá ser, pelas contingências do presente, das altas tradições da velha Escola Militar do passado. Só quem conhece a gênese dessa Escola do futuro (AMAN) pode avaliar da magnitude do seu destino. Eu vo-la contarei em resumo, na angústia do tempo, para que possais avaliar do privilégio que se vos concede, da alta investidura que se ressalta a presença espiritual de Caxias.

Sois os formadores do Exército de amanhã, continuador, que será, do que

contribuiu para formar a Nacionalidade, cobrindo-se de glórias ao comando de Chefes que, em síntese admirável, o vosso Patrono Caxias representa.

E agora, mais que nunca, que o Brasil está em guerra, na ressalva do patrimônio de Honra e Liberdade, que os nossos antepassados nos legaram, e, mais ainda, batendo-se pelo princípio, que deve ser universal, de ser concedido aos indivíduos quaisquer, o direito de viver com dignidade, os vossos compromissos crescem sobremodo. Não ides, na nova Escola de Resende, contribuir para a formação da mentalidade de uma casta à parte, arrogante e dominadora, incompatível com o Exército que apressou a libertação do elemento servil (a Abolição) e fez a República, e sim para a constituição do quadro de Oficiais que se arrogam o privilégio único de servir ao Brasil. Será essa a vossa missão, onde vos leva o destino".

A Projeção da obra administrativa do General Leônidas Pires Gonçalves no fortalecimento da Defesa Nacional

Em 27 de fevereiro de 1988, foi inaugurada a duplicação do Conjunto Principal da AMAN pelo Exmo Sr Ministro do Exército Gen Leônidas Pires Gonçalves, dentro de seu Projeto Força Terrestre 1990, FT-90, com placa comemorativa da ampliação e colocada na entrada principal do Novo Conjunto Principal, na qual assim foi definido o expressivo melhoramento (na página seguinte).

Em trecho do discurso que pronunciou na ocasião, assim se referiu o Ministro Leônidas:

> "A inauguração da ampliação da AMAN insere-se no contexto das transformações imprescindíveis e inadiáveis consubstanciadas no projeto Força Terrestre 1990 (FT-90), o qual visa modernizar o Exército de modo a transformá-lo numa força terrestre, que em 1990, esteja por sua vez, apta a incorporar inovações estratégicas, táticas e tecnológicas, que a tornem uma Força adequada às necessidades, riscos e imposições do ano 2000".

Na Academia Militar das Agulhas Negras, construiu o moderníssimo estande de Tiro. E no contexto do seu Projeto FT-90 repaginou o Exército, a começar pela adoção de novos uniformes cuja marca mais característica foi a boina verde, criou a Aviação do Exército com aeronaves de asa móvel, os helicópteros, hoje, com sua pujante e moderna base em Taubaté-SP. Introduziu o levantamento cartográfico no Exército, por satélites, introduziu e desenvolveu a Doutrina no Exército de Guerra Eletrônica em Brasília - Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, em magníficas e amplas instalações, onde foi seu pioneiro o falecido acadêmico Cel Com Humberto Correia, ocupando cadeira na FAHIMTB dedicado à Guerra Eletrônica, especialidade fundamental na modernização de nossas Forças Armadas.E também sua administração deu grande impulso à valorização ao culto no Exército de sua História, Tradições e Valores morais, espirituais e históricos do EB, detalhes que o autor registrou em seu livro, disponível para ser baixado no site www.ahimtb.org.br: 2010 - 200 anos da criação da Academia Real Militar à AMAN. Resende: AHIMTB, 2010.

Em 1987, o autor desta obra produziu para a FHE-POUPEx o álbum em parceria com o pintor Newton Coutinho "Escolas de formação de oficiais das forças armadas do Brasil", contendo gravuras com legendas de todas as escolas de formação de oficiais de nossa Marinha, Exército e Aeronáutica. Inclusive as seis escolas do Exército e dentro dela a primeira e esquecida Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 1792 pelo Vice-Rei Conde de Resende, no aniversário da Rainha D. Maria I e sob a égide do Príncipe Regen-

te D. João. Academia Real que foi a pioneira no ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior civil no Brasil, o de Engenharia civil e militar. Real Academia destinada a formar para o Brasil Colônia, oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia (em especial para as suas fortalezas) e engenheiros civis e militares.

Para o lançamento desta obra em Brasília o autor foi convidado pelo presidente e fundador da FHE-POUPEx, General Milton Paulo Teixeira Rosa, para o lançamento da mesma no Clube do Exército, em Brasília. O lançamento e apresentação do álbum foi feita pessoalmente e com entusiasmo pelo Ministro do Exército General Leônidas Pires Gonçalves.

Ao ser inaugurada a ampliação da AMAN ele determinou que as seis pranchas do álbum relativas às escolas do de formação de oficiais do Exército fossem colocadas, com destaque, na moderna em ampla biblioteca do novo Conjunto da AMAN. Lamentavelmente, se soube que estas gravuras foram dali retiradas em 1999 e seu destino ignorado.

O General Leônidas Pires Gonçalves prestigiou muito a obra do idealizador da AMAN - o Marechal José Pessoa.

O novo pátio do Novo Conjunto principal passou a denominar-se Pátio Marechal José Pessoa e o antigo permaneceu como General João Baptista Mascarenhas de Morais[46] que no comando do General Carlos de Meira Mattos passou a ter esta denominação em substituição do nome de Pátio Tenente Moura, instrutor que se preparava para atravessar a nado o Canal da Mancha e pereceu em um acidente aviatório em Penedo.

Na administração do Ministro da Guerra General de Exército Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena foi mudado o nome da Biblioteca do Conjunto Principal de Coronel Rocha Santos para Marechal José Pessoa, bem como o Museu da AMAN que nela funciona.

O pátio do Conjunto principal antigo voltou a chamar-se Tenente Moura e o Pátio Marechal José Pessoa passou a se chamar Pátio Marechal João Baptista Mascarenhas de Morais. O Ministro General Leônidas Pires Gonçalves criou no novo Conjunto Principal o "Memorial Marechal José Pessoa"[47], o qual possui, à sua frente, o Busto do Marechal onde existe uma placa com a seguinte inscrição:

"Marechal José Pessoa, o idealizador da AMAN. É importante sonhar mas o importante é transformar sonho em realidade".

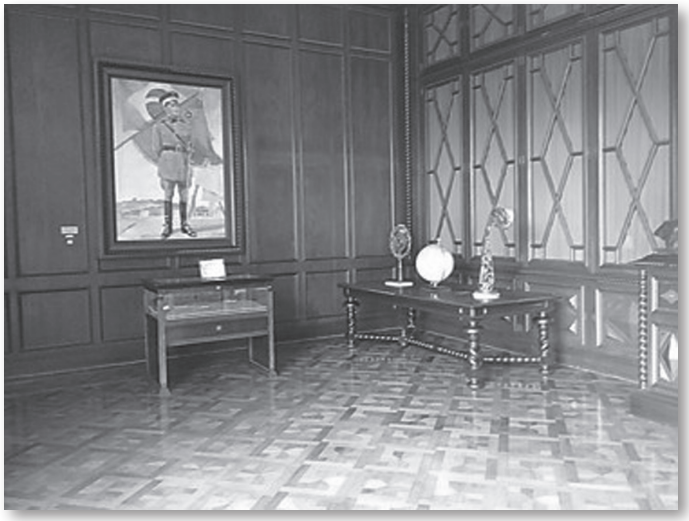
---

46 **Nota do revisor:** na verdade, Pátio Marechal Mascarenhas de Moraes (PMMM).

47 **Nota do revisor:** O sobrenome "Pessoa" não possui o acento circunflexo no "o", assim como o nome do Patrono da Cav é Osorio e não Osório.

Na Biblioteca e Museu Marechal José Pessoa existe também um recanto de culto à sua Memória.

Entrada do Memorial, com o busto à frente.



Recanto Marechal José Pessoa, com uma pintura a óleo de sua imagem quando Cmt da Escola Militar do Realengo e abaixo dela um escrínio com a sua espada.

Acima, busto do Marechal José Pessoa no seu recanto localizado na Biblioteca e Museu Marechal José Pessoa. No conjunto do recanto, existe também um escrínio contendo fotos do Marechal José Pessoa em diversas fases de sua preciosa vida a serviço do futuro do Exército Brasileiro.

Visão da preciosa Biblioteca e Museu Marechal José Pessoa, da Academia Militar das Agulhas Negras que ele idealizou e nela inseriu as suas mais caras Tradições.

O busto do Marechal José Pessoa cercado de cadetes e com os uniformes por ele idealizados, em comemoração de mais um aniversário seu no qual foram evocados seus méritos e valores.

Encontra-se no site www.ahimtb.org.br o texto do livro "2010 - 200 anos da criação da Academia Real Militar à AMAN", já citada, em que o autor focaliza na 1ª capa todas as escolas de formação acadêmica de oficiais do Exército e que focaliza todas as academias de formação de oficiais do Exército no Brasil desde 1792.

Obra alusiva ao bicentenário oficial, mas não histórico, da Academia Militar das Agulhas Negras. Obra que na sua quarta capa traz uma visão panorâmica da AMAN focalizando ao fundo a Academia Militar idealizada pelo Marechal José Pessoa e à sua direita a sua ampliação pelo Ministro Leônidas Pires Gonçalves. Obra que resgata a vida e obra do General Luiz Sá Affonseca, o construtor da AMAN, sonhada e idealizada pelo Marechal José Pessoa e que o autor resgatou na forma a seguir transcrita.

O CONSTRUTOR DA AMAN
General Luis Sá Affonseca

General Luiz Sá Affonseca (1880-1968), em 1944

O ano de 2010 marcou o 66° aniversário da instalação progressiva da AMAN em Resende. É muito conhecida e justamente divulgada e reverenciada, a vida e obra do idealizador da AMAN - o Marechal José Pessoa - o homem do sonho. Mas pouco, ou quase nada se sabia da vida e obra do construtor da AMAN, o Gen Luiz Sá Affonseca (foto) - o homem do feijão, que preservou, respeitou e tornou realidade o sonho de José Pessoa. O Cel Mário Travassos, primeiro comandante da AMAN, ao receber em cerimônia histórica comovente as instalações da AMAN, ressaltou quão relevante e importante havia sido a atuação do Gen Affonseca para a construção da Academia. A não ser seu nome numa rua de Resende, em uma praça da Academia e numa placa, pouco ou nada se sabia da vida e obra deste grande engenheiro militar brasileiro, o que tentaremos fazer.

Luiz Sá Affonseca serviu o Exército, fundamentalmente como engenheiro militar de escol, por mais de 49 anos. Nasceu em Santos, em 09 Jan 1880, onde faleceu em 1968, aos 88 anos. Cursou a Escola da Praia Vermelha 1895-1901 e a ECEME, em 1921, no atual Palácio Duque de Caxias. Atuou como engenheiro

nos 1º, 2°, 3º, 4º e 5º batalhões de Engenharia, das 2ª, 3ª, 4ª regiões militares e Diretoria de Engenharia. Chefiou a Comissão de Obras de Defesa do Porto de Santos 1917-19.

Especialista em Telegrafia, desempenhou missões no Acre, na Europa e na Comissão Técnica Mista de Telegrafia. Nesta, representando o ministro da-Guerra Marechal Caetano de Farias, de quem foi Ajudante de Ordens de 1914 a 1917.

Chefiou Comissão de Estradas de Rodagem no Paraná e Santa Catarina 1931-36 e a 1ª Sec da Diretoria de Engenharia em 1936 onde, em 1937, passou a integrar Comissão para a construção da AMAN e, em 1938, a Comissão da Cerimônia de Lançamento da Pedra Fundamental da mesma. A esta altura, era engenheiro militar renomado com mais de 25 anos de intensa vivência em obras de engenharia rodoviárias, ferroviárias, telegráficas, de construções elétricas e de fortificações.

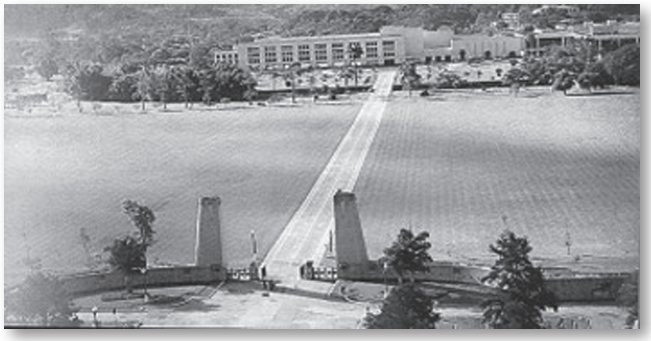
Foi transferido para a Reserva em 1939, quando coronel, e convocado para o serviço ativo em1940 como General de Brigada. Assim, foi nomeado para chefiar de 1º Abr 1940 a 15 Mai 1944, a Comissão Especial de Obras Piquete e Resende, que executou as obras: Construção da Academia Militar das Agulhas Negras; ampliação do Sanatório Militar de Itatiaia (hoje sede da Prefeitura de Itatiaia); ampliação da Fábrica de Pólvora de Piquete; construção da rodovia Piquete-ltajubá, atravessando a Mantiqueira; e ampliação da hidroelétrica Bicas do Meio, destinada a acionar o complexo industrial militar constituído das fábricas de Pólvora de Piquete e de Armas de Itajubá, protegidas pela Mantiqueira.

O Gen Affonseca deu cabal desempenho de todas estas importantes missões que lhe foram confiadas, recebendo de seus superiores os melhores elogios. Após entregar as obras da AMAN foi reformado, em 15 Mai 1944, retirando-se para o Rio de Janeiro para um justo e merecido descanso. Ali viveu mais de 24 anos.

Resende muito se beneficiou de sua ação. Ele liga-se ao 1º Plano Diretor da cidade de Resende e a dotação da Santa Casa de sua 1ª Sala de Cirurgia, além de outros benefícios, como sua ação na criação do AeroClube local.

Deixou em Resende muitos amigos e admiradores e o seu nome imortalizado numa rua e como patrono de uma cadeira da Academia Resendense de História, criada pelo historiador militar Cel Claudio Moreira Bento, segundo concluo do site www.ahimtb.org.br, que criamos quando seu fundador e presidente.

A seguir, a AMAN na época de sua ampliação vendo-se, no canto superior direito, ainda em construção, o atual Conjunto Principal.



A Academia Militar das Agulhas Negras passou a ser conhecida em todo o Brasil no verso da cédula de dois cruzeiros que por longos anos circulou nas mãos de todos os brasileiros. Na sua face, a imagem do Duque de Caxias, patrono não oficializado do Exército o que só ocorreria em 1960, por ato do Presidente João Goulart, dois anos depois da comemoração do sesquicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras. Duque de Caxias que o Marechal José Pessoa idealizou mas não conseguiu que ele fosse o Patrono da AMAN ou sua denominação histórica bem como fecho de ouro na construção da AMAN, a construção do Pantheon ao Duque de Caxias.

O Marechal José Pessoa e a I Grande Guerra[48] (transcrição)

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Coronel Inf EM[49]

Grande Guerra, depois chamada de I Guerra Mundial, aconteceu entre 1914/18 na Europa. Até hoje são debatidas as prováveis causas daquele grande conflito, o primeiro da era moderna e do século XX. De certa maneira, a guerra inaugurou o novo século. Confrontaram-se a Tríplice Entente (Alemanha e Império Austro-Húngaro) e a Entente Cordiale (França, Reino Unido e Império Russo, depois a Itália).

A América do Sul seria pouco afetada pelo conflito, mas, em 1917, submarinos alemães afundaram os seguintes oito navios brasileiros: Rio Branco, Pará, Tijuca, Macau, Guaíba, Acari, Taquari e Maceió. Em face disto, o Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar organizou a Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG). Ela teve a missão de patrulhar o trecho Dakar-Gibraltar-São Vicente.

O Exército Brasileiro declarou-se sem condições de enviar uma força expedicionária à Europa mas enviou uma Missão Militar, sob o comando do General Napoleão Aché, e uma Missão Médica Militar, sob a chefia do Coronel Nabuco de Gouveia. Inserida na Missão Militar foi criada a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França. Esta Missão teve a seguinte organização: Serviço de Estado-Maior, Serviço de Administração, Serviço de Veterinária, Aviação, Artilharia, Infantaria, Cavalaria e Corpo de Saúde. Da Cavalaria, fazia parte o então 1° Tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Em 1917, a Europa já estava no 3° ano da guerra, e a derrota das chamadas Potências Centrais, lideradas pela Alemanha, já parecia evidente.

Os oficiais componentes da Missão Militar na França foram os seguintes: General Napoleão Fellipe Aché; Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro; Majores João Baptista de Oliveira Brandão Júnior, Tertuliano de Albuquerque Potyguara, Rodrigo de Araújo Aragão Boccão, Joaquim Moreira Sampaio e Firmino Antônio Borba; Capitães Praxedes Theódulo da Silva Júnior, Cleómenes Lopes de Siqueira, João Affonso de Souza Ferreira, Alarico Damázio, João Florentino Meira e Manoel Esteves de Assis; 1°s Tenentes José Nery Eubanck da Câmara, Alzir Mendes Rodrigues Lima, Izau-

48 GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. In: 1ª Guerra Mundial, CIPEL, Porto Alegre: Edi- plat, 2014, p. 133.

49 Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS, Porto Alegre.

ro Requeira, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Christóvão de Castro Barcellos, Carlos da Rocha Fernandes, Demócrito Barbosa, Sebastião do Rego Barros e Álvaro Areal; 2°s Tenentes Mário Barbedo, Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, Carlos de Andrade Neves, Onofre Muniz Gomes de Lima, Octávio Monteiro Aché e Ildefonso Escobar. Seguem-se mais três capitães, cinco primeiros-tenentes e dois segundos-tenentes, todos médicos. Todos eles merecem os maiores encômios pela participação e em bem representar o Brasil na Europa em plena 1ª Guerra Mundial. Em nome de todos, ressaltamos um deles.

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Cabaceiras (PB) no dia 12 Set 1885, filho de Cândido Clementino e de Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Era sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e irmão de João Pessoa, presidente da Paraíba de 1928 a 1930 e candidato à vice-presidência da República pela Aliança Liberal em 1930; de Cândido Pessoa, deputado federal pelo Distrito Federal de 1934 a 1937, e General Aristarco Pessoa, comandante militar da Revolução de 1930 em MG.

Estudou na cidade da Paraíba, hoje João Pessoa. Praça em 1903 no 29° BI, em Recife, seguiu depois para a Escola Preparatória e de Tática, em Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 1909 foi para a Escola Militar de Porto Alegre, de onde saiu aspirante-a-oficial. Foi promovido a 2° tenente em 1913 e, em 1918, a 1° tenente. Foi professor de esgrima em unidades militares e instrutor em academias de tiro na Bahia e em São Paulo, onde organizou e treinou uma unidade de voluntários na Faculdade de Direito em apoio à campanha de Olavo Bilac para convencer a juventude paulista a aceitar o serviço militar obrigatório[50]. Esteve à disposição do Ministério da Justiça no Distrito Federal, foi ajudante-de-ordens e assistente do comando da divisão de operações enviada a Mato Grosso para pacificar o estado em 1917 e, finalmente, serviu como ajudante-de-ordens e assistente do inspetor da 10ª Região Militar, na Bahia.

Em 1918, viajou para a França, onde estagiou na Escola Militar de Saint-Cyr e participou de combates na guerra, comandando um pelotão de soldados franceses do 49° Regimento de Dragões. Conforme Frank McCann, comandou também um esquadrão formado por soldados "turcos"[51] os quais, conforme ele próprio, à guisa de elogio, foram os responsáveis pelas medalhas que recebeu. Na Europa, conheceu uma enfermeira inglesa da Cruz Vermelha, Blanche Mary Edward, com quem casou (Idem, p. 438). Pelos serviços prestados nessa ocasião, foi diversas vezes citado em ordens-do-dia das forças francesas e pro-

50 McCann, Frank. Soldados da Pátria. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2009, p. 438.

51 Assim chamados mas, na verdade, combatentes oriundos do norte da África.

movido a capitão, por ato de bravura, em janeiro de 1919.

Permanecendo na Europa, fez parte da comissão de compras de material bélico e frequentou o curso prático de artilharia de assalto no Centro de Estudos de Carros de Combate, na França, em 1920. No mesmo ano, foi nomeado em comissão especial para acompanhar os reis da Bélgica, Alberto e Elisabeth, em sua viagem ao Brasil e de volta à Bélgica.

Conforme Ivan Rodrigues de Faria[52], José Pessoa recebeu as seguintes condecorações pela participação na I Guerra Mundial: Comendador da Legião de Honra, Cruz de Campanha, Medalha da Vitória, Cruz de Guerra (França), Cruz Militar de 2ª classe (Bélgica), Cruz de Guerra da Bélgica e Medalha de Guerra. Sua participação foi a seguinte: estágio em Saint Cyr, Comandante de Pelotão do 4° Batalhão de Dragões Franceses na Campanha de Flandres, promovido a capitão por ato de bravura na guerra (Faria, 1996, p. 72).

Retornando ao Brasil ainda em 1920, aplicou os conhecimentos adquiridos na França na organização da primeira unidade de carros-de-combate do Exército brasileiro, permanecendo no comando até 1923, quando foi promovido a major. Em seguida, assumiu o posto de subcomandante da Escola Militar do Realengo, RJ. Foi fiscal e comandante interino do 19° Regimento de Cavalaria Divisionária (os Dragões da Independência), além de ter reorganizado e comandado o 39° Regimento de Cavalaria Independente, no Rio Grande do Sul, antes de ser promovido a tenente-coronel, em 1927. No ano seguinte, comandou a 2ª Brigada de Cavalaria. Em 1929, como Tenente-Coronel, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, juntamente com o Curso de Estado-Maior sendo então promovido ao posto de Coronel.

Em 3 de outubro de 1930, eclodiu no Rio Grande do Sul e em outros estados o movimento revolucionário chefiado por Getúlio Vargas. No dia 24 do mesmo mês, quando os revoltosos gaúchos se encontravam às portas do estado de São Paulo, a alta hierarquia militar da capital da República, antecipando-se à ação revolucionária, decidiu intimar o presidente Washington Luís a desistir de qualquer reação e renunciar. Washington Luís recusou-se a deixar o cargo e a abandonar o palácio Guanabara, mas as tropas legalistas não apresentaram resistência: o batalhão de polícia que guardava o palácio fez saber que não reagiria se o Exército mandasse ocupá-lo. Desse modo, o 3° Regimento de Infantaria e um batalhão de civis, sob o comando do Coronel José Pessoa, ocuparam o palácio Guanabara. Finalmente, cedendo às pressões, Washington Luís foi conduzido, preso, para o forte de Copacabana.

52 Ver bibliografia ao final do texto.

Após um breve período como comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, José Pessoa assumiu, ainda em 1930, o comando da Escola Militar do Realengo. Lá, inspirado em sua experiência europeia, operou uma transformação radical do ensino militar, reformando as instalações da escola e tentando estabelecer uma doutrina de formação do corpo de oficiais brasileiros. Para tanto, procurou atrair para a escola instrutores que possuíssem o curso de estado-maior, introduzido no Exército pela Missão Militar Francesa de 1920, trazida ao Brasil para fornecer uma instrução profissional mais adequada para a oficialidade.

Sua figura nesta época foi descrita por um aluno da Escola Militar e mais tarde seu ajudante-de-ordens:

> "O coronel Pessoa era oficial a respeito de quem as opiniões divergiam muito; alguns o invejavam, afirmando que fizera carreira à sombra do tio...diziam que seus conhecimentos profissionais eram insuficientes, que impressionava pelo aspecto exterior. Era, realmente, caprichoso no fardar-se, pincenez sempre no nariz... De polidez convencional, enraivecia-se com facilidade...Era vaidoso, fazendo alto juízo de seus próprios méritos. Mas é fato que os tinha...Na Escola Militar, foi grande comandante, marcou época".

José Pessoa foi também o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras, que só veio a ser fundada em 1944. Através dela, pretendia dotar o Exército de uma escola de formação moderna, mas ainda segundo outra versão seu projeto foi desfigurado, restando apenas do que planejara a localização do novo estabelecimento, em Resende (RJ). Conforme Frank McCann, na Escola Militar do Realengo, Pessoa adotou o uniforme de gala chamado de 'azulão'[53], usado até hoje, e também, para uso doscadetes, a miniatura da espada de Caxias, o 'espadim'. Restabeleceu também a denominação de 'cadete' para o aluno da Escola Militar (McCann, 2009, p. 523).

Em 1933, foi promovido a general-de-brigada e enfrentou, em 1934, um movimento de rebeldia dos cadetes do estabelecimento que comandava. Inconformado com a solução dada para o caso demitiu-se do comando da escola, sendo nomeado em seguida inspetor e comandante do Distrito de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, no Distrito Federal. Nesta função, determinou que o forte do Leme, no Rio, passasse a ser chamado de Forte Duque de Caxias (Ibidem,p.

53 Essa farda foi usada pelo EB, comandado por Caxias, na Guerra contra Oribe e Rosas (1851/52) no Prata.

651). Ainda no desempenho desse cargo, teve sob suas ordens a primeira missão norte-americana de artilharia de costa, composta de um general e vários oficiais superiores. Essa missão operou profunda modificação técnica e profissional nos quadros dessa arma.

Em dezembro de 1935, no Rio de Janeiro, esteve presente à reunião dos generais convocada em razão do Levante Comunista ocorrido em novembro daquele ano. Essa reunião tinha por finalidade o exame da situação do país em face do levante, bem como a discussão sobre a suficiência das leis repressivas existentes para punir os insurretos. José Pessoa discordou da maioria dos 5 presentes, considerando irrelevante a discussão das leis existentes ou de uma nova legislação para punir os crimes cometidos, uma vez que o assunto era da competência de juristas, e não dos generais do Exército. A seu ver, a reunião devia limitar-se a hipotecar o apoio dos generais ao ministro da Guerra para que este, agindo junto aos poderes competentes, reivindicasse severa punição aos crimes praticados e a promulgação de uma nova lei, mais repressiva, para salvaguardar a nação. Da mesma forma que os demais, prestou total apoio ao ministro, General João Gomes Ribeiro Filho, para que este conseguisse no menor prazo possível a punição para os implicados no levante. Ao fim da reunião, o ministro encaminhou ao presidente da República um projeto de lei segundo o qual ficava decretado que os oficiais envolvidos na revolta não só estariam sujeitos às penalidades previstas como seriam também expulsos das fileiras do Exército.

Em junho de 1937, quando se ampliou o debate sobre a sucessão presidencial, a corrente militar que se opunha à realização de eleições procurou cercear os passos dos militares neutros ou favoráveis ao pleito. Em razão disso, e sob o pretexto de uma reunião "conspiratória" realizada na casa do General José Pessoa, o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, então inspetor da Região Sul, acusou de "inimigos do regime" o próprio general Pessoa e mais o general Valdomiro Castilho de Lima. José Pessoa escreveu diretamente a Getúlio Vargas, desmentindo Góis Monteiro, e tentou mover um processo contra seu acusador. Na sequência dos acontecimentos, porém, a situação acabou favorecendo os partidários da supressão das eleições, que receberam o apoio do governo, e os postos-chave de comando acabaram sob o controle dos generais favoráveis à solução ditatorial. Em decorrência disso, o general José Pessoa ficou, temporariamente, sem comissão, adido à Casa Militar da Presidência da República. Conforme Frank McCann, Pessoa remeteu uma carta a Vargas defendendo-se da acusação de conspirador e acusando Gois Monteiro. Na carta, comprometeu-se com Vargas a se demitir do Exército se as acusações a si fossem verdadeiras. Mas Vargas entendeu diferente e prendeu-o por seis dias (McCann, 2009, p. 514). Só em março de 1938, quatro

meses após o advento do Estado Novo, recebeu outra comissão de comando.

Inicialmente cogitado para um posto em Belo Horizonte, acabou nomeado comandante da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, ficando assim afastado do centro de decisões nacionais. Promoveu combate ao banditismo que então grassava em Mato Grosso, iniciando uma campanha militar contra os bandos armados que assolavam o sul do estado. Nessa campanha, apreenderam-se milhares de armas e munições pertencentes ao Exército que haviam sido roubadas dos depósitos do governo.

No início de 1939, foi nomeado inspetor da arma de cavalaria, a qual tratou de modernizar, dotando-a de novos regulamentos.

Promovido a general-de-divisão em maio de 1940, ocupou o cargo de inspetor de cavalaria até 1945.

Ainda em 1943, integrou a comissão que elaborou o anteprojeto de defesa dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, bem como dos portos fluviais de Mato Grosso e do rio São Francisco, como parte do esforço de guerra brasileiro previsto nos acordos militares entre o Brasil e os Estados Unidos, e passou a integrar a Comissão de Promoções do Exército.

Eleito presidente do Clube Militar em maio de 1944, assumiu o cargo em junho e nele permaneceu até junho de 1946. Sua gestão atravessou o fim do Estado Novo, e se mostrou adequada à atmosfera política de restauração dos princípios democráticos.

Por ocasião do retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB) enviada à Itália, organizou comitês de recepção para os ex-combatentes e em outubro de 1945 contribuiu para a queda de Vargas ao lançar uma proclamação contra o continuísmo (queremismo) e contra a nomeação de Benjamin Vargas, irmão do presidente, para a chefia de polícia do Distrito Federal.

Adido militar em Londres de 1946/47, retornou ao Brasil e, em 1948, participou da fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), juntamente com Arthur Bernardes e os generais Estêvão Leitão de Carvalho e Júlio Caetano Horta Barbosa. Em torno do CEDPEN se articularam de modo amplo estudantes, jornalistas, militares, professores e homens públicos, e em pouco tempo o centro se tornou o núcleo de uma campanha de mobilização da opinião pública em favor de uma solução nacionalista para a questão do petróleo. A Campanha do Petróleo, como ficou conhecida, desembocou no estabelecimento do monopólio estatal (1953) e na consequente criação da Petrobrás (1954).

Nomeado, em julho de 1948, para o comando da Zona Militar Sul (antecedente do III Exército), abrangendo tropas sediadas nos estados do Paraná, San-

ta Catarina e Rio Grande do Sul, foi, em 12 de setembro de 1949, transferido para a reserva no posto de general-de-exército.

Foi promovido a marechal em 26 de janeiro de 1953, de acordo com o a Lei n° 1.267, de 9 de dezembro de 1959 a qual recompensou com a promoção ao posto seguinte, os Oficiais e Praças da 1ª RM que combateram a Intentona Comunista em 1935.

Em 1954, foi convidado pelo presidente Café Filho para ocupar a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, encarregada de examinar as condições gerais de instalação da cidade a ser construída. José Pessoa criou uma série de sub-comissões técnicas especializadas, que apresentaram em 1955 o resultado de seus estudos num relatório integralmente aprovado. Em seguida, Café Filho homologou a escolha do sítio da nova capital e delimitou a área do futuro Distrito Federal, determinando que a comissão encaminhasse o estudo de todos os problemas correlatas à mudança. A comissão encerrou seus trabalhos em 1956.

Pessoa publicou alguns livros técnicos, conferências e relatórios, destacando-se *Os Tanks na guerra europeia,* publicado pouco depois de seu retorno da Europa, com parecer extremamente favorável do Estado-Maior do Exército. O Marechal José Pessoa é patrono e denominação histórica do 12° Regimento de Cavalaria Mecanizado, Jaguarão, RS, e é Patrono, também, da turma de 1989 da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, Campinas, SP.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1959.

Fontes:

BENTO, Cláudio Moreira. O idealizador da AMAN e de suas tradições. In: 1810-2010 200 anos da criação da Academia Real Militar à AMAN. Resende/ Barra Mansa: AHIMTB; Graf. Irmãos Drumond, 2010, p. 64-75.

_____. O Escritor e historiador militar Marechal José Pessoa. Rio de Janeiro: Revista do Clube Militar, set/out 1985 (Ed. comemorativa ao centenário do Marechal).

_____. O Exército na 1ª Guerra Mundial. In: Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n° 752,1991.

_____. FIGUEIREDO, Osório Santana. História da 6ª Divisão de Exército. Porto Alegre: Pallotti, 2001, p.214.

CÂMARA, Hiram de Freitas. MarechalJosé Pessoa - A força de um ideal. Rio deJaneiro: BIBLIEx,1985.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Fé-de-Oficio do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro: Fé-de-Ofício n° XII -113- SAPM-AHEx.

FARIA, Ivan Rodrigues de. Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. In: Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro: DPHCEx, 1996, p. 67.

FGV/CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro, 1984, p. 2705.

McCANN, Frank. Soldados da Pátria. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2009.

O livro do Capitão José Pessoa Os tanks na guerra europeia – resgate feito pelo autor[54]

Acima, a capa do livro: ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti, Capitão: Os tanks na guerra europeia.

Rio de Janeiro: Albuquerque & Neves, 1921. Exemplar por ele assim dedicado:

"À Sociedade Bibliotecária Acadêmica, homenagem do Autor, Rio, 21, VIII, 921".

O livro foi prefaciado pelo General Gamelin, Chefe da Missão Militar Francesa, que começou a funcionar no Brasil em 1920.

Na Biblioteca Marechal José Pessoa, da AMAN, existe uma vitrine em homenagem a José Pessoa. Na mesma, existem dois exemplares do citado livro, tendo na parte superior sete pequenos bustos dos patronos das Armas e Serviços do Exército, produzidos e doados pelo acadêmico emérito da FAHIMTB, Professor Flávio Camargo, o editor de vários livros da Academia de História

54 Disponível no site www.ahimtb.org.br.

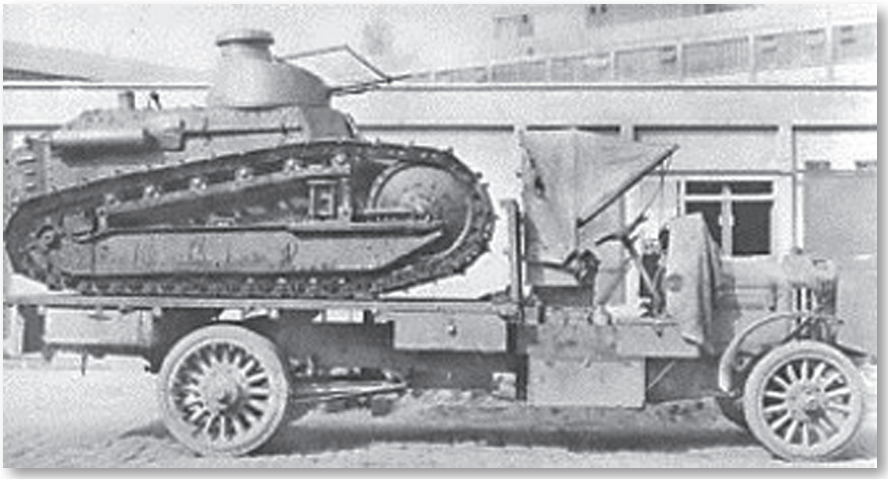
Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), dentre eles o livro "Caxias e a Unidade Nacional" lançado em 2003 em seu bi-centenário de nascimento.

Acima, a folha de rosto com a dedicatória do autor Capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, feita em 21 de outubro de 1921.

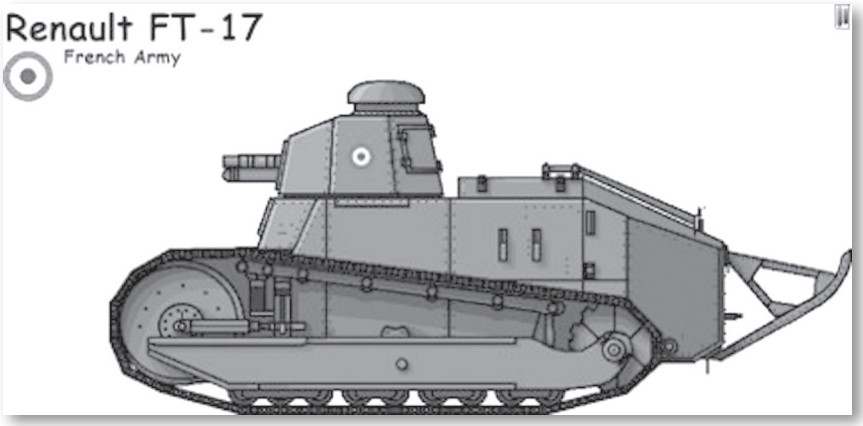
Tanks Renault Franceses F-17, do tipo dos adquiridos pelo Brasil após a 1ª Guerra Mundial

Observação: imagens retiradas do livro do Marechal José Pessoa e de sites especializados no assunto. As imagens do livro "Os tanks na Guerra Européa", infelizmente, são de baixíssima resolução.

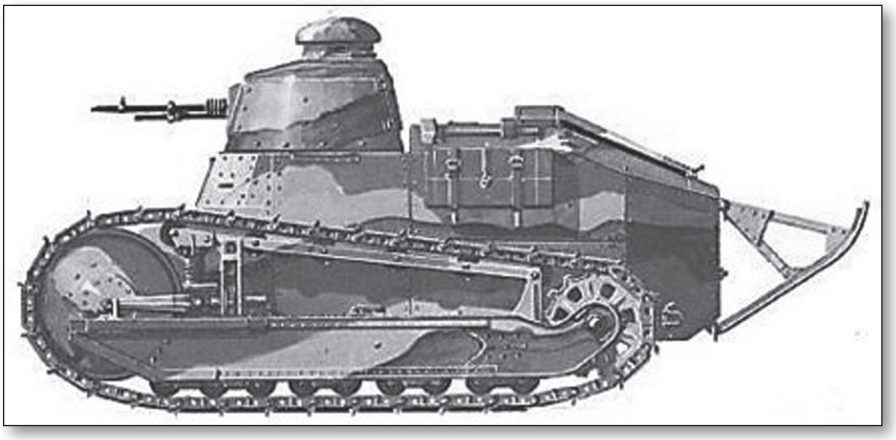
O CC Renault FT-17 (Fonte: https://www.hardmob.com.br/)



O CC Renault FT-17 embarcado em viatura-prancha
(Fonte: ALBUQUERQUE, 1921).



CC Renault FT-17 modelo carro-canhão (Fonte: deviantart.com)



CC Renault FT-17 modelo carro-metralhadora (Idem)

FIG. 37 — TANK SOBRE REBOQUE

CC Renault FT-17 sobre reboque
(Fonte: ALBUQUERQUE, 1921).

FIG. 38 — UMA COMPANHIA EM MARCHA PELA ESTRADA

Coluna de CC Renault FT-17 se deslocando em estrada na I GM

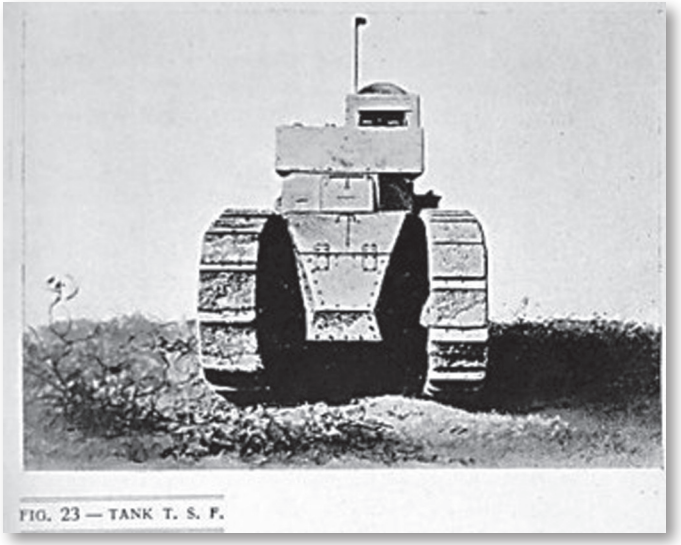
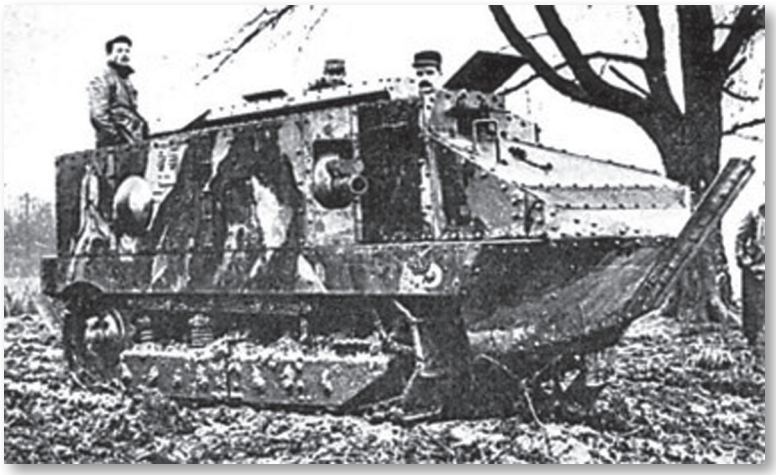


FIG. 23 — TANK T. S. F.

Imagens acima, CC francês Renault FT 17 modelo TSF (telégrafo sem fio)



Acima e abaixo, o Carro de Combate francês tipo Schneider - I GM

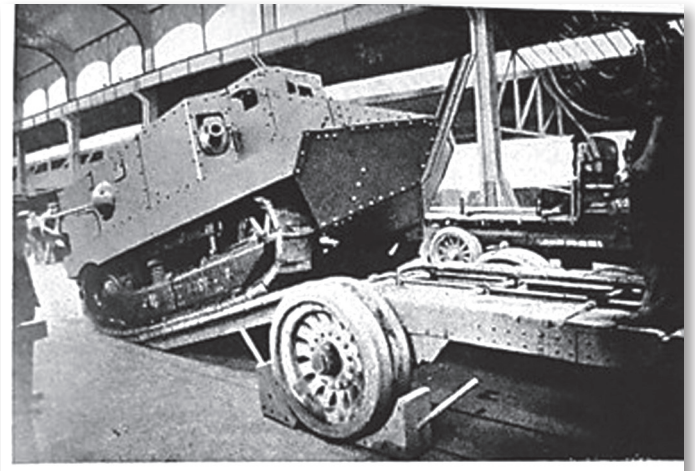
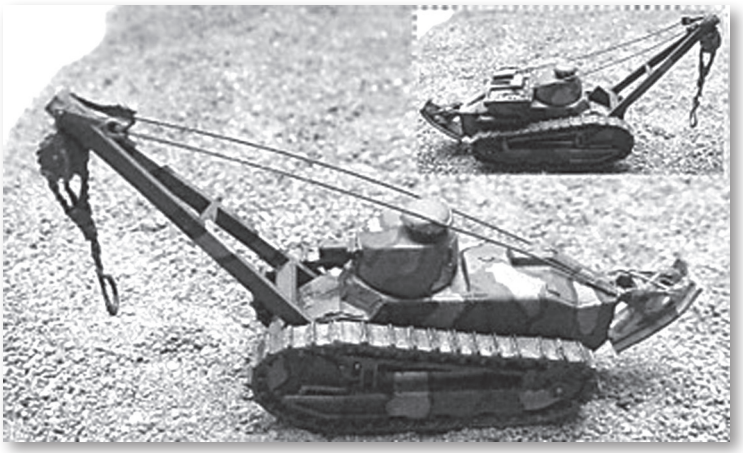


FIG. 20 — CARRO "SCHNEIDER"

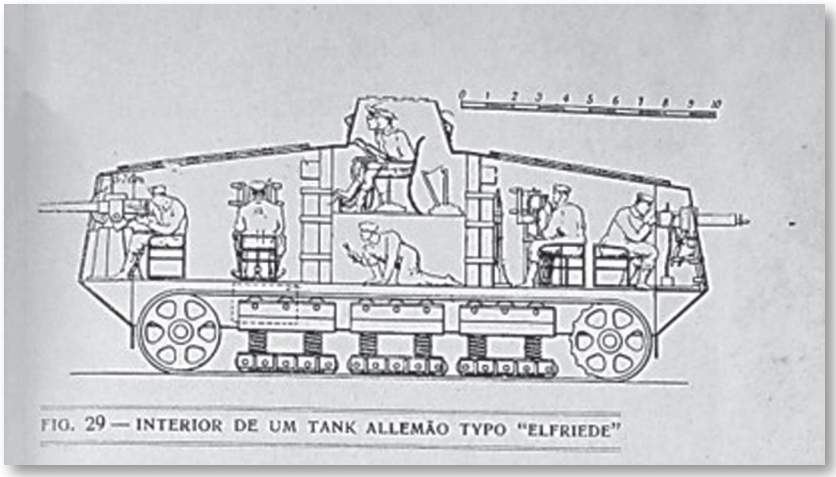


CC Renault – Carro-guincho (Fonte: blacklionshop.nl)

Tanks franceses, ingleses, alemães, carros-canhões e metralhadoras e defesas alemães anti-tank

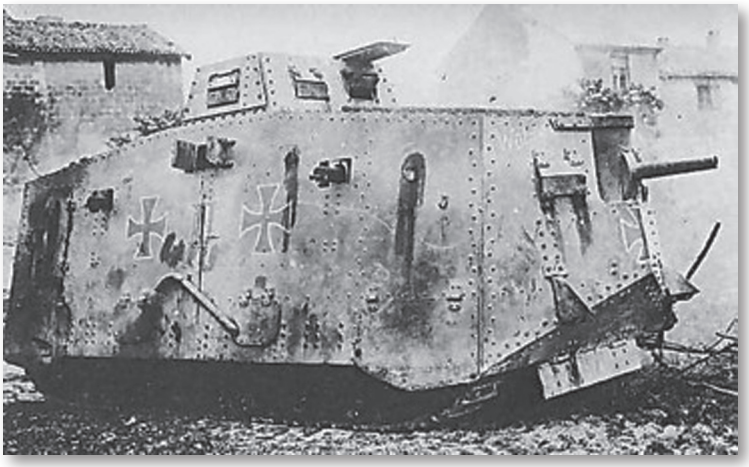
Carros Auto-canhão e Auto-metralhadora (Fonte: ALBUQUERQUE, 1921)

CC francês Saint Chamond, o mais pesado produzido durante a Primeira Guerra Mundial (Fonte: www.br.pinterest.com)

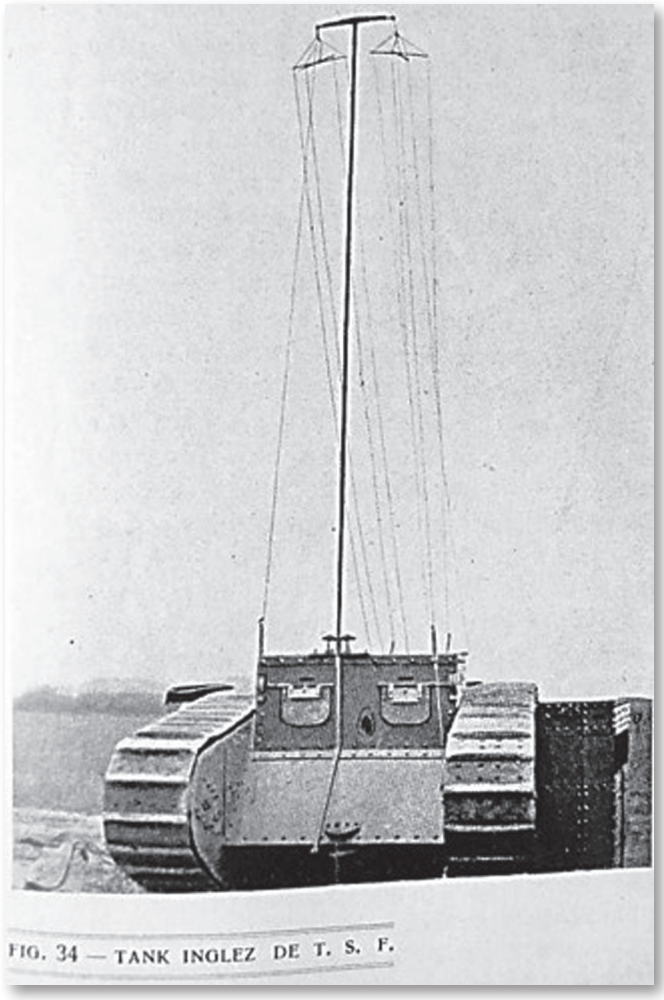


Interior de um CC alemão tipo Elfriede (Fonte: ALBUQUERQUE, 1921).

CC alemão tipo Elfriede, da I GM
(Fonte: https://zheit.com.br/post/sturmpanzerwagen-a7v)



CC alemão A 7V - Schnuck
(Fonte: https://ossekopfdivisie.fo- rum2go.nl/a7v-t130.html)



CC inglês de telegrafia sem fio (Fonte: ALBUQUERQUE, 1921).

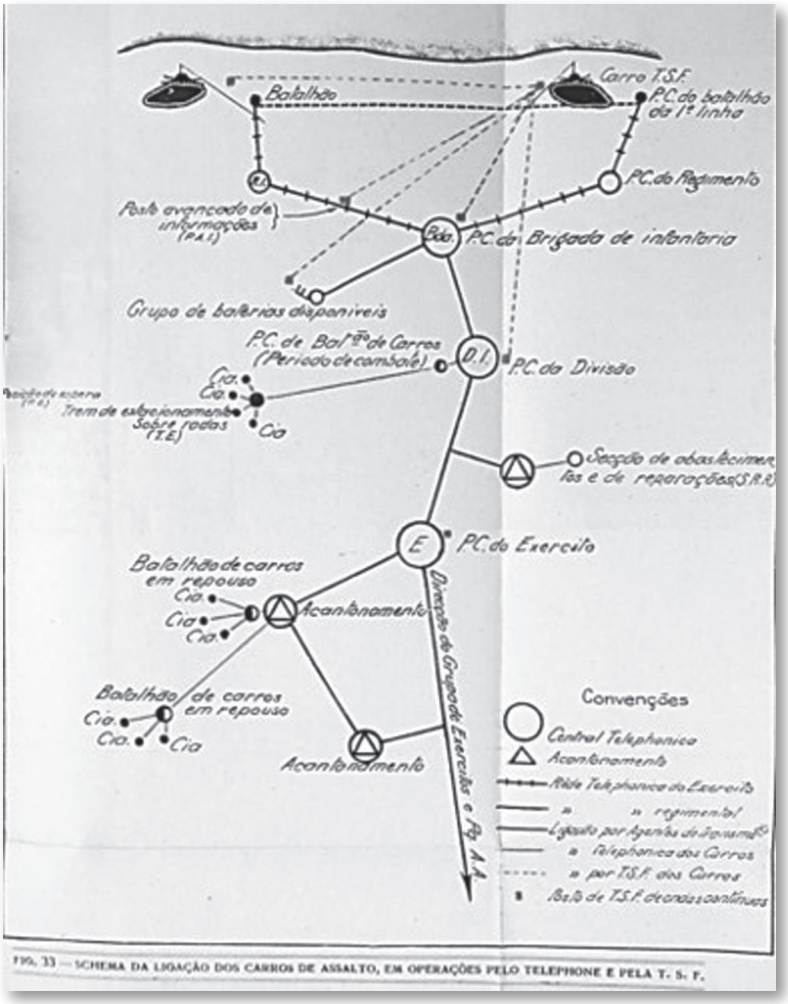
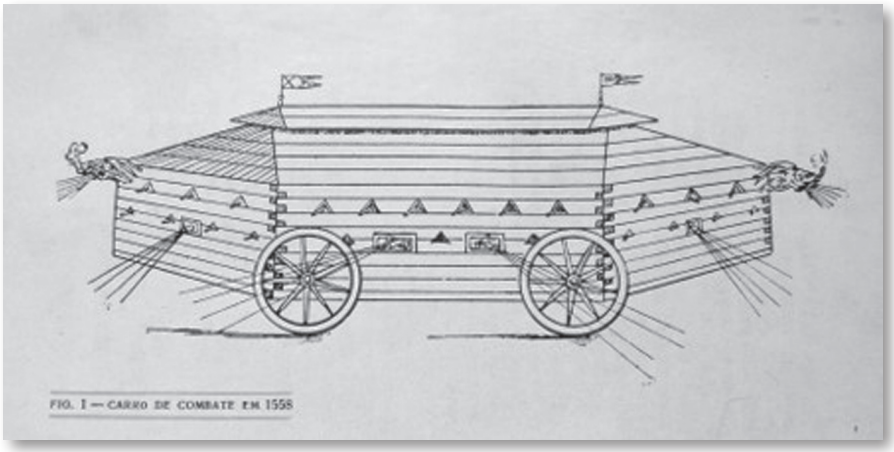
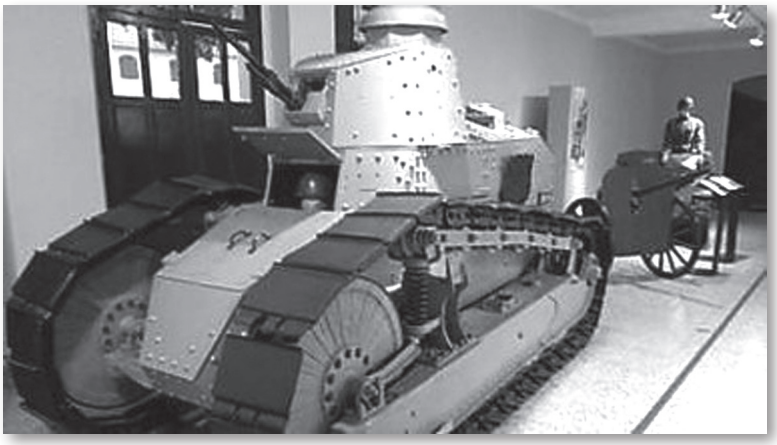


FIG. 33 — SCHEMA DA LIGAÇÃO DOS CARROS DE ASSALTO, EM OPERAÇÕES PELO TELEPHONE E PELA T. S. F.

Esquema de ligação dos carros de assalto em operações pelo telefone e pela T.L.F., telegrafia sem fio (Fonte: ALBUQUERQUE, 1921



Desenho de um Carro de Combate em 1558, séc. XVI
(Fonte: ALBUQUERQUE, 1921)



Exemplar de CC Renault metralhadora, adquirido pelo Brasil depois da 1ª Guerra Mundial existente no Museu do Exército Conde de Linhares, São Cristóvão, Rio de Janeiro.

Dedicatória do Capitão José Pessoa (transcrição)

Aos meus camaradas de armas que com louvável coragem e tenaz dedicação, se vêem esforçando no serviço obscuro da caserna em preparar, formar, aperfeiçoar, essa grande força que é o Exército Nacional, depositário dos brios e das esperanças na Nação, de quem é a mais viva e perfeita imagem, e o mais firme baluarte de sua segurança e grandeza, ofereço este modesto livro.

Rendido este tributo fraternal, seja-me dado aqui expressar minha grande e imperecível gratidão para com a ESCOLA DE CARROS DE COMBATE DE VERSAILLES e seu incomparável Corpo Docente, de par com a mais cordial camaradagem, devo a minha formação no novo Engenho de Guerra, fruto das minhas observações e estudos consagrados nestas páginas.

E por lembrar-me assim, da França gloriosa, devo expressar ainda, com viva saudade, as muitas e boas recordações que guardo do 4º REGIMENTO DE DRAGÕES, onde no meio de constante carinho dos meus bravos companheiros, iniciei meus primeiros passos nas memoráveis campanhas da Bélgica e da França.

(Transcrição do livro - extrato)

Introdução

A guerra não podia escapar à revolução que este século tem trazido a todas as formas de atividade humana.

A guerra de 1914 - 1918, foi portadora de uma transformação profunda, nos processos de combate e em todos os engenhos militares.

A Ciência em todos os seus ramos, a mecânica da guerra, especialmente, teve como terá na guerra do futuro um papel preponderante. Ao motor caberá a primazia na terra e no espaço.

Os materiais de Artilharia, os petrechos de Infantaria, os de Engenharia, da Aviação, os tratores automóveis, foram aperfeiçoados e adaptados à Guerra Moderna.

Devemos, porém, em reconhecer que dois engenhos novos dominaram fim da guerra: os Gazes Asfixiantes e os Carros Blindados conduzindo a Metralhadora e o Canhão.

A primeira dessas invenções, contrária às Convenções de Haya foi primeiramente aplicada pelos alemães em 1912.

E em larga nas ofensivas da Primavera de 1918, com obuses de gás tóxico e a yperite, nas quais eles haviam baseado as suas esperanças de Vitória. Engenho de efeito horrorizante, que obrigava os combatentes a marcharem numa atmosfera envenenada, com o rosto coberto por uma máscara protetora que lhes embaraçavam a respiração e, em sequência, diminuía a sua capacidade de esforço.

A segunda, o Carro de Combate Blindado, a máquina destinada a revolucionar a Ciência da Guerra, foi obra dos Aliados. Empregada em grande massa pelos Ingleses, Franceses e depois pelos Americanos, foi esmagador o nivelador irredutível da grande Muralha, atrás da qual esteve o inimigo entrincheirado durante quatro longos anos. Sem contar com o formidável "TANK CORPS" britânico e de "TANK CORPS" americano. Só os franceses lançaram contra o inimigo um verdadeiro Exército de TANKS. A Casa Renault havia entregado 2.720 carros constituídos de Regimentos de 200 TANKS. Cada Regimento ocupava uma frente de 4.500 metros.

Os ninhos de metralhadoras, os abrigos de cimento, as redes de arame farpado, as defesas passivas de toda a natureza foram esmagadas, destruídas.

Para mostrarmos quais os serviços prestados pelo Carro de Combate na formidável luta, basta citar a Ordem do Dia de 30 de Julho de 1918 do General Pétain Comandante em Chefe dos Exércitos franceses do Norte e do Nordeste. Aqui está este documento nos seus termos sugestivos.

"Depois do début de Abril, a Artilharia de Assalto se afirmou, em 30 combates e duas batalhas em seu alto valor ofensivo."

Ratificando o sufrágio unânime da Infantaria, que fez desde o primeiro dia, a seus novos irmãos de armas uma parte da glória.

Foi em verdade a nova arma, os Carros de Combate o efeito decisivo. E sem ela e crença geral, os Aliados teriam perdido a sangrenta partida, que se jogou no vasto Tabuleiro da Europa, entre o Mar e as fronteiras ocidentais da Suíça.

A nova organização dos Exércitos deve conformar-se com os progressos terríveis digamos assim, da Ciência da Guerra. Ninguém tem dúvida que as armas em serviço continuarão sendo aperfeiçoadas nos seus métodos e nos engenhos de fogo, mas também não se pode deixar de reconhecer que sem os Carros de Combate (Tanks), não poderão elas atravessar as zonas de morte constituídas pelas barragens de toda a natureza metralhadoras, Artilharia de Campanha e Pesada e V.B. (Lança granadas com fuzil).

Para a Infantaria avançar diante do tiro ceifante das metralhadoras, não se fará sua progressão sem haver o Carro de Assalto blindado destruído previamente os obstáculos e quebrado as defesas dissimuladas.

O ilustre General Malleterre, professor da Escola de Guerra, ao lado de Ferdinand Foch, de Petain, escrevendo a Imprensa Francesa, após as lições da guerra, sobre o novo armamento da Infantaria diz o seguinte:

De sorte que o armamento essencial da Infantaria será defuturo, o Carro de Assalto (tank), no dizer do General Malleterre. Concluiremos assim pela blindagem de toda a Infantaria, levando os seus ensinamentos aos seus últimos limites.

"Hoje a Infantaria transpõe cursos d'água sobre pontes expeditas (de Circunstância) de campanha. Não ocorrera o mesmo, com uma pesada coluna de Carros Blindados. Daí a necessidade de se construir pontes suficientemente resistentes. Tudo agravado com um fantástico material de reparação e revisões, sobressalentes, ingredientes combustíveis e o transporte que seria necessário para acompanhar e fazer viver um Regimento de 'tanks'. Seria, não há dúvida, uma unidade menos manejável, muito mais pesada que o atual Corpo do Exército."

A última guerra foi sob a ponte de vista do TANK, um simples episódio de velha luta, entre a flecha e o escudo, seguida da eterna luta entre a couraça e a bala.

O "tank" é incontestavelmente, dos meios atuais, o mais prático e o mais seguro para proteger a Infantaria. "Tank" e Infantaria, protegendo-se mutuamente, constituem uma nova linha de atiradores (o camarada de aço ao lado de seu camarada de carne e osso, o infante), do campo de batalha, em apoio móvel e constante que a Artilharia, muito morosa, ou impedida pelo terreno revolvido não poderá prestar.

O "tank" realiza a ligação estreita do Fogo e do Movimento, objeto das preocupações constantes do Infante e do Artilheiro.Combate avançado, usando constantemente de seus meios, o Choque e o Fogo, privilégio que até então só o infante possuía. Não se poderá, no entanto, concluir daí, que o tank por si só decidirá o resultado de uma campanha. Faltam-lhe qualidades para ocupar definitivamente o Terreno. É o que a Infantaria de fuzil e baioneta pode realizar.

Hoje a Infantaria é que tem capacidade para ocupar e dominar o Terreno.

É indubitável que a vitória pertencera sempre ao detentor do Terreno, isto é, a Infantaria, "A Rainha das Batalhas."

Daí a nova fórmula instituída em 1917 por Pétain, o Rei dos infantes que disse em Ordem do Dia:

"A Artilharia conquista e a Infantaria ocupa e mantém o Terreno conquistado".

Quer se trate de avião, de carro de combate blindado, de canhão sobre "Caterpillar" (Lagartas ou esteiras) deverá a nova Organização dos exércitos conformar-se com os ensinamentos da Grande Guerra. Nunca, porém antecipá-las.

Escrevendo este trabalho, tivemos em vista trazer ao conhecimento do nosso Exército, as observações que fizemos durante o período que servimos nos

Campos de Batalha da França e da Bélgica, incorporado ao 4º REGIMENTO DE DRAGÕES e os estudos que espontaneamente nos dedicamos na ESCOLA DE CARROS DE COMBATE DE VERSAILLES e no 503º REGIMENTO DE CARROS DE COMBATE, onde servimos como estagiário.

Esta Escola de Versailles, tem por fim ministrar o Ensino da nova arma, aos oficiais superiores, subalternos de todas as armas e bem assim proporcionar aos oficiais de Artilharia de Assalto o aperfeiçoamento de sua instituição, os habilitando a serem por sua vez, instrutores das unidades de Carros de Combate. E transformarem seus métodos de combate, etc.

Curso de Infantaria, suas necessidades, suas formações, seus processos de combate, sua psicologia, sobretudo, o conhecimento perfeito de apoio que os Carros de Combate podem lhe prestar em combate, noções sobre Tática da Cavalaria, com o estudo do apoio que os carros velozes poderão dar-lhe no futuro (um carro rápido 20 quilômetros por hora sobre rodas e 12 quilômetros sobre "Caterpillar" (lagartas) esta em via de realização para operar com esta arma).

A Artilharia e a Aviação são igualmente estudadas como auxiliares indispensáveis dos "tanks", as quais devem conhecer os seus Métodos de Emprego e de Ligação. Compreende igualmente o estudo da Topografia e ainda da Fortificação, contra a qual os carros são chamados a agir.

É evidente a vastidão de semelhante programa, pois engloba o conhecimento de todas as armas, levando em conta as experiências da Grande Guerra e a nova orientação dada a todas as armas.

Por outro lado, o conhecimento dos Carros de Combate é difundido especialmente entre as outras armas, que para este fim são chamadas a manobrar com frequência com eles nos Campos de Instrução.

Exporemos ainda neste modesto livro algumas idéias gerais dobre o "Tank" inglês, francês, americano e alemão, sobre o papel que os mesmos representaram na guerra, sua organização, seu emprego tático, vantagens e desvantagens dos seus diferentes tipos, etc.

Um capítulo especial consagrado à utilização pacífica dos "tanks"; seu emprego na Agricultura, nas explorações florestais, no turismo em regiões montanhosas e navegação fluvial.

Pedimos pois, aos leitores, que recebam com a sua especial indulgência, esse trabalho desambicioso, escrito sem vaidade, nem pretensões, reconhecendo apenas nele, um esforço sincero para bem servir o nosso País. E se acaso outro mérito não tiver que lhe valha o de ser o primeiro escrito em língua portuguesa.

Rio, junho 1921

Capitão de Cavalaria José Cavalcanti de Albuquerque

ÍNDICE DO LIVRO

PARTES PÁGINAS
HISTÓRICO DO TANK....3
TANK INGLÊS, SUA ORGANIZAÇÃO....13
CARRO DE COMBATE FRANCÊS - SUA ORGANIZAÇÃO....37
TANKS DE RUPTURA OU PESADOS....59
TANK ANGLO AMERICANO - SUA ORGANIZAÇÃO....67
TANK ALEMÃO - SUA ORGANIZAÇÃO E SUA COOPERAÇÃO COM A INFANTARIA....77
O TANK INDIVIDUAL....87
OS FUTUROS TANKS E SEUS APERFEIÇOAMENTOS....93
CARRO RENAULT E TANK WHIPPES....105
O TANK E A METRALHADORA....115
O CANHÃO DO CARRO BLINDADO....127
O PAPEL DO TANK DURANTE A GUERRA....129
DEFESA CONTRA TANKS....141
LIGAÇÃO DAS UNIDADES DE TANKS NOS EXÉRCITOS....159
AEROPLANOS EM COOPERAÇÃO COM OS TANKS....170
OS CARROS DE COMBATE NO BRASIL - SEU EMPREGO TÁTICO....160
DA ORGANIZAÇÃO DE NOSSOS TANKS....180
ORGANIZAÇÃO DOS TRANSPORTES, COMBOIOS E PASSAGENS NOS CURSOS D'ÁGUA....245
CONCLUSÃO.

Nota: O primeiro protótipo de carro blindado recebeu o nome de Litlle Willie e também chamado de Tank por lembrar veículo cisterna inglês segundo o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis no Informativo O Tuiuti da AHIMTB/RS Nº 129.

Conclusão

Concluindo este livro, nos seja permitido fazer ainda algumas considerações sobre a aplicação dos Carros de Combate debaixo do ponto de vista Tático e Estratégico. São mais observações deixadas pela guerra que acabou.

A primeira e principal consideração é que os Carros de Combate permitem, de uma maneira mecânica, e com um pequeno número de homens, realizar operações, para que as quais sem eles se teria necessidade de uma numerosa Infantaria. Esta mesma, em muitos casos, dadas as perdas sofridas, dado o seu esgotamento físico etc. se via impotente para avançar e conquistar o Objetivo.

Ficou claramente demonstrado nessa guerra que o Carro de Combate resolveu, em todas as circunstâncias, o problema do canhão de acompanhamento da Infantaria. O Carro de Combate abre passagem à Infantaria, apoia com os seus canhões a sua marcha de aproximação, a protege nos contra ataques inimigos e auxilia a manter o Terreno conquistado. Além disso, permite dar-se começo ao ataque sem uma grande preparação de Artilharia, o que não acontecia nos primeiros tempos de luta: O Carro de Combate incumbia-se de destruir as redes de arame farpado abrindo livre passagem. A economia de munições era enorme, milhões de obuses deixam de ser utilizados para a conquista de uma posição; a surpresa do Carro de Combate era considerada o melhor auxiliar da vitória. A preparação da Artilharia tomava considerável tempo - às vezes dias e semanas tendo o grande inconveniente de advertir o inimigo do lugar preciso onde a Ofensiva ia desencadear-se e do momento em que a Infantaria devia sair das trincheiras e se lançar no assalto cessado o bombardeio ou verificado o alongamento do tiro, após o fogo continuo.

É verdade que assistimos, mais de uma vez, a ataques, bem preparados por uma possante Artilharia, romper o "front" mal ou pouco defendido e alcançar um importante avanço, mas também assistimos, na impossibilidade de se recomeçar a Preparação, que exigia tempo considerável, aos duros efeitos de Contra Ofensiva que o inimigo organizara no curso da Preparação. Durante mais de dois anos, esse fato se repetia reciprocamente entre os beligerantes. A grande vantagem dos Carros de Combate é que a força dos seus ataques não se esgota, nem é interrompida, como a da Artilharia; os seus golpes são contínuos e suces-

sivos até a Vitória decisiva. Alcançando bem o calor desses ataques o General Ludendorff, recomendava reiteradamente à Artilharia de todos os calibres, que abandonasse sua missão, qualquer que ela fosse para encarregar-se de parar os Carros de Combate porque dizia ele textualmente: "Deter os Carros de Combate, é fazer malograr o ataque".

O ataque dos carros tem uma grande influência moral, provoca, é indiscutível, o mais desmoralizante efeito sobre o inimigo, e correspondentemente, estimula, encoraja as tropas atacantes; ao mesmo tempo em que protege as suas vidas, aterroriza e desmoraliza o inimigo, vencendo os ninhos de metralhadoras, destruindo as redes de arame farpado e demais obstáculos e facilitando o avanço da Infantaria e assegurando a conquista do Terreno.

Outra vantagem dos Carros de Combate ficou também evidente, de transportar munições e víveres até as forças das primeiras linhas. A esse problema, um dos mais difíceis da guerra moderna, os Carros de Combate, até certo ponto, deram-lhe plena solução. No 1º período de um avanço, o Terreno geralmente é impraticável no sentido ordinário do termo; não obstante, uma grande quantidade de aprovisionamentos tem de ser levada para frente a fim de permitir a exploração do sucesso. Os Carros de Combate até certo ponto, suprem as estradas e os caminhos de ferro enquanto não são construídos ou restabelecidos. A exceção dos limites criados por uma região montanhosa, rios ou pântanos, o país inteiro torna-se uma grande estrada livre aos carros, do mesmo modo que o oceano é a grande estrada da navegação marítima.

Está porém, em estudos, uma aplicação mecânica que lhes permitirá acesso a certos obstáculos naturais tidos até aqui como capazes de inutilizar os seus meios de locomoção. Finalmente, o Carro de Combate permite o Ataque Frontal de uma linha organizada, solução procurada pelos beligerantes desde a estabilização do "front" (da Frente). Termino aqui o meu trabalho. Não tem ele a pretensão de haver dito tudo quanto era preciso dessa arma que nasceu, pode-se assim dizer, nos últimos momentos da Grande Guerra. Não existe muito onde estudar e aprender. Na minha grande dificuldade, para dizer alguma coisa, interroguei os especialistas, folheei livros e revistas, e explorei tudo o que era compatível com a nobreza militar.

Ao lado, o Tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, oficial do 4º Regimento de Dragões (fran-

cês) em Operações de Guerra na França e Bélgica, no final da 1ª Guerra Mundial e o introdutor e comandante dos Carros de Combate no Brasil.

Ao lado, o Coronel Cav José Pessoa, o idealizador da AMAN, como comandante da Escola Militar do Realengo 1930-1934, em óleo no Museu da AMAN na Biblioteca Marechal José Pessoa na AMAN, Academia onde passou o seu último dia no serviço Ativo e declarando ter sido o dia mais feliz de sua vida. Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque que a Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FA-HIMTB) consagrou seu nome como patrono de sua AH-IMTB/DF federada Academia Marechal José Pessoa, com sua sede no Colégio Militar de Brasília em homenagem à sua decisiva atuação para tornar Brasília uma realidade, além de patrono de cadeira da FA-HIMTB. A seguir, uma síntese de sua exemplar vida de soldado do Brasil idealista e empreendedor incomparável.

Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

Nasceu em 12 de setembro de 1885, em Cabaceiras na Paraíba. Da sua infância e adolescência pouco se sabe. Cabaceiras foi elevada a vila no ano do nascimento de José Pessoa. Tendo como padroeira Nossa Senhora da Conceição que no império foi a padroeira do Exército e cultuada como a maior autoridade hierárquica do Exército Imperial. E seguramente não possuía uma estrutura de ensino, obrigando que seus pais o enviassem para estudar em João Pessoa. Cidade fundada em 1585 com o nome de Cidade Real de Nossa Senhora das Neves. Sob o domínio holandês foi chamada Fredericksadem e depois de Filipeia e desde 4 de setembro de 1930 por ato da Assembleia da Paraíba de João Pessoa, homenagem a seu irmão João Pessoa. Hoje o Marechal José Pessoa é considerado filho ilustre de Cabaceiras, ao lado de uma médica, de um político e de um jornalista.

Incorporou no 2º Batalhão de Infantaria, no Recife, em 1903. Aprovado em exame ingressou com 17 anos em 18 Mar 1903, na Escola Preparatória e de Prática do Realengo; no Rio frequentou a Escola Militar na Praia Vermelha – Rio, Escola fechada em 1904 e extinta em 1905, como consequência da Revolta da Vacina Obrigatória. Foi reaberta em 1906 em Porto Alegre, como Escola de Guerra, no prédio do hoje Colégio Militar de Porto Alegre, para onde foi transferido. Foi declarado Aspirante a Oficial de Infantaria e Cavalaria em 2 Jan 1909, depois de três anos no Casarão da Várzea cuja história, a se concluir do site www.ahimtb.org.br, foi resgatada pelo autor em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis no livro História do casarão da várzea 1885-2008 Resende: AH- IMTB/IHTRGS, 2008.

O aluno José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, da Escola de Guerra de Porto Alegre, figura ao centro, vestindo um casaco escuro, provavelmente como nordestino sentindo frio no Rio Grande do Sul.

A seguir, cursou a Escola de Artilharia e Engenharia do Realengo. Serviu no 13º Regimento de Cavalaria, no Rio, na 4ª Companhia de Caçadores, em João Pessoa, no 50º Batalhão de Caçadores, em Salvador, onde foi promovido a 2º Ten em 26 fev 1913, depois de 4 anos como Aspirante a Oficial e já com 27 anos, quando foi transferido para a Arma de Cavalaria. Em Salvador, foi instrutor militar da Faculdade de Medicina. E na Escola Politécnica do Rio formou-se como Engenheiro Topógrafo. Serviu em São Paulo no Quartel-General, sendo que em 1916 foi instrutor militar da Faculdade de Direito. No período 1912-1916 ocorria no Paraná e Santa Catarina a Revolta do Contestado objeto de livro do autor BENTO, Cláudio Moreira. A Revolta do Contestado (1912-1916) nas memórias e nos ensinamentos militares de seu pacificador. Resende, RJ: AHIMTB/IHTRGS, 2013, também publicado no site www.ahmtb.org.br.

Com a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, em outubro de 1917, o 2º Ten José Pessoa foi enviado em 1918 à França como um dos 24 membros da Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material. Em 1918, atuou como combatente no 4º Regimento de Dragões do Exército Francês, onde recebeu o comando do 3º Pelotão e, posteriormente, do 1º Pelotão, ambos do 1º Esquadrão, honra com que poucos estrangeiros foram brindados, Promovido a

1º Ten em 09 Mai 1918, aos 33 anos, acometido de tifo, foi evacuado para um hospital francês, onde conheceu a enfermeira inglesa Blanche Mary, voluntária na Cruz Vermelha da França, a qual veio a ser sua esposa. Em 08 jan 1919, aos 34 anos, foi promovido a Capitão, por atos de bravura em ações de combate no 4º Regimento de Dragões, na França e na Bélgica. Terminada a guerra, cursou a Escola de Carros de Combate em Versailles, e estagiou no 503º Regimento de Carros de Combate. Depois de cerca de dois anos na França retornou ao Brasil e, em 1920, assumiu o comando da então criada Companhia de Carros de Assalto do Exército, a unidade pioneira em blindados, que aquartelou na Vila Militar nas atuais instalações do 57º Batalhão de Infantaria (Escola), no Rio e foi dotada dos carros franceses Renault FT 17. Permaneceu no comando daquela Unidade até 1923, quando foi promovido a Major e assumiu a função de Fiscal Administrativo e de Sub-comandante da Escola Militar do Realengo, onde permaneceu até 18 ago 1927, por ter sido promovido a Tenente-Coronel, passando a comandar o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas – os Dragões da Independência, hoje em Brasília.

Coronel em 1929, concluiu a Escola de Aperfeiçoamento e Curso de Comando e Estado-Maior. Curso que o inspirou a criar a Escola de Cavalaria. Em decorrência da Revolução de Outubro de 1930, comandou o 3º Regimento de Infantaria, sediado no velho prédio da antiga Escola da Praia Vermelha. E a seguir passou em 19 Nov a comandar a Escola Militar do Realengo, onde permaneceu até 1934, onde revolucionou o ensino e idealizou a Academia Militar das Agulhas Negras, uma promessa da Revolução de 1930, fundada há 70 anos, em 20 de 1944, quando a FEB combatia na Itália, quase ao final da 2ª Guerra Mundial

Foi nomeado Comandante da Escola Militar do Realengo em 19 de novembro de 1930, permanecendo no comando até 1934, tendo papel fundamental na sua reestruturação e transferência para Resende-RJ. Implementou considerável melhoria na formação do Oficial do Exército Brasileiro. Neste período, idealizou a Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, restabeleceu o título de Cadete, criou o Espadim de Caxias, símbolo da Honra Militar, o Corpo de Cadetes, com Estandarte e Brasão próprios, e implementou o culto à figura do Duque de Caxias - "Cadete de Caxias".

Em 03 Ago 1933, foi promovido a Gen Bda. Em 1934 foi o nomeado Inspetor e Comandante do 1º Distrito de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar no Distrito Federal. Coordenou a vinda da Missão Militar Norte-Americana. Sob a sua direção essa Comissão influiu na criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa (atual Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea), da Escola Técnica do Exército, precursora do atual Instituto Militar de Engenharia (IME)

e na evolução da doutrina defensiva - "mentalidade Maginot" - para a doutrina ofensiva.

Foi promovido a General-de-Divisão em 24 de maio de 1940 e, em 1944, foi eleito Presidente do Clube Militar, permanecendo neste cargo até 1946. Com o fim do Estado Novo, foi nomeado Adido Militar em Londres, de 1946 a 1947. Passou para a Reserva em setembro de 1949, no posto de General-de-Exército e, em janeiro de 1953 foi promovido a Marechal.

Em 1953, foi convidado pelo então Presidente Getúlio Vargas para substituir o Gen Aguinaldo Caiado de Castro, na época Chefe da Casa Militar da Presidência da República, na presidência da Comissão de Localização da Nova Capital.

O Marechal José Pessoa, eterno partidário pela necessidade de mudança da Capital Federal, já em 1949, no discurso como paraninfo da Turma de Aspirantes-a-Oficial, na Academia Militar das Agulhas Negras, alertava àqueles jovens oficiais para sua eventual responsabilidade diante da solução de certos problemas, como o da construção da nova Capital Política do Brasil. Afirmava, ainda, que o adequado desfecho dessa questão seria útil para a grandeza e salvaguarda de nossa nacionalidade, vantagens inegáveis nos advirão, quais sejam:

1) aproximar todos os Estados pela ação radial do governo central; 2) acelerar, na direção do altiplano dos sertões brasileiros, a marcha lenta de nossa civilização, encastelada no litoral há 400 anos; e 3) resguardar nossa capital, hoje tão vulnerável, à borda do oceano, para ponto menos exposto, no coração do País, sem falar nos reflexos econômico-financeiros altamente compensadores.

Por outro lado, a nova localização da capital facilitaria também a complexa solução de outro magno problema, pois dali estenderíamos os braços aos irmãos da Hiléia Amazônica, que vivem naquelas paragens, ainda esquecidos da ajuda material e moral dos governos.

O Marechal José Pessoa faleceu em 16 Ago 1959, no Rio de Janeiro, Distrito Federal, pouco menos de um ano da inauguração da Nova Capital Federal, que ele ajudou a gerar.

Acima, foto no Pátio Tenente Moura em que o Marechal José Pessoa como General de Exército passou o último dia de sua brilhante e histórica carreira na Academia Militar das Agulhas Negras ao lado do seu comandante o General Ciro do Espírito Santo Cardoso, e recebendo do comandante do Corpo de Cadetes a apresentação do mesmo, que ele criara como comandante da Escola Militar do Realengo.

Cerimônia na Escola Militar do Realengo da criação do Corpo de Cadetes e entrega de seu Estandarte pelo Presidente Getúlio Dornelles Vargas e que aparece ao centro, tendo à sua direita o Coronel José Pessoa, comandante da Escola e à sua esquerda o Ministro Leite de Castro que, como o então Capitão Jose Pessoa, havia combatido na 1ª Guerra Mundial.

Aos três citados, muito o Exército está a dever para a concretização da Academia Militar das Agulhas Negras. História é Verdade e Justiça, segundo o historiador e pensador militar Francisco Ruas Santos.

Ao deixar o serviço ativo passou o seu último dia na Ativa na Academia Militar das Agulhas Negras e declarou ter sido este o dia mais feliz da sua vida.

A Academia Militar das Agulhas Negras possui, na entrada de seu novo Conjunto Principal, o busto do Marechal José Pessôa e, no interior deste mesmo prédio, o Memorial Marechal José Pessôa, justa homenagem ao seu idealizador.

ANEXO I

O ingresso na AMAN das 31 cadetes femininas pioneiras[55]

Em artigo do autor no site www.ahimtb.org.br transcrito a seguir ficou registrado para a História da AMAN este histórico momento. A fonte das imagens é a Secção de Meios Áudiovisuais da AMAN (SMAV).

Em 17 de fevereiro de 2018, a AMAN foi palco da cerimônia da Entrada, para frequentar a AMAN, de 31 cadetes femininas pioneiras, fato histórico ocorrido depois de 226 anos de formação somente de oficiais combatentes iniciada na Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho, a pioneira no ensino militar acadêmico nas Américas e do Ensino Superior Civil no Brasil.

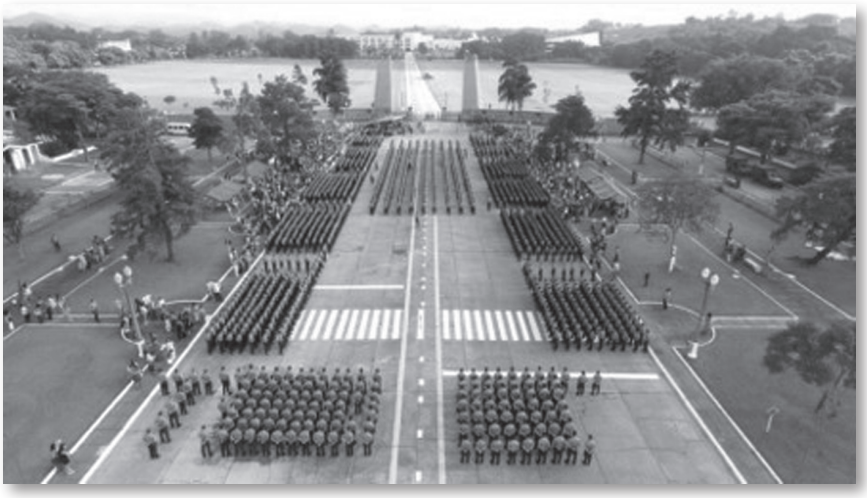


Foto do Corpo de Cadetes formado na esplanada defronte ao Portão das Armas da Academia Militar das Agulhas Negras, pronto para dar início à histórica cerimônia de ingresso das 31 cadetes femininas na AMAN, um ponto de inflexão na sua rica história, depois do início da formação acadêmica de oficiais do Exército na Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho, criada pelo Vice-Rei Conde de Resende

55 Conforme o Aditamento ao Boletim Especial do Corpo de Cadetes Nº 2/2018 ao BI Nº 34/AMAN de 21 de fevereiro de 2018 foram matriculadas 33 cadetes femininas, todas elas oriundas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), Cam- pinas, SP. Destas 33, duas não participaram da Entrada no Portão Monumental.

em Dez 1792, no aniversário da Rainha D. Maria I, e sob a égide do Príncipe Regente D. João, que criaria em 1810 a Academia Real Militar, destinada a formar oficiais para todo o Reino de Portugal. Conde de Resende também criador do município e cidade de Resende, cidade onde convivem harmonicamente, há 74 anos, as suas duas criações, a Academia Militar de Resende e a cidade de Resende (Fonte: Foto retirada de um drone pela SMAV).

O Sub-Comandante da AMAN, Cel Sebastião Roberto de Oliveira apresenta a tropa e, a seguir, toda a AMAN presta Continência de estilo ao Gen Ex Mauro Cesar Lourena Cid, Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército e 2° Presidente de Honra da FAHIMTB. Ao seu lado, o Gen Div André Luis Novaes Miranda, Diretor de Educação Superior Militar do Exército e acadêmico emérito da FAHIMTB e o Gen Bda Ricardo Augusto Costa Neves, Comandante da AMAN e acadêmico da FAHIMTB, titular da cadeira Marechal José Pessoa, 3° Presidente de Honra e 1° da AHIMTB/Resende - Academia Marechal Mário Travassos.

Mensagem do General Costa Neves às primeiras 31 cadetes femininas a ingressar na AMAN (transcrição):

"Exmo. Sr. Gen Ex Mauro Cesar Lourena Cid, Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército, Exmo. Sr. Gen Div André Luis Novaes Miranda, Diretor de Educação Superior Militar. Cumprimentando cordialmente V. Exa. também cumprimento todas as autoridades já mencionadas no cerimonial.

Faço questão de saudar de maneira toda especial nossos Cadetes, alunos e familiares dessas jovens que hoje cruzarão os Portões da Academia Militar para marcar, simbolicamente, um compromisso eterno com o Exército Brasileiro.

Pela relevância desse compromisso, essa solenidade reveste-se de um significado todo especial.

Ao ingressarem na AMAN pelo Portão dos Novos Cadetes, não estão apenas entrando na nossa querida Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e enfrentando o 'Retão', símbolo da trajetória de dedicação e perseverança da juventude militar vocacionada para a carreira das Armas. Estão reafirmando um desejo inabalável de abraçar, com ardor, uma profissão caracterizada pela honra de servir à Pátria e defendê-la, além do orgulho de cultuar os valores, as raízes históricas e as tradições do Exército Brasileiro.

Esta cerimônia se repete, com o mesmo brilhantismo e reafirmação de vocação, desde 20 de março de 1944, quando estes portões foram abertos para receber a primeira turma de Cadetes das Agulhas Negras. Isso significa que, hoje, vocês representam a confirmação inegável de que nossa Instituição vive

e se eterniza pela renovação do compromisso de bem se preparar, com vigor, entusiasmo, perseverança, resiliência e espírito de sacrifício, para servir competentemente ao nosso Exército.

Notem que os Portões da Academia estão emoldurados por dois grandes pilares. Eles se projetam majestosos para nos lembrar os princípios de hierarquia e disciplina que norteiam nossa Força. Ainda, ao fundo, pode-se vislumbrar o Maciço das Agulhas Negras, indicando a fortaleza de caráter e altivez dos princípios que regem a vida de um Cadete da AMAN.

Seus comandantes, professores, instrutores e monitores nos empenharemos, ombro a ombro com vocês, para que cada um desenvolva a necessária têmpera e as indispensáveis competências para o oficialato e para a capacidade de liderar. No entanto, cada um de vocês é quem deve construir sua própria caminhada na AMAN, sendo responsáveis pelos próprios passos, atos e pela conquista dos próprios sonhos. Tudo depende do seu esforço, dedicação, compromisso, vibração, atitudes e vontade.

Estudem com afinco, pois, a um oficial, além de arrojo, bravura e condição física, cabe possuir elevado conhecimento técnico-profissional, cultura geral e competências sócio-emocionais que respaldem suas decisões como comandante. Como se não bastasse toda a simbologia da transposição dos Portões, hoje vivemos um momento especial e histórico para AMAN. Neste compromisso de abraçar, de corpo de alma, os valores da nossa Instituição, temos as primeiras Cadetes da Academia Militar. São as pioneiras na formação de oficiais combatentes de carreira do sexo feminino do nosso Exército. Nossa Força e nossa AMAN prepararam-se muito bem para esse desafio, que já está fadado ao sucesso.

Por fim, reforço que estaremos orientando e incentivando durante toda a sua formação, mas, em especial, destaco que nos encontraremos nesses mesmos Portões, daqui a quatro anos, para celebrar a conquista de um ideal daqueles que mostrarem capacidade e força de vontade.

Integrantes da Turma Dona Rosa da Fonseca. Orgulhem-se por estarem aqui. Orgulhem-se por serem Cadetes de Caxias.

Orgulhem-se por terem escolhido se dedicarão serviço da Pátria. Orgulhem-se por pertencer ao tradicional e vitorioso Exército Brasileiro. Sejam muito bem-vindas à Academia Militar das Agulhas Negras - lugar de gente patriota; lugar de gente de valores; lugar de gente competente; lugar de Soldado do Brasil. Sejam muito felizes" (final de transcrição).

Acima, o General Cid, então Chefe do DECEx, falando ao Corpo de Cadetes formado ao fundo.

Acima, a cadete mais jovem (17 anos), da Turma Rosa da Fonseca, Emily Braz, recebendo a chave do portão de entrada dos cadetes do cadete mais jovem matriculado em 2017 - cadete Lima, do Curso de Infantaria, cumprindo uma tradição da AMAN de 74 anos. Lembro que na minha passagem pelo portão em 1853, ingressou conosco "o General Cadete - General Ciro Espírito Santo Cardoso" que comandara a AMAN, então Academia Militar de Resende, de 20 Fev 1948 a 10 Mar 1950, em cujo comando o Marechal José Pessoa, o idealizador da AMAN e de suas mais caras tradições até hoje preservadas, passou o seu último dia na Ativa, o qual considerou o dia mais feliz de sua vida (Fonte: SMAV/AMAN).

Acima, a Cadete claviculário, Emily Braz, pede permissão ao Comandante da AMAN para abrir o portão de entrada dos novos Cadetes, para nela ingressarem 414 novos cadetes, e abaixo a abertura do Portão (Fonte SMAV/AMAN).

A cadete Emily e o General Costa Neves iniciam a abertura do portão o qual, do lado interno, apresenta os distintivos das Armas de Engenharia, Serviço de Intendência, Arma de Comunicações e Serviço de Material Bélico. Os dois últimos não existiam quando fui declarado Aspirante a Oficial em 1955. Os cursos de Engenharia e Comunicações foram aplicados em minha primeira unidade na 6ª Companhia de Comunicações em São Leopoldo, RS.

Abaixo, a cadete Emily completa a abertura do portão. Ao lado do distintivo da Intendência uma de suas duas opções, junto com o Serviço de Material Bélico, que integram a Logística - prever para prover! Cada evento relacionado com a Abertura era, ao final, comemorado com um rufar de tambores pela banda (Fonte SMAV/AMAN).

Acima, um grupo de seis cadetes pioneiras adentrando simbolicamente na AMAN entre alas de cadetes veteranos, onde permanecerão por quatro anos, até sua declaração de Aspirantes em 2021.

Abaixo, a cadete Emily fechando o portão até a nova matrícula de novos cadetes quando entregará a chave ao mais jovem cadete, masculino ou feminino (Fonte SMAV/AMAN).

Acima, na formatura do 1° ano na Esplanada exterior à AMAN, vêem-se 414 cadetes, sendo 371 brasileiros, mais as 31 cadetes pioneiras e dez cadetes de nações amigas. A identificação das cadetes pioneiras é feita pelo coque nos cabelos (Fonte SMAV/AMAN).

Foto do General Costa Neves e autoridades, cadetes e seusfamiliares, no Teatro General de Exército Leônidas Pires Gonçalves, o ampliador das instalações da AMAN, quando Ministro do Exército. Reunião realizada depois de memorável desfile da AMAN na Avenida Exército Brasileiro, ao comando do Sub-Comandante Cel Sebas-

tião Roberto de Oliveira e ao som do dobrado Batista de Melo, de autoria do Sargento patrono de Cadeira especial da FAHIMTB, ao som da Centenária Banda da AMAN e em continência ao General Cid, Chefe do Departamento de Educação e Cultura do EB. Presente ao Palanque, a convite do General Castro Neves, as seguintes autoridades convida- das, dentre outras, e mais os seguintes generais além do General Novaes, Diretor de Educação Superior do Exército: Gen Div Riyuzo Ikeda, Diretor de Patrimônio do Exército, Gen Div Carlos Norberto Lanzelotti, ex-comandante, da mesma forma que o autor, do 4° Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá-MG; Generais de Brigada Maurílio Miranda Netto, comandante da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, André Alcântara Leite, comandante da Brigada de Infantaria Leve (ex-comandante do Corpo de Cadetes), André de Souza Reis, Chefe de Programação e Controle Orçamentário do Comando Logístico, e mais o Gen Bda Mário Luiz Monteiro Muzzi, o Prefeito de Resende Dr. Diogo Balieiro Diniz, Dr. Euler de Almeida Silva Júnior, Juiz Federal, e Dra. Adrianni Fátima Falcão Santos, promotora em Goiás (Fonte SMAV/AMAN).

Acima, breves palestras no Teatro General Leônidas dirigidas, em especial, para as 31 cadetes pioneiras e seus familiares pelo Cel Eng Luis Henrique Santos Franca, sub-comandante do Corpo de Cadetes.

Acima, no impedimento do seu comandante Cel Flávio Alvarenga Filho, em missão. Abaixo, o Major Bergamaski, Comandante do Curso Básico (Fonte SMAV/AMAN).

Relação das 33 cadetes pioneiras aprovadas em concurso para a AMAN/2018

GIOVANA ABRÃO SANTOS, MARIA CECÍLIA DA SILVA VIEIRA, THAMARA DIEHL, SARAH CASSANI LEITE, DEBORAH RENATA GUTBIER DOS SANTOS, VANESSA RODRIGUES ALVES, ANA LUIZA SANTANA, ISABELLA SILVA DE OLIVEIRA, LORHAN IGNACIO MELLO, CASSIA EDUARDA AMARO, DONARA TEREZA MARTINS CAMELO DE OLIVEIRA, FABIANA MUZZI LEITE, CINTIA SILVA VIDIGAL, MILENA CANESTRARO, NAYARA LUIZA RIBEIRO DA SILVA, AMANDA JULY GONÇALVES RODRIGUES, RENATA LIMA CAMPOS, JÚLIA DE MELLO ÁVILA, MARIA EDUARDA DE MELO SILVA, MARIA LUISA HARDUIM MEDELLA, ADRIELE DO NASCIMENTO COURA, AMANDA FALCÃO ALMEIDA, EMILY DE SOUZA BRAZ, ANDRIELLY MOSTAVENCO GOMES, MIKAELA RAMIRES ALCANTARA, VALQUIRIA LETÍCIA GOMES DE MESQUITA, VITORIA BEZERRA COSTA, THAINÁ COSTA CUNHA, BIBIANA SARTORI CHAGAS, LAURA PITASSI BARD SCHUMACKER, RENATA ALVES DE LIMA CAPRI, ANDREA ARAKI, ISABELE COLLA LAZZARI ROYES.

RECEPÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO DAS 31 CADETES PIONEIRAS NA FAHIMTB, EM 13 Abr 2018

Publicado no Informativo O GUARARAPES nº 51-A, de 13 Abr 2018

Cel Claudio Moreira Bento

É com satisfação que a Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), recebe uma representação das 31 cadetes combatentes para a formação acadêmica militar no Exército depois de 226 anos de formação somente de oficiais masculinos. É relevante este ponto de inflexão no Exército que assinala o inicio de oficiais combatentes femininas.

A FAHIMTB, há 22 anos, foi acolhida em instalações da AMAN, onde desenvolve a história das Forças Terrestres do Brasil: Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Policiais e Bombeiros militares e outras forças que as antecederam como os Voluntários da Pátria, Guarda Nacional etc.

Abaixo, a imagem do evento de recepção.

No auditório da FAHIMTB, na AMAN, a leitura pelo presidente e fundador da FAHIMTB, Cel Claudio Moreira Bento, de sua mensagem

às 31 cadetes pioneiras combatentes, presentes na Mesa Diretora, à direita o Gen Bda Costa Neves - comandante da AMAN, 3º Presidente de Honra da FAHIMTB e acadêmico titular da Cadeira Marechal Pessoa. À esquerda, o Comandante do Corpo de Cadetes Cel Alvarenga e mais à direita o Major Bergamaski, comandante do primeiro ano da AMAN.

A História Militar Terrestre do Brasil possui grande relevância, em especial para o Exército, coerente com esta expressão de "ser a história a mestra da vida, a mestra das mestras".

E a História Militar Terrestre do Brasil é a mestra das mestras dos profissionais do Exército, pois estuda o passado militar do Exército para entender o seu Presente e por colocar o seu enorme potencial a serviço da construção do futuro do Exército Brasileiro e, a partir de agora com o concurso das cadetes pioneiras.

Foi expressão usada pelo grande historiador Marechal Ferdinand Foch que deixou a Escola Superior de Guerra da França, onde ensinava História Militar, para comandar a Vitória Aliada na 1ª Guerra Mundial:

"Para alimentar o cérebro de um exército na Paz, para melhor prepará-lo para a guerra não existe livro mais fecundo em lições e meditações que o livro de História Militar".

Ao se referir ao cérebro de um Exército, entenda-se um grupo seleto de oficiais que desenvolvem a Doutrina do Exército e a instrução do seu Quadros e Tropa. Seriam eles o comandante do Exército e seu Estado-Maior, generais, comandantes, chefes e respectivos Estados Maiores ou acessórias, os pensadores e historiadores e planejadores militares e especialistas em formulações e atualizações de doutrinas.

Portanto, o cérebro formula a Doutrina Militar ou as maneiras como um Exército, se ORGANIZA, SE EQUIPA, SE INSTRUI e se MOTIVA (do Porque lutar se necessário, ou morrer se preciso for). E, finalmente o EMPREGO operacional do Exército, à luz dos fundamentos da Ciência e Arte Militar.

O cérebro do Exército ao formular a Doutrina Militar conta com o concurso do CORPO do EXÉRCITO como executor da Doutrina Militar.

Há 47 anos dedicado a preservar, pesquisar e divulgar a História Militar Terrestre do Brasil, por vocação e, em especial a do nosso Exército, acumulamos nesta sala o maior ou o único acervo classificado à luz do Sistema de Classifi-

cação de Assuntos de História Militar Terrestre do Brasil do Estado-Maior do Exército a serviço do Cérebro do Exército e de seu Corpo, visando neste consolidar a identidade e a perspectiva histórica e fortificar seus valores.

Há 68 anos sirvo o Exército como profissional e historiador militar e três anos a mais que o Duque de Caxias, Patrono do Exército e da FAHIMTB, da qual sou o último biógrafo e creio o mais completo no livro CAXIAS E A UNIDADE NACIONAL[56] publicado por ocasião do seu bicentenário em 2003.

As informações militares históricas explodiram, contidas numa imensa quantidade de livros artigos e revistas. Dentro desta realidade, há oito meses decidimos colocar toda a nossa produção literária na internet, para perenizá-la e tornar acessível a todo o computador ou telefone celular na rede mundial de computadores.

Enfim, que estas informações venham a ser úteis para as suas vidas de combatentes que ora iniciam.

Acima, o Gen Costa Neves, Cmt da AMAN, Presidente de Honra da FAHIMTB e Acadêmico titular da Cadeira Marechal José Pessoa e, ao lado, o autor

56 Bento, Cláudio Moreira, Coronel. Caxias e a Unidade Nacional. Porto Alegre: Gênesis, 2003.

Acima, o autor, entregando para a cadete de menor idade um exemplar do livro da História da formação de oficiais desde a Real Academia de Fortificação e Desenho até a AMAN, para que as cadetes conheçam a evolução da formação de oficiais do Exército no Brasil desde 1792 até 2010, e com destaque para a história da atual Academia Militar. Ao lado do Cel Bento, o Coronel Alvarenga, Comandante do Corpo de Cadetes. À **frente, na mesa, dois exemplares do Livro de História Militar do Exército, abordando as lutas externas e internas do Brasil de 1500 – Atualidade.**

Nesta página anterior e nesta, duas imagens focalizando a Recepção pela FAHIMTB das 33 cadetes combatentes pioneiras

Nota do autor: este artigo é fruto de uma reportagem artesanal histórica feita pelo Presidente e fundador da FAHIMTB e que seguramente contém falhas e erros pelos quais antecipadamente o autor pede desculpas, solicitando ao leitor e pesquisador interessados que se fixem no Fundo e não na Forma, pois "História não é Gramática". O autor recomenda que antes de iniciar a leitura ou pesquisa no site www.ahimtb.org.br, leiam no ícone Livros e Plaquetas o título em vermelho: POR FAVOR LEIAM ANTES DE INICIAR A LEITURA OU PESQUISA.

ANEXO II

Para se avaliar a Projeção do Marechal José Pessoa é só comparar com a Escola Militar do Realengo que o autor focalizou em artigo no site www.ahimtb.org.br, a seguir transcrito (em fonte Arial 12).

A Revolta da Vacina Obrigatória na Escola da Praia Vermelha e na Escola Preparatória e Tática do Realengo

Este assunto foi resgatado em detalhes pelo acadêmico da FAHIMTB Cel Juvêncio Saldanha Lemos em seu livro As duas revoluções que abalaram o Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Porto Alegre: Edigal, 2019[57] (capa abaixo).

57 LEMOS, Juvêncio Saldanha. As duas revoluções que abalaram o Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Porto Alegre: Edigal, 2019.

Sobre o assunto, e com apoio nesta obra realizaremos uma análise militar crítica, do qual conhecíamos em detalhes suas benéficas consequências para a profissionalização do Exército, depois de 31 anos de vigência do Bacharelismo no Exército e da danosa influência de um Positivismo mal interpretado, responsáveis em grande parte pelas grandes dificuldades que o Exército encontrou no combate à Guerra Civil de 1893/95 na Região Sul, em combinação com a Revolta de 1/3 da Armada e, a seguir, na Guerra de Canudos (1897).

Causas Remotas

Um Decreto de 1874 cria a especialidade de bacharéis militares em Engenharia e em Ciências Físicas e Matemáticas, visando a elevação social dos oficiais combatentes que, para fins de casamento não eram considerados bons partidos, por viverem constantemente fora do lar no combate em guerras e revoluções e sem pensões por morte compensadoras.

Esta providência que visava também o desenvolvimento tecnológico do Exército, terminou descuidando da sua preparação militar para e eventualidade de uma guerra interna ou externa, e dividindo do Exército em Bacharéis e Tarimbeiros, tornando o Exército de 1874/1904, por cerca de 31 anos dominado pelos Bacharéis, do que resultou o baixo desempenho operacional do Exército, na Guerra Civil no Sul 1893/95 em combinação com a Revolta de 1/3 da Armada e, a seguir, na Guerra de Canudos (1897).

Causas Imediatas

A Lei n° 1261, de 31 Out 1904, que tornou obrigatória a vacinação e revacinação, promulgada pelo Presidente da República, a qual provocou a Revolta da Escola da Praia Vermelha e a do Realengo no Exército e a Revolta Civil de Quebra Lampião.

Forças em presença

Revoltosos: 300 alunos da Escola da Praia Vermelha organizados, três companhias de Infantaria e mais uma incompleta e um canhão com tração humana.

Governistas: 1º Batalhão de Infantaria, grupos de Infantaria, um esquadrão do 9º Regimento de Cavalaria, alguma tropa de Polícia e de Bombeiros.

A Revolta da Vacina Obrigatória no Exército ocorreu na Escola Militar da Praia Vermelha, comandada pelo General Alípio de Macedo Costallat, que foi deposto pelo General Silvestre Travassos. E na Escola Preparatória e Tática do Realengo, comandada pelo General Hermes da Fonseca.

Comandos das forças em confronto

As revoltosas, pelo General Silvestre Travassos, líder da Revolução Militar da Escola da Praia Vermelha; e as legais pelo General Antônio Carlos da Silva Piragibe, ambos heróis do Paraguai sendo que o General Silvestre era positivista.

Desenvolvimento da Revolta

O General Silvestre Travassos, o senador Ten Cel Lauro Sodré e o deputado e historiador gaúcho Alfredo Varela se apresentam defronte à Escola da Praia Vermelha, destituem o seu comandante, o general Alípio de Macedo Fontoura Costallat e assumem o comando da Escola.

O plano seria o General Antônio Olympio da Silveira assumir o comando da tropa rebelada reunida na Praça da República, ocupar o Palácio do Catete, prender o Presidente da República e toda a sua equipe. E vitoriosa a revolta, empossar o Senador Ten Cel Lauro Sodré como presidente da República, com poderes ditatoriais.

Ten Cel Lauro Sodré.

Desenvolvimento da Revolta da Praia Vermelha

General Travassos, tirou o boné e falou ao General Costallat **"General, em nome da mocidade revoltada, assumi o comando desta Escola".**

E foram tomadas providências para formar a tropa com alunos da Escola da Praia Vermelha para rumar em direção ao Palácio do Catete para depor o Presidente. Era uma força de 300 alunos divididos em três companhias de Infantaria, e uma incompleta que foi formada defronte a Escola e um canhão "com tração lusitana". Era porta-bandeira o aluno Frederico Horta Barbosa, ao lado do qual montado a cavalo se postou o Senador Ten Cel Lauro Sodré, segundo em Comando.

O ambiente entre os alunos, era de "oba oba", pois não acreditavam que haveria combate e que a revolta seria ganha no grito. E ignoravam que o Palácio do Catete estava sendo protegido por forte esquema defensivo.

O General Travassos, mesmo com pouca munição decidiu prosseguir na ação. Colocou-se à frente da tropa formada em colunas e ordenou a marcha em direção ao Catete pelo seguinte itinerário: atual Avenida Pasteur, rua General Severiano, rua da Passagem, Praia do Botafogo, Catete. No Palácio do Catete, o Ministro da Guerra General Francisco de Paula Argolo reúne-se com o presidente Rodrigues Alves e seus ministros. O ambiente era de tensão! Boatos informavam que da Praia Vermelha uma tropa de 1000 homens, militares e civis, marchavam para destituir o Presidente da República.

E foi organizada uma força ao comando do General Antônio Carlos daSilva Piragibe para enfrentar a Revolta. Força heterogênea, composto do 1º Batalhão de Infantaria, grupos de Infantaria, um esquadrão do 9º Regimento de Cavalaria, alguma tropa de Polícia e de Bombeiros.

Palácio do Catete

O Presidente Rodrigues Alves e o Palácio do Catete

O General Piragibe comandava a Brigada Policial do Distrito Federal e era genro de General Clodoaldo da Fonseca, sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca.

E o destacamento heterogêneo do General Piragibe, em clima de desordem, se deslocou em direção a Praia Vermelha. Na Avenida Pasteur, o General Travassos se defronta com a Vanguarda do General Piragibe, um Esquadrão do 1º RG, o atual Dragões da Independência de Brasília. Vanguarda que aderiu a Revolta.

E foi aplaudido pelos alunos.

Quando a coluna do General Travassos penetrou na rua General Severiano, uma companhia de Infantaria do General Piragibe adere à Revolta. Era noite escura, densas nuvens cobriam o Rio, chuva

fina, marcha difícil, artilharia tracionada a braço muito lenta! O ânimo começou a fraquejar.

A Coluna General Travassos chega à rua da Passagem às 22:30 h. Ao atingir a esquina da rua General Polidoro, o General Travassos ordena um alto da sua coluna, pois pela praia de Botafogo avançava a tropa legalista do General Piragibe.

O General Travassos envia seu ajudante de ordens, o Alferes-aluno João Silvestre Cavalcante para parlamentar com a tropa do General Piragibe. E ele foi recebido por uma saraivada de tiros. Ferido gravemente, retornou a galope pela rua da Passagem, até cair morto junto à Companhia. Foi então que os alunos se convenceram de que estavam em guerra!

O General Travassos, noite escura, ordenou que os alunos tomassem posição de combate nos meios-fios das calçadas. O canhão não obedeceu a ordem de avançar!

A tropa legalista, entrando na rua da Passagem no escuro, uma rajada de tiros cerrada e rasante. E os alunos a responderam. Foi um tiroteio no escuro, a esmo e descontrolado, onde todos que corriam o risco de serem atingidos pelos contrários, o que era igual ao de ser atingido pelo fogo amigo. A escuridão era total! O General Travassos foi baleado com um tiro na perna esquerda que o mataria dias depois. O seu cavalo morreu na hora. O senador Ten Cel Lauro Sodré, procurado para substituí-lo levou na cabeça um tiro de raspão, foi conduzido a uma farmácia. Refugiou-se na casa de um amigo e desapareceu!

Os alunos João Ferreira e Pantaleão Pessoa dedicaram-se a socorrer os feridos. O Esquadrão de Cavalaria e a Companhia de Infantaria que aderiram à Revolta avançaram de trás, desordenadamente, pela rua da Passagem, atropelaram os alunos que estavam na frente, levando-os a pensar que estavam sendo atacados pela retaguarda, o que gerou pânico generalizado.

Em realidade houve uma tamanha debandada de ambos os lados com a invasão de jardins e quintais particulares. Muitos pularam os muros do Cemitério de São João Batista e se esconderam entre os túmulos.

Às 6:30 de 15 de novembro de 1904, 15° ano da Proclamação da República, chega à Escola Militar o Coronel José Caetano de Farias com seu 1° Regimento de Cavalaria.

E de automóvel, o Ministro da Guerra General Francisco de Paula Argollo e, ainda, o Ministro da Viação, o Major Lauro Muller.

Na tropa do General Piragibe só restou ele. O seu Estado-Maior pôs-se em fuga, precipitadamente, com receio dos alunos que já não tinham direção nem objetivo. No trajeto de retorno ao Palácio do Catete, o General Piragibe ob-

servou armas atiradas na rua, que eram inutilizadas, soldados em marcha ainda assombrados, outros subindo em bondes e outros por fim, denunciados por garotos, imersos até o pescoço, nas águas da enseada de Botafogo...

No Palácio do Catete, o Presidente Rodrigo Alves, ao saber do tiroteio na Rua da Passagem mencionou:

> "Foi indescritível a cena que se seguiu. Pensei que as forças do General Piragibe haviam sido derrotadas e que a Escola Militar da Praia Vermelha vinha sobre o Palácio...A coragem foi voltando; as providências começaram a ter ordem, as barricadas de defesa em andamento e, em breve estávamos preparados para qualquer encontro, porque começaram a chegar forças do Exército".

Os alunos da Escola Militar retraíram em confusão.

Enfim o combate da rua da Passagem durou cerca de meia hora. Ao amanhecer, a rua da Passagem tinha um aspecto desolador! Curiosos se aproximavam para ver os vestígios do combate espalhados por toda a parte - balas encravadas nas paredes, lampiões quebrados, cartuchos descarregados, cavalos mortos e as pedras das ruas banhadas em sangue.

A Escola Militar da Praia Vermelha estava sem moral, sem munição e sem comando. O tenente Tertuliano de Albuquerque Potiguara, que participara do combate, conseguiu impor alguma ordem. Mandando os alunos para seus alojamentos e os oficiais para as suas casas. E que tirassem da cabeça a ideia de continuar a luta!

Na madrugada de 15 de novembro, o Encouraçado Deodoro efetuou dois tiros de canhão sobre a pedra da Urca, enquanto navios menores metralhavam a praia da Saudade, por julgarem que revoltosos ali estavam a postos.

A Escola entrou em pânico. Era o fim de uma triste aventura! O Ministro da Guerra Gen Francisco de Paula Argolo se colocou à frente da Escola formada e falou:

> "Não era bem os senhores que eu queria encontrar aqui, mas aos chefes que exploraram o vosso ardor, que poderia ser mais bem empregado".

E informou que todos estavam presos e seriam enviados a quaréis da Guarnição.

Na página seguinte, acima, o General Francisco de Paula Argolo.

Gen Francisco de Paula Argollo

Os jornais do Rio não deram importância ao levante da Escola Militar, o qual consideraram uma irresponsável quartelada, sem qualquer chance de sucesso.

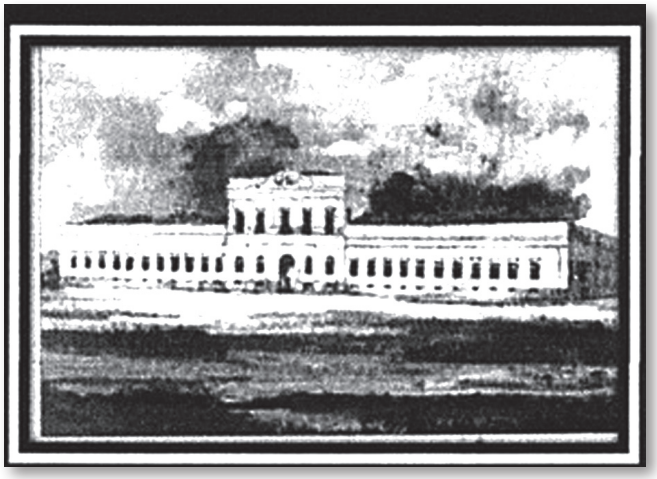
O Jornal O País apontou o Senador Ten Cel Lauro Sodré como o maior responsável pela frustrada rebelião, por abusar da confiança e do prestígio que exercia sobre os alunos... moços finos e bravos, de tão boa fé.

A Revista O Malho n° 115/1904 (capa abaixo) abordou em charge a Revolta como uma tentativa de golpe militar. No canto superior esquerdo focaliza o Gen Silvestre Travassos ferido na perna sobre seu cavalo morto. E no canto inferior direito, montado a cavalo, o Gen Piragibe no comando das forças do Governo.

Nota do revisor: conforme o site http://omalho.casaruibarbosa.gov.br/?lk=8, a revista *O malho* integra o conjunto de periódicos organizado por Plínio

Doyle, adquirido em 1988 pela Fundação Casa de Rui Barbosa com o apoio da Finep. A coleção da Fundação Casa de Rui Barbosa totaliza 576 fascículos e se concentra no período de 1902 a 1911. Oferece edições dos anos 1918, 1919, 1935 e 1952. *O malho* começou a ser veiculado em 20 de setembro de 1902. Foi fundada por Luís Bartolomeu de Souza e Silva. Ainda que focada principalmente na vida política do país, a cultura e a crítica de costumes sempre estiveram ali presentes, tanto nas charges como em artigos escritos por Olavo Bilac, Pedro e Emílio de Rabelo, Arthur Azevedo, Álvaro Moreyra e outros mais.

A tentativa de Revolta na Escola Preparatória e Tática do Realengo



Acima, a Escola Militar do Realengo em 1904.

Em 14 de novembro de 1904, encerrado o expediente, o General Hermes da Fonseca, comandante desta escola, acompanhado de três oficiais, se prepara para pegar o trem e retornar para o Centro do Rio. Vê então desembarcar o Major Gomes de Castro com três companheiros. O General Hermes desconfiou e retornou para a Escola onde mandou tocar reunir e determinou prontidão.

O Major Gomes de Castro e acompanhantes apresentam-se no 20° Batalhão de Infantaria, onde foram recebidos pelo subcomandante, que aparentemente os aguardava. O Capitão Antônio Augusto de Morais, falou: Eu venho aqui em nome da Revolução, sei que o 20° BI é nosso! E Lauro Sodré a esta hora já deve estar em armas com a Escola Militar. O sub-comandante conduziu o Major Gomes a um quarto onde ele se vestiu com uma túnica de major e um quepe oleado.

O Major Gomes, a cavalo, se dirigiu para a Escola do Realengo, tendo a seu lado, a pé, seus três companheiros. Próximo da Escola, a galope, se dirigiu ao Portão da Escola.

O General Hermes da Fonseca, percebendo a aproximação do Major Gomes, desceu ao saguão de entrada e ao chegar o Major Gomes deu-lhe voz de

prisão e falou: "Isto é uma Escola de Lealdade. Não admito que a politicagem venha especular com a mocidade".

O Major Gomes tentou puxar o revólver, mas a guarda de alunos comandada pelo Alferes Afonso Pinho de Castilho o derrubou do cavalo a coronhadas. Manietado, ele foi conduzido ao gabinete do General Hermes. Aí chegou o civil Luiz Pinto. Ele invadiu o saguão, com uma espada e gritando histericamente: "Prenda o General! Mate o General"!

Foi subjugado a coronhas pela guarda.

Aí chega o Capitão Antônio Augusto de Morais, que encontra fechado o portão da Escola. Então atira duas vezes contra o secretário da Escola. Mas, trapalhão, acerta um tiro nas costas do civil Luiz Pinto. E, junto com um civil, deslocou-se para o quartel do 20° BI, mas não conseguiu convencer o seu sub-comandante a atacar a Escola.

E recolheram-se às suas residências.

Graças à experiência, senso de responsabilidade e enérgica e pronta reação de comando do General Hermes Rodrigues da Fonseca, antes do fim da tarde havia sido resolvido o problema de Realengo.

E tem início a sua marcante liderança no Exército, como comandante da hoje 1ª Região Militar58, Ministro da Guerra e Presidente da República. Como seu tio, Marechal Deodoro da Fonseca, ele era maçom.

58 A atual 1ª RM possui a denominação histórica de "Região Marechal Hermes da Fonseca", aprovada por proposta do historiador Cel Claudio Moreira Bento.

Consequências para os alunos da Praia Vermelha e do Realengo envolvidos na Revolta

Por Decreto de 16 Nov 1904, a Escola da Praia Vermelha foi fechada e a seguir extinta. Os alunos revoltosos da Praia Vermelha e mais os 81 revoltosos do Realengo, depois de um tempo recolhidos nas fortalezas e quartéis do Rio foram embarcados nos porões dos navios Desterro do Loyde e Itapecy da Costeira, da família Lage.

O desembarque foi no Porto do Rio Grande, onde foram recebidos com rigor pelo comandante da Praça, o Coronel Emídio Dantas Barreto. Dali foram despachados como soldados para quartéis da fronteira, sendo que Bagé recebeu o maior número.

Por Aviso n° 2049 de 9/12/1904, foras excluídos do Exército a bem da disciplina, dos quais 275 ex-alunos da Escola da Praia Vermelha e 65 do Realengo, num total de 338. Enxotados dos quartéis, sem dinheiro e longe de casa tiveram que se virar. A maioria voltou para o Rio de Janeiro gratuitamente, pela Companhia Nacional Costeira, do pai de Henrique Lage. Não conseguiram prosseguir nos estudos, a Escola Militar foi extinta e a Escola Politécnica não os aceitou.

As baixas entre os revoltosos da Praia Vermelha: três mortos, o General Silvestre Travassos, o Alferes aluno João Silvestre Cavalcante e o 1° Sargento Armando Camargo. Feridos: o Ten Cel Senador Lauro Sodré, Santa Cruz e Afonso Ditervil e os Fonsecas, Cornélio Caldas Silveira e Ricardo Augusto Moreira (levemente).

O General Silvestre Travassos faleceu no dia 22 de novembro. Seu filho Mário Travassos, então com 13 anos, viria a se tornar um dos mais brilhantes oficiais, sendo o 1° comandante da AMAN, e consagrou-se como destacado geopolítico brasileiro.

Foram réus do Conselho de Investigação o General Antônio Olympio da Silveira, o Ten Cel Lauro Sodré, o Major Agostinho Gomes de Castro e mais 37 oficiais, entre os quais o Tenente Tertuliano de Albuquerque Potiguara e os Alferes alunos Euclides de Oliveira Figueiredo, Júlio Caetano Horta Barbosa e Genesco de Oliveira Castro[59] e Sinésio de Farias.

O Senado aprovou, em 02 Set 1905, a anistia para os envolvidos.

Os oficiais revoltosos retornaram à tropa. Os alunos excluídos retornaram para concluir seus cursos no Realengo ou na Escola de Guerra em Porto Ale-

59 Irmão de Plácido de Castro, herói da Revolução Acreana.

gre, então criada. Escola de Guerra, de preparação de profissionais para a eventualidade de uma guerra.

Veteranos e filhos de Veteranos da Guerra do Paraguai, com o apoio do Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argollo, adotaram em 1905 o Regulamento de Ensino profissionalizante, ponto de inflexão do bacharelismo militar para o profissional militar que até hoje se sustenta dando continuidade à Reforma Militar iniciada pelo Ministro da Guerra General João Nepomuceno Medeiros Mallet, marcada pela criação do Estado-Maior do Exército e pela Fábrica de Pólvora em Piquete, que liberou o Exército e Marinha de importação de pólvora. Reforma concluída com a participação da FEB na Itália, onde esta força fez boa figura ao lutar em aliança com forças dos maiores exércitos presentes no conflito.

Dentre os alunos da Escola da Praia Vermelha durante a Revolta se destacaram Eurico Gaspar Dutra, João Baptista Mascarenhas de Morais e Estevão Leitão de Carvalho, íntimamente ligados a participações da FEB na Itália.

Estas considerações foram possíveis graças às minuciosas pesquisas feitas pelo historiador militar Cel Juvêncio Saldanha Lemos, autor de outros notáveis e profundos e minuciosos trabalhos onde se destacam os Mercenários do Imperador, Os Brummer, assuntos que tratei e ele aprofundou, e a Saga no Prata.

No início, me propus a fazer uma análise militar crítica da Revolta e concluí como o leitor também deve ter concluído, que a Revolta foi um verdadeiro festival de erros a serem evitados no futuro. Os quais foram bem aproveitados por veteranos e filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, sob a liderança do Ministro do Exército Francisco de Paula Argollo, para mudar o equivocado e deturpado rumo do Ensino no Exército de Bacharelismo, que perdurou por 30 anos, para profissionalismo militar, que vigora desde então.

Agora a esperança que a presente matéria a ser incluída no site www.ahimtb.org.br e difundida por e-mail seja recebida e lida pelos destinatários, pois sente-se que poucos abrem e lêem os e-mails. Sinal dos tempos, e decorrência da explosão das informações, assim definida pelo destacado historiador e professor de História de Yale, ao afirmar que "o mundo está descartando as lições da História no momento em que delas mais necessita"[60].

É frustrante a indiferença geral para o historiador, em especial para o historiador militar crítico. Mas a luta continua!!!

[60] Professor da Universidade de Yale, EUA, Timothy Snyder.

ANEXO III

Minidicionário acadêmico da AMAN

Sobre este Minidicionário acadêmico de gírias dos cadetes, que circula na AMAN, há uns 30 anos, o encontrei numa Revista do Clube Militar. Em 2002, 2004 e 2005 ele foi ampliado e atualizado pelo Coronel Ramirez, professor de Psicologia da AMAN, e por ele posto a circular entre os corpos Docente e Discente da AMAN e também entre os oficiais da Reserva em Resende. Minidicionário que recebi do Cel Fernando Bassoto, professor de Direito da AMAN, coordenador social dos oficiais da Reserva residentes em Resende e o disponibilizei no site www.ahimtb.org.br em "História da AMAN - Livros e Plaquetas". Vamos lá. Recordar é viver!

Gírias utilizadas na AMAN

Abostar = estar cansado Abrir-se = rir.

Acoxambrar = ficar de corpo mole, moleza, encobrir falta ou transgressão.

Afim = cadete do 3º Ano.

Agasalhar = conformar-se com uma situação. Abraçar, no sentido de aceitar uma situação.

Aloprar = brigar, discutir. Alteração.

ANUS = avião nunca utilizado em serviço (avião doado pela FAB existente na AMAN).

Arataca = nordestino. Nortista, cabeça-chata.

Arcabuzar = pegar para si, expropriar, requisitar.

Arrego = fala-se a alguém que não executou algo bem, fácil. Expressão de desaprovação, desapontamento.

Augustíssimo = título que se dá ao cadete do 4º Ano.

Avançar o logaritmo = dar o número.

Azulão = uniforme de gala azul ferrete.

Badaloso = afeminado.

Bagulho = mulher feia.

Baleiro = aluno da Escola Preparatória de Cadetes. A palavra se origina da semelhança entre o uniforme do aluno e o do vendedor de balas no cinema da Academia.

Banquinho = aula ou instrução teórica.

Barbada = coisa fácil de fazer. Dica do que vai cair na prova.

Barro = dar-se mal. Exemplo: Se você não estudar, vai pro barro; se não se preparar: barro!

Baseado = é o "bicho" (cadete do primeiro ano), que se julga no direito de contestar os cadetes dos demais anos. O cadete que não se submete aos dos demais anos.

Bastião = um dos morros do campo de instrução.

Beconizar = piruar conceito.

Bicharada = o primeiro ano.

Bicho = na Escola da Praia Vermelha, os veteranos chamavam os que eram admitidos de seres ignorantes, verdadeiros bichos, animais. Daí o termo que se refere ao cadete do primeiro ano.

Bivaque = Acampar sem barracas, somente com a capa de chuva.

Bisonho = pessoa que faz coisa errada, sem instrução. Quem erra muito. Novato, que erra tudo.

Bizú = dica (É bizu levar bússola? É bizu levar régua?). A palavra se origina do teorema de Bèzout, sobre o número de interseções entre curvas algébricas. Diz a tradição que em uma prova da Escola da Praia Vermelha esse teorema cairia. Os alunos perguntavam o que iria cair e a resposta era: "quem quiser passar tem que saber o teorema de Bézout". Daí bézout (bizu) significar o que vai cair na prova, o que é bom ter. Há outra versão: Os militares mais antigos sussurravam dicas nos ouvidos dos recrutas ("peixes") sobre como proceder para terem sucesso na caserna. Os comandantes observavam os atos, mas, de longe, só podiam ouvir aquela onomatopéia característica de cochicho "...bzbzbzu", dando assim origem ao termo bizu: "– Atenção, tropa! Não quero ouvir nenhum bizu aqui dentro!". PS: Acredito ser a primeira versão a mais plausível.

Bizuleu = é o anti-bizu.

Bobina = confuso, enrolado.

Bodosidade = coisas ruins, difíceis, com grande dificuldade.

Bodoso = difícil de resolver.

Bolha = a própria Academia, devido ao relativo isolamento dos cadetes, que são internos.

Bombeiro = aluno do Colégio Militar (devido ao vermelho do uniforme).

Bostejador = aquele que fala demasiadamente, faz discurso prolixo e sem nexo.

Bostejar = falar muito, dizer besteiras, falar demasiadamente e sem nexo.

Bostejo = fala prolixa, demasiada, sem nexo.

Brochante = Algo que desestimula. Qualquer líquido servido na ceia das 21

horas.

BUNDA = buraco úmido negro defronte à AMAN (sob a Rv Pres. Dutra).

Cadetina = moça que namora muitos cadetes. Moça que só quer casar com cadete.

Cagaço = medo.

Cagada = erro, papel ridículo.

Cagada de pau = o mesmo que cagada.

Calouro = cadete do 2º. Ano.

Canga = companheiro num exercício (o mesmo que de rancho).

Cangalha = equipamento individual do combatente.

Canguru = tipo de exercício físico utilizado para aquecimento ou provocar cansaço. Atualmente, o canguru está proibido pela possibilidade de provocar lesões físicas.

Canhão = mulher feia.

Carangar = passar frio

Caroço = cadete que monta mal a cavalo.]

Carrapato do diabo = reparo da metralhadora MAG.

Carrapicho = morro do campo de instrução.

Cartear = no sentido de falar algo, qualquer coisa, com convicção e nenhuma certeza, na esperança de que esta resposta seja aceita. Chutar uma resposta. Falar uma coisa sem certeza.

Cassino = local de café, almoço e jantar de Sgt e Oficiais.

Catanho = O Ten Cel Moreira César, comandante da terceira expedição a Canudos, também conhecido como o corta-cabeças ou o treme-terra, incumbiu o segundo oficial mais antigo da expedição, o Ten Cel Pedro Nunes Tamarindo, Comandante do 9º Batalhão de Infantaria, de realizar estudos para suprir as tropas durante o longo deslocamento. O Ten Cel Tamarindo, por sua vez, determinou a um militar de nome Catanho, não se sabe ao certo que posição hierárquica este militar ocupava, a missão de confeccionar um cardápio com os gêneros existentes no momento, principalmente farinha e carne seca, de forma que pudesse ser acondicionado em bornais e em seguida distribuída aos soldados. A refeição agradou tanto o paladar dos soldados que estes resolveram batizá-la de catanho. Em sua forma mais comum e rústica, consiste de uma mistura de farinha de mandioca torrada com óleo de soja,pedaçode carne, sal, pedaços de goiabada acondicionada em sacos plásticos, dispensando o uso de talheres, e deve ser consumida juntamente com a água do cantil para aumentar a sensação de saciedade. Essa mistura de farinha é também conhecida como farofão. Também pode consistir basicamente de um sanduíche, algumas frutas,

chocolate, sucos de frutas ou refrigerante.

Caveiroso = trotista, mau, difícil.

Caxiagem = exigência, rigor.

Caxias = rigoroso, crente, o que prima pela correção.

CC = Corpo de Cadetes. Também pode se referir ao CCRR, clube da cidade.

Cerrar = usar coisas dos outros.

Choradeira = Granada de gás lacrimogêneo.

Chumbrega = mal feito, mal ajambrado, feio, ruim, de péssima aparência.

Cobertura = boina, quepe ou capacete. Qualquer tipo de chapéu que os militares usam.

Cobre e alinha = garota vesga.

Cobrear = estudar escondido, esconder o bizú.

CP3 = shopping de Resende. Há dois conjuntos principais na AMAN (CP1 e CP2).

Dep ou depe = aquele que ficou em dependência em alguma disciplina.

De rancho = canga, companheiro num exercício.

Desembocar = ação de cumprir uma missão com muita desenvoltura, criatividade e oportunidade.

Desmanivrado = aquele que resolve os problemas rapidamente, com sucesso. Eficiente.

E = último da classificação, lanterninha. o contrário de 01.

ECD = em condições de

Ejetar = sair pela tangente

Embromar = fazer corpo mole, "enrolar", não se esforçar.

Encagaçado = cadete que demonstra receio.

Encarnerar = seguir o outro sem saber o que está aontecendo.

Encaveirar = agravar, complicar, piorar.

Encornar = estudar, ler.

Engatilhado = tudo acertado, e na prática vai dar certo.

Engrenado = tudo acertado, mas na prática não funciona.

Enjambrar = passar o outro cadete na classificação.

Enquadrado = disciplinado.

Enquadrar = disciplinar, punir.

Enrolado = atrapalhado.

Enrolão = farsante, mentiroso, enrolador.

Enrolar = enganar, iludir.

Ensarilhar = abandonar a missão; deixar de estudar. A expressão origina-se de um comando de ordem unida: ensarilhar a arma é colocá-la em um disposi-

tivo formado por três armas que se sustentam mutuamente.

Esporro = bronca.

Estrume = indivíduo desclassificado, ruim, que não consegue fazer as tarefas, largado.

FAL = fuzil aparentemente leve (na realidade é fuzil automático leve).

FAP = fuzil assustadoramente pesado (na realidade é fuzil automático pesado).

Farândula = Grupo de pessoas reunidas desordenadamente. Reunião de agitadores. Aglomerado de baderneiros. Bagunça.

Felpa = coisa boa, tranqüila.

Felpuda = tem relação com a manta felpuda recebida pelo cadete para uso na cama das alas (apartamentos) = conforto, gostoso, coisa boa, bom.

Fraginha = garota que todo mundo namora.

Frango = os tenentes seriam os frangos – aqueles que querem mandar no terreiro, mas devem se subordinar a outras autoridades maiores, como os capitães, majores e coronéis. Depois passou a designação genérica do oficial que serve na AMAN.

Gabaritar = tirar grau máximo em uma avaliação, acertar tudo.

Gagá = estudo, cadete que estuda muito. Alguns usam o termo cepar

= estudar muito.

Gagá do desespero = estudo de última hora.

Gagazeira = quebra-luz utilizado pelos cadetes que estudam depois do apagar das luzes dos apartamentos

Gaivota = escore, uma ideia. Correspondente a um determinado grau num item de uma prova.

Gandola = Blusão que compõe a parte superior do uniforme de instrução ou serviço.

GDH = Grupo Data Hora. Por exemplo, 270900Ago10. Traduzindo: Dia 27 às 09h00minh do mês de agosto do ano de 2010.

Godói = morro do campo de instrução.

Golpe = ato de burlar, enganar, esquivar-se de um dever, obter vantagem.

Gravata = enguiço no mecanismo da arma. Pode ser também o que não gosta de exercícios no campo, o que não é combatente.

Guerreiro = Soldado combatente. Forma de chamar o cadete.

Guimba = final do cigarro, "vinte", "bituca".

Jambrar = passar o outro na classificação

Jângal = má situação, dificuldade, "está no sanhaço".

Laranjeira = cadete que mora em local distante e não viaja, que fica alojado

no quartel. A expressão se origina de escola militar que ficava no Rio de Janeiro, onde havia pés de laranja que os cadetes que eram internos consumiam nas horas de intervalo.

Lavar = se dar bem na prova.

Leite (milk) = dica da prova. Ponto que vai ser verificado na prova.

Leiteiro = cadete do 3º ano de cavalaria. Por não usar espora seu uniforme se assemelha à roupa do leiteiro nos laticínios.

Macete = bizu, coisa que ajuda, facilita.

Maceteiro = livro do qual são tiradas questões de prova. Tudo o que pode facilitar alguma coisa.

Macetoso = cadete com muito jeito para resolver problemas. Previdente.

Macuco = morro do campo de instrução da AMAN.

Mafrudo = forte, briguento, guerreiro.

Majinboo = garota que todo mundo namora parecida com um personagem de desenho animado.

Marreta = crítica ou aquele que só critica.

Mijada = sermão do superior. Levar uma mijada quer dizer ser chamado à atenção.

Mistério = exagero, contar um caso exagerando as circunstâncias, mentira.

Mocorongo = desajeitado, enrolado, que tem dificuldade em fazer as coisas.

Moita = diz-se do cadete que quase não aparece, calado, o que faz segredo de sua situação.

Monstro = cadete do 1º. Ano, bicho.

Mucurento = fedorento

Muquiço: Quando alguém aparece com a farda amassada, com o coturno sem brilho.

NB = não faz barras NC = não corredor;

Negão = qualquer pessoa. Exemplo: é isso aí, negão.

NN = cadete que não sabe nadar, não nadador.

P3M = garota pela qual todo mundo já passou.

Pagar = distribuir, dar, entregar. Tem o sentido também de elaborar prova fácil, pagar grau.

Papirar = estudar.

Papiro = notas de aula ou de instrução recebidas pelos cadetes.

Pára-quedista = aquele que é incluído numa situação que está em andamento.

Parque = local onde era realizado o ensino profissional.

Pau = reprovação, insucesso no exame final.

Perna ou perninha= quem monta bem a cavalo.

PC = Posto de Comando.

PICA = pedaço inútil de concreto armado (obelisco existente em frente ao túnel). Pode ser também o grande namorador, conquistador.

Piruar = agir como um peru que rodeia seu terreiro buscando algo, piruar significa querer ou almejar alguma coisa, e empregar certo esforço em conseguí-lo, muitas vezes sub-repticiamente. Pode-se piruar uma nota melhor junto ao professor, ou pedir algo a algum amigo. Originalmente, era empregado para alcançar o objetivo sem levantar suspeitas de quem tomaria a decisão. Piruar também tem o sentido de pegar emprestado. Pode também significar: se oferecer voluntária ou voluntariamente. O termo é empregado em outras escolas militares e já chegou ao vocabulário corrente.

Pirulito = tipo de sinalizador de segurança no estande de tiro, cuja forma lembrava um pirulito (redondo, com um lado em vermelho e outro branco).

Ponderar = fazer uma ponderação, justificativa, querer responder, teimar.

Postular = pagar embuste, falar o que não sabe

QSL = entendido, copiado. O termo originou-se do radioamadorismo.

Rancho = cozinha do quartel.

Rela = o mesmo que relação.

Rep = aquele que repetiu o ano (série).

Retão = Av. Duque de Caxias, que liga o Portão Monumental ao Conjunto Principal da AMAN. Foi reformado no comando do Gen Arruda.

Rolha = o que não é interessante, supérfluo, chato.

Sacovox = antigo sistema de comunicação existente entre o Estado-Maior da AMAN e as alas, que servia para dar avisos e chamar os cadetes. Vem da gíria um saco: chato, inconveniente.

Safo = esperto, malandro, que resolve os problemas. Desmanivrado.

Sangrar = sofrer

Sanhaço = situação instável, preocupante. Dificuldade.

Suga = grande esforço.

Sugado = Quando o cadete está muito cansado, está exaurido.

Surumbático = cansado, abatido.

Tampa = cobertura, qualquer tipo de chapéu utilizado pelos militares.

Torrar = anotar o cadete que comete uma transgressão (descumpre as normas).

Traíra = cadete que estuda escondido. O mesmo que cobrear.

Treva = aquele que não tem habilidade na prática de esportes e atividades físicas.

Trevas = coisa horrível.

Três us = mais que urgentíssimo.

Trucidar = arrebentar, arrasar, diz-se isso geralmente das provas muito difíceis.

Trote = atividade salutar, dentro de limites razoáveis, outrora existente na Academia, de interação social entre os cadetes do primeiro ano com os cadetes do terceiro e quarto anos.

VAGINA = vasta área gramada inútil na Academia (o campo de paradas).

Varado = sem rumo.

Vinte = cigarro quase no fim. Exemplo: Piruei a vinte = quero fumar o restinho do cigarro.

Voador = cadete que esquece as coisas, não presta atenção.

Xerife = cadete chefe de turno em exercício.

Zaralho = bagunça, zorra.

Zumba = o cadete está cansado, zumbizado. Expressões utilizadas sobre o modo de falar e ser

Até a cintura = até o fim Até a pleura = até o fim Até a tampa = até o fim Até o talo = até o fim

Azar militar = o imponderável.

Boca de rancho = cadete que sempre está nas refeições, inclusive nos sábados e domingos.

Boca podre = missão difícil, ruim, que ninguém quer.

Cadete:

= não entra: avança
= não pode: tem permissão
= não come: arrancha
= não dorme: tora
= não relaxa: acoxambra
= não adoece: baixa
= não anda: marcha sem cadência
= não desfila: marcha
= não estuda: papira
= não volta atrás: dá última forma
= não se arrasta: rasteja no 1ºprocesso
= não se agrupa: fica coberto e alinhado
= não se protege: fica coberto e abrigado
= não se esconde: camufla-se
= não tem tarefa: tem missão
= não tem carro: tem viatura
= não pratica esporte: pratica tfm (treinamento físico militar)

= não tem alarme: tem pda (plano de defesa do aquartelamento)
= não é burro: é bizonho
= não erra: c... o pau
= não vai embora: segue o destino
= não faz bagunça: toca zaralho
= não tem dica: tem bizu

Carrapato do diabo = reparo da metralhadora MAG.

Charuto do capeta = o tubo do morteiro 81 mm.

Cheio de verniz = cheio de melindres

Corrida do Saco = trazer o saco com o material novo (fardamento, etc) no início do ano em passo acelerado, do almoxarifado até a ala (normalmente para o primeiro ano).

Baba ovo = puxa-saco, bajulador. Os oficiais não colocavam suas roupas em malas, mas em sacos durante as viagens. Mas quem carregava, obediente, a bagagem para cima e para baixo eram os soldados. Puxar esses sacos virou sinônimo de subserviência.

E o puxa-saco passou a definir todos que bajulavam superiores ou qualquer outra pessoa.

Bobinado = enrolado, atrapalhado.

Boca de rancho ou Pirú de rancho - diz-se do cadete que arrancha todas as refeições, de segunda a domingo, e ainda comparece à ceia (não sei se hoje ainda tem ceia).

Cobre mira = indivíduo pequeno, magro.

Coça saco = vagabundo, sem vontade de fazer as coisas.

Coisa rara = bicho, raridade, no sentido de ser diferente dos outros. Dar o golpe = burlar regra, enganar.

Dar o Jack = dar o golpe (vem de João sem braço, daí Jack)

Dar sopa na crista = ficar exposto, aparecer. A palavra crista deriva da terminologia militar e significa ponto elevado de uma colina, chamada de crista, quando a silhueta do combatente fica visível contra a luz.

Deu delta = indeferiu.

Em QAP = na escuta. Deriva do código Q do radioamadorismo.

Encher os cornos = embebedar-se.

Entrar bem = ser punido.

Escalão girafa = alto comando.

Estar c... e andando = não se importar, não ligar, desprezar.

Estar nas bicas = à beira de uma promoção.

Estrela do Macário = estrela existente em frente do Conjunto Principal

da AMAN. O nome origina-se de Macário, funcionário que cuidou por muito tempo desse jardim.

Fazer ombro arma = furtar, desapertar, retirar sem permissão do dono.

Fechar o escantilhão = passar o que vai cair na prova.

Guitarra do capeta = metralhadora MAG (metralhadora automática a gás).

Hora da tora - salutar horário de descanso, após o almoço, outrora existente na Academia.

Hora do pato = hora em que o cadete é ouvido sobre alguma alteração dada. O nome deriva de antigo programa de rádio no qual os calouros eram eliminados ao som de um grasnado de pato.

Juntar os cascos = ficar na posição de sentido, bater os calcanhares.

Ler o celotex = verificar avisos no quadro mural.

Limpar a namorada (ou neguinha) = dar manutenção e limpar o fuzil. Loura rep = uma das moças que o cadete que namorasse ficaria repetente. Também designa a menina que namora muitos cadetes... fica repetindo, repetindo...daí rep.

Peguei uma vermelha = estar de serviço sábado ou domingo, ou nos feriados.

Peguei uma preta = estar de serviço qualquer dia 2a. a 6ª feira.

Madrugada e confusão = expressão usada principalmente pela Cavalaria, devido à necessidade de cuidar e alimentar os cavalos de madrugada, diariamente.

Maria Gasolina = garota que só namora cadete que tem carro.

Mensagem a Garcia = equivale a dizer isso é com você, se vire. Significa que a missão foi dada mas a forma de executá-la é por conta do executor. (A História diz que quando começou a guerra entre Espanha e Estados Unidos o então presidente McKinley precisava fazer contato com um líder rebelde em Cuba, chamado general Garcia. Então o presidente chamou um homem, um mensageiro chamado Rowan, e lhe deu uma carta para que fosse urgentemente entregue a Garcia. Esse mensageiro simplesmente pegou a carta e saiu, sem perguntar onde encontraria esse general. Mas ele procurou e encontrou, depois de muitas dificuldades, e conseguiu entregar a carta).

Meter bronca = dar início ao cumprimento de uma missão, com energia e determinação.

Meter os cornos = estudar.

Meter o gagá = estudar.

Meu peixe = significa meu protegido dentro do quartel.

No pau da goiaba = a coisa como ela realmente é.

Nomes dados pelos cadetes às refeições

O bom humor e as brincadeiras ajudam na manutenção do moral alto. E os cadetes usam desse bom humor em diversas ocasiões. Nas refeições, utilizam nomes pitorescos:

almôndegas = granadas arroz = unidos venceremos

bife a milanesa = bife de japona

bife rolê = guarda – fecho.

carne cozida = carne de monstro

carne moída = boi ralado

cola de obréia = mingau

cozido de legumes = carnaval na zona

dobradinha = desastre na Dutra

doce de mamão = charco (as partes verdes sobre a pasta do doce parecem o charco)

frango frito = frango de Chernobil (só tem asa e coxa) gororoba ou grude = a comida, de modo geral.

guaraná = biodiesel

kaol = café com leite ou chocolate servido na ceia ou café da manhã.

mato = qualquer tipo de verdura servida na refeição.

mingau = cola de obréia

ovo frito = "zoiudo"

salsicha = sonho de virgem

sopa de legumes ou caldo verde = sopa de japona

suco vermelho = sangue de diabo ou sangue do calouro

SNI = sabor não identificado.

Papa gaivota - funcionário encarregado de revisar a contagem de escores nas provas. Faz a conferência das correções das avaliações, assegurando que o critério de correção seja igual para todos os cadetes.

Pega-loco (pega-louco) = abrigo verde oliva de algodão.

Pega lavrado = caramba, toma a sua merenda

Pica fumo = tenente. Origem da expressão: em tempos antigos, a maioria dos oficiais fumava cachimbo ou cigarro feito com fumo picado. Era comum dar a tarefa de picar o fumo para os oficiais mais novos: tenentes. Por extensão, os tenentes ficaram conhecidos pela alcunha de "pica fumo".

Prega presa - diz-se do cadete que, por mais que treine ordem unida, não consegue um bom desempenho.

Pulinho de galo = tipo de exercício físico utilizado para aquecimento ou provocar cansaço. Proibido atualmente pela possibilidade de provocar lesões nos joelhos.

Pagar até morrer = exercícios físicos continuados e estafantes. Geralmente flexões de braço.

Pé de poeira = militares da Infantaria.

Peguei uma preta = estar de serviço qualquer dia de 2ª a 6ª.

Peguei uma vermelha = estar de serviço sábado ou domingo, ou nos feriados.

Peixe dourado = no lago da Academia onde há um chafariz, há peixes. O cadete que vir o peixe dourado ficará repetente (rep)

Quarenta por cento = depois de exaurido, o cadete ainda tem 40% de energia.

Quebec Foxtrot (QF) = queimar o filme. Desperdiçar oportunidade com uma garota.

Ralar o cepo = exercícios que se utiliza muito do processo de rastejar.

Segura que eu vou ali = brincadeira que os cadetes fazem com a estátua existente no monumento aos tenentes mortos em combate na Itália, integrando a Força Expedicionária Brasileira. O Tenente retratado no monumento porta uma carabina M1 e faz o gesto parecido com quem vai entregá-lo a alguém.

Seis enes (6N) = cadete que não nada nada, nem nunca nadará.

Se jogar nas cordas = entregar-se, desistir

Sentar na capichama = se dar mal.

Sentar no trono de ouriço = prestar contas ao superior, se dar mal.

Sobre o estudo:

O que o cadete do primeiro ano estuda: só o que não cai;

O que o cadete do segundo ano estuda: o que cai e o que não cai; O que o cadete do terceiro ano estuda: só o que cai;

O que o cadete do quarto ano estuda: só cai o que ele estuda.

Tá osso = está difícil, está duro de realizar.

Tá voando = o cadete que não tem nada o que fazer ou que está desatento na aula ou instrução.

Tocar o rebu = fazer bagunça, bagunçar, agitar.

Tocar o zaralho = fazer bagunça.

Um aço = tinindo, em ótimas condições.

Última forma = da forma anterior. Para desfazer o que foi feito por último.

Vale grau = o que vale nota na prova, vale pontos para a classificação no final do curso. Já houve o caso de cadete que perguntava sempre: Vale grau? Vale grau? E acabou ficando com esse apelido.

Zero um = primeiro colocado em um dos cursos ou o primeiro colocado na turma de formação.

Zero último = último colocado na classificação dos cursos.

Você é meu bicho = você é mais moderno do que eu. (Os mais antigos têm prioridade sobre os mais modernos. Bicho é o mesmo que novato.)

Última forma = retiro o que eu disse, esquece o que eu falei. Volta ao estado de coisas original.

Em 8 de novembro de 2010 14:31, o Professor Ramirez (ramirez.aman@gmail.com) escreveu: O bom humor e as brincadeiras ajudam na manutenção do moral alto. E os cadetes usam desse bom humor em diversas ocasiões.

ANEXO IV

12° Regimento de Cavalaria Mecanizado (Regimento Marechal José Pessoa) Síntese Histórica[1]

Poucos anos após a criação da Subunidade Escola de Motomecanização, que foi semente gerada das Tropas Blindadas, nasce a primeira Unidade de Cavalaria Mecanizada do Exército Brasileiro.

O Decreto-Lei n° 5.171, de 06 Jan 43, manda instalar, a partir de 15 Jan 43, o 2° Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria, com sede em Uruguaiana-RS.

Organizando-se na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a nova Unidade ficou sediada, provisoriamente, na Escola de Motomecanização, em Deodoro, com um grupamento de 13 Scout Car e um efetivo de 11 Oficiais e 90 Praças.

Esse grupamento, antes de se enquadrar na Unidade, deu duas demonstrações públicas de relevo: a primeira, na Capital Federal, no aniversário de implantação do estado novo, e a Segunda, na data de aniversário da fundação da cidade de São Paulo.

O Aviso Ministerial n° 291, de 02 Fev 43, diz que o 2° Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria, de Uruguaiana, deve ser instalado no Quartel da Escola das Armas (Rio de Janeiro), só devendo seguir destino para a sua sede definitiva, mediante ordem. Desliga-se então, a 1° Mar 43, da Escola de Motomecanização, com um núcleo de Oficiais e Praças, para formar o esboço de um Esquadrão.

A Portaria nº 10/10 de 25 Fev 43, confirmada depois pelo Decreto-Lei nº 5.492, de 17 Mai 43, dá novo batismo à Unidade que passa a denominar-se 2º Regimento Motomecanizado (2º RMM), sendo a primeira unidade dotada de carros de combate, embora do tipo leve. Essa dotação constituía novidade na Cavalaria Brasileira, que em síntese compreendia um Esquadrão Extranumerário, um Esquadrão Auxiliar, e duas Alas (cada uma com uma Seção de Comando, dois Esquadrões de Reconhecimento e Descoberta e um Esquadrão de Carro de Combate Tipo Leve).

Em 03 Jan 44, pelo Boletim Reservado número 01, é organizado o 1º Esquadrão de Reconhecimento, absorvendo os integrantes do 3º Esquadrão de

1 Da obra BENTO, Cláudio Moreira (org); FIGUEIREDO, Osório Santana. 6ª Divisão de Exército - Divisão Voluntários da Pátria (cinco décadas de história). Porto Alegre: Pallotti, 2001. p. 214.

Reconhecimento e Descoberta do 2º Regimento Motomecanizado, passando a integrar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária que seguiria para a Itália.

Em 02 Jun 44, o Regimento recebeu ordem de deslocar-se para a cidade de Porto Alegre-RS, embarcando a 11 Jul do mesmo ano, nos navios ARATIMBÓ, ITSBER'S E ITAGUASSÚ, escoltados pelo Cruzador "BAHIA" e pelas corvetas "JACEGUAI" e "CANANÉIA". Chegou em Porto Alegre no dia 19, indo alojar-se no Matadouro Modelo, no Bairro Serraria.

O Decreto-Lei nº 6.473-A, de 05 Mai 44, transfere a sede da Unidade de Uruguaiana para Alegrete, no Território da 3ª Região Militar.

A 25 Jun 46, o Boletim Regional nº 142 publicou que, de acordo com a circular nº 1.114-A, de 14 Jun 46, a Unidade passou a denominar-se 2º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

Em 30 Nov 53, de acordo com a Portaria Reservada nQ 143-III, recebe a denominação de 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado, ficando subordinado ao III Exército.

De acordo com a Portaria Ministerial Reservada nº 024-DF, de 24 Jul 72, a Unidade passa chamar-se 12º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, com sede em Porto Alegre-RS, passando a ser subordinado à 6ª Divisão de Exército.

A Portaria Ministerial nº 860, de 07 Jun 76, concede ao 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado a denominação histórica de "REGIMENTO MARECHAL JOSÉ PESSOA".

O Estandarte, o Distintivo de Braço e a Insígnia foram aprovados pela Portaria Ministerial nº 121 e 122, ambas de 31 Jan 77. O Decreto-Lei nº 93.188, de 29 Ago 86, transfere o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado de Porto Alegre para as instalações do 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em Jaguarão-RS

A 01 Jan 89, o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado inicia suas atividades na cidade de Jaguarão-RS.

É portanto, o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado, a mais antiga unidade de cavalaria mecanizada do Exército Brasileiro e a única com tradição de guerra.

Nota do revisor: o 12º RCMec possui em sua Sala Histórica diversos objetos que pertenciam ao Marechal José Pessoa, dos quais se destacam a sua espada de oficial e um capacete francês.

Nota do autor: o General de Divisão José Pessoa presidiu o Clube Militar de 1944/46, coincidindo com a atuação da FEB na Itália e, em 1944, a inauguração da Escola Militar de Resende por ele idealizada. Ele dirigiu mensagem congratulatória ao General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes pela vitória em Collechio-Fornovo. Em 25 de abril de 1845, ele comemorou

o centenário de nascimento do Barão do Rio Branco, seu amigo e grande estimulador do fortalecimento militar do Brasil. E inaugurou pintura a óleo do grande chancheler, na sala de espera do vice-presidente, decorada com mobília que pertencera ao homenageado. Em 24 de maio de 1945, evocou o 99º aniversário da Batalha de Tuiti e fixou no 5º andar do Clube uma placa comemorativa. Em 14 de junho de 1945, o Clube Militar liderou recepção condigna à FEB, por ocasião de seu desembarque no Brasil. E o General Mascarenhas de Moraes e seu chefe de Estado-Maior Cel Lima Brayner foram aclamados presidente e vice-presidente de Honra do Clube Militar. Em 15 de dezembro de 1945, promoveu o Baile da Vitória e inaugurou placa alusiva aos feitos da FEB no hall de entrada do Clube, onde foi colocado o busto do General Mascarenhas de Moraes. Em julho de 1945 deu nome a dependências do Clube Militar como homenagens aos patronos da Marinha - Almirante Tamandaré; da Aeronáutica - Santos Dumont; do Exército - Duque de Caxias; e ao Marechal Floriano Peixoto, o Consolidador da República. Iniciativas que reforçaram os seus méritos e valores, objetivos deste livro.

Posfácio

Gen Bda R1 Flávio Murillo Barbosa do Nascimento

Foi com grata satisfação, e com muita honra, que recebi o convite do Coronel Claudio Moreira Bento, para redigir o posfácio de mais um relevante trabalho voltado para a preservação e divulgação da História Militar brasileira.

Nesta obra, que tem como figura central o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, constatamos que o autor, ao resgatar o legado pessoal e profissional desse insigne militar, teve o desiderato de oferecer às futuras gerações de oficiais do nosso Exército os mais belos exemplos de vocação à Carreira das Armas e de devoção à Pátria.

Nos dias de hoje, isso é fundamental, pois muitos não entendem o que é ser soldado, haja vista que nossos valores são, na realidade, antíteses para a condição humana. Em nossas canções e gritos de guerra, enaltecemos a luta e a tormenta, o desprezo pela morte, e o sacrifício da própria vida pela Pátria.

Loucos dirão uns, heróis dirão outros, porém todos sabem que um Exército pode passar séculos sem ser empregado, mas não pode passar um dia sequer, sem que esteja, para a guerra, preparado. Nesse sentido, ganha destaque o que definimos como "Lições Aprendidas", onde, naturalmente, o estudo da historiografia de um ícone do Exército Brasileiro, foco principal deste livro, configura-se como fator preponderante.

Essa constatação é de extrema relevância, pois como postula e defende o Coronel Bento, é fundamental permitir que a jovem oficialidade possa estudar a História Militar de modo crítico e, assim, construir o que ele chama de "Sabedoria Militar", que nada mais é do que o aproveitamento de tudo aquilo que contribua positivamente para a manutenção de elevados níveis de prontidão do Exército Brasileiro.

Cientes da perenidade da Instituição Militar e movidos pela identidade de propósitos que fortalece os laços da Família Verde-Oliva, cada um de nós, Soldados de Caxias, a seu tempo e a seu modo, na maioria das vezes renunciando a seus interesses pessoais, enfrentou com coragem os riscos do cargo e dedicou-se, com abnegação e altruísmo, ao cumprimento da sua missão, conservando e aperfeiçoando o legado recebido, de modo a entregá-lo, ainda melhor, aos seus sucessores.

São esses os ensinamentos que tivemos a oportunidade de colher, do início ao fim deste livro, onde a memorável vida e obra do Marechal José Pessoa, um

dos mais dignos exemplos de servidão e grandeza militar, servirá de inspiração às futuras gerações de militares que, certamente,

> "não pouparão esforços para que o Exército Brasileiro prossiga cumprindo, com eficiência e eficácia, as suas missões constitucionais, mantendo-se, diuturnamente, alinhado aos anseios da sociedade, aos valores da nossa nacionalidade e à grandiosidade do futuro da nossa nação"[1].

1 Diretriz do Comandante do Exército 2019.

Bibliografia

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército 1811 - 2011. Resende: IPSIS, 2011.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Registro Histórico do Comando do Coronel José Pessoa.

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de, Capitão.
Os Tanks na Guerra Européia 1914/1918. Rio de Janeiro: Cia Albuquerque & Neves, 1921.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Fé de Ofício do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, Fé de Ofício nr. XII -113 - SAPM. BENTO, Cláudio Moreira. O idealizador da AMAN e de suas tradições. In: 2010 - 200 anos da criação da Academia Real Militar à AMAN. Resende: AHIMTB, 2010.
O Escritor e Historiador Militar Marechal José Pessoa. In: Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, set/out 1985.
Cinquentenário da Primeira Entrega de Espadins. In: Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, mar/abril 1982.
O Exército e Marinha na 1ª Guerra Mundial. In: CIPEL, Porto Alegre, 1a Guerra Mundial - Reflexos no Brasil, 2014.
O Brasil na 1a Guerra Mundial. In: O Guararapes n° 31, Resende, disponível no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br.

O Espadim dos cadetes do Exército. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 326, jan/mar, 1980, p. 99/105.
O Cel José Pessoa como Comandante da Escola Militar do Realengo. In: Tribuna do Comércio, Resende, 16 de janeiro de 1980.

Reprodução do Livro do Capitão José Pessoa Os Tanks na Guerra Européia. In: O Guararapes nº 36, 1914/1918 www.ahimtb.org.br.
Recepção pela AMAN em 17 Fev 2018 das 31 cadetes femininas pioneiras combatentes e recepção das mesmas pela Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil. In: FAHIMTB, www.ahimtb.org.br.

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa - A força de um ideal. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985, ISBN 8570110995.

CASTRO, Celso. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, ISBN 8571106827.

Revista do CLUBE MILITAR. Rio de Janeiro: Centenário do Marechal José Pessoa, set /out 1985.

FARIA, Ivan Rodrigues de. Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Revista do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: DPHCEx, 1996 (p.67).

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha O Coronel José Pessoa e a 1a Guerra Mundial. In: 1a Guerra Mundial Reflexos no Brasil, CIPEL, Porto Alegre, p. 133/140.

MCCANN, Frank. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2007, ISBN 8535910840.

LISBOA, Gustavo. Da Casa do Trem à AMAN. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2011.

Fontes eletrônicas:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jose_Pessoa www.eb.mil.br
www.parentesco. com.br www.planalto.gov.br
www.memoria.ibge.gov.br
www.aman62.com www.fgv.br/cpdoc
www.funceb.org.br
www.ahimtb.org.br
www.revistageopolitica.com.br
http://appae.blogspot.com
https//nacaomestica.org/blog
www.todamateria.com.br
www.portaldeeducacao.eb.mil.br
https://pirenopolis.tur.br/cultura/historia/comissao-cruls

Currículo do Autor

CLÁUDIO MOREIRA BENTO é historiador militar, jornalista, memorialista, presidente e fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), fundada em 1º de março de 1996, em Resende-RJ, a qual tinha sua sede na Academia Militar das Agulhas Negras, que teve de ser extinta, em 20Dez2020. Motivos: Falta de recursos financeiros para dar continuidade a FAHIMTB, depois de 23 anos de ação profícua. Segundo Napoleão Bonaparte, o sucesso de um empreendimento depende de 4 condições: 1º Uma boa ideia, 2º Dinheiro, 3º Dinheiro e 4º Dinheiro.

Em decorrência destas condições adversas, não tivemos alternativas senão a de extinguir a FAHIMTB e tentar continuar tornando independentes as suas academias federadas AHIMTB-DF, AHIMTB-RJ, AHIMTB-RS e AHIMTB--Resende. E para tal expedimos orientações às citadas AHIMTB: enviando exemplar dos Estatutos da FAHIMTB para que as AHIMTB os adaptassem e os registrassem em cartório; sugestão para que os nomes de novos patronos para cada AHIMTB passem a ser os naturais da área de atuação de cada AHIMTB de ou a elas vinculados e que o Duque de Caxias continue a ser o patrono de todas as AHIMTB. Para ressalvar sua responsabilidade cultural, produziu um Dossiê contendo toda a documentação recebida e enviada relacionada com a extinção da FAHIMTB, em seu 23º ano de atividade profícua cujo acervo produzido se encontra preservado no site www.ahimtb.org.br.

Foi o fundador do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS), fundado em 10 de setembro de 1986 em Pelotas e com sua sede hoje em Caxias do Sul, sob a presidência do historiador Cap R2 Art Juarez Nunes da Silva. Fundador e Presidente da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS), fundada em 13 Set 1988, e que guarda precioso acervo sobre a História do Exército ali por ele colocada. Academia que possui sede própria e serviu de modelo para a Academia de História ter sua sede própria em Canguçu-RS.

É membro emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e benemérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

É acadêmico da Academia Brasileira de História, na qual é titular da Cadeira 12 - General Augusto Tasso Fragoso; é acadêmico correspondente da Academia Portuguesa de História, e sócio correspondente da Real Academia de História da Espanha, da Academia Argentina de História, dos institutos de História do Uruguai e Paraguai e de entidades congêneres no Brasil dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e das cidades do Rio de Janeiro, Pelotas, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, Itajubá-MG, Sorocaba-SP, Resende, Itatiaia, Barra Mansa e Volta Redonda, RJ. Integra, no Rio de Janeiro, a Sociedade Geográfica Brasileira e também os Institutos Bolivariano, dos Centenários, Histórico do Brasil - Peru - Marechal Ramon Castilla e o Instituto de Estudos Vale-paraibanos. Integra, em Porto Alegre, o Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL). É correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul, da Paraíba e da Raul Leoni em Petrópolis. Possui o curso de Pesquisadores das Forças Terrestres Brasileiras pelo Estado-Maior do Exército. Coordenou em 1970/71, como missão militar, o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, coordenou as operações de pesquisa histórica do Projeto Rondon nos Guararapes e o Projeto Rondon Arquivos 1. Integrou a Comissão de História do Exército Brasileiro do Estado-Maior do Exército (CHEB/EME1971/74) como adjunto de sua Presidência, a qual teve entre outras missões, e a seu cargo, o projeto, coordenação e edição da História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo, que é uma contribuição do Exército às comemorações do Sesquicentenário da Independência, cabendo-lhe também, como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército Gen Ex Alfredo Souto Malan, redigir o capítulo relativo às Guerras Holandesas. Presidiu comissão da Revista do Exército evocativa do bicentenário do Forte de Coimbra e a que estudou a criação do Museu do Exército no Forte de Copacabana. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras, 1978/80, quando teve editado pelo Estado-Maior do Exército, em 1978, sob a forma de manual, o seu livro Como estudar e pesquisar a História do Exército, obra reeditada pelo Estado-Maior do Exército em 1999 e distribuída às escolas AMAN, EsAO e ECEME. No EME, integrou na AMAN, as comissões evocativas dos centenários de falecimento ao Marechal Osório em 1979 e a Duque de Caxias em 1980 e também a elaboração dos livros textos História Militar do Brasil, patrocinados pelo EME e História da Doutrina Militar da Antiguidade a 2ª Guerra Mundial, os quais coordenou e enriqueceu como historiador militar já consagrado, premiado e membro de instituições de História nacionais estaduais e municipais. Foi premiado em concursos literários com os seguintes

trabalhos: O gaúcho fundador da Imprensa Brasileira (1974), pela Associação Rio-grandense de Imprensa e pela Assembléia Legislativa do RGS; O Negro na Sociedade do RGS e - Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS (1975 - 76), pelo Estado do Rio Grande do Sul; A produção de Informações Estimadas (1975), pela EsNI; - O Exército Brasileiro no Desenvolvimento (1988), pela Military Review do Exército dos EUA; - O Exército e a Abolição (1988) e O Exército na Proclamação da República (1989), pela Diretoria de Assuntos Culturais do Exército (DACED), publicado pelo SENAI-RJ, lançado na ECEME e distribuído na AMAN. E autor do livro Amazônia Brasileira - Conquista, Consolidação e Manutenção. História Militar Terrestre da Amazônia 1616-2003, ora em reedição ampliada. É autor do livro A Revolta do Contestado 1912/16 nas memórias e ensinamentos de seu Pacificador.

É autor de cerca de mais de 107 obras, entre livros, plaquetas e álbuns, além de centenas de artigos sobre a História Militar do Brasil e de suas Forças Armadas e, em especial, a do Exército Brasileiro, em periódicos civis e militares, nacionais e estrangeiros. No conjunto de seus trabalhos publicados, registram-se, entre outros, As Batalhas de Guararapes (Recife: UFPE, 1971, 2v); A grande festa dos lanceiros (Recife: UFPE, 1971); Símbolos do RGS (Recife: UFPE, 1971);

Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS (P. Alegre: IEL, 1975);

O Negro na Sociedade do RGS (P. Alegre: IEL, 1975); Como estudar e pesquisar a História do Exército (Brasília: EME- EGCCF, 1978); Canguçu - reencontro com a História (P. Alegre: IEL, 1983, reeditado ampliado em 2007); A História do Brasil através de seus fortes (P. Alegre: GBOEx, 1982); Álbum Escolas de formação de oficiais das FFAA (Rio: FHE-POUPEx, 1988); Álbum A Guarnição do Rio de Janeiro na Proclamação da República (Rio: FHE-POUPEx, 1980); Amor Febril - memória da canção militar brasileira (Porto. Alegre: GBOEx, 1990). E as plaquetas Centenário do término da Guerra do Paraguai (Maceió: Trib. Contas, 1972); Tradição e Disciplina (Fortaleza: UFCE, 1971); A Conquista da Amazônia (Rio: DNF, 1972); O Libertador do Acre (Belém: SUDAM, 1973); Sesquicentenário da PMSP (São Paulo: PMSP, 1981); O mineiro cérebro da Revolução Farroupilha (Itajubá: EFEI, 1981); Síntese Histórica do 4º BECmb (Itajubá: 4o BECmb, 1981); Sesquicentenário do combate de Rio Pardo (Rio: MONASA, 1981); Centenário de Conrado Ernani Bento (Canguçu: 1988); Porto Alegre Memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias (Brasília: ECGCF, 1989); O Exército Farrapo e os seus chefes (Rio: BIBLIEx, 1992, 2v.); A Saga da Santa Casa de Misericórdia de Resende (Rio:

SENAI, 1992) e O Jubileu de Ouro da Academia Militar das Agulhas Negras; Álbum Quartéis-Generais das Forças Armadas do Brasil (Rio de Janeiro: FHE/POUPEx, 1988); A Participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na II GM (Resende: 1995); Canguçu - síntese histórica (1991); Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu 1783/89 (Canguçu: Prefeitura, 1992, Administração prefeito Nelson Edi Grigolleti); Os Puris do Vale do Paraíba (Volta Redonda: Gazetilha, 1995); Os 68 sargentos heróis da FEB mortos em Operações de Guerra (Resende: FA- HIMTB, 2011) publicado em 2011 e lançado na Escola de Sargentos das Armas, no centenário do Sargento Max Wolf e Marinha Mercante na II GM (1995), pela ANV-FEB, por iniciativa do Dr. Joaquim Xavier da Silveira, veterano da FEB, além de inúmeras pesquisas básicas de História Militar nas revistas A Defesa Nacional, Revista do Exército, Revista do Clube Militar, Revistas dos Institutos de Geografia e História Militar do Brasil, Histórico e Geográfico Brasileiro, Histórico e Geográfico de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, etc. Foi Diretor Cultural e da Revista do Clube Militar no centenário da entidade, em 1977. Nos centenários da República e da Bandeira Nacional integrou comissões do Exército e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemorativas do evento, tendo publicado várias matérias e tendo coordenado a publicação da obra alusiva ao tema: Cadernos da Comissão do Exército para as comemorações dos centenários da República e da Bandeira (Rio: BIBLIEx - SENAI, 1991). Natural de Canguçu-RS, nascido em 19 de outubro de 1931, entre as revoluções de 1930 e 1932 em clima da quebra da Bolsa dos Estados Unido a qual se insere nas causas da Revolução de 30. Coronel Reformado de Engenharia Turma Asp Mega, 15 Fev 1955. Foi diretor do Arquivo Histórico do Exército em 1985-1990. E irmão da Santa Casa do Rio de Janeiro e detentor da Comenda João Simões Lopes Neto, conferida por Lei pela cidade de Pelotas-RS, além de outras distinções como cidadão honorário das cidades de Itajubá-MG, Resende e Itatiaia-RJ e transcrições de artigos de sua autoria na Câmara Federal, Assembleias Legislativas de Minas Gerais e Goiás e na Câmara de Vereadores de Recife.

Fez seus estudos no Colégio Nossa Sra. Aparecida, em Canguçu, 1938/44; em Pelotas, no Ginásio Gonzaga e Pelotense, 1945/50. Praça do Exército em 27 Jan 1950, na 3ª Cia de Comunicações em Pelotas. Foi Aluno da EPPA- Porto Alegre, 1951/52; Cadete na AMAN 1953/55-Turma Asp Mega, 15 Fev 1955; 6ª Cia de Comunicações, São Leopoldo, 1955/57; 1º Batalhão Ferroviário, Bento Gonçalves, 1957/59 e 1961/66; 3ª Cia Comunicações e 3º BE Combate, Cachoeira do Sul, 1959/61; EsAO, 1964; ECEME, 1967/69; EM/CMNE, 1970/71; EME, 1971/74; DEC, 1974; EsNI, 1975; EM/CMSE, 1976/77;

AMAN, 1978/80; Comandante do 4o BECmb, Itajubá, 1981/82; EM/1ª RM, 1983/84; Diretor do Arquivo Histórico do Exército, 1985/90. Transferido para a Reserva com 40 anos de efetivo serviço, fixou residência em Resende/ltatiaia-RJ, onde fundou e presidiu as Academias Resendense e Itatiaiense de História, em 1992. Em Resende, foi diretor cultural da Sociedade Resendense de Amigos da AMAN (SORAMAN). Sua biografia parcial consta das seguintes obras: - Dicionário bibliográfico de historiadores brasileiros. Rio: IHGB, 1981, v.l e Dicionário bibliográfico gaúcho (Porto Alegre: EST/Edigal, l991, p.31).

Possui muitos artigos de interesse da História da 3ª RM e do CMS na Imprensa do Rio Grande do Sul: Diário Popular - Pelotas; Correio do Povo, Zero Hora e O Tradição, de Porto Alegre, O Liberal de Canguçu, Santa Vitória e São Gabriel; A Platéia e Folha Popular em Sant'Ana do Livramento; O Correio do Sul em Bagé; Folha de São Borja; Rio Grande de Rio Grande; O Timoneiro em Canoas e nas revistas do IHGRGS, Academia Rio-Grandense de Letras, Instituto de Filosofia da UFRGS etc.

A BIBLIEx publicou seu livro A guerra da Restauração do Rio Grande do Sul 1874-76, abordagem pioneira de grande interesse para a História Geral do Rio Grande do Sul e hoje disponível no site da FAHIMTB (www.ahimtb.org.br.), bem como os trabalhos de sua autoria Medalhas de Honra do Brasil (condecorações civis e militares do Brasil), e também o álbum esgotado A História do Brasil através de seus fortes, patrocinado pelo GBOEx, ou seja, a citada História do Brasil através de seus fortes com o título Fortaleza Brasil. E também no site o álbum Os patronos nas Forças Armadas do Brasil.

Dentre suas condecorações se destacam: Comendador do Mérito Militar; Medalha de Platina por mais de 40 anos de bons serviços ao Exército, Cavaleiro do Mérito das Forças Armadas; Medalha do Pacificador, de Honra da Inconfidência, por méritos cívicos, e Medalha de Santos Dumont, por Minas Gerais; Medalha de Mérito Tamandaré, pela Marinha; Medalha Presidente Coruja, pela Associação Sul-Riograndense; Medalha do Sesquicentenário da Polícia Militar de São Paulo; e por Resende, a Comenda Conde de Resende, além de inúmeras comemorativas de eventos históricos.

Desenvolveu, como vice-presidente do Instituto de Estudos Valeparaibanos e, como coordenador científico, o XIII Simpósio de História do Vale do Paraíba em Jul 1996, tendo por tema O vale do Paraíba na História Militar, trabalho cujo exemplar guarda na sede da FAHIMTB, hoje da AHIMTB Resende. Evento em cuja preparação foi fundada a hoje FAHIMTB que completa, em 20 de março de 2019, 23 anos de profícuos serviços, em especial à História do Exército Brasileiro e, em particular, a sua História Militar Crítica, a serviço da instrução e

ensino dos quadros e da tropa e do desenvolvimento da Doutrina do Exército Brasileiro. Sua grande e pioneira contribuição "História do Exército no Rio Grande do Sul"foi a conclusão do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul, constituído de 21 livros: História do CMS, 1995, ora atualizado e reeditado em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis; A História da 3ª Região Militar em três volumes sendo que o 2º volume foi reeditado. A História da 3ª e 6ª Divisões de Exército; a História da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, da 6º Brigada de Infantaria Blindada e a História da 1ª, 2ª e 3ª Brigadas de Cavalaria Mecanizadas; a História da 3ª e 6ª Artilharias Divisionárias; a História do Casarão da Várzea; das Escolas Militares de Rio Pardo e as biografias dos líderes de batalha e de combate que atuaram na área: Duque de Caxias, Marques do Erval, Conde de Porto Alegre e Brigadeiro Antônio de Sampaio, este O Bravo dos bravos de Tuiuti. E também a História de Hipólito da Costa, filho de militar, sobrinho do Capelão Militar de Colônia do Sacramento, pai de um marinheiro brasileiro e pai e avô de oficiais do Exército Inglês. Obras para qual concorreram como parceiros o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, na maioria delas e, em uma obra, o Cel Mário José de Menezes. Outros, o Cel Ernesto Caruso, Major Andrei Clauhs, Subtenente Osório Santana Figueiredo, Sargento Ref Carlos Fonttes e o Dr. Eduardo Cunha Müller. Projetos nos quais foi relevante a contribuição do acadêmico benemérito, Professor Flávio Camargo como editor, em especial do nosso livro Caxias e a Unidade Nacional e também no projeto, regulamento e adoção da Medalha do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil, a do Mérito Farroupilha, e a Medalha do Cerro da Liberdade da Academia Canguçuense de História. E também a contribuição de seu filho, Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento, na elaboração das capas da maioria dos livros do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul.

Historiador militar, esta é minha vocação a mim revelada aos 8 anos ao ler o livro do neto e biógrafo do General Osorio denominado O Espírito das Armas Brasileiras que me encantou pelas ilustrações e daí por diante continuei interessado pala História do Exército sobre a qual comecei a publicar em 1970, há 50 anos no Recife e com o enfoque de História Militar crítica à luz dos fundamentos da Ciência e Arte Militar, a dimensão que interessa a todo o profissional militar por contribuir para o desenvolvimento da Doutrina, dos Quadros e da Tropa e para a preservação do patrimônio cultural do Exército, segundo orientação do Estado-Maior do Exército. Creio que este trabalho seja a despedida do historiador militar que teve a felicidade de publicar 107 obras com patrocínios diversos e só pagou de seu bolso a Biografia de seu pai Conrado Ernani Bento.

No site www.ahimtb.org.br o autor possui um artigo de 124 páginas intitu-

lado "Meu legado historiográfico militar e civil - Não vivi em vão!". Artigo que relaciona toda a sua obra historiográfica, personagens parceiras em suas obras, autores de prefácios, abas e posfácios das mesmas e obras que prefaciou.